

2014

REFLEXÕES

Livro VII

Índice

- 4- A filosofia é para todos- Alain Badiou
- 12- Por uma nova macroeconomia- Philip Arestis
- 20- Passado, presente e futuro do euro- Carlos Eduardo Soares Gonçalves
- 25- O ovo e a galinha- Carlos Eduardo Soares Gonçalves
- 29- Eles são uma classe à parte- Dani Rodrik
- 33- O xerife do comércio mundial- Roberto Azevêdo
- 45- Adoção da economia verde é inevitável, diz diretor do Pnuma- Steven Stone
- 48- Um plano inacabado- Claudia Safatle
- 58- A questão ainda é fiscal- Delfim Neto
- 68- A moeda para a modernização- Persio Arida
- 79- O sucesso do Real tem de ser relativizado- Edmar Bacha
- 85- Uma lição simples e aterradora- Gustavo Franco
- 89- Quem somos? Para onde vamos? Tudo bem?- Rubens Ricupero
- 93- Braudel Papers- Norman Gall
- 134- No Brasil, queda da desigualdade não tira do 1% mais rico- Denise Neumann
- 140- A política do novo mínimo- Leandra Peres
- 150- A máscara do gigante- Mario Vargas Llosa
- 155- O preço das alianças- Leonardo Avritzer
- 162- A Copa é um sucesso, e ponto- Alberto Carlos Almeida
- 166- Copa supera Oscar e Super Bowl na web- Loretta Chao
- 170- Os céticos estão perdendo espaço- Martin Wolf

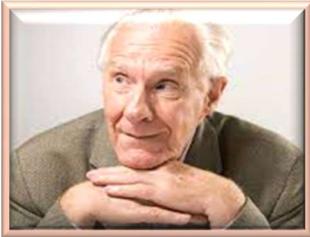
REFLEXÕES VII

- 174- Contra-ataque da natureza- **Claudio Angelo**
- 185- Este mar é meu- **Monica Gugliano**
- 193- Fazer, em vez de consumir- **Tarso Araújo**
- 204- Em busca do rebanho perdido- **João Luiz Rosa**
- 214- O missionário da esperança- **Leonardo Boff**
- 223- Meu legado será reduzir a desigualdade- **José Mujica**
- 228- A poesia da praça Taksim- **Orhan Pamuk**
- 239- A verdade sobre a vida no escritório- **Lucy Kellaway**
- 247- Dieta sem glúten prolifera, mas nem todos se beneficiam- **The Wall Street Journal**
- 251- 1964-2014: brutalidade- **Luiz Roncari**
- 256- Grande Sertão: Veredas- 50 anos- **Daniel Piza**
- 260- Sertão: mar e rios de histórias- **Davi Arrigucci Jr.**
- 276- Releitura rosianas- **Wilson Martins**
- 282- A república e o sertão- **Heloisa Starling**
- 293- O Brasil jagunço- **Willi Bolle**
- 299- A releitura de um clássico- **Karla Dunder**
- 301- Florduardo e sua venda- **Walnice Nogueira Galvão**
- 307- A tradição preservada- **Patrícia Villalba**
- 309- No calor da hora- **Antonio Candido**
- 316- Rosa para Goethe- **Curt Meyer-Clason**
- 320- Um dândi com os pés da terra- **Antonio Gonçalves Filho**
- 323- As gentes- **O Estado de S.Paulo**
- 330- Política e violência no grande sertão de Guimarães Rosa- **Maria Célia Leonel e José Antonio Segatto**
- 347- Gestão é o novo hit do showbiz- **Vanessa Jungendorf**

LUIZ BANCI

A filosofia é para todos

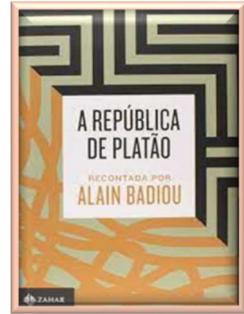
Alain Badiou



Badiou: "O que marca a filosofia é que as questões não mudam ao longo dos milênios. Tentar fazer uma sociedade justa é uma questão que continua contemporânea"

Durante seis anos, o filósofo, dramaturgo e romancista francês Alain Badiou se dedicou à tarefa de reescrever A

República de Platão. A empreitada não se resumiu a traduzir o texto grego, mas a uma atualização radical de seu tema, naquilo que o próprio Badiou denomina "um experimento de química": o que ocorre quando uma obra composta há mais de dois milênios é mergulhada em outro universo? O resultado é *A República de Platão Recontada por Alain Badiou*, lançado em 2012 e agora traduzido no Brasil. Badiou tem um fascínio particular por Platão.



Outro de seus projetos é a realização de um filme em Hollywood sobre a vida do pensador ateniense. Desde que começou a falar publicamente sobre essa ideia, ele já sugeriu que o elenco poderia incluir Brad Pitt, Meryl Streep e Sean Connery.

"Apesar de muito difícil, a filosofia é para todos. Como o cinema é a arte de massas por excelência, parece ser o caminho para mostrar o filósofo como alguém que vive de verdade, e não um barbudo distante. E Platão teve uma vida muito interessante", diz Badiou, que afirma já ter escrito dez sequências para um possível filme, de um total de 20.

A República é o mais antigo dos textos filosóficos sobre política. Escrito no século IV a.C., o diálogo se inicia com a questão de saber

REFLEXÕES VII

o que é a justiça e contém algumas das passagens mais célebres do discípulo de Sócrates, como o mito da caverna, uma metáfora sobre a busca da verdade. Na nova versão, a caverna torna-se sala de cinema. A tirania é chamada de totalitarismo. A sociedade ideal construída por Sócrates e seus interlocutores aparece como comunismo. E os sofistas, que na antiga Atenas eram os mercadores de opinião com os quais Platão se digladiava, são transformados em jornalistas.

"O jornalismo também é uma forma de transmitir a ideia e a verdade", diz o filósofo. "Mas a tentação sofística é enorme na mídia, como é no mundo universitário, sem falar na política." E conclui: "A grande lição de Platão é esta: a filosofia consiste em lutar contra o sofista que está sempre à espreita em todos nós".

Nascido em Rabat, no Marrocos, em 1937, Badiou é professor na Universidade Paris 8. Sua obra filosófica está publicada em dois grandes volumes, *O Ser e o Evento* (1988) e *Lógicas dos Mundos* (2006). O terceiro volume, que completa seu sistema, ainda não tem título e está sendo redigido. O público amplo também conhece Badiou por sua militância comunista de inspiração maoísta, expressa em diversos artigos e opúsculos¹.

Valor: Sua versão de A República faz pensar em Jorge Luís Borges, em particular, "Pierre Ménard, autor do Quixote".

Alain Badiou: Se não posso dizer que a empreitada foi inspirada em Borges, certamente faz pensar nele. As alegorias de Borges sobre a grande biblioteca, seu interesse pela multiplicidade das línguas, do



¹ **Opúsculo:** impresso ou livro pequeno, de poucas páginas.

REFLEXÕES VII

trânsito entre elas, o modo como constrói ficções intemporais, o ar de romance policial linguístico... Um momento que considero borgesiano em A República é quando, no meu livro, Sócrates fala de mim: "Badiou disse tal e tal". Esse é o tipo de montagem ficcional que agradava a Borges.

Valor: A cidade ideal de Platão poderia ser encarada como modelo abstrato, não fosse o fato de que ele tentou implantar suas ideias como conselheiro de Dionísio de Siracusa. Em que medida essas utopias podem ser perseguidas?

Badiou: É uma ilusão filosófica. Uma boa analogia é com o Iluminismo. Voltaire estava persuadido de que podia influenciar Frederico II da Prússia. Diderot foi dar aulas para a imperadora Catarina da Rússia. É uma tentação irônica. O filósofo lúcido, concentrado em seu pensamento, não se dá conta de que ser conselheiro privado de um déspota não é o melhor meio de fazer triunfar a filosofia. O déspota esclarecido é sempre mais déspota que esclarecido.

Em vez da aristocracia igualitária, como prega Platão, Badiou imagina a igualdade aristocrática, em que cada um tem acesso ao que há de melhor

Valor: Mas persiste a dúvida sobre a articulação entre pensar e agir.

Badiou: Quando se trata de política, estamos em outra seara, não no conhecimento, mas na transformação efetiva das relações sociais. Essas relações são construídas materialmente: quem controla os recursos, gente muito determinada a defendê-los, inclusive com violência. É preciso se engajar numa disciplina que não é a filosofia. É ilusão pensar que podemos pôr a filosofia no lugar da política ou vice-versa. A política tem princípios seus. Platão foi um grande pensador do que a política poderia ser, mas não foi um político. Não é em Platão que vamos encontrar a solução dos problemas políticos. O personagem da política é o militante, que não é uma figura platônica.

Valor: O senhor associa a noção de comunismo à ideia de uma aristocracia alargada...

Badiou: É uma ideia presente em Platão, que serve para mais do que o político. A cultura resulta dessa dialética² entre o que é comum e o que é "elevado". Trata-se de colocar aquilo que toma a forma do aristocratismo no coração do comum. Platão busca realizar algo como um comunismo no interior da aristocracia. Devemos inverter a fórmula. Em vez da aristocracia igualitária, a igualdade aristocrática. Fazer que cada um possa ter acesso ao que há de melhor na atividade humana.

Valor: O comunismo do século XX não se parece em nada com isso, mas o do século XIX muitas vezes reivindicou Platão; outras vezes, o rejeitou.

Badiou: Os comunistas do século XIX tinham uma relação complicada com Platão. O aristocratismo era algo que eles tinham de combater. Mas muitos comunistas utópicos consideraram Platão um dos primeiros comunistas. E é verdade. O que conta é a liberação da capacidade máxima da humanidade no que ela comporta de possibilidades criadoras. Num mundo estruturado pela concentração de capital, essa liberação é impraticável.

Valor: O senhor, que escreveu um livro contra [o ex-presidente francês Nicolas] Sarkozy, também falou em escrever contra o atual governo [do socialista François Hollande]...

Badiou: Nas últimas eleições [em 2012], escrevi um opúsculo cujo título era: "Sarkozy: pior que o previsto. Todos os outros: prever o pior". Hoje, na política, há uma convergência, a aceitação pura e simples de uma necessidade exterior que faz que não tenham nenhuma "ideia", no sentido platônico. Nenhum esquema de transformação real da situação.

² **Dialética**: em sentido bastante genérico, oposição, conflito originado pela contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos.

Valor: Falta o que aparece na sua versão de A República como "acesso ao absoluto"...

Badiou: O absoluto não é uma ideia fixa, como se acredita. Mas se nenhuma ideia, nenhum princípio, é absoluto, então não há nem verdade, nem princípio. Em nome de tudo ser relativo, pode-se mudar de opinião constantemente. É o que se vê no corpo eleitoral, com declarações opostas, antes e depois das eleições. Como nada é absoluto, isso é normal.

Enquanto não se produzir o que chamo de "sacudida dos eventos", algo que não seja redutível às maneiras de fazer da política atual, não se passará nada além dessa decadência molenga. Isso só pode ser interrompido por eventos, internos ou externos, que provocariam um tal choque subjetivo que seria necessário fazer uma completa revisão dos parâmetros. Estamos num daqueles momentos em que as coisas não dependem da decisão dos atores.

Valor: Os movimentos de contestação que surgiram desde 2008 não chegaram a nada?

Badiou: Foram mais sintomas da crise que propostas de transformação. Produziram proposições pouco radicais e foram incapazes de formular alternativas globais. Foram insuficientemente comunistas, no sentido etimológico: não radicalizaram o fato de que se trata de retomar, em condições novas, a luta contra o sistema dominante. Os jovens sentem que o mundo como está não convém, mas entre isso e a construção de uma política capaz de afrontar os inimigos temíveis que comandam o sistema, e que seja capaz de fixar etapas, encontrando formas de organização duráveis, há um abismo. Estamos no começo de uma longa marcha histórica que pode ser marcada por episódios terríveis. A questão que pouco a pouco se constitui é a da guerra, isto é, saber até quando a globalização vai se desenvolver sem que suas contradições estourem. O que vai sair disso tudo, não sei, mas afirmo que a única alternativa seria aquele comunismo aristocratizado.

Badiou vê a questão de uma "guerra" em perspectiva, na qual a globalização se desenvolve enquanto suas contradições não estouram

Valor: O que cresce hoje é o oposto: uma extrema-direita anti-intelectual.

Badiou: O fascismo é a ponta extrema da consciência de crise do capitalismo. A aparição de grupos nacionalistas fascizantes é parte do panorama. A fraqueza extrema do pensamento revolucionário é notável. Está sensivelmente mais fraco que nos anos 1930, quando já era limitado. Estamos numa conjuntura precária, um período intervalar. A antiga concepção revolucionária esgotou suas virtudes e a nova mal começou a nascer. Como sempre, as ideias novas estão atrasadas em relação ao conservadorismo.

Valor: Como o senhor chegou à ideia de que deveria trabalhar o texto dessa maneira?

Badiou: É um texto que conheço como se conhece um amigo. Fiz diversos cursos sobre ele e me dei conta, há uns dez anos, de que devia fazer algo diferente: mergulhá-lo na experiência contemporânea, no meu próprio universo, e ver o que daria. Foi como um experimento de química. Mergulhar um corpo em outro meio e ver o que dá.

Valor: O senhor imagina que esse tipo de iniciativa possa se tornar um gênero filosófico?

Badiou: Percebi que esforços parecidos foram feitos com outros textos da Antiguidade. Não fui o único, a não ser para textos completamente filosóficos. Houve uma nova tradução das Confissões de Agostinho [por Frédéric Boyer], e também das Metamorfoses, de Ovídio. Talvez a primeira tentativa tenha sido a de [Pierre] Klossowski, que buscou traduzir de maneira completamente nova a Eneida de Virgílio. Há uma pequena corrente, com uma nova maneira de visitar textos antigos, aproximando-os da língua viva. É uma aventura que indica algo, a busca de uma nova relação com os textos antigos.

Valor: No seu caso, redescobre-se a perenidade da questão da justiça, ponto de partida de A República de Platão.

Badiou: Platão foi o primeiro a escrever um grande texto sobre a justiça, um texto que foi meditado por séculos. Ele o fez nas

REFLEXÕES VII

condições da civilização grega. É um texto escrito em grande medida no espetáculo da decadência da cidade-Estado grega. Mas também nos permite ler a decadência da nossa própria sociedade. Com ajustes, pode-se fazer viver o pensamento de Platão. O que marca a filosofia é que as questões não mudam ao longo dos milênios. Tentar fazer uma sociedade justa é uma questão que continua contemporânea. O problema é explicitar a questão e seu valor eterno, além das circunstâncias particulares.

Empreitadas como a minha buscam preservar o caráter indispensável da reflexão filosófica sobre a justiça. Poderíamos dizer que é fazer justiça à justiça tratá-la assim, em vez de como um monumento que visitamos de vez em quando.

Valor: Alfred North Whitehead afirmou que toda a filosofia consiste em notas de rodapé a Platão. O senhor concorda?

Badiou: Talvez não dissesse isso de toda a filosofia, mas a ideia de que ela foi escrita à margem de Platão me parece verdadeira. Mesmo aqueles que se creem inimigos mortais de Platão esquecem que o próprio Platão pôs em cena seus maiores críticos. Hoje, conhecemos os principais sofistas a partir dos retratos extraordinários que Platão faz. Platão é o ancestral de seu próprio pensamento racionalista, claro, mas foi também o principal encenador das filosofias adversárias: os céticos, sofistas, niilistas. Foi o primeiro a pôr em cena pensadores tirânicos, que chamaríamos hoje totalitários.

Quando lemos textos de Platão, às vezes não sabemos quem está falando. Em muitos diálogos, quem defende expressamente o pensamento de Platão não é mais Sócrates. Podemos dizer que os elementos borgesianos já estão em Platão.

Valor: A figura histórica de Platão foi posta em categorias rígidas: o antidemocrático, o inimigo das artes, o racionalista.

Badiou: Escrevi o livro pensando na história contemporânea do platonismo. Platão foi o inimigo de quase todas as correntes

REFLEXÕES VII

filosóficas do século XX. Quem começou essa tradição foi Nietzsche, ao dizer que a Europa padecia da "doença Platão". Correntes opostas, como a filosofia racionalista analítica, que domina as universidades americanas, e a filosofia oficial do marxismo-leninismo soviético, estavam de acordo em um ponto apenas: ser contra Platão. A definição oficial soviética de Platão era: ideólogo dos proprietários de escravos. Os existencialistas viam em Platão o inimigo particular, porque era o teórico da essência. O juízo sobre ele, nessas escolas, é parcial, fragmentário e muitas vezes indefensável. Mas, logo no começo da história da filosofia, Platão põe em ação uma enorme gama de possibilidades. Todos que tentaram reduzir Platão a um sistema falharam. Pode-se sempre encontrar um diálogo que contradiz outro. É um pensamento em movimento. ●

Alain Badiou

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 2 de maio de 2014

Por uma nova macroeconomia

Philip Arestis



Philip Arestis argumenta que estabilidade de preços não garante estabilidade macroeconômica, e por isso é preciso ir além

A melhor coisa a fazer é deixar de lado o regime de metas de inflação e passar ao uso coordenado das políticas monetária e fiscal, com variedade de objetivos, incluído o de crescimento econômico sustentável. É a recomendação do economista Philip Arestis, diretor de pesquisas do Centro de Economia e

Políticas Públicas da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, crítico do "novo consenso macroeconômico". Segundo essa corrente teórica, a política macroeconômica deve mirar um único objetivo – a estabilidade de preços – usando-se para isso um só instrumento – o controle da taxa de juros.

A crise colocou em xeque, principalmente, a ideia de que a estabilidade de preços seria suficiente para levar à estabilidade macroeconômica, disse Arestis em entrevista ao Valor. Seria preciso ir além. Ele argumenta que os países deveriam se preocupar com outras questões, como o crescimento sustentável do PIB, a redução da taxa de desemprego e, especialmente, a estabilidade financeira. Neste aspecto, observa que poucas mudanças ocorreram na prática desde o princípio da crise. Após muita discussão nos Estados Unidos, que resultou na elaboração do Dodd-Frank Act – lei que determinou ampla reforma financeira, aprovada pelo Congresso em 2010 –, e mesmo depois da criação de um Comitê de Estabilidade Financeira na Inglaterra, ainda faltam mudanças substanciais.

Arestis nota que países antes satisfeitos com o regime de metas decidiram adotar outros mecanismos para orientação da política macroeconômica. Recentemente, o Banco da Inglaterra anunciou que só aumentará os juros quando a taxa de desemprego cair para

REFLEXÕES VII

7% ao ano, e seu presidente, Mark Carney, mostrou-se preocupado com a estabilidade financeira. "Países que miravam metas de inflação estão abandonando essa prática. Acho que, num futuro próximo, vamos ver ainda mais países fazendo o mesmo."

Arestis veio ao Brasil para uma série de palestras na semana passada. Passou por Porto Alegre, Vitória e Rio de Janeiro. Em Vitória, participou da conferência da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), quando foi homenageado com o título de patrono da AKB. A seguir, a entrevista concedida ao Valor.

Valor: Uma das discussões no Brasil, hoje, é o perigo de aceleração da inflação e como isso compromete o crescimento do país. Como o senhor vê essa relação?

Philip Arestis: Em termos gerais, entre inflação e crescimento do PIB há uma relação negativa, mas também existe uma relação positiva. Estudos importantes do Fundo Monetário Internacional sugerem que, quando a inflação não é maior do que dois dígitos (superior a 10%), essa relação é positiva. E quando há taxa de inflação maior do que isso, então a relação pode se tornar facilmente negativa. Nos países onde se dá o primeiro caso, deveria haver preocupação maior com outros elementos da economia, que importam mais do que a inflação, como o crescimento do PIB, aumento da taxa de emprego e a redução da taxa de desemprego, entre outros. Quando há inflação, por exemplo, acima de 20%, como ocorreu no Reino Unido nos anos 1970, o governo, naquele momento, adotou uma política que foi bem-sucedida por um período, de controle de aumento de salários e de preços.

Valor: E sobre o Brasil?

Arestis: No caso do Brasil, existe uma meta de inflação de 4,5%, podendo a taxa se situar dois pontos acima ou abaixo. Se for de 2,5% ou 6,5%, não há muito motivo para se preocupar. A inflação está hoje ligeiramente acima de 6,5%, mas acho que a taxa de inflação no momento não é um problema sério, já que está abaixo de dois dígitos.

Valor: O senhor é crítico do regime de metas de inflação

adotado por diferentes países....

Arestis: Acho que existem problemas com esse tipo de regime. Antes da crise financeira de 2007, os países que perseguiram metas de inflação pareciam ser bem-sucedidos, mas os dados mostram: antes de agosto de 2007, países que não perseguiram metas de inflação estavam também indo bem, tão bem quanto os que perseguiram essas metas, e algumas vezes até melhor. Nossa conclusão é que, antes de agosto de 2007, a globalização, a influência da China e de outros países mantiveram a inflação baixa e sob controle.

A coordenação de políticas monetárias e fiscais pode permitir que, além do controle da inflação, se tenha estabilidade financeira, diz Arestis

Valor: Quais países que não perseguem metas de inflação neste momento merecem ser mencionados?

Arestis: Os Estados Unidos são o melhor exemplo. O ato de reforma do Federal Reserve (Fed), de 1977, não fala em metas de inflação, mas sugere que o banco central deva perseguir estabilidade de preços e, ao mesmo tempo, precisa se preocupar com o crescimento econômico, taxa de desemprego baixa e taxa de juros estável. Mesmo considerando que o Fed estipula a taxa de juros básica da economia, isso não é o mesmo que uma política de metas de inflação. A União Europeia é outro exemplo interessante. Embora exista uma meta de menos de 2% de inflação, também se dá atenção ao crescimento da oferta de dinheiro em circulação na economia. É uma informação adicional para a estabilidade em médio e longo prazos. Isso é um pouco diferente dos sistemas de metas de inflação puros.

Valor: O senhor recomenda que o regime de metas de inflação deva ser abandonado?

Arestis: Sim, e não sou o único a dizer isso. No regime de metas, há um único instrumento, que é a taxa de juros, e um único objetivo, que é a estabilidade de preços. Deveríamos ter uma coordenação

REFLEXÕES VII

entre política monetária e política fiscal³ e, aliada a isso, instrumentos de estabilidade financeira. Coordenação significa as autoridades monetárias e fiscais se orientarem por objetivos comuns. E é preciso ter mais objetivos do que simplesmente a estabilidade de preços, como o pleno emprego, que é muito importante, assim como o crescimento sustentável do PIB. Não sugiro que se ignore a inflação completamente, mas existe um ponto em que a inflação talvez não seja o grande problema que as pessoas acham que é. E, nesse caso, a meta de inflação não é o regime certo a ser usado.

Valor: Entre as lições importantes da crise está esse novo modo de tratar a macroeconomia?

Arestis: Antes de 2007, a economia e os bancos centrais de diversos países aceitavam o preceito teórico que nos deu o regime de metas de inflação, consubstanciado no que se passou a denominar "novo consenso macroeconômico". Segundo essa corrente de pensamento, deve haver apenas um objetivo da política macroeconômica [estabilidade de preços] e apenas um instrumento para isso [manipulação da taxa de juros]. O banco central deve mirar a taxa em curto prazo e a taxa de médio e longo prazos deve ser deixada para um ajuste do próprio mercado. Essa crença foi posta em xeque, porque o mercado às vezes produz problemas.

O abandono do regime de metas de inflação, passando-se a ter mais instrumentos e mais objetivos, é provavelmente a melhor lição a extrair dessa experiência. Outra lição é que as autoridades devem se importar mais com a estabilidade financeira.

Valor: O que se deve entender por estabilidade financeira?

Arestis: A estabilidade procurada pode ser microprudencial, quando há preocupação com indivíduos e instituições específicas, ou macropudencial, quando nos preocupamos com todo o sistema

³ **Política monetária e política fiscal:** A política monetária diz respeito ao controle sobre a oferta de moeda. Já a política fiscal diz respeito ao controle da receita e dos gastos do governo.

financeiro. Essa preocupação, em particular, não existia antes de agosto de 2007. Mas alguns países têm levado isso mais a sério atualmente. O Banco da Inglaterra, por exemplo, criou o Comitê de Estabilidade Financeira, que se preocupa com o que ocorre com todo o sistema financeiro. Esse tipo de coordenação é muito mais importante do que uma meta de inflação. É importante para a estabilidade macroeconômica e para o crescimento. Se um país persegue apenas metas de inflação, não garante a estabilidade econômica. Prova disso é que, antes de 2007, por exemplo, autoridades do Fed diziam que vivíamos o período da Grande Moderação [fase de baixa volatilidade da economia americana, a partir dos anos 1980], e o presidente do Banco da Inglaterra afirmava que vivíamos em um período sem grande expansão da inflação, denominado Nice [sigla em inglês para "non-inflationary, consistently expansionary"]. De repente, em agosto de 2007, tivemos essa horrível instabilidade que deu início à crise, que ainda sofremos.

Valor: As autoridades monetárias e fiscais estão prestando mais atenção na estabilidade financeira depois da crise?

Arestis: Posso dar alguns exemplos. Nos Estados Unidos, de fevereiro ou março de 2008 até janeiro de 2009, houve tantos problemas com o setor bancário que o governo, o Fed e os comitês, no Congresso, estavam muito ocupados resolvendo os problemas dos bancos. Alguns estavam falindo, outros eram vendidos e houve tentativas do governo e do Fed de estabilizar o sistema financeiro porque perceberam a importância da estabilidade financeira geral.

Sabiam que, sem ajuda e intervenção, instituições financeiras poderiam produzir não só outros problemas, como uma segunda recessão, ainda pior. No Reino Unido, a criação do Comitê de Estabilidade Financeira mostrou que as autoridades sabem que precisam colocar em evidência a estabilidade. Os Estados Unidos produziram uma lista de mudanças que deveriam ser feitas para evitar outra crise dessa magnitude e elaboraram o Dodd-Frank Act, em 2010, que tem propostas para a estabilidade financeira. Mas não tenho visto muito mais esforços do que isso, nem nos Estados Unidos nem no Reino Unido. Temos evidências de que estão

REFLEXÕES VII

tentando, mas ainda não observamos mudanças reais e substanciais.

Mark Carney, presidente do Banco da Inglaterra, disse que só mexerá nos juros se a taxa de desemprego cair para menos de 7%, mas não deixa de se preocupar com a estabilidade financeira

Valor: E por que é assim?

Arestis: Isso requer mudanças importantes. Mas tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido o sistema financeiro não está feliz com essas alterações e produz argumentos contrários.

Valor: Se fossem implantadas, essas mudanças evitariam no futuro uma crise similar à de 2007?

Arestis: Não evitariam, mas seria melhor que fossem implantadas. Em minha opinião, deveriam ser feitas outras coisas, como separar mais detalhadamente as atividades de bancos comerciais das dos bancos de investimentos. Em 1933, o Glass-Steagall Act estabeleceu essa separação. Daí em diante, não houve problemas financeiros nos Estados Unidos, com apenas uma exceção, em 1965, quando um pequeno banco entrou em colapso. Nada parecido, portanto, com o que ocorreu entre 2007 e 2009. Devemos olhar mais para esse passado e aprender mais sobre o Glass-Steagall Act, revogado pelo presidente Bill Clinton em 1999.

Valor: Por que países ainda resistem e não abandonam a política de metas de inflação?

Arestis: Existe a crença de que o tamanho do setor público deve ser administrado por políticas que limitem a importância de seu papel na economia. Por trás disso está a ideia de que o setor privado é estável e o setor público, instável. Quanto menos o setor instável interferir no estável, menos problemas existirão. Se você deixar tudo para o setor estável, em suma, o mercado vai criar bem-estar. Muitas pessoas acreditam nessas hipóteses, o que pode explicar por que diferentes países preferem não usar política fiscal. Se for feita essa opção, os agentes econômicos, que são racionais e têm expectativas racionais – e sabem como a economia opera –, imaginam que vão pagar no futuro taxas maiores por causa de um

REFLEXÕES VII

aumento do *déficit* do governo no presente, em razão dos gastos maiores. Então, reduziriam seus gastos hoje, para pagar maiores impostos no futuro (necessários para cobrir o aumento do *déficit* público). Dessa forma, nada aconteceria em termos de impacto da política fiscal no crescimento econômico. Aquela racionalidade não é, porém, consensual. Muitos não acreditam que as pessoas são totalmente racionais e acreditam, claro, que o *déficit* do governo pode ser importante para ajudar nos problemas da economia, como o desemprego.

Valor: A política fiscal ficou em evidência com a crise, mas depois houve certo ceticismo em relação ao seu uso...

Arestis: Na reunião do G-20 de abril de 2009, decidiu-se recomendar o uso da política fiscal para evitar mais consequências negativas da crise iniciada em 2007. Essa tentativa em particular nos salvou de uma segunda Grande Depressão [como a dos anos 1930] e só tivemos uma Grande Recessão. Mas, de repente, as pessoas decidiram que a política fiscal poderia não ser a forma certa de agir e isso teve a ver com mudanças nos governos de vários países, que elegeram presidentes mais conservadores. Em 2009, houve também algumas implicações do uso da política fiscal no crescimento do *déficit* dos governos, que decidiram passar a evitar esse caminho para reduzir o *déficit*. Mas acho que isso é um grande erro porque, como vemos hoje na Europa, existe uma área periférica, Grécia, Portugal, Espanha e Chipre, que está sofrendo muito por causa desse tipo de ideia.

Valor: Há outros exemplos na história que deveriam ser olhados, de governos que fizeram uso amplo da política fiscal?

Arestis: Em 1816, no Reino Unido, depois das Guerras Napoleônicas, chegou-se a uma relação dívida/PIB de 250%. As pessoas, naquela época, incluindo Adam Smith, defendiam o recuo imediato dos gastos, mas o governo decidiu que continuaria a acelerar os gastos, sob o argumento de que a expansão da economia reduziria a dívida no futuro. Em 1865, houve de fato um

REFLEXÕES VII

crescimento econômico vigoroso e a dívida caiu de modo correspondente.

Crescer é, provavelmente, a melhor forma de reduzir a relação dívida/PIB. Mais do que a austeridade.

Valor: O momento agora é de recuperação da Europa e dos Estados Unidos? O senhor diria que os países que compõem os Brics perderam uma oportunidade de crescer mais?

Arestis: Quando os Estados Unidos e a Europa estavam indo bem, os Brics iam bem. E eles ainda não sofreram tanto quanto a Europa ou os Estados Unidos. O Brasil tem crescido, ainda que a taxas menores. A China diminuiu seu crescimento, a Índia tem taxas menores agora e a Rússia teve alguns problemas, mas não são iguais aos problemas da Europa. Esses países têm dificuldades por causa da situação da Europa no momento e porque a China não tem se saído tão bem quanto poderia. Mas o nível de crescimento do PIB na Zona do Euro [de 0,3% no segundo trimestre do ano] não pode ser generalizado. O próximo indicador pode vir ruim. Há taxas de desemprego muito altas ainda em vários países. Na Grécia, por exemplo, está em 27%. Na Espanha, 26%. Claro que há um ou dois países que vão bem, como Alemanha e França, e que produzem aquele aumento do PIB regional. Mas, se olharmos bem o que ocorre na Europa, esse 0,3% não diz nada. Há sérios problemas que devem ser analisados mais de perto. ●

Philip Arestis: Director of Research, Cambridge Centre for Economic & Public Policy (CCEPP).

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 23 de agosto de 2013

Passado, presente e futuro do euro

Carlos Eduardo Soares Gonçalves



A Europa estava cansada de guerras, machucada após dois dolorosos e custosos conflitos de grandes proporções. Resolveu então, nos anos 1960, que a solução para evitar novas catástrofes no futuro passava por incrementar a integração socioeconômica no Velho Continente. É esse o espírito do Tratado de Roma, de 1957, e do que brotou a partir dele nas décadas que se sucederam: mais comércio, mais mobilidade entre cidadãos dos diversos países, mais decisões tomadas conjuntamente sobre temas geopolíticos importantes, etc. E, para coroar esse processo de aproximação entre os países, no fim do século passado, uma moeda comum, o euro – segundo alguns, o maior experimento civilizatório jamais implantado.

Quando jovem, fui forte defensor do euro, um apaixonado que era por uniões monetárias, que são de fato uma construção econômica fascinante. Creio, hoje, mais velho e observando de perto o que ocorre com as economias da zona do euro, que os europeus deveriam ter parado antes, na integração comercial e dos mercados de trabalho (que, a propósito, não são nada integrados). O passo adicional, a criação do euro, foi, a meu ver, um erro – um erro romântico e, possivelmente, irreversível.

Concentremo-nos por uns instantes nos benefícios econômicos de uma moeda comum. Quais são eles, efetivamente? Resposta: redução de custos de transação, que vale para todos os integrantes da união; e credibilidade monetária, que é um ganho para aqueles países da união com dificuldades crônicas no lidar com a inflação interna.

Veja o que uma moeda comum faz: ela extingue a existência de uma taxa de câmbio traduzindo preços de um país para a unidade de

REFLEXÕES VII

conta de outro. De fato, como essa taxa de câmbio tipicamente oscila demais, muito mais do que o resto das variáveis econômicas, por sinal, comercializar sem ela é mais fácil: comprar e vender mercadorias e serviços na mesma moeda facilita a vida tanto de exportadores como de importadores, potencializando assim o volume de comércio fluindo entre as fronteiras dos membros da união. E os dados e a análise empírica sugerem que isso não é mera conjectura teórica: países que adotam uma mesma moeda transacionam mais entre si, isso já isolando o efeito de todas as outras variáveis que normalmente afetam os fluxos comerciais entre as nações, como distância, tamanho, existência de uma fronteira comum, de uma língua comum, etc. Como o comércio é um importante motor do desenvolvimento, temos aí um benefício relevante.

E a credibilidade monetária?

O Banco Central Europeu (BCE) foi institucionalmente desenhado à feição do Bundesbank alemão, um cão de guarda treinado para combater a inflação a quase qualquer custo. Nesse sentido, a localização da sua sede é simbólica: Frankfurt. Por conta dessa reputação anti-inflacionária, no momento em que um país decide abrir mão da sua política monetária interna, entregando-a ao BCE, o gerente do euro, ele está adquirindo um seguro contra inflação para todo o sempre. Num passe de mágica, a máquina de impressão de moeda desaparece das mãos do governo nacional, tornando-o incapaz de imprimir dinheiro para fechar rombos nas contas fiscais ou praticar populismos expansionistas em curta duração. Some-se com o truque inflacionário, ganha a população.

Para espanhóis, portugueses, italianos, gregos, fazia todo sentido "importar" essa credibilidade e liquidar com a inflação num piscar de olhos. Ou não?

Precisamos falar de custos, pois, afinal, nada nessa vida vem de graça. E uma moeda comum envolve custos econômicos importantes, que, no meu entendimento, suplantam mesmo os benefícios discutidos acima. Não poder acionar a política monetária quando isso é necessário, e fechar completamente o canal do câmbio

REFLEXÕES VII

dificulta sobremaneira o ajuste de uma economia atingida por choques adversos. Quando bate uma desaceleração da atividade econômica porque o preço dos bens que o país vende no exterior declina por algum motivo, o ideal é que se reduza rapidamente a taxa de juros e que se permita uma perda de valor da moeda frente à moeda dos parceiros comerciais. Ambos os movimentos contrabalançam a queda inicial deflagrada nos investimentos e nas exportações. Em outras palavras, juros reduzidos e taxa de câmbio mais depreciada funcionam como verdadeiros amortecedores, minimizando o impacto do choque negativo sobre o PIB e sobre o emprego. Mas, claro, com uma moeda comum, não há nem taxa de câmbio nem possibilidade de se reduzir juros – eles são decididos lá em Frankfurt. E Frankfurt só reduzirá o juro se a desaceleração for algo comum a um número elevado de países de toda a região. Ele é o Banco Central de todos e, portanto, problemas localizados, idiossincráticos⁴, não contam. Mas contam para o país em questão, claro, que fica de mãos quase totalmente atadas frente a dificuldades que não sejam comuns aos outros.

A Califórnia, ou o Texas, também às vezes enfrentam problemas econômicos que não dizem respeito ao restante da economia dos Estados Unidos. E o Banco Central daquele país não vem, nesses casos, em socorro. Califórnia e Texas poderiam reagir melhor a crises localizadas se tivessem bancos centrais e taxas de câmbio independentes. Então, em que dimensão esse par é diferente do par Portugal-Itália? Em duas importantes dimensões.

A primeira diz respeito à mobilidade do fator trabalho. É muito mais fácil para alguém que perdeu seu emprego na Califórnia migrar e encontrar outro em Chicago, por exemplo. É um país só, não se cruzam fronteiras, e fala-se a mesma língua. Já para um português desempregado, achar uma vaga na vicejante Frankfurt é bem mais difícil. Só para começar, ele precisará aprender alemão! Isso significa que um choque adverso que atinja a economia da

⁴ **Idiossincrasia**: característica comportamental peculiar a um grupo ou a uma pessoa.

REFLEXÕES VII

Califórnia não é tão problemático assim e, portanto, o Estado pode abrir mão de ter moeda e taxa de câmbio próprias; ao passo que um choque negativo que atinge a economia de Portugal precisaria ser tratado com solução mais caseira mesmo, dada a dificuldade em se encontrar um novo emprego na Alemanha.

A segunda diferença se localiza no âmbito da política fiscal. Quando o crescimento da economia californiana enfraquece e o desemprego se eleva, o governo central pode ajudar na recuperação, custeando gastos com seguro-desemprego, por exemplo, ou transferindo mais recursos para o governo local seguir pagando seus funcionários em dia ou até mesmo tocando investimentos públicos em infraestrutura. Quem paga impostos em Chicago ajuda o contribuinte da Califórnia na dificuldade, em troca de o da Califórnia ajudar o de Chicago quando o choque adverso muda de endereço. Afinal de contas, são todos americanos, todos cantam o hino no dia 4 de julho.

Os países da zona do euro, apesar de terem um Banco Central comum, não estão sob o guarda-chuva de um único poder fiscal. Este é de âmbito estritamente nacional, e me parece que o alemão de Frankfurt não aprovaria um sistema fiscal único que transferisse recursos de seu suado imposto para um português desempregado no Além-Tejo. A questão é espinhosa politicamente, e o mais importante no âmbito da discussão aqui é que, sem uma política fiscal comum, o ajuste a choques fica mais dificultado ainda: o alemão não paga pelo seguro-desemprego do português. Na verdade, é até mesmo pior do que isso, pois o tratado que deu origem ao euro, além de tudo, interfere na política fiscal dos países-membros, engessando-a. Por quê? Para impedir que eventuais farras fiscais desemboquem em pressão por relaxamento monetário futuro.

Ou seja, na tentativa honesta de isolar o BCE de pressões provenientes de países lenientes em termos fiscais, a lei que deu origem ao euro gera o efeito colateral de dificultar aumentos de gastos públicos quando são necessários no combate a recessões econômicas localizadas.

REFLEXÕES VII

Veja, portanto, que no frigidar dos ovos a moeda comum, ao tornar difíceis os ajustes a choques econômicos adversos e localizados, pode acabar acentuando a tensão entre os países-membros, em vez de atenuá-la.

O famoso tiro pela culatra. ●

Carlos Eduardo Soares Gonçalves: professor titular de economia da FEA-USP e autor de "Economia Sem Truques" e "Sob a Lupa do Economista".

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 18 de julho de 2014

O ovo e a galinha

Carlos Eduardo Soares Gonçalves



Perguntas dessa natureza são fundamentais para as ciências sociais em geral, e para a economia em particular. Parte da vida de um cientista social voltado a questões de natureza empírica é, de fato, sair diariamente em busca de relações de causalidade entre diversas variáveis. Contudo, identificá-las corretamente é algo muito, muito difícil. Mas em que pese isso, uma identificação estatística de qualidade é crucial para o desenho de políticas públicas. Vejamos.

Uma definição antes de prosseguirmos: "correlação" é uma grandeza estatística que capta o grau em que duas variáveis andam juntas. Se andam de mãos dadas, do tipo para onde vai uma vai a outra, a correlação é positiva e alta (o máximo é 1). Se se movimentam por caminhos opostos, a correlação é negativa (pode atingir no máximo -1). E quando a trajetória de uma é perfeitamente indiferente à da outra, a correlação é zero. Claro, o meio do caminho gera números entre -1 e +1. Fim da definição.

Pois bem, o grande erro de muita gente, dentro e fora das ciências sociais, é achar que correlações elevadas – positivas ou negativas – entre duas variáveis socioeconômicas são sinal claro da existência de relações de causalidade entre elas. Muitas vezes, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Ou a causalidade corre na direção contrária à sugerida pelo "teorista ingênuo".

Vou me esforçar aqui para convencê-los de que essa distinção entre correlação e causalidade, bem como a identificação correta do sentido direcional da causalidade entre duas variáveis, é de suma importância.

Um dia de sol. Na praia, muita gente e alto consumo de cervejas e sorvetes. Um dia de chuva, praia vazia e baixo consumo de cerveja –

REFLEXÕES VII

e de sorvete. Um cientista social sentado na frente de seu computador na cinzena cidade de São Paulo observa uma correlação positiva: "Hum, quando o consumo de sorvete mostra-se elevado na minha amostra, o de cerveja também está alto; e quando se chupa pouco sorvete na minha amostra, bebe-se menos cerveja. E o coeficiente de correlação é 0,95!" Até aí, vamos bem, mas vejamos o modelo com causalidade parido pelo cérebro desse cidadão cinzento: "Tenho uma teoria nova: quando as pessoas tomam muito sorvete, elas ficam com sede e bebem mais cerveja. Há uma causalidade correndo do sorvete para a cerveja". Implicação de política econômica a que ele chega após muito pensar no assunto: "Uma possível maneira de incentivar a indústria de cerveja que não anda bem das pernas é via subsídio público para a produção de sorvetes".

Mas não é nada disso, claro. O clima do dia, variável omitida da análise, empurra ambos os consumos na mesma direção – às vezes para baixo (no frio), às vezes para cima (no calor). Veja: um não causa o outro diretamente, em que pese a existência de uma alta correlação entre eles. A teoria está errada e, conseqüentemente, a sugestão de política pública também. Repetindo: nesse caso a correlação é gerada pela omissão de uma variável importante (temperatura) que deveria entrar na explicação dos vagares dos dois consumos.

E há outra fonte para confusão de que precisamos falar, que responde pelo nome de causalidade reversa. Nesse caso, há, sim, causalidade, mas corre na direção contrária da sugerida pelo teorista cinzento. Vamos aos exemplos.

Crimes e policiais. Certo estudo, em certo país, mostrou que onde há mais policiais ocorrem mais crimes. Uma ONG revoltada, com dedo em riste e subsídio público no bolso, levanta a tese de que a polícia, em vez de coibir a criminalidade, aumenta-a. E há como se demonstrar isso cientificamente, diz o presidente da ONG, que aparece nos jornais com um sofisticado *software* que traça correlações com imensa rapidez e apresenta uma forte correlação positiva entre número de policiais e crimes por regiões da cidade. Todos dizem, estupefatos: "oh!" O governo, pressionado pela

REFLEXÕES VII

opinião pública, abre uma investigação para entender o que está ocorrendo. Por que diabos justamente onde há mais policiais a violência e o crime são mais elevados, e não menos? Afortunadamente, a pessoa liderando as investigações já havia lido este artigo e encerra rapidamente a polêmica com uma simples frase: "Nos hospitais, muita gente morre, mas ninguém acusa os hospitais de causar a morte das pessoas". A ONG perde o subsídio público e fecha.

No caso do hospital, todos entendem num piscar de olhos que a causalidade só pode estar invertida: são os doentes, muitas vezes gravemente doentes, que se dirigem aos hospitais para ser tratados e aí, muitos, inevitavelmente, morrem; não são os hospitais que dão cabo de suas vidas.

Similarmente, mais policiais são enviados para locais onde a criminalidade é mais elevada (justamente onde eles são mais necessários), o que gera no dado estatístico a associação "mais policiais, mais criminalidade"; "menos policiais, menos criminalidade". Mas a direção de causalidade, assim como no caso do hospital, é a contrária da sugerida pela ONG. O comando da polícia envia menos contingentes para localidades onde eles são menos necessários, e mais para regiões mais críticas, o que gera uma correlação positiva entre violência e contingentes policiais.

No jargão do economista, para onde são enviados os policiais é uma decisão endógena, ou seja, que em si depende dos dados sobre a distribuição geográfica da violência. Isso dificulta muito inferir relações de causalidade. E note como a coisa pode virar um problema sério de política pública se, nesse caso, o investigador confundir correlação elevada com causalidade. Se aceita a tese dos policiais causando mais criminalidade, estaríamos muito encrencados. Nesse caso, para reduzir a criminalidade, o poder público reduziria seus contingentes de policiais ou então o comando da polícia, para não ser acusado injustamente de gerar violência, passaria a enviar mais policiais para regiões de baixa criminalidade (onde eles são menos necessários), despachando poucos policiais para regiões onde há mais criminosos (onde eles são mais necessários).

REFLEXÕES VII

Isso claramente teria sido um final ruim para nossa historinha: a correlação teria mudado de sinal, de positiva para negativa, mas a criminalidade teria aumentado.

Teria mesmo? Chamar a atenção para o problema estatístico da tese "mais policiais gerando mais crimes" não é prova de que mais policiais geram menos crimes. Certo?

Certíssimo, mas o que fazer então?

Às vezes, algum fenômeno natural, ou exógeno, como dizem os economistas, nos ajuda na tarefa de identificar causalidades corretamente. Como quando, nos anos 1990, uma bomba explodiu na Argentina perto de um centro de concentração de judeus. Por causa do atentado, e não de uma maior incidência de crimes, mais policiais foram enviados para a região, por um dado tempo. Eureka: o aumento do número de policiais foi exógeno à criminalidade tradicional. Nesse caso, mais policiais não foram enviados por causa de maior índice de furtos e assaltos, mas por causa da bomba. Então, a coisa da causalidade reversa, excepcionalmente, não atrapalha a análise estatística. Pois bem, o "efeito colateral" da tentativa de inibir novos ataques à comunidade judaica foi, sim, uma clara queda de roubos de carros na vizinhança, provando que mais polícia de fato reduz criminalidade.

Experimentos naturais como esses nem sempre estão disponíveis para o economista de plantão. E, portanto, é sempre difícil inferir causalidades com alto nível de segurança. A técnica estatística usada em situações mais normais é a de variáveis instrumentais.

Volto a esse tema em texto futuro, mas queria dizer, antes de finalizar, que, obviamente, é o ovo que "causa" a galinha; e não o contrário. ●

Carlos Eduardo Soares Gonçalves: professor titular de economia da FEA-USP e autor de "Economia Sem Truques" e "Sob a Lupa do Economista".

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 4 de julho de 2014

Eles são uma classe à parte

Dani Rodrik



Os muito ricos, como escreveu F. Scott Fitzgerald em frase célebre, "são diferentes de mim ou de você". A riqueza deles os torna "cínicos quando somos esperançosos" e os faz pensar que "são melhores do que nós". Se essas palavras soam verdadeiras hoje, talvez isso se dê porque quando foram escritas, em 1926, a desigualdade tinha alcançado alturas comparáveis às de hoje nos Estados Unidos.

Durante boa parte do período intermediário, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1980, a desigualdade nos países avançados foi moderada. A distância entre os super-ricos e o restante da sociedade parecia menos gigantesca – não apenas em termos de renda e de riqueza, mas também em termos de ligações e de finalidades sociais.

Os ricos tinham mais dinheiro, é claro, mas de alguma forma ainda pareciam fazer parte da mesma sociedade que os pobres, ao reconhecer que a geografia e a cidadania os faziam compartilhar um destino comum.

Como destaca Mark Mizruchi, da Universidade de Michigan, em recente livro, a elite corporativa americana do pós-guerra tinha "uma ética de responsabilidade cidadã e um egoísmo esclarecido". Colaborava com sindicatos e apoiava um papel forte para o governo na regulamentação e estabilização dos mercados. Compreendia a necessidade de impostos para custear bens públicos importantes, como as rodovias interestaduais e as redes de segurança sociais para os pobres e idosos.

Se os magnatas corporativos acham que não precisam mais depender de seus governos nacionais, estão enganados. A

REFLEXÕES VII

estabilidade e a abertura dos mercados que produzem sua riqueza nunca foram tão dependentes da ação governamental

As elites empresariais não eram nem um pouco menos poderosas, do ponto de vista político, naquela época, mas usavam sua influência para fazer avançar um rol de prioridades em ampla medida de interesse nacional.

Diferentemente, os super-ricos de hoje são "magnatas chorões", para usar o termo mencionado por James Surowiecki. O principal exemplo disso para Surowiecki é Stephen Schwarzman, o presidente do conselho de administração e principal executivo da empresa de compra de participações Blackstone Group, cuja fortuna ultrapassa atualmente US\$ 10 bilhões.

Schwarzman age como se "estivesse assediado por um governo intrometido, que vive cobrando impostos impensadamente, e por um povão reclamão, corroído de inveja". Ele sugeriu que "poderia ser bom elevar o imposto de renda dos pobres para eles se tornarem 'parte interessada', e que as propostas para acabar com a brecha do imposto sobre participação nos lucros dos fundos de investimento privados – do qual ele se beneficia pessoalmente – lembravam a invasão da Polônia pela Alemanha". Outros exemplos de Surowiecki: "o capitalista de risco Tom Perkins e Kenneth Langone, o cofundador da Home Depot, compararam os ataques populistas aos ricos aos ataques nazistas aos judeus".

Surowiecki acha que essa mudança de atitude tem muito a ver com a globalização. Grandes empresas e bancos americanos atualmente percorrem livremente o planeta, e não mais dependem tanto do consumidor americano. A saúde da classe média americana pouco lhes interessa nos tempos atuais. Além disso, argumenta Surowiecki, o socialismo está fora de combate e não há mais necessidade de cooptar a classe trabalhadora.

Mas, se os magnatas corporativos acham que não precisam mais depender de seus governos nacionais, estão tremendamente enganados. A realidade é que a estabilidade e a abertura dos mercados que produzem sua riqueza nunca foram tão dependentes da ação governamental.

REFLEXÕES VII

Em períodos de relativa calma, o papel dos governos na formulação e na sustentação das regras que regulamentam o funcionamento dos mercados pode ficar obscurecido. Pode parecer que os mercados estão no piloto automático e que os governos são um inconveniente que é melhor evitar. Mas quando as nuvens da tempestade econômica se juntam no horizonte, todo mundo busca abrigo sob o teto de seu governo de origem. É aí que os laços que atam grandes empresas a seu solo natal se revelam plenamente. Como situou muito bem o ex-presidente do Bank of England, Mervyn King no contexto das finanças, "os bancos globalizados são globais na vida, mas nacionais na morte".

Pense na intervenção do governo dos EUA para garantir estabilidade financeira e econômica durante a crise financeira mundial de 2008-2009. Se o governo não tivesse socorrido grandes bancos, a gigantesca seguradora AIG, e a indústria automobilística, e se o Federal Reserve não tivesse inundado a economia de liquidez, a riqueza dos super-ricos teria levado um grave golpe. Muitos argumentaram que o governo deveria ter se concentrado em socorrer os mutuários; em vez disso, o governo optou por apoiar os bancos – uma política da qual a elite financeira foi a maior beneficiária.

Mesmo em tempos normais, os super-ricos dependem do apoio e da atuação do governo. Foi, em grande medida, o governo que financiou a pesquisa fundamental que produziu a revolução da tecnologia da informação e as empresas (como a Apple e a Microsoft) que ela gerou.

É o governo que sanciona e fiscaliza o cumprimento das leis de *copyright*, patentes e marcas registradas que protegem os direitos de propriedade intelectual, garantindo aos inovadores bem-sucedidos um fluxo constante de lucros exclusivos. É o governo que subsidia as instituições de ensino superior que formam a força de trabalho qualificada. É o governo que negocia acordos comerciais



REFLEXÕES VII

com outros países para garantir que as empresas domésticas tenham acesso a mercados externos.

Se os super-ricos acham que não são mais parte da sociedade e que pouco precisam do governo, não é porque essa convicção corresponda à realidade objetiva. É porque a narrativa dominante do nosso tempo retrata os mercados como entidades independentes, autoalimentadas. É uma narrativa que aflige todos os segmentos da sociedade, a classe média não menos que os ricos.

Não há motivo para esperar que os super-ricos agirão de modo menos egoístico do que qualquer outro grupo, mas não é tanto seu egoísmo que atravanca a instauração de uma maior igualdade e de inclusão social. O empecilho mais significativo é a falta de reconhecimento de que os mercados não conseguem gerar prosperidade por muito tempo – para todos –, se não forem respaldados por sociedades saudáveis e pela boa governança. ●

Dani Rodrik: professor de Ciências Sociais do Instituto de Estudos Avançados, Princeton, Nova Jersey, autor de *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* no dia 17 de julho de 2014

O xerife do comércio mundial

Roberto Azevêdo



Quando combinei o almoço com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, ele sugeriu nos encontrarmos no restaurante às 13h10min. Meia hora antes, quando me preparava para sair de casa, o celular tocou. Ele avisava que já terminara uma reunião e podia chegar mais cedo.

Acelerei o passo em direção ao Tse Yang, o melhor restaurante chinês de Genebra, no Hotel Kempinski, à beira do lago de Genebra, mas fui antecedido em um minuto pelo diretor da OMC. Evitamos a varanda, área nobre nessa época de verão europeu, por causa do barulho dos carros, e escolhemos uma mesa discreta no canto interno.

"Adoro comida chinesa", tinha dito Azevêdo quando propus alguns restaurantes, incluindo o Tse Yang. E percebi que ele é um cliente da casa. Nem abriu direito o menu. "Eu sempre peço o mesmo prato, um picadinho com pimenta; venho muito aqui."

Roberto Azevêdo é hoje o brasileiro com o mais importante cargo na cena internacional, dirigindo uma entidade-chave na governança global. Engenheiro de formação, diplomata reputado e embaixador aos 50 anos, sua vitória para dirigir a OMC foi resultado de uma candidatura que não começou no Brasil e Brasília e hesitou em assumir. Foi somente no último dia para propor candidaturas na OMC, em 28 de dezembro de 2012, que a presidente Dilma Rousseff autorizou o Itamaraty a apresentar o nome de Azevêdo na lista que já tinha oito postulantes de todas as regiões do mundo. Foi decisiva uma reunião entre os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e do assessor internacional do Planalto, Marco Aurélio Garcia, para convencer a presidente. Isso tudo quando em Genebra

REFLEXÕES VII

vários embaixadores indagavam por que o Brasil demorava tanto, já que as chances de vitória eram reais.

O Itamaraty entrou, então, na campanha com todo peso. Azevêdo foi eleito até mesmo com a sustentação indireta dos que não votaram nele, como os Estados Unidos e a União Europeia. Os dois pesos pesados no comércio deram o voto ao mexicano, mas deixaram claro que podiam trabalhar com o brasileiro, uma posição considerável no sistema de escolha da OMC. O resultado da eleição "foi claro e sem ambiguidade" e Azevêdo esteve sempre à frente das preferências nas três rodadas de seleção, conforme afirmou na ocasião o presidente da comissão de escolha, o paquistanês Shahid Bashir.

Observo que a eleição está completando um ano e indago se na época o grupo dos Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – tinha preparado alguma reação em caso de derrota dele, para contestar o resultado.

"Ah, não sei", responde. "A escolha tinha muita visibilidade; o processo não é exatamente transparente, porque não é uma eleição, é um processo seletivo. É um grupo de três membros que consulta os países e decide quem acham que vai ser aceito por consenso. Aí é muito difícil um processo que não tenha suspeita. Mas no meu caso isso não ocorreu.

Foi impressionante a rapidez com que o resultado foi aceito, sem nenhum tipo de contestação", diz, enquanto tira o paletó.

É dia de jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo, e ele usa uma gravata com as cores da bandeira brasileira e a bandeira impressa no canto inferior. "Foi o Nuzman [Carlos Nuzman, presidente do Comitê Olímpico] quem me deu", conta.

Fã incondicional do Fluminense e participante de uma pelada que ocorria todo domingo, quando era embaixador do Brasil na OMC, Azevêdo conta que operou o joelho, em São Paulo, logo depois da eleição. Por causa da carga de trabalho, não conseguiu fazer a fisioterapia por muito tempo. "O joelho ainda está me chateando."

REFLEXÕES VII

Pergunto como ele reage aos comentários, nos jornais, de que o Brasil preparou mal a Copa do Mundo e as acusações ao governo de indolência e incapacidade de planejamento.

"Boa parte dessa visão negativa vem dos países centrais, que têm infraestrutura desenvolvida e tolerância menor à desorganização e à improvisação, que é característica natural do país e está ainda se desenvolvendo, como é o caso do Brasil. Vamos continuar tendo problemas de transportes, infraestrutura, que não vão ser resolvidos da noite para o dia. O Brasil é um país continental. Boa parte das críticas é injusta, mas não inesperada; é só olhar para o histórico de Copas."

O garçom, que visivelmente conhece o diretor da OMC, propõe as entradas. Ele escolhe a sopa suprême pékinois, eu vou pelo potage aux petits raviolis. Para beber, escolhemos refrigerantes *light*, o dele só com gelo, o meu com limão.

A dinâmica de Azevêdo, e da própria OMC, mudou desde que ele assumiu, em setembro. Imediatamente após ter tomado posse, ele fez o batismo de fogo no encontro dos líderes do G-20, grupo que reúne as maiores economias desenvolvidas e emergentes, realizado em São Petersburgo (Rússia). "Foi muito importante, porque ali dei um sinal de alerta para os líderes sobre a importância de se chegar a um acordo. Algumas pessoas depois me perguntaram o que falei lá dentro. Respondi que falei que eles tinham que se mexer.

Meu interlocutor disse que eles ficaram impressionados, porque a mensagem foi aparentemente muito dura. Acho que isso ajudou um pouco a movimentação política para fazer um acordo em Bali", comenta.

Em dezembro, Azevêdo costurou o primeiro acordo realizado nos quase 20 anos da OMC, resultado além da expectativa de boa parte dos países e apesar de obstáculos causados pela Índia, de um lado, e pelos bolivarianos, de outro – Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua. O pacote de Bali, de facilitação de comércio (reduzir barreiras nas alfândegas) era visto como crucial para manter a relevância da entidade e contrabalançar a crescente importância de pactos regionais e bilaterais de liberalização. Os EUA foram os

REFLEXÕES VII

primeiros a considerar que o acordo tem valor econômico de algumas centenas de bilhões de dólares.

Na plenária de encerramento em Bali, houve choro de parte do secretariado da OMC, incluindo do próprio Azevêdo. "Até minha família se surpreendeu, porque não sou uma pessoa que demonstra muito as emoções", revela. Toda vez que seu nome era mencionado nos discursos, vinha uma torrente de aplausos.

A essa altura, faço uma pausa nas questões para Azevêdo poder experimentar sua entrada. Recordamos rapidamente nossas preferências por restaurantes chineses em Brasília na época de estudantes da UnB. Ele conta que costumava ir a um chinês na Asa Sul, onde comia um prato à base de soja com carne moída, um tipo de feijoada chinesa, que não é servida com frequência. Eu relato que preferia ir ao Careca, um pequeno restaurante chinês na quadra 202 ou 203 Norte. "A 202 Norte é onde moram minha mãe e minha babá, que chegou lá a casa quando eu tinha 1 ano e é como uma segunda mãe."

Desde janeiro, Azevêdo viaja muito, sempre acompanhado de um ou dois auxiliares. Conta que acabou de chegar de viagem à China, Japão e Coreia do Sul. Também esteve na Casa Branca conversando com o presidente Barack Obama. Encontrou-se com o presidente francês François Hollande, os chefes de governo da Alemanha, Angela Merkel; do Japão, Shinzo Abe; do Reino Unido, David Cameron... A lista é grande. Curiosamente, em sua visita a Buenos Aires um imprevisto de última hora da presidente Cristina Kirchner atrapalhou o encontro de ambos.

A prioridade em Genebra é clara. Uma é implantar o que foi acertado em Bali, como o acordo de facilitação de comércio. A outra é finalizar até dezembro um programa de trabalho para concluir a Rodada de Doha. Só que todo mundo continua na "tomada de temperatura" sobre o apetite político para liberalização. Azevêdo avisa que há coisas óbvias que não dão para fazer, como concluir um acordo comercial global como o que se tinha negociado em 2008, quando a rodada foi praticamente bloqueada por causa de desentendimentos entre EUA, Índia e outros.

REFLEXÕES VII

Ele deixa a colher suspensa na mão, enquanto explica que é preciso tentar ser inovador com o mandato atual de negociação, mas admite que durante vários meses foi difícil conseguir uma reação das capitais, porque todos ainda estavam muito apegados aos livros de instruções de 2008. "Falamos em abrir um novo capítulo na negociação, mas as pessoas não têm muita clareza sobre como ir adiante."

A essa altura, o garçom serve o prato principal. O picadinho apimentado para Azevêdo, pato com molho apimentado para mim. Ele separa os pedaços de pimenta vermelha e as coloca num canto do prato, algo atípico para um baiano que diz adorar pimenta. E não toca no arroz cantonês.

Pergunto quais são os líderes mais entusiasmados atualmente para avançar em liberalização comercial, quando a economia mundial ainda patina. O diretor da OMC não hesita. "Na Ásia e na Europa há, sem a menor sombra de dúvida, um apetite grande, um novo ânimo. Eles todos ficaram surpresos com Bali. Bali foi algo que ninguém esperava. E acho que há a esperança de que isso seja realmente a abertura de uma nova época de acordos bem-sucedidos. Eles me cumprimentam pela facilitação de acordos e ao mesmo tempo pedem que continue mantendo atitude de impulso, que não deixe a coisa parar."

O diretor-geral tem de estar atento permanentemente a eventos que mudam um pouco a cara política do mundo e vão aparecer na dinâmica da entidade

Mas como explicar que são justamente asiáticos e europeus os que estão fazendo os mega-acordos regionais de comércio, o que poderia enfraquecer a OMC? "Olha, as pessoas parecem não acreditar quando falo isso, mas esses mega-acordos têm alcance limitado e os países reconhecem isso. Nunca vão substituir a abrangência de acordos multilaterais⁵. Os europeus dizem algo curioso, de que o

⁵ **Multilateral**: concernente a, que é do interesse de vários países (diz-se esp. de comércio).

REFLEXÕES VII

multilateralismo está no DNA deles, de decidir de forma colegiada. Os asiáticos também veem o multilateral como bem da comunidade internacional, que deve ser preservado e é a melhor maneira de conduzir negociações, não só comerciais."

O picadinho chinês é esquecido por momentos e ele vai adiante, animado pelo tema: "O próprio multilateralismo está em xeque. Há indícios de que não é fácil operar no multilateral. Dependendo do tema e do foro, as razões para isso mudam. Mas um traço comum é que temos uma geografia econômica e política muito mais diversa e multipolar do que no século passado. A configuração decisória da comunidade internacional mudou completamente. Antigamente, o G-7 [grupo dos países desenvolvidos] definia agenda, como ela ia avançar. Depois os países periféricos, que eram na verdade o resto do mundo, atuavam na margem do acordo, ajustando o que tinha sido decidido pelo núcleo central. Hoje, a própria definição do centro das negociações demanda uma quantidade de atores muito maior e mais heterogênea. E há uma mudança de cultura. Os países centrais, que estavam acostumados a tomar decisões com poucos à mesa, veem que hoje esse sistema já não funciona. O esforço para avançar multilateralmente é mais duro, mas é também mais legítimo".

Azevêdo oferece seu prato para o repórter experimentar, mas recusa a reciprocidade. "Evito sempre provar o prato dos outros porque posso gostar e terminar ficando com raiva do meu", diz, rindo.

Indago como ele, brasileiro, sentado na cadeira de diretor da OMC e posto privilegiado para sentir o pulso do mundo, vê o Brasil no momento. "O Brasil é uma economia em transição. Está passando por um momento o da definição em que é competitivo. Os custos de manutenção de competitividade, de forma não natural, artificial, são caros. Não só como dispêndio do Estado, mas também para o consumidor, para a economia que usa produtos às vezes menos eficientes e mais caros. Estamos passando a transição de modelo relativamente fechado para um mercado mais aberto, que leva a uma eficiência maior em médio e longo prazos, com maior integração nas cadeias de valor."

REFLEXÕES VII

Na sequência, Azevêdo observa que essa é uma transição difícil do ponto de vista social e político. "Social, porque quando vai se expondo mais à competição externa, e está acontecendo no Brasil, começa a ter desemprego setorial, localizado. E haverá desestruturação produtiva naquele setor – desemprego, empresas vão fechar ou mudar o tipo de produção e atividade. E há a dificuldade política também, porque o tempo para auferir os ganhos econômicos da reestruturação é mais longo do que o tempo político eleitoral. Se você faz abertura de mercado, que passa por essa transformação setorial forte ao longo de 10 ou 15 anos, significa que a economia vai realocar esses recursos de maneira mais eficiente. Mas muitas vezes do ponto de vista político isso não é viável, porque vai ter eleição. Não se pode esperar dez anos para ver a consequência daquilo. Mas isso não é fenômeno específico do Brasil. Como diretor-geral da OMC, eu vejo isso no mundo inteiro", afirma.

Pergunto se o Brasil estaria atrasado na integração dessas cadeias de valor. "Elas são uma realidade inescapável", responde. "Não senti no Brasil e em nenhum lugar por onde passei uma opção por modelo fechado. O que sinto, sim, é tentativa de subir na cadeia de valor e não ser produtor apenas de produtos primários. Vejo setores muito competitivos no Brasil, como o da indústria alimentícia e o aeronáutico. Outros estão se adaptando, e outros talvez não tenham nem condições de se adaptar."

Até que ponto a transição vai exigir presença maior do Estado na economia? Noto que alguns governos, para integrar melhor suas economias às cadeias de valor, estão pisando o acelerador de políticas industriais. Ele retruca que "até setores conservadores reconhecem hoje que a força do mercado por si só não é necessariamente a única mola propulsora de uma economia equilibrada". Menciona análise recente de Mark Carney, presidente do Banco da Inglaterra. "Ele mesmo reconhece que o Estado tem um papel na orientação da economia para aperfeiçoar o processo de transição de uma maneira que seja socialmente sólida."

Pergunto se tudo isso não é aumento de subsídios na área industrial, que nunca desapareceram. Numa resposta inesperada para um xerife do comércio mundial, Azevêdo diz: "Subsídio que

REFLEXÕES VII

tenha função positiva e temporária na reestruturação produtiva até pode ser justificado. O que não pode ser é permanente. Tem que haver clara estratégia transitória. Um setor que queira ser plenamente integrado nas cadeias de produção precisa ser capaz de caminhar com as próprias pernas. Se ficar dependendo de apoio ou proteção artificial, de longa duração, não vai se sustentar".

O garçom vai e vem, sempre atento, querendo saber se estamos satisfeitos. Preciso anotar algo, mas não encontro minha caneta. Azevêdo puxa a sua e oferece. "Não se esqueça de mencionar que eu tive de emprestar minha caneta para você", diz, rindo.

Azevêdo, no Tse Yang, sobre as críticas à atual Copa do Mundo: "O Brasil é um país continental. Boa parte das críticas é injusta, mas não inesperada"

No cenário atual, uma questão entre analistas é sobre a importância de negociar disciplinas multilaterais para as cadeias de valor, levando em conta que 60% do comércio mundial de mercadorias são de componentes. Azevêdo retruca dizendo que o acordo de facilitação de comércio já é uma consequência direta disso. Nota que a divisão de trabalho se intensificou muito com o acesso às inovações tecnológicas e hoje em dia ninguém mais faz estoque de mercadorias.

Ele cita conversa recente com o embaixador do México, que contou que no modelo do carro Escort, produzido em seu país, havia componentes de 42 países. "Agora digamos que você tem acordo comercial com 7 países; o que acontece com os outros 35, como vai viabilizar regras eficientes, dentro dos cronogramas e custos menores? Um acordo regional pode resolver mais para o produto final, para reconhecimento de padrão ou evitar duplicação de testes para segurança de produtos entre dois países, pode evitar barreiras específicas, mas nunca vai dar a horizontalidade de um acordo global na OMC", diz.

Ou seja, à medida que as cadeias produtivas se diversificam geograficamente, automaticamente se materializa a necessidade de disciplinar a relação entre os países de forma multilateral. "Até para exportar você precisa importar de forma eficiente. Se você tem

REFLEXÕES VII

aduanas ineficientes, torna-se um mau exportador, porque não consegue a garantia de fornecimento dentro dos prazos. Descumprir contrato de fornecimento é hoje pecado capital para quem quer se firmar como exportador."

Menciono o fenômeno agora da realocização, em contraposição à deslocalização de empresas para mercados mais baratos. Vários governos ricos dão ajuda para as companhias permanecerem nos países. Azevêdo concorda que isso está ficando comum em razão de dois fenômenos: "Primeiro, o desemprego alto mesmo com essa recuperação econômica atual. A questão do emprego é cada vez mais importante no contexto eleitoral. Segundo, na era digital a mão de obra qualificada tem mais mercado, mas a não qualificada, que diminuiu suas chances, também vota, tem força política e não pode ser ignorada. Parte dessas políticas [de realocização] é para acomodar essas camadas importantes".

Inevitavelmente, o papel da China entra na conversa. Afinal, é a maior nação comerciante do planeta. O diretor da OMC esteve recentemente em Pequim. Pergunto até que ponto a China quer realmente assumir mais responsabilidades na cena internacional. Para Azevêdo, Pequim não tem alternativa, a não ser a de um ator importante na governança global. "A própria escala da China implica isso. Não dá para fazer acordos sobre clima, comércio, câmbio, sem falar com a China. Não tem como se esquivar, acho que ela quer, sim, ser ouvida", responde.

Para ele, o compromisso da China com o sistema multilateral é claro. "A China não acredita em ações unilaterais. Procura em geral facilitar as negociações. É claro que não vai comprometer interesses específicos em benefício do multilateralismo. Mas tenta conciliar o interesse nacional com a preservação do foro multilateral."

Sobre uma dependência de países como Brasil, Peru, Chile em relação à demanda chinesa, o diretor da OMC acha que não há razões para alarme. "Na verdade, podemos falar de dependência mútua. O Brasil, em particular, diversifica bem suas exportações, se compararmos com países que têm dependência muito forte de determinados centros consumidores. Nenhum mercado absorve

REFLEXÕES VII

mais de 20% das exportações brasileiras. A China vai ser sempre um mercado consumidor importante e continuará comprando. O que pode vir a ter é maior poder de barganha na formação de preços."

Azevêdo pede como sobremesa um *beignet de fruits*, uma fritada de frutas. Já estamos perto das 15 horas. A agenda do diretor da OMC é carregada. Ele conta que para cada convite que aceita tem de declinar de 15 a 20. Há dificuldade até para ir aos Estados Unidos receber um prêmio dado por uma associação industrial. É que o calendário de viagens está definido até janeiro, tudo encaixado e difícil de mudar.

Comentamos o ritmo das viagens, no qual os encontros se sucedem desde o café da manhã até tarde da noite. Quando está fora, as atividades em Genebra não param, e ele precisa decidir de onde quer que esteja. Em cada país, normalmente há também o encontro com a imprensa local, com perguntas não exatamente sobre a OMC.

Indago como ele observa e reage a temas como a crise na Crimeia, a boa votação da extrema-direita na França e outros que agitam a atualidade internacional.

"Invariavelmente, esses desdobramentos terminam batendo na organização, não tenha a menor dúvida. Seja no endurecimento ou na flexibilização de uma posição negociadora, seja na dinâmica das negociações que às vezes inserem nelas um componente geopolítico que não estava presente antes. Hoje a questão da Ucrânia é claramente um componente de várias discussões que estamos tendo na OMC. Há uma tensão maior no diálogo entre as partes envolvidas. O diretor-geral tem de estar atento permanentemente a eventos que mudam um pouco a cara política do mundo e vão aparecer na dinâmica da entidade. Mas são desdobramentos que tendem a se acalmar. O que temos de evitar é que, no calor dos acontecimentos, sejam feitas erupções que se tornem depois irreversíveis."

E a extrema-direita, que vê a OMC como diabo, tal como a extrema-esquerda? Para Azevêdo, os partidos que apontam a OMC como organização com agenda diabólica só têm essa percepção até

REFLEXÕES VII

assumir o poder: "O novo poder vê logo que a realidade não é aquilo".

No começo deste mês, Azevêdo e sua mulher foram recebidos pelo Papa Francisco, no Vaticano. O diretor da OMC fez então o convite tradicional para o papa visitar a entidade, em Genebra. "Puxa, pensei que você ia me convidar para assistir à Copa do Mundo", brincou o papa argentino. Azevêdo riu e disse que ele próprio também gostaria de ser convidado para o evento. E, também brincando, propôs ao papa que os dois aproveitassem para rezar ali por uma final entre o Brasil e a Argentina. "Acho que me dei mal, porque se depender de reza ele sai ganhando de muito", ri o diretor da OMC, ao contar a história.

Abordamos a nova normalidade da economia mundial, que os economistas definem como crescimento pequeno por vários anos. Na OMC, não está claro até que ponto essa tendência também será de achatar o comércio. De um lado, a China e outros asiáticos utilizam a demanda doméstica cada vez mais como motor do crescimento, em vez das exportações. E isso tende a diminuir o comércio internacional. De outro, à medida que os Estados Unidos e a União Europeia voltarem a crescer mais, as trocas podem voltar a aumentar.

Pergunto quanto, afinal, ganha um diretor da OMC. Ele responde que tem o contrato-padrão. São 452 mil francos suíços por ano (US\$ 505 mil), livres de impostos, conforme cópia do contrato que ele mandou circular entre os 150 países membros. Em quatro anos no cargo, receberá cerca de R\$ 4,480 milhões no total. "Quando fui eleito não negocie nada. Colocaram-me o contrato na frente, e eu o assinei. Eu gosto do que faço. Se fosse por dinheiro, certamente não estaria trabalhando na OMC nem no governo", afirma. Ele conta que não recebe auxílio-residência, pois mora na casa funcional de sua mulher, a embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, côsul do Brasil em Genebra.

Observo que de toda maneira ele é proprietário de apartamentos no Rio, em Miami... "Mas tudo declarado no Imposto de Renda, direitinho", replica, enquanto recusa o cafezinho.

REFLEXÕES VII

Antes de nos despedirmos, comento que algumas pessoas no Brasil especulam se ele aceitaria no futuro ser ministro no país. Azevêdo reage rindo, enquanto veste o terno: "O meu futuro a Deus pertence". ●

Roberto Azevêdo: Roberto Carvalho de Azevêdo, diplomata brasileiro, Diretor-geral da Organização Mundial do Comércio. Considerado o diplomata brasileiro que mais entende de negociações comerciais, bem preparado e com bom trânsito dentro da OMC.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 27 de junho de 2014

Adoção da economia verde é inevitável, diz diretor do Pnuma

Steven Stone



A economia verde é inevitável e virá pelo bem ou pelo mal. Pelo bem é a rota dos países que desenharem uma estratégia para chegar à economia de baixo carbono. A outra via implicará o desenvolvimento de fortes setores destinados a limpar os estragos feitos na natureza no passado. Essa é a opinião de Steven Stone, chefe da divisão de Economia e Comércio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em Genebra.

Stone tem mais de 20 anos de experiência na interface entre economia e ambiente. Trabalhou 13 anos no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), antes de ingressar no Pnuma.

Na Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea) que acontece nesta semana em Nairóbi, no Quênia, Stone promoveu debates e divulgou estudos sobre energias renováveis e o financiamento à economia verde. Leia trechos da entrevista ao Valor:

Valor: Quando a economia verde vai começar a acontecer?

Steven Stone: A economia verde vai acontecer de um jeito ou outro, ou por *design* ou por *default*. Digo isso porque estamos contaminando mais e mais o ar, a água e o solo nas cidades e nas zonas rurais, e isso terá que ser limpo com grande esforço. Purificar a água, limpar o ar, descontaminar o solo, tudo isso é um novo setor da economia, o chamado "setor de bens e serviços ambientais" e vai crescer quanto mais o ambiente for contaminado. Mas esse não é o jeito que queremos que a economia cresça. Podemos mudar o modo que a economia funciona para reduzir os problemas ambientais que criamos pelo caminho, o que seria chegar à economia verde por

REFLEXÕES VII

design. Removendo as políticas fiscais que criam poluição, por exemplo, como os subsídios aos combustíveis fósseis.

Valor: Os recursos existem, mas estão no lugar errado?

Stone: Todos os anos há investimentos sendo feitos, entre 15% e 25% do PIB global, na formação de capital, que é só um jeito de dizer que o dinheiro vem sendo investido em escolas, educação, rodovias, usinas de energia, construções, infraestrutura. A pergunta é: o dinheiro está sendo investido do jeito certo? Está criando economia verde por *design* ou por *default*⁶?

Valor: Há um grande volume de subsídios equivocados?

Stone: Sim. Os subsídios aos combustíveis fósseis são próximos a US\$ 500 bilhões ao ano. Subsídios à água, outros US\$ 30 bilhões a US\$ 50 bilhões, principalmente para irrigação e bombeamento de água dos aquíferos para a agricultura. Subsídios diretos à agricultura, como nos EUA ou na União Europeia, são US\$ 350 bilhões ao ano. Subsídios para a pesca, entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões.

Valor: Para a pesca?

Stone: É para que a frota possa ir pescar mais longe, mais fundo, tirar até o último peixe do oceano. Não é um investimento no estoque de peixes, é um investimento no esforço de pesca. É exatamente a direção oposta para onde deveríamos estar indo porque sabemos que 80% dos estoques pesqueiros globais estão em colapso. É um bom exemplo de dinheiro indo para o lugar errado.

Valor: O que o sr. acha de uma taxa para o carbono?

Stone: Deveríamos parar de pensar em taxar carbono e pensar em preço do carbono que, neste momento, está muito baixo e não aparece no preço da gasolina ou do diesel. Carros produzem uma quantidade assombrosa de dióxido de carbono. Há uma imagem para ilustrar isso: um carro rodando na rua de vez em quando

⁶ **Default:** é uma expressão da língua inglesa que significa falta, descuido, negligência ou omissão.

REFLEXÕES VII

jogando pela janela um saco com um quilo de carbono. Isso tem um custo para o ambiente, e não está refletido nos preços. Temos que considerar esses custos e ter isso refletido no preço do carbono.

Valor: O que acontece na China?

Stone: O caso chinês é incrível porque o crescimento do país tirou milhões de pessoas da pobreza, o que foi uma tremenda conquista. Mas o que muitos não percebem é que 2/3 da terra arável da China estão contaminados e 60% da água dos rios principais e de aquíferos não são mais potáveis. É por isso que a China está liderando o que se chama, agora, de civilização ecológica. Porque o preço que o crescimento provocou no ambiente é tão grande que impôs um grande custo à economia.

Valor: Há uma mudança de consciência dos economistas?

Stone: Christine Lagarde, a diretora do FMI, está assumindo uma posição de liderança em muitos desses temas. Não porque são questões ambientais, mas porque são questões fiscais e econômicas. Ela se deu conta do custo verdadeiro do carbono para a sociedade e para a economia. ●

Esteven Stone: chefe da divisão de Economia e Comércio do Pnuma.
Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 26 de junho de 2014

Um plano inacabado

Claudia Safatle



O presidente Itamar Franco e o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, em 1994, no dia do anúncio do Plano Real



As pesquisas eleitorais revelam o descontentamento

da população com os resultados do combate à inflação. Segundo o Ibope/CNI, divulgado na semana passada, 71% dos entrevistados avaliam muito mal o controle da inflação por este governo.

Passadas duas décadas do mais bem-sucedido e engenhoso programa de estabilização – que derrubou a inflação anual de 2.477,15% em 1993 para 22,41% em 1995 e 1,65% em 1998, o seu menor nível –, esse é o retrato do Plano Real. Uma iniciativa heterodoxa, de convivência temporária com duas moedas, que deveria ter sido levada com determinação a índices mais neutros de inflação, mas ficou a meio caminho.

É claro que os preços, hoje, não crescem a dois dígitos ao mês como antes do Real. Em junho de 1994, às vésperas da circulação da nova moeda, a variação do IPCA foi de 47,4%. Mas uma inflação que ronda os 6% ao ano desde 2010, com os preços dos alimentos subindo mais de 10% ao ano, é motivo de preocupação e não de comemoração. A estabilidade de preços ainda não é uma sólida conquista da sociedade brasileira.

Debelar a hiperinflação, após tantas tentativas fracassadas, era o primeiro passo para construir uma economia mais eficiente, competitiva e um país menos desigual. O aumento generalizado e consistente dos preços no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990

REFLEXÕES VII

encobria as ineficiências e corrompia as informações sobre a real situação tanto do setor privado quanto das contas públicas federal, estaduais e municipais. Ao derrubar a inflação, as mazelas começaram a aparecer a partir, inclusive, da perda das receitas inflacionárias. Os estados, na sua maioria, estavam quebrados. Falimentar também era a situação dos bancos públicos – estaduais e federais – e de algumas instituições privadas. Mas só às vésperas da reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em setembro de 1998 – quando o Banco Central (BC) travava um embate com o mercado para segurar o câmbio –, foi que o governo se convenceu da necessidade de encerrar a farra fiscal. No fim daquele ano, reeleito para um segundo mandato, FHC se comprometeu com um duro ajuste nas contas públicas, no âmbito de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para socorrer o balanço de pagamentos. Na sequência, o governo conseguiu, em 2000, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Só às vésperas da reeleição de Fernando Henrique, em 1998, o governo se convenceu da necessidade de encerrar a farra fiscal

A partir da quebra dos monopólios estatais, as privatizações ganharam fôlego em setores-chave, como os de telecomunicações, energia, siderurgia e financeiro. Bancos estaduais foram vendidos e dois federais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, foram capitalizados pelo Tesouro Nacional. O programa foi levado adiante, sobretudo entre 1996 e 1999, e a venda das estatais rendeu cerca de US\$ 78 bilhões aos cofres públicos. Essa arrecadação, entretanto, não foi suficiente para estancar a crescente dívida líquida do setor público, que passou de R\$ 147 bilhões em junho de 1994 para quase R\$ 563 bilhões em dezembro de 2000, em valores correntes.

Havia, mais do que discussão ideológica, pelo menos dois motivos para vender as empresas nos anos 1990: as companhias não tinham recursos suficientes para bancar os investimentos necessários e o governo precisava de reais e dólares para fechar suas contas internas e externas.

A privatização, por mais polêmica que possa ter sido, deu um salto

REFLEXÕES VII

na oferta de serviços públicos, sobretudo de telefonia. Antes telefone era um bem de luxo, um ativo a ser declarado no Imposto de Renda. Havia fila e demorava anos para se conseguir uma linha telefônica da Telebrás. Hoje a compra e a habilitação de um celular tomam poucas horas.

Privatização mediante concessões foi o caminho encontrado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, a partir de 2012, por Dilma Rousseff, para viabilizar os necessários e urgentes investimentos em infraestrutura – rodovias, portos, aeroportos e ferrovias. Leilões de rodovias foram realizados no ano passado, mas as obras não começaram, enquanto as de seis aeroportos concedidos ao setor privado avançaram.

Em 1998, o Banco Central gastou boa parte das reservas internacionais para sustentar o regime de câmbio administrado. Câmbio valorizado foi um instrumento importante para conter o processo inflacionário pós-Real, ao baratear as importações para suprir a demanda interna.

Levada por tempo demais, a apreciação da moeda gerou grandes tensões até que, em janeiro de 1999, FHC trocou o comando da autoridade monetária, mudou a política cambial em meio a uma crise que se aprofundou com a troca de Gustavo Franco por Chico Lopes na presidência do BC e a adoção da banda diagonal endógena (grosso modo, câmbio flutuante).

Em fevereiro daquele ano, Armínio Fraga assumiu o comando do BC e instituiu o regime de taxas flutuantes para o câmbio. No mesmo ano, a política monetária passou a ser calcada no sistema de metas para inflação e o governo começou a cumprir as metas de *superávit* primário. Estava criado o tripé macroeconômico.

A primeira meta fiscal de FHC foi um *superávit* primário (que exclui os gastos com os juros da dívida) de 3,1% do PIB, percentual que oscilou para cima e para baixo nos anos seguintes, inclusive durante o mandato de Lula. Dilma Rousseff cumpriu a meta de 3,1% do PIB no seu primeiro ano de governo, em 2011, mas logo depois o governo optou por uma trajetória de afrouxamento fiscal que levou o resultado para 1,89% do PIB em 2013, ainda assim com bilhões

REFLEXÕES VII

em receitas extraordinárias. Para este ano a meta é de 1,9% do PIB. A medida real das condições fiscais, porém, é a do *déficit* nominal (que inclui os juros), que atualmente está na casa dos 3% do PIB.

O regime fiscal é importante para dar sustentabilidade à dívida pública como proporção do PIB – principal indicador de solvência do país – e para apoiar a política monetária. De pouco adiantam taxas de juros elevadas para controlar a inflação se o gasto público é crescente e aumenta a demanda agregada da economia. Políticas monetária e fiscal não podem ser dissonantes sob o risco de deixar o BC enxugando gelo e a inflação em descontrole.

O tripé vigorou por todo o segundo mandato de FHC. Lula assumiu em janeiro de 2003, no rescaldo de um forte ataque especulativo às vésperas das eleições, e fez um ajuste considerável no primeiro ano de governo, mantendo-se fiel às bases da política econômica de FHC. Nos três primeiros anos do mandato do novo presidente predominou a visão liberal na política econômica, com bons resultados. A partir de 2006/2007, ela começou a assumir contornos "desenvolvimentistas", na esteira do escândalo do *mensalão*.

Instituiu-se uma política de aumentos reais do salário mínimo, dos investimentos públicos em infraestrutura (o PAC), do crédito e do consumo, além dos programas de transferência de renda e reajustes salariais para o funcionalismo público. Foi, também, o período de substancial acumulação de reservas cambiais, com as pressões fiscais decorrentes da esterilização das reservas.

Lula pegou bons ventos externos que o ajudaram no crescimento econômico, com o *boom* das *commodities*. A inflação caiu de 12,5% em 2002 para 3,14% em 2006. O crescimento econômico foi de 3,5% em média nos quatro primeiros anos de Lula e de 4,62% no segundo mandato, sendo que em 2010 chegou a insustentáveis 7,5% – ano da eleição de Dilma Rousseff –, mas não sem deixar uma herança de problemas para a sua sucessora. O início do governo Dilma Rousseff foi de ajuste, com aumento do *superávit* primário e dos juros. Em meados de 2012, porém, a política econômica começou a tomar outro rumo, com a execução de uma "nova matriz

REFLEXÕES VII

econômica" fundamentada em taxa baixa de juros; câmbio competitivo e "consolidação fiscal amigável ao investimento", na definição do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, em entrevista ao Valor em dezembro de 2012. Naquela época o governo estava convicto de que o País experimentaria uma expansão forte dos investimentos. Não houve.

O compromisso com a meta de inflação de 4,5%, àquela altura, já era totalmente frouxo. "Inflação mais alta é algo relativo. Hoje, os economistas sabem que é bom tomar cuidado com inflação muito baixa. Porque taxas muito baixas levaram os bancos centrais a ter taxas de juros muito baixas, que, por sua vez, geraram estímulos à formação de bolhas de ativos. Esse tema, sobre qual é a taxa de inflação ideal, é controverso", argumentava Holland na ocasião.

Havia, assim, a percepção de que a inflação em torno de 6%, onde se situa há quatro anos, tinha um caráter "civilizatório", fruto da distribuição da riqueza em curso no País, que teve início na gestão Lula, e esse patamar seria bem tolerado pela população. Foi o abandono do tripé em nome de um modelo que teve curta duração.

Em meados de 2012, a política econômica passou a tomar outro rumo, com a execução de "uma nova matriz econômica"

A acelerada expansão do crédito, que sustentou taxas de crescimento mais exuberantes, encerrou seu ciclo com o aumento da inadimplência. A retração dos bancos privados levou o governo a estimular as instituições públicas a avançar na oferta de crédito para o consumo. As famílias, endividadadas, estão mais cautelosas e os bancos públicos respondem, hoje, por metade do crédito no País.

A transição para substituir o consumo pelo investimento como motor do crescimento econômico esbarrou na perda de confiança de empresas e consumidores no governo e no atraso das concessões de serviços públicos para o setor privado. A economia, que pelos prognósticos oficiais deveria crescer 4% desde o início da gestão Dilma Rousseff, não deslanchou.

É fato que o mundo que tanto ajudou Lula não colaborou com Dilma – desde a crise de 2008/09 a economia mundial cresce pouco

REFLEXÕES VII

e acabou o *boom* das *commodities*. Mas não há como atribuir toda a decepção ao resto do mundo, como tenta agora justificar o governo. Há responsabilidade interna, independente dos restos da crise externa, sobre o desânimo que se disseminou na produção e no consumo domésticos. Caso contrário o Brasil não estaria no último lugar em uma lista de mais de 40 países, de acordo com pesquisa global sobre o Índice dos Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês). O país foi para o fim da fila por conta própria.

Do lado externo, a situação também deixou de ser confortável. De 2003 e 2007 o país acumulou *superávits* nas transações correntes do balanço de pagamentos, mas de 2008 para cá a situação se reverteu. O *déficit* em conta corrente em maio era de 3,61% do PIB, ou US\$ 81,9 bilhões.

De exportador de capitais o Brasil passou a ser importador, mas isso também não se converteu em aumento do investimento. O quadro externo não chega a ser dramático, mas não é muito prudente diante da perspectiva de aumento futuro dos juros internacionais.

No primeiro trimestre deste ano o Brasil sofreu um rebaixamento da agência *Standard and Poor's* no *rating*, mas ainda mantém o "grau de investimento", conquistado a duras penas em abril de 2008. O corte na nota do País decorreu da deterioração das contas do governo central e das incertezas em relação à política fiscal. Desde as estripulias contábeis do Tesouro Nacional, em 2012, e os sucessivos arranjos dependentes de receitas extraordinárias, dividendos das estatais ou renegociação de débitos tributários (Refis), os dados fiscais passaram a ser olhados com lupa e desconfiança.

Nunca foi fácil para a classe política compreender que há limites ao crescimento das despesas públicas e que o Estado não produz dinheiro, mas apenas o recolhe da sociedade sob a forma de impostos e o redistribui.

Soma-se à deterioração das contas públicas o endividamento do Tesouro para emprestar aos bancos federais, sobretudo ao BNDES. A União transferiu mais de R\$ 400 bilhões para o banco estatal emprestar a juros subsidiados a empresas privadas sem que elas

REFLEXÕES VII

tenham aumentado a taxa de investimento. Resultado: os juros implícitos da dívida líquida do setor público são crescentes e muito acima da taxa Selic.

Dilma assumiu com taxa Selic de 10,75% ao ano, que subiu para 12% com o objetivo de combater a inflação no primeiro ano do governo, foi reduzida a 7,25% e hoje é de 11% ao ano.

Juros baixos e câmbio competitivo eram objetivos acalentados pelo Palácio do Planalto e concebidos na nova matriz econômica. A curta experiência de juro baixo, que em termos reais chegou em alguns momentos a ser de 2% ao ano, decorreu do excesso de liquidez internacional, de juros reais negativos nos países desenvolvidos e de uma crise nos países da zona do euro. A combinação da redução da expansão monetária nos Estados Unidos com o aumento da inflação no Brasil demandou elevação da Selic a um patamar superior ao encontrado por Dilma. Com um agravante que não houve nos governos passados: o atraso nos preços da gasolina e da energia elétrica que contaminou as expectativas inflacionárias para 2015 e ainda debilitou a Petrobrás.

No último ano do governo Dilma, candidata à reeleição, os dados do primeiro trimestre são desalentadores. A economia cresceu 0,2%, a taxa de investimento (o estoque) caiu de 18,2% em igual período do ano passado para 17,7% do PIB, a taxa de poupança de 12,7% foi a mais baixa desde o ano 2000. O mercado considera provável uma retração no segundo trimestre, mas o governo não.

A permanência de mecanismos de indexação – estendidos ao salário mínimo por Lula – e experimentalismos em busca de atalhos que levassem da estabilidade de preços para o crescimento sustentado de forma indolor deixaram o Plano Real inacabado. Chegou-se a trabalhar, em 2011, em propostas ambiciosas de desindexação da economia que abarcariam desde os investimentos financeiros indexados ao DI (juros médios das operações interbancárias) a preços que teriam uma indexação "oculta" – ou seja, preços que, embora livres, não obedecem aos ciclos econômicos e trazem algum mecanismo de correção automática.

Um grupo de técnicos do governo traçou uma detalhada radiografia

REFLEXÕES VII

do que teria que ser feito nos preços administrados e livres para desatrelá-los da inflação passada. Boa parte dos administrados, responsáveis por 30% do IPCA, são regidos por contratos com reajustes anuais atrelados a índices gerais de preços e 70% dos preços livres também são corrigidos por algum mecanismo que leva em conta a inflação passada. Um exemplo disso são as negociações salariais que tomam como piso o percentual de aumento do salário mínimo. O assunto morreu.

Com um persistente aumento real dos salários superior aos ganhos de produtividade, o mercado de trabalho em pleno emprego e o salário mínimo indexando as aposentadorias do INSS, o seguro-desemprego, o abono salarial, seria muito difícil conter a inflação.

Uma economia que não cresce ou cresce pouco, porém, perde as condições de reduzir as desigualdades e fica sob risco de queda do emprego. Os dados de ocupação na indústria divulgados nesta semana pelo Ministério do Trabalho e Emprego são inquietantes. Houve um movimento generalizado de fechamento de vagas na indústria de transformação em maio e, em 12 meses, o saldo de vagas abertas é de apenas 3.618.

Consolidou-se, no setor privado, a desconfiança no governo. A piora dos índices de confiança que precedem a desaceleração ou mesmo recessão econômica tem sido contínua e as tentativas do governo de reverter esse cenário foram malsucedidas.

A transição para substituir o consumo pelo investimento como motor do crescimento esbarrou na perda de confiança no governo

Por 12 anos a meta de inflação no Brasil está estacionada em 4,5% ao ano com margem de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo para acomodar choques de oferta. Foi curta a tentativa de progredir no processo de desinflação e a meta está estabelecida para até 2016.

De 26 países que adotam o regime de metas, em apenas 3 – Gana, Indonésia e Turquia – o índice de preços ao consumidor supera a alta de 6,4% registrada pelo IPCA nos 12 meses até maio. Países da América Latina têm objetivos mais restritivos. No Chile, na

REFLEXÕES VII

Colômbia e no México a meta de inflação é de 3% e no Peru, de 2%. As bandas de flutuação para acomodar eventuais choques, nesses países, são de um ponto percentual.

São várias as explicações para o Brasil ter inflação mais elevada do que os outros países que adotam o regime de metas, da inércia à elevação da renda que pressionou os preços dos serviços, passando ainda pela desconfiança na autonomia do Banco Central do Brasil para combater a alta dos preços com elevação dos juros. Em nenhum outro país se acumulou, também, uma defasagem de preços e tarifas públicas como aqui, afetando negativamente as expectativas pela perspectiva de reajuste maior da gasolina e energia a partir do próximo ano.

Ideal para a economia brasileira seria ter uma taxa de inflação mais próxima da que têm os principais parceiros comerciais do País. Há quem estime como adequada uma meta de inflação de 3% ao ano, que seria uma taxa mais neutra para as decisões econômicas e menos prejudicial para a competitividade externa.

Quando do início do regime de metas, o Conselho Monetário Nacional, em 2001, fixou como alvo para 2003 um IPCA de 3,25%. Foi a última tentativa de desinflação. Em 2007 houve um intenso debate no governo sobre a possibilidade de estabelecer uma inflação menor como meta, já que o IPCA de 2006 havia sido baixo, de 3,14%, e as expectativas do mercado estavam até abaixo da meta. Mas venceu quem foi contra, desperdiçando uma oportunidade ímpar.

De 2005 para cá, ao perenizar a meta de 4,5%, buscou-se privilegiar o crescimento econômico. O País ficou sem os dois.

Às vésperas das eleições presidenciais de outubro, o Brasil se vê diante de duas possibilidades: retomar o caminho da restrição fiscal e colocar um teto para a expansão do gasto público, corrigir os preços represados, administrar a política monetária para levar a inflação à meta de 4,5%, reduzir os subsídios ao crédito público; ou prosseguir no atual caminho.

Tudo será tão mais fácil quanto maior for o voto de confiança da

REFLEXÕES VII

sociedade no novo governo. ●

Claudia Safatle: estudou Jornalismo na Universidade de Brasília (UnB).
Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 27 de junho de 2014

LUIZ BIANCI

A questão ainda é fiscal

Delfim Neto



Delfim: "Foram retiradas do empresário brasileiro as condições de competição. Eliminou-se a mais poderosa alavanca de modernização e de expansão da economia que é o comércio exterior".

O Plano Real foi uma "obra-prima", "uma pequena joia", mas "nunca terminou", avalia o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto. "Nunca, na verdade, o governo decidiu fechar o *déficit* fiscal", criticou, em entrevista ao Valor. Para

Delfim, uma consequência perniciosa da falta de um maior apoio fiscal foi "a valorização do real muito superior ao que seria necessário". Ele sempre foi um crítico ácido da excessiva valorização da moeda brasileira frente ao dólar, por entender que isso prejudicava a indústria brasileira. "A empresa brasileira foi submetida à maior carga tributária do mundo, à maior taxa de juros do mundo e ao câmbio mais valorizado do mundo", afirmou. O ex-ministro disse que a redução da capacidade exportadora do Brasil é um processo iniciado antes do Plano Real, mas, na opinião dele, "o real acentuou isso".

Pela falta de vontade política de enfrentar a questão fiscal, Delfim disse que "até hoje o País não consegue caminhar com um equilíbrio razoável". Embora considere que o Brasil "não esteja à beira do cataclismo", o ex-ministro acha indispensável abrir um espaço fiscal para que se possa adotar, em caso de necessidade, uma política anticíclica.

Para ele, o problema central do País, hoje, é o aumento persistente do salário real acima do aumento da produtividade. "Não tem política monetária nem política fiscal que sejam capazes de enfrentar esse problema." Delfim disse que a distribuição de renda realizada nos últimos anos decorreu de uma melhoria nas relações

de troca do País e de um aumento considerável no *déficit* do balanço de pagamentos. "Agora isso vai ter que mudar. A distribuição está comendo o crescimento. Teremos que reduzir a velocidade da distribuição." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Como o senhor viu o Plano Real na época? Foi um mecanismo engenhoso?

Delfim Netto: Foi uma pequena joia. Foi uma contribuição importante, prática, dos economistas brasileiros que dele participaram. Alguns deles tinham as experiências de outros programas de estabilização, mas era um conceito novo. Desde o início, achei que o negócio iria funcionar. Alguns economistas que participaram ativamente do plano, da concepção, tinham sido alunos do Dornbusch [economista Rudiger Dornbusch] e do Fischer [economista Stanley Fischer]. O Fischer e o Michael Bruno tinham produzido o plano de Israel, que foi a primeira tentativa efetiva de fazer estabilização com sucesso. O Plano Real fez coisas absolutamente fantásticas. Ele liberou todos os preços, criou uma moeda, a URV, em que se media tudo em torno dela, estabilizou a distribuição da renda, pois fixou os salários em URV como média, e fez tudo aquilo que era necessário para que, quando os preços fossem liberados, não houvesse mais tensões escondidas. A distribuição de renda era aquela que a sociedade queria, os preços estavam livremente flutuando, bastava, portanto, fixar a âncora, que foi o câmbio. Foi uma obra-prima. Muito bem imaginada, que honra a inteligência de seus formuladores. Mas o plano nunca terminou. Nunca, na verdade, o governo decidiu fechar o *déficit* fiscal. Nunca o governo decidiu enfrentar de verdade os problemas da indexação. Foi-se arrastando com um pé. Primeiro, com uma valorização do real muito superior ao que seria necessário se tivéssemos tido um apoio fiscal maior.

Valor: Na época, o senhor foi um crítico muito ácido da valorização do real, pois achava que iria prejudicar a indústria brasileira.

Delfim: E prejudicou. A empresa brasileira estava sendo submetida, em primeiro lugar, à maior carga tributária do mundo, que não

REFLEXÕES VII

podia ser eliminada na exportação, porque se tinha tanta confusão que o governo era incapaz de fazer isso. Em segundo lugar, o País tinha a maior taxa de juros do mundo, para sustentar a valorização do câmbio. E, terceiro, o Brasil tinha o câmbio mais valorizado do mundo. Então, foram retiradas do empresário brasileiro as condições de competição. Ou seja, eliminou-se a mais poderosa alavanca de modernização e de expansão da economia que é o comércio exterior. No fundo, esse é um processo que vem desde 1984. Essa ideia de que se tinha uma política de substituição de importações antiquada, não sei o quê, é pura conversa para boi dormir. O País tinha um câmbio que era o *crawling peg* [sistema de câmbio administrado, em que a taxa vai sendo ajustada ao longo do tempo], que era um câmbio relativamente desvalorizado; tinha-se construído uma tarifa efetiva adequada e, mais do que isso, tinha-se o *draw-back*⁷ verde amarelo. Ou seja, a importação era considerada como fator de produção. Se você importasse o produto para exportar, era livre (de tributação). Naquele tempo, existia um plano de desenvolvimento da indústria automobilística em que se estava construindo no Brasil uma plataforma exportadora. O Brasil estava ligado com o mundo. Isso tudo foi destruído. Hoje, o País está completamente afastado da estrutura industrial mundial, não tem ligação alguma com o mundo. Esses anos todos de valorização cambial levaram os exportadores a se transformar em importadores. O defeito básico é anterior ao real, mas o real acentuou isso. O governo Fernando Henrique Cardoso deu duas ou três contribuições importantes para o Brasil e deu uma tragédia.

A primeira contribuição foi a estabilização, que foi uma maravilha. Depois, a lei de responsabilidade fiscal, que é outra pequena joia. E com a estabilização ele conseguiu a reeleição, que foi a maior tragédia que ele vai deixar para a história do Brasil.

O Plano Real tinha em si uma pílula de suicídio, no sentido de que até hoje o País não consegue caminhar com um equilíbrio razoável

⁷ ***Draw-back***: política econômica de um país que incentiva importação de componentes para, depois, serem exportados em equipamentos novos processados.

Valor: Por quê?

Delfim: Na verdade, está provado que em um país em que não há o menor controle social, a reeleição é um instrumento perigoso, é um instrumento que termina, inclusive, com a democracia. Isto porque o poder incumbente⁸ adquire um controle tal da sociedade que não tem como competir.

Valor: No início do real, não houve uma preocupação muito grande com a questão fiscal?

Delfim: No primeiro governo Fernando Henrique não houve o menor controle fiscal. Só quando o País quebrou, em 1998, que o governo foi correndo para o Fundo Monetário Internacional (FMI), em que o Bill Clinton [então presidente dos Estados Unidos] salvou o Brasil, pois, se naquele momento o Lula ganhasse a eleição, despreparado como estava o PT, teria sido uma tragédia. Por pressão do Clinton, o FMI tergiversou, nos deu um dinheirinho, depois o Fernando Henrique voltou ao Fundo em 2002 de novo. No primeiro governo FHC [Delfim mostra uma tabela], a média do *déficit* público nominal foi 5,3% do PIB. No segundo mandato, foi 4,4% do PIB. No primeiro mandato do Lula, foi 4% do PIB e no segundo mandato, de 2,9% do PIB. Agora, nós estamos com 3,2% do PIB. O que eu digo é que nunca houve um esforço fiscal de verdade. O Plano Real foi um sucesso tão grande, o Plano foi tão brilhante, que tinha em si uma pílula de suicídio.

Valor: Em que sentido?

Delfim: No sentido de que até hoje o País não consegue caminhar com um equilíbrio razoável. Nós estamos em uma situação desconfortável. O Brasil não está à beira do cataclismo. Mas 3,5% de *déficit* fiscal nominal não é uma coisa saudável. Ter uma dívida bruta de 60% do PIB não é uma coisa saudável. Tudo bem, faz dez anos que o País está com dívida bruta constante. A dívida líquida, não se pode mais usar [como parâmetro], pois está toda destruída. Mas é evidente que se amanhã o País tiver necessidade de um plano

⁸ **Incumbente**: que encarrega, que dá incumbência, que manda.

anticíclico de verdade, não terá espaço para isso. A dívida vai para 80% do PIB e o Banco Central puxa o juro para a lua de novo, sobrevaloriza o câmbio.

Valor: Ao contrário de 2008/2009, quando havia espaço.

Delfim: Havia espaço. Hoje, não. É a única coisa inconveniente e que o governo tem, em um momento qualquer, de entender isso. Não tem nenhuma tragédia. A questão da inflação, por exemplo, a gente discute, discute, mas são coisas óbvias. Em primeiro lugar, não é possível, persistentemente, estimular o salário real, acima do aumento da produtividade. Isso é como um sanduíche: você coloca no pão um pedaço de carne e joga mostarda. Quando você apertar o sanduíche, a mostarda vai sair para o lado. Ou vai sair como inflação ou vai sair como *déficit* em conta-corrente, que é o que nós estamos vivendo. Não é o salário mínimo [o problema], mas é aquilo que nunca foi tirado. É ligar o mínimo a todo o resto. Hoje, é o salário mínimo que determina a despesa pública. Este é único país do mundo em que isso sobrevive. O salário mínimo é um instrumento muito útil. Agora, você não pode, além de garantir o poder de compra para o aposentado, garantir o aumento de produtividade *per capita*. Não se pode usar o salário mínimo para fixar o salário-educação, fixar o seguro-desemprego, o abono salarial, etc.

Valor: Ou seja, em algum momento o salário mínimo terá que ser desvinculado dos demais benefícios sociais.

Delfim: Não tenho dúvida disso. Mas, no Brasil, isso só vai ser feito quando estiver caindo no abismo. Aí aparece um campeão e corrige tudo isso. O drama é que nós estamos jogando fora uma oportunidade de ouro. O crescimento medíocre e uma distribuição de renda medíocre do Fernando Henrique elegeram o Lula. Um crescimento um pouco mais elevado e uma distribuição melhor elegeu a Dilma. Agora, a distribuição está comendo o crescimento. Agora tem que ter uma mudança. É isso.

Valor: Durante a implantação do Plano Real, o Brasil enfrentou várias crises internacionais. A Ásia quebrou, depois a Rússia quebrou. Em que isso pesou na execução do plano?

REFLEXÕES VII

Delfim: A crise asiática explicitou o erro do câmbio no processo de estabilização da economia brasileira. Nós teríamos sofrido muito menos se não fosse esse erro. O que eu digo é que a concepção do plano foi extraordinária, a armação foi perfeita, só que a execução foi toda pontuada por dificuldades, por problemas. Eu acho que faltou convicção do centro do governo do que precisava ser feito, ou seja, o ajuste fiscal.

Valor: Vinte anos depois do Plano Real, a inflação mostra resistência, girando em torno de 6% ao ano. Em sua opinião, quais são os fatores que mantêm a inflação do Brasil elevada?

Delfim: No momento em que se aumenta, sistematicamente, o salário real acima da produtividade não tem como você caminhar... Não tem política monetária nem política fiscal que sejam capazes de enfrentar esse problema. Tem, sim. Você entrega o Banco Central independente para um sujeito que seja um profundo portador de uma ciência monetária, ele põe os juros a 40% ao ano, faz uma recessão para valer, desemprega todo mundo e tem uma inflação de 4,5%. Tudo bem. Isso no quadro-negro funciona. No livro-texto também. Só que no Brasil real não funciona. Não tem política fiscal que compense isso. A não ser que o governo produza um excedente gigantesco e baixe o nível de atividade. É preciso compreender o seguinte: se não tiver o apoio da política salarial, não há política de combate à inflação que funcione. Nós estamos vivendo neste momento exatamente isto. A inflação está em 6,5%, mas você tem guardado aí pelo menos 1,5% ou um pouco mais. E isso é péssimo para o combate à inflação. Porque no combate à inflação é importante a expectativa. O Banco Central está funcionando. Estou achando que a queda da atividade vai ser maior do que a gente suspeita. Eu não sei se já não tem a mão pesada demais. O trem está chegando. Chegou o primeiro vagão, chegou o segundo, chegou o terceiro. O nível de atividade está caindo. Começou na indústria. Passou para o comércio. Está chegando ao serviço. Há os primeiros sinais de que vai ter desemprego. O câmbio se valorizou. Ou seja, está funcionando [o aperto monetário]. O ritmo de crescimento do crédito desacelerou. Está tudo na direção certa. No momento em

REFLEXÕES VII

que se instalar a ideia de que a expectativa de inflação vai cair, a correção será rápida. Por que isso não acontece? Por causa do erro do governo de esconder a inflação. Ou seja, todo sujeito que pensa diz o seguinte: não, a expectativa de inflação não vai cair. A expectativa de inflação vai primeiro subir e aí eu não sei o que eles vão fazer, pode ser uma tragédia, e aí vai cair.

Valor: Não há uma compreensão muito clara de alguns setores do governo sobre a função das expectativas no sistema de metas de inflação.

Delfim: Hoje, eu estou convencido de que não é um problema econômico. É um problema ecológico. O ambiente é pouco propício para a reprodução da espécie. O que está acontecendo? O ambiente deteriorou. As pessoas se sentem mal. É a diferença entre o andar de baixo e o andar de cima. O andar de baixo continua se sentindo muito bem, porque ele não enxerga que, na frente, o País está indo para bater em um muro. O andar de cima já viu tudo isso e é muito preconceituoso. Acho uma coisa ridícula ser contra as cotas, ser contra o Bolsa Família. É ridículo. Quem tem que se sentir bem? É o povo, é a sociedade. E, segundo, é quem produz, é quem investe. É quem toma o risco de investir. Foi aqui que houve uma destruição da relação entre o governo e o setor privado. Mas o governo está aprendendo. Essa é que é a verdade.

Valor: Essa resistência da inflação não está relacionada com os resquícios da indexação, que não foram retirados?

Delfim: Com essa política monetária que está aí, que está funcionando, se invertesse a expectativa, a inflação ia cair. Agora, não cai porque a própria ação do governo elimina a possibilidade de reduzir a expectativa. A política de controle de preços nega a expectativa. Para ela cair, ela precisa antes absorver os erros que foram cometidos tentando corrigi-la equivocadamente.

Valor: A correção de todos esses erros às vésperas da eleição é uma coisa meio complicada.

Delfim: Eu não acredito que vá ter nada. Eu continuo achando que a Dilma vai se reeleger. E estou apostando no fato de que ela é uma

mulher inteligente, que ela está aprendendo. O governo demorou um pouco para entender como se faziam as concessões de infraestrutura e está se aperfeiçoando. A minha convicção é a seguinte: uma sociedade civilizada só se constrói com o jogo dessas duas instituições: a urna e o mercado. Um corrigindo o outro. A urna ainda está muito satisfeita, a urna não está vendo parede alguma. O mercado está antecipando o que a urna ainda não vê. Ou seja, as dificuldades do mercado não migraram para contaminar a urna. O que eu acho é que a Dilma tem ainda uma boa probabilidade de se reeleger. E é preciso, portanto, a gente ajudar na direção de corrigir esses defeitos.

Com essa política monetária, a inflação ia cair. Não cai porque a própria ação do governo elimina a possibilidade de reduzir a expectativa

Valor: Há uma discussão neste momento sobre a meta de inflação. Inclusive, propostas de candidatos de reduzir a meta. O que o senhor acha disso?

Delfim: Eles estão absolutamente defasados da teoria econômica mais moderna. Todo mundo está vendo que 2% de inflação já não é tão satisfatório. Aprenderam que é preciso ter uma taxa de inflação que torne flexível o salário.

Se puder ter 3%, muito bem. Se puder ter 2%, muito bem. Até ter uma crise. Em minha opinião, 4,5% de inflação seria confortável se a flutuação estiver em torno da meta e não ficar namorando o limite superior da banda. O problema é o laxismo⁹ com relação à meta. Alguns dizem que a meta é de 2,5% a 6,5%. Não, a meta é de 4,5%, com um intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para acomodar choques de oferta ou, eventualmente, de demanda. Essa ideia de desmontar o que está feito não funciona, pois as pessoas receberam os benefícios que só foram possíveis porque o País teve uma melhoria dramática das relações de troca, porque o País fez *déficits* em conta-corrente gigantescos. O governo distribuiu o que

⁹ **Laxismo**: ausência de restrições morais, tolerância excessiva, permissividade.

tomou emprestado e o que ganhou de presente. Isso terminou. Quando a Dilma entrou, começou a cair a relação de troca. Foi possível distribuir porque pegou um vento de cauda. Agora, não, a Dilma está pegando um vento de frente.

Valor: Há um entendimento de que o Brasil não vai mais contar com esse vento de cauda.

Delfim: É, isso acabou. Daqui para a frente, você precisa afinar os seus instrumentos. Primeiro, você não terá o presente. O nosso naviozinho estava no mar. Subiu o nível do mar, o navio subiu junto. O PT pensa que foi ele quem elevou o nível do mar. Agora, o nível do mar está baixando, ele não quer saber disso. Ele diz: isso não é comigo. É com a Dilma. E terminou também a possibilidade de continuar com o *déficit* em conta corrente de 3,6% do PIB. Nós temos que pensar que temos que ganhar a vida honestamente. Não vamos receber nem presente mais do mundo e nem financiamento mais do mundo. Nós temos que viver com as restrições físicas do nosso sistema. Nós temos que entender que a identidade da contabilidade nacional é inviolável.

Quando eu tento violar, eu só faço besteira. O sistema de preços tem dificuldades, mas o ser humano não inventou um melhor. Então, eu preciso respeitar o sistema de preços. Eu preciso, na verdade, abrir um espaço para a política fiscal. Não é porque eu vou quebrar. Não. É porque eu vou precisar disso em algum momento, em que afrouxar a demanda. Eu preciso também fazer convergir a minha inflação para 4,5% e esquecer a ideia de que 6,5% é meta.

Valor: Os economistas estão dizendo que não será mais possível fazer, daqui para a frente, uma distribuição de renda na mesma velocidade com que foi feita nos últimos anos.

Delfim: Eu acho que foi feita uma distribuição correta. Você recebeu de presente e tomou emprestado. A consciência nacional é a seguinte: eu só posso distribuir o que já foi produzido. Não posso distribuir o que não foi produzido. A posição de cada um é o degrau em que ele se encontra. O sujeito que subiu quatro degraus tem que ficar no quarto degrau. Ele vai chegar ao quinto com um tempo

REFLEXÕES VII

maior do que ele passou do terceiro para o quarto. Mas ele vai chegar ao quinto. Agora, você tem que dar para ele a esperança de que ele vai chegar ao quinto. Você não pode dar o quinto para ele hoje. Você vai ter que compatibilizar o investimento com a distribuição.

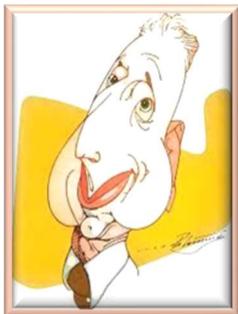
Nenhum dos dois vai parar. Você tem que acelerar o investimento, mas não prejudicar a distribuição. Você tem que reduzir a velocidade da distribuição. E é isso que vai ter que ser feito, mantendo os programas sociais. ●

Delfim Neto

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 27 de junho de 2014

A moeda para a modernização

Persio Arida



Persio Arida: "Inflação de 6% ao ano é uma mensagem ruim porque mostra que o governo é muito complacente"

Um dos principais formuladores do Plano Real, o economista Persio Arida afirma que o programa de estabilização era parte de um conjunto de iniciativas para modernizar o Estado e a economia. No espaço de seis anos, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre outras medidas, privatizou estatais, quebrou monopólios, renegociou as dívidas dos estados e criou um marco – a Lei de Responsabilidade Fiscal – para forçar os entes federados a equilibrarem suas contas.

"[O Plano Real] era um primeiro passo, necessário, já que com hiperinflação não há condições políticas nem sociais de se pensar em nada a não ser em combatê-la", explicou Persio, que, em coautoria com André Lara Resende, idealizou a URV (Unidade de Referência de Valor), uma espécie de moeda virtual que precedeu a criação do Real. "O Estado herdado do governo militar era intervencionista, planejador e produtor. O Real era a mudança para a concepção moderna de Estado, em que este se relaciona com a economia privada via agências reguladoras, proibindo abuso de concorrência."

Para o economista, hoje integrante do conselho de administração do banco BTG Pactual, o projeto modernizador foi abandonado nos últimos anos pelas gestões petistas. Na verdade, houve retrocesso, uma vez que, desde a crise de 2008, o governo tomou gosto pelo "desenvolvimentismo" do período Geisel, com aumento da presença do Estado na economia e dos gastos públicos, elevação do crédito direcionado e tolerância com inflação alta.

"O governo achou que tinha uma crise keynesiana de falta de

demanda, portanto, achou que precisava ampliar gasto e o crédito públicos. Na verdade, a contração da demanda, de investimentos, era um momento tópico, que se combate com taxas de juros mais baixas. Teria sido muito melhor para o Brasil reduzir drasticamente o custo de financiamento e não expandir em um centavo o gasto público ou o volume de crédito", criticou.

Valor: O senhor já escreveu que o Plano Real está incompleto. O que quer dizer com isso?

Persio Arida: São três coisas diferentes. Primeiro, o Plano Real se inseria em um contexto maior, de modernização do funcionamento do Estado e das instituições brasileiras. É claro que era um primeiro passo, necessário, já que com hiperinflação não há condições políticas nem sociais de se pensar em nada a não ser em combatê-la. Toda a discussão política gira em torno disso. Mas a estabilização foi o primeiro passo. Depois vieram outras medidas: fim da moratória, Lei de Concessões, privatizações, renegociação das dívidas dos estados, Lei de Responsabilidade Fiscal, o fim do problema dos bancos estaduais.

O País teria muito a ganhar, por exemplo, se tivéssemos não só mantido a inflação em 4,5%, mas também se o BC tivesse mandato independente

Valor: Fim dos monopólios?

Arida: Também. Era um projeto de modernização do Estado brasileiro. O Estado herdado do governo militar era intervencionista, planejador e produtor. É a noção de que cabe ao Estado desenvolver o País. Daí, as grandes estatais, a interferência na economia, créditos subsidiados direcionados, etc. O Real era a mudança para a concepção moderna de Estado, em que este se relaciona com a economia privada via agências reguladoras, proibindo abuso de concorrência. O foco do Estado está nas suas atividades precípuas: educação básica, saúde pública, transporte e segurança. A energia política está voltada para isso – e não para criar estatais ou dar créditos subsidiados para alguns setores.

Valor: Seria o Estado mínimo?

REFLEXÕES VII

Arida: O problema não é o tamanho do Estado em si, mas o que ele faz. Se o Estado está preocupado em gerenciar uma estatal para essa direção ou outra, em dar subsídio a este setor ou outro, se obriga o País a entrar num molde de um planejamento centralizado, está fazendo errado. O Brasil, hoje, 20 anos depois, tem um mercado de capitais muito mais desenvolvido do que tinha naquela época. O que era verdade com o Plano Real é muito mais agora. O outro Estado – o que se volta à educação, saúde, transporte público e segurança –, se for maior ou menor, é secundário. O que o Estado faz, o que percebe como sua função, é que muda. E esse projeto modernizante, liberal na construção do Estado, que existia quando o Real foi lançado e nos oito anos seguintes, infelizmente avançou até certo ponto durante o governo Lula, mas depois foi paralisado, se é que não houve um forte retrocesso em algumas coisas.

Valor: O fato de este projeto modernizante ter sido paralisado representa um risco para a estabilidade em médio e longo prazo?

Arida: Sim e não. É claro que, de um lado, se o Estado faz o que não devia e deixa de fazer o que deve, aos poucos você vai ter uma economia com taxas de crescimento cada vez mais baixas por excessiva interferência estatal e uma insatisfação social enorme porque o Estado não faz o que deve. São duas consequências ruins do retorno da concepção de Estado vinda do governo militar, que coincide, *latu sensu* (em sentido amplo), com o que é o chamado desenvolvimentismo.

Valor: A rigor, o ex-presidente Ernesto Geisel era um desenvolvimentista?

Arida: É a mesma concepção de Estado, da qual muitas vezes a esquerda gosta. A única diferença é que antes se anunciavam com fanfarras os planos quinquenais, curiosamente imitando o regime soviético. Mas, a rigor, pouco crescimento, insatisfação social, não tem nada a ver com estabilidade de preços. A princípio, não afeta a estabilidade de preços. Se você jogar isso ao longo do tempo, cria uma enorme pressão para o Estado aumentar gastos, fazer o que não deve e uma enorme pressão sobre o próprio sistema, com

REFLEXÕES VII

controle de preços. Porque, se o País cresce pouco, a arrecadação tributária é pequena, os gastos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) crescem, então, a situação fiscal começa a se deteriorar. E, vale lembrar, o Real foi lançado tendo sido precedido de uma emenda constitucional que assegurava condições fiscais mínimas para sustentar a estabilização.

Valor: Mas, no primeiro mandato de FHC, os gastos públicos subiram muito. Só houve disciplina fiscal quatro anos depois.

Arida: O orçamento aprovado pelo Congresso é fixado em termos nominais. A arrecadação de impostos segue a atividade real. Então, em períodos de inflação elevada, na prática, qualquer que seja o valor que se aprove em janeiro, o valor real da despesa vai ser muito menor. Mas quando você breca a inflação, a arrecadação é a mesma, mas o valor real da despesa passa a ser aquele valor anunciado em janeiro e não o valor médio do ano. Isso faz com que todas as despesas subam, portanto, você tem um problema fiscal de partida, corrigido ao longo do tempo.

Valor: Alguns economistas dizem que permitir uma inflação mais alta, de 6%, 7%, faz o País crescer mais e abrigar certas demandas sociais.

Arida: Essa tese é um equívoco gigantesco. A nossa banda de meta de inflação – de 2,5% a 6,5% – é muito generosa. O centro da meta, de 4,5%, é muito alto. Isso importa porque, quanto mais estável o nível de preços, menor é a dispersão de preços relativos, portanto, mais eficiente fica o funcionamento do sistema de mercado.

Quando aumenta a dispersão de preços relativos, o segredo de como funciona a economia de mercado, que é a informação que o preço relativo transmite, fica afetado. Por que o Brasil tinha crescimento tão baixo e sofria quando a inflação era 20% ao mês? Se todos os preços sobem 20% ao mês, que diferença faz? Faz uma enorme diferença porque eles não sobem todos ao mesmo tempo. Você não sabia quando o preço tinha subido, se tinha acabado de subir, portanto, em termos relativos se aquele bem estava caro ou se iria subir no dia seguinte. Então, a dispersão de preços relativos faz com

que a economia de mercado perca eficiência. Nesse sentido, quando você vai de 4,5% para 6%, primeiro não vai acontecer nada. Se você anunciar essa mudança, todo mundo revisa os planos para 6%, a inflação esperada passa a ser 8% ou 9% porque mostrou que você não tem credibilidade nenhuma. Se a inflação pula para esse nível, você não ganha nada em termos de crescimento.

Valor: A inflação também não pode ser muito baixa...

Arida: É claro que não. Não se pode correr o risco de deflação e tem que levar em conta que muito do que a gente chama inflação é mudança tecnológica embutida. Se eu compro um computador hoje e ele tem o mesmo preço em termos reais do que tinha há dois anos, estou me enganando: ele caiu de preço porque oferece muito mais qualidade hoje do que há dois anos. Mas com essas pequenas adaptações, como um todo, quanto mais baixa a inflação, maior a eficiência na transmissão da informação via sistema de preços relativos.

Valor: A inflação de 6% do Brasil hoje torna o País menos competitivo?

Arida: É óbvio que, se você olha um país que tem 6% comparado com outros da América Latina, você diz "bom, tem algo de mais errado nesse país do que nos outros". A percepção de qualquer investidor é exatamente essa.

Inflação de 6% é uma mensagem ruim porque mostra que o governo é muito complacente. O País teria muito a ganhar, por exemplo, se tivéssemos não só mantido a inflação em 4,5%, mas também se o Banco Central tivesse mandato independente. Quando você reforça a credibilidade da política monetária, a inflação funciona de forma mais eficiente. O custo de financiamento baixa. Por que o Brasil só tem financiamento em longo prazo baseado em títulos atrelados à inflação? Porque as pessoas não confiam. Se perguntarmos: "como é que uma NTN-B de 2050 sai à inflação mais 6,5%, 7% de juros?". É algo completamente absurdo, sinal de desconfiança na capacidade do BC de manter a estabilidade de preços.

Valor: Qual o centro da meta ideal?

REFLEXÕES VII

Arida: O ideal – estou sonhando, porque estamos muito longe disso – é que se reduza de 4,5% para 4%, 3,5%.

Valor: Quando se defende redução das despesas públicas, é comum ouvir que o governo precisa atender as demandas sociais.

Arida: Acho essa visão equivocada. Primeiro, a ineficiência do setor público, o excesso de gastos, as obras que não saem na hora certa ou saem a preços muito maiores do que deveriam. Essa ineficiência é visível a olho nu. De que o governo mais precisa hoje é de um plano para gerir o setor público com mais eficiência. Garanto que se vai economizar muito mais do que todo mundo pensa. Você vai a qualquer repartição pública e vê uma meia dúzia de funcionários abnegados, excelentes, que carregam o piano e há outro tanto, de outro percentual muito maior, de gente acomodada que não faz nada. Como não há meritocracia nenhuma, por que alguém vai trabalhar muito se pode trabalhar pouco e se o salário é igual? Nas obras públicas, é notório o grau de desperdício. Qualquer um que tenha se aproximado de um governo federal – e não falo de agora, não, mas de 10, 20, 30 anos atrás – viu o grau de ineficiência. O total de gastos públicos associado a transferências – Bolsa Família, seguro-desemprego, subsídios – é 1,9% do PIB. Agora, o governo gasta com previdência 7,4% do PIB. A desproporção é evidente. A despesa previdenciária do governo federal, que é de longe o principal item, está aumentando o tempo todo.

Há uma década, era 5% do PIB. Em parte, a despesa cresceu porque os aposentados do setor público estão ficando mais velhos. Em parte, porque os benefícios estão aumentando para os aposentados por causa da regra do salário mínimo. Equacionar a previdência é a prioridade número um se você quiser administrar bem as poupanças públicas. Como a nossa demografia está piorando, o problema fica muito mais sério daqui para frente. Então, antes de gastar mais no setor público, é preciso resolver esse problema da previdência.

Valor: Nas manifestações populares, há uma demanda por

serviços de melhor qualidade e isso está sendo entendido como demanda por mais gastos. Como equacionar isso?

Arida: Minha leitura é um pouco diferente. De um lado, é notável o espírito em que as manifestações ocorreram porque não é uma manifestação europeia. Esta seria para exigir maiores salários com jornada de trabalho menor. A brasileira é de outra natureza. As pessoas querem uma melhoria do coletivo, não da sua situação individual. Isso é absolutamente notável, um ponto muito importante que merece aplausos. O que se demandava ali? Obviamente, um conjunto enorme de propostas, mas, em última análise, era que o Estado funcionasse melhor nas suas áreas próprias de atuação, que são segurança pública, transporte, educação e saúde. Nem era exatamente uma crítica ao governo federal. Na verdade, é como se a sociedade estivesse pedindo para o Estado se modernizar, deixar de ser um Estado desenvolvimentista típico do governo militar para ser um Estado moderno. No fundo, era o arcabouço básico do Plano Real, entendido como projeto de modernização do Estado.

Valor: O senhor tem dito que o País ainda não tirou todo o proveito do bônus da estabilidade econômica. O que seria exatamente isso?

Arida: Na época do Plano Real, todo mundo deixava dinheiro aplicado por um dia em títulos públicos. O volume de crédito era baixíssimo. Era uma economia que convivia com uma enorme restrição de crédito e um custo de capital muito alto. Quando se faz a estabilidade e ela se torna crível, algo que só se consegue com o tempo, a reação das pessoas é esperar para ver. A partir do momento em que cresceu a confiança no padrão monetário, naturalmente o volume de crédito aumentou, os prazos de financiamento ficaram mais longos. Isso faz com que a economia funcione de forma mais eficiente. Há um ganho de crescimento potencial enorme.

É ótimo ter expansão de créditos? Não há dúvida, mas tem que ocorrer como resposta ao estado de confiança e não por indução artificial do governo

Valor: Qual ganho?

Arida: O da normalização das relações de crédito. Esse ganho está longe de ser exaurido, embora tenha havido enorme progresso nos últimos 20 anos, que vemos em custo de capital com juros mais baixos, volume de crédito muito maior e avanço do mercado de capitais, que era pequeno naquela altura e hoje tem uma importância fundamental para a economia. Só que esses três dividendos ainda não foram exauridos. O Brasil tem muito a ganhar em termos de PIB potencial se continuar o projeto de *financial deepening* [aprofundamento]. Se compararmos com o Chile – não estou falando em comparar com os Estados Unidos –, estamos longe. Em volume de crédito, de hipoteca sobre PIB, custo de capital, capacidade de endividamento de pessoas e principalmente de companhias. Há um potencial de crescimento enorme.

Valor: Quais são os passos que precisam ser dados para que isso ocorra ou se acelere?

Arida: Primeiro, evitar artificialismos. É ótimo você ter expansão de crédito para a economia? Não há a menor dúvida, mas tem que ocorrer como resposta ao estado de confiança e não por indução artificial do governo.

Valor: Como foi feito nos últimos anos?

Arida: Foi o que aconteceu. O crescimento do crédito privado caiu e o crédito vindo do setor público foi aumentando, a tal ponto que hoje mais da metade do crédito vem daí. Você está aumentando o crédito por intervenção estatal e não porque há mais confiança do setor privado na estabilidade monetária. Obviamente, isso não é sustentável e gera distorções. Outro exemplo: se você aumenta o volume de crédito direcionado na economia, pode ter certeza que a economia perde eficiência. No fundo, há um grande planejador em Brasília que diz como é que o crédito tem que ser alocado. Hoje estamos no pico. A proporção de crédito direcionado em relação ao total é de 46%.

Valor: O governo alega que, na crise de 2009, os bancos represaram a liquidez. Já os bancos públicos aumentaram

a oferta de crédito e sua inadimplência é a menor do mercado.

Arida: O que é preciso entender é que 2008 afetou o Brasil por contágio. Era uma crise de hipoteca nos EUA e o Brasil tem uma porcentagem de hipoteca mínima. Era uma crise de confiança na saúde dos bancos americanos e europeus que não tinha nada com o Brasil, mas a globalização tem disso. Quando você gera um episódio de aversão ao risco generalizada, com a percepção de possível quebra dos grandes bancos internacionais, as pessoas pensam o mesmo sobre o Brasil. O que houve em 2008 foi que o investimento entrou em colapso no mundo inteiro e no Brasil também.

Colapsos de confiança se resolvem injetando mais confiança. A resposta adequada para um problema desse tipo é baixar a taxa de juros. O governo achou que tinha uma crise keynesiana de falta de demanda, portanto, achou que precisava ampliar gasto e o crédito públicos. Na verdade, a contração da demanda, de investimento, era um momento tópico, que se combate com taxas de juros mais baixas. Teria sido muito melhor para o Brasil reduzir drasticamente o custo de financiamento e não expandir em um centavo o gasto público ou o volume de crédito.

Valor: O governo fez as duas coisas.

Arida: Sim. A diferença é a capacidade de reversão. A economia brasileira, como não tinha problemas, reverteu muito rapidamente a crise de 2009. Só que, quando você estimula a economia via gastos, para parar de gastar é uma dureza: você já concedeu benefício a alguém, gastou com um novo programa, criou interesses privados que estão associados à continuação dos gastos. Já deu crédito subsidiado. Se tentar cortar, alguém do setor privado que está recebendo vai protestar. O que aconteceu é que, além do plano de reversão, a criatura teve vida própria. Se você olhar, o volume de gastos públicos e a expansão de créditos do setor público continuaram. Aquele processo que parecia uma resposta em curto prazo a um problema externo, na verdade virou uma política permanente que, se não fazia sentido em 2009, fez muito menos em 2013. Foi uma resposta errada de um lado e a incapacidade de

reverter de outro. É um dos fatores responsáveis pela baixa taxa de crescimento da economia.

Valor: O senhor acha que chegou o momento de acabar com o crédito direcionado?

Arida: Não tenho a menor dúvida. É claro que terminar é um processo complicado, não pode ser de uma hora para outra. O mercado de capitais hoje é muito mais desenvolvido do que era na época dos militares ou 20 anos atrás. Então, a ideia de que é preciso estimular setores que não têm acesso a mercado de capitais valia nos anos 1970, certamente não vale hoje. Esse volume de créditos subsidiados e direcionados provoca a elevação da taxa de juros.

Valor: Por quê?

Arida: O BC tem que assegurar que a inflação fique constante em 4,5%. Se tiver um volume de crédito muito barato, ele põe a Selic mais alta para, na média, assegurar o mesmo efeito. Então, no fundo, se há setores que têm taxas de juros subsidiadas, o resto da sociedade paga a conta. Além disso, gera-se uma assimetria de poder enorme. Quem tem acesso ao crédito subsidiado é quem tem influência, *lobby*, representatividade no poder político. E quem paga a conta é a empresa que não tem acesso a Brasília, a pessoa física que toma emprestado para comprar uma geladeira. Isso cria uma distorção enorme no País. Se você permitir reduzir a taxa Selic e evitar esse tipo de distorção, já dá um grande passo. O segundo passo é a política fiscal. Se tiver uma política fiscal muito mais apertada, você pode ter certeza de que a taxa de juros nominal que estabilize a inflação em 4,5% vai ser muito mais baixa. Tem um elemento de credibilidade na sustentação da política fiscal ao longo do tempo que é importantíssimo. De certa forma, se você apertar a política fiscal, seus gastos com juros vão cair. Não é o contrário. Nesse sentido, os nossos conceitos estão até errados. É verdade que o número de *déficit* público hoje não fala com o número de dez anos atrás porque as mudanças de contabilidade foram tantas que a série perdeu significado, mas o *déficit* tem que ser pensado não em um número exato, se é 1,9% do PIB, se é 2%, 3%. É claro que 3% são melhores que 1,9%, mas o que se quer com o controle do gasto

REFLEXÕES VII

público? Um conceito importante é estabilizar a dívida como proporção do PIB. O Brasil não tem uma dívida sobre o PIB muito alta. É mais alta que alguns emergentes, mas está longe de ser um problema de sustentabilidade. O mais importante é ter o *superávit* necessário para fazer com que se tenha confiança na taxa de juros. Não sei qual é o *superávit* primário suficiente para se alcançar isso, mas certamente é muito maior que o de hoje. ●

Pérsio Arida: economista brasileiro, conhecido por transitar fluentemente entre a academia, o governo, e o setor privado. Estudioso da inflação brasileira foi um dos idealizadores do Plano Real e presidente do Banco Central do Brasil em 1995. Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 27 de junho de 2014

O sucesso do Real tem de ser relativizado

Edmar Bacha



Para Bacha, o plano conseguiu controlar a inflação, mas falhou na tentativa de colocar o País no Primeiro Mundo

O economista Edmar Lisboa Bacha, integrante da equipe responsável pelo Plano Real, não lembra se comprou alguma coisa em 1º de julho de 1994, quando as cédulas da então nova moeda começaram a circular por todo o País. “estava muito assustado ainda. Estava cruzando os dedos!”, diz Bacha, em entrevista ao Estado, lembrando-se das agruras dos meses de julho e agosto do ano em que a seleção brasileira foi tetracampeã, na Copa do Mundo dos EUA, quando a inflação ainda veio acima do esperado pela equipe econômica.

Vinte anos depois, Bacha acha que o sucesso do plano deve ser relativizado: “A gente conseguiu controlar a inflação, mas não conseguiu ter uma estratégia econômica que permitisse colocar o País no Primeiro Mundo”. O resultado disso são os “preços surreais”, problema relacionado à baixa produtividade.

Para o controle da inflação ter dado certo no Plano Real, a transparência foi fundamental, diz Bacha. Também houve negociação com o empresariado, embora, em alguns casos, o governo tenha sido obrigado a atuar com firmeza, como no caso da indústria automobilística, em que a redução de tarifas de importação foi usada. A seguir, trechos da entrevista.

Como foi o início do Plano Real?

Normalmente, um plano de estabilização daquela magnitude, você faz no primeiro ano de um governo recém-eleito. E nós tivemos de fazer naquelas circunstâncias políticas muito precárias. A gente

queria fazer uma reforma constitucional ampla, aproveitando a janela de oportunidade da revisão constitucional (1993). Chegamos a mandar uma série de reformas constitucionais para o Congresso, mas nada foi aprovado. Não havia uma liderança política reformista. O plano teve aquela meia-sola do Fundo Social de Emergência, que conseguiu ser aprovado, mas era algo emergencial, enquanto não se fazia uma mudança mais profunda, que não conseguimos fazer. Então, o plano teve sempre um lado fiscal menos forte o que seria o desejável. Ele dependeu muito, para a sua sustentação, de uma política cambial de valorização do real (frente ao dólar).

A inflação continua elevada hoje por falta de reformas?

É mais do que a inflação. É a carestia. São os preços surreais. É menos uma corrida de salário, é o fato de que os preços são muito altos. O poder de compra dos salários aqui no Brasil é razoavelmente baixo porque os preços dos produtos são surreais, para usar a expressão do *site* da meninada carioca, o Rio Surreal. Isso reflete o problema da falta de produtividade. E também da carga tributária elevadíssima sobre o preço dos produtos.

Esse problema é tão preocupante quanto a hiperinflação nos anos 1980 e 1990?

É tão preocupante quanto porque é uma espécie de enfermidade. A economia brasileira tem esses preços altos e tem uma inflação relativamente mais elevada do que nossos parceiros. Além disso, tem o *pibinho* (baixo crescimento econômico), tem *déficit* externo, apesar do *pibinho*, e tem desindustrialização. A economia não está dando conta do recado. Estamos claramente com uma economia doente. Isso tudo tem um nome: baixa produtividade da economia. A baixa produtividade resulta dessa combinação adversa.

O que está por trás disso?

O fator preponderante é o “custo Brasil”. É uma combinação de carga tributária (elevada) com a logística inadequada, com falta de infraestrutura. E, combinado a isso, uma economia que é muito pouco integrada ao resto do mundo. O Brasil é um país isolado.

Quais os principais motivos de sucesso do Plano Real?

O sucesso tem de ser relativizado. Obviamente, só o fato de não ter inflação já é um grande avanço. Estamos aqui falando que a gente conseguiu controlar a inflação, mas não conseguimos ter uma estratégia econômica que permitisse colocar o País no primeiro mundo. É isso que a gente está discutindo hoje. É outro desafio. Então, você tem de relativizar. Do ponto de vista de ter conquistado a inflação, o mais importante de tudo foi o fato de ter sido um plano totalmente transparente. Essa foi a grande contribuição do Plano Real: mostrar que era possível dar cabo da hiperinflação, sem choques, sem surpresas, sem confiscos, como era o padrão dos planos anteriores. Em um plano feito totalmente às claras, em etapas e com a aprovação integral do Congresso. Houve uma união da técnica com a política.

Como foi a costura para envolver a população e o empresariado no plano?

Eu estava encarregado de negociar com o Congresso. A gente não fez propriamente um pacto social explícito, mas houve um pacto social implícito. Não foi um ato voluntarista do Executivo. O Congresso atuou de forma decisiva. Cada uma das nossas três grandes medidas (o Fundo Social de Emergência, a lei da URV e a lei do Real) teve contribuições substantivas do Congresso. Foi algo muito democrático, com grande esforço de explicação em cada uma das etapas. Havia um esforço enorme para tornar tudo muito claro para a população, o que era essa coisa de URV.

Houve um esforço de explicação para os líderes políticos?

Claramente. Passei meses da minha vida lá dentro (do Congresso), explicando, em reuniões cotidianas. Não somente com os líderes, mas praticamente com cada um dos congressistas.

Houve um trabalho prévio?

Trabalhamos de setembro a dezembro. O Fernando Henrique (Cardoso, ex-presidente e então ministro da Fazenda) apresentou a proposta à Nação e disse que ia ser em três etapas e que a gente ia começar pela etapa fiscal. E ia fazer um novo Orçamento,

equilibrado, condicionado à aprovação pelo Congresso do Fundo Social de Emergência. E, se o Congresso aprovasse, a gente ia fazer a unificação do sistema de indexação. E depois que tivesse unificado o sistema de indexação, ia introduzir a nova moeda. Tudo isso foi preanunciado. Dissemos claramente que cada uma dessas etapas ia ser submetida ao congresso.

Como foi a relação com o setor privado?

Tínhamos reuniões no Ministério da Fazenda. Quem comandava essas reuniões era o Milton Dallari (então assessor especial da Fazenda), que tinha cuidado do Conselho Interministerial de Preços na época do Delfim (Netto, ex-ministro do Planejamento e da Agricultura), e era um sujeito que conhecia cada grupo empresarial brasileiro, de A a Z. Um problema com o qual tínhamos uma preocupação enorme era com o abastecimento da carne, o grande drama do Cruzado. Na verdade, eram reuniões das quais participavam os empresários e os sindicatos de trabalhadores. A gente estava convertendo tudo em URV e os trabalhadores, obviamente, queriam se assegurar de que a correção dos preços em URV seguissem as mesmas regras adotadas para os salários.

O engajamento do empresariado deveu-se à transparência nas regras?

Estava todo mundo de saco cheio da inflação. O empresariado percebeu que aquela era uma oportunidade única de ter o controle sobre a inflação. Chamado, deu uma resposta positiva, como os sindicatos também deram, mas houve alguns lances em que a mão pesada do governo teve que ficar mais forte.

Algum caso específico?

Quando, por exemplo, a Anfavea (entidade representante da indústria automotiva) fez um acordo com o sindicato dos metalúrgicos aumentando de maneira muito além da prevista para os salários. (O governo) teve de intervir porque a gente sabia que a Anfavea podia aumentar os salários o quanto quisesse porque, em seguida, ela aumentava os preços. Era um oligopólio. Além do que, se aquelas regras de reajustes de salários que estavam valendo para

os metalúrgicos fossem generalizadas, a gente ia acabar não tendo controle sobre as regras (de reajustes) salariais.

Havia risco de contaminar outros setores?

É. A gente teve uma reunião muito dramática no Ministério da Fazenda. Na época, o ministro já era o Ciro Gomes. Houve rebaixamento de tarifas de importação de automóveis, para mostrar para eles que a gente não estava brincando. Em geral, houve colaboração. De vez em quando, nesses casos de oligopólios mais ferrenhos, a gente teve de adotar uma atitude mais dura. Mas era sempre em reuniões, nunca teve nada forçado. Nunca teve controle de preços.

Quando foi que a equipe econômica teve certeza de que o plano havia dado certo?

Os primeiros meses foram muito complicados. A inflação veio muito alta em julho e agosto, porque nem todos os preços puderam ser convertidos em URV. Então, sobrou muita inflação do passado para julho e agosto. Isso deu certo revertério. Os dois primeiros índices de preços foram bem maiores do que a gente estava antecipando. Deu muita aflição. Os preços só começaram a baixar mesmo em setembro.

Para lembrar

Turbulências no pós-Plano

No segundo semestre de 1994, em meio à corrida eleitoral, a implantação do Plano Real passou por turbulências, exigindo negociações pela equipe econômica. Na edição de 10 de novembro, O Estado relatava um jantar, de quatro horas de duração, encerrado à 1h30min da madrugada do dia anterior entre o então ministro da Fazenda, Ciro Gomes, e representantes dos maiores grupos industriais do País, “para tentar selar a paz entre governo e empresários”. A reunião, em São Paulo, fora articulada pelo Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial (Iedi). “O bom relacionamento vem sendo ameaçado pelos problemas que o Plano Real começa a apresentar, principalmente na área cambial. Ciro, que já chamou de canalhas os empresários que cobram ágio, aceitou

REFLEXÕES VII

uma espécie de pacto com os industriais”, disse a reportagem de O Estado.

A âncora cambial, que mantinha o dólar em torno de R\$ 1,00 foi importante instrumento de combate à inflação no início do Plano Real, mas tirava competitividade internacional da indústria. Ao lado dos acordos com o empresariado, a redução de tarifas de importação, como no caso da indústria automobilística, foi um dos principais artifícios do governo para segurar preços no primeiro momento, como mostra entrevista do então assessor especial do Ministério da Fazenda, Milton Dallari, no O Estado de 2 de outubro.

Ex-governador do Ceará, Ciro assumiu a Fazenda em outubro de 1994, no lugar de Rubens Ricupero, que substituiu Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, Ciro foi ministro do governo Lula. ●

Edmar Lisboa Bacha: economista brasileiro. Participou da equipe econômica que instituiu o Plano Real, durante o governo Itamar Franco.

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 3 de julho de 2014

Uma lição simples e aterradora

Gustavo Franco



De todos os 20 aniversários da nossa moeda, este é o mais cercado de dúvidas sobre a coisa conquistada. Que pode haver de pior nesta data do que a ansiedade sobre o retorno da criatura que se considerava extinta?

A lição parece tão simples quanto aterradora: a volta aos velhos hábitos é tristemente fácil, pois não há cura para o vício, apenas abstinência. Um pouco de inflação é como um pouco de vandalismo, de bagunça ou de gravidez.

A passagem do tempo parece facilitar uma oscilação entre a consciência do problema e a perda de memória, ou pior, o estado de negação. Vinte anos depois, a memória do flagelo parece cada vez mais embaçada. Muitos se empenham em lembrar que foi uma tragédia, mas apenas os que estão próximos dos 40 anos tiveram a chance de testemunhar, já maiores de idade, a criatura caminhar sobre território brasileiro.

Parece bem claro que há um limiar a partir do qual a inflação entra num terreno escorregadio e caminha para a explosão. Muitos não acreditam no que se passou, ou enxergam aí uma "narrativa neoliberal", e mesmo dentre os crédulos há diversos que evitam o termo "hiperinflação" por vergonha ou pudor.

Preferem esquecer. Ou dizem que não foi isso tudo, que não chegamos aonde esteve a Alemanha, que este registro denigre o País e que não há valor pedagógico em cultivá-lo. Para muitos, portanto, por motivos variados, inocentes ou não, é como se não tivesse acontecido.

Pois bem, para que não fique a dúvida sobre o fato, vamos aos números: a inflação acumulada em 12 meses até junho de 1994,

REFLEXÕES VII

medida pelo IPCA, atingiu 6.433%. Em junho de 1994, a inflação foi de 50% no mês, que equivalem a 12.875% anuais, ou cerca de 2% por dia útil. A meta de inflação para 2014 seria a inflação de um simples fim de semana, naqueles tempos loucos. Um feriadão já seria suficiente para estourar a meta.

A criatura desapareceu em julho de 1994, mas nos primeiros 12 meses de vida da nova moeda a inflação acumulou 33%. A batalha inicial, marcada pela URV em fevereiro-julho de 1994, foi um extraordinário episódio de guerra tecnológica, que resolveu um bom pedaço do problema, mas não tudo.

Daí em diante, a estabilização foi resolvida pela infantaria e com o armamento convencional. Só em 1997 a inflação caiu abaixo de 5% no acumulado de 12 meses e em 1998 chegamos a 1,6% para o ano inteiro, nossa melhor marca.

Foi absolutamente essencial chegar ao zero, ou a uma inflação igual à dos Estados Unidos, para desintoxicar o organismo por inteiro. Assim o País elevou consideravelmente a sua resistência aos choques que se seguiram. A vida se assentou, especialmente depois dos sacolejos de 1999, 2002 e 2004, que abriram várias tumbas, e expuseram diversos esqueletos, que, afinal, não saíram andando e devorando as pessoas como alguns temiam.

Não sei se é possível dizer o mesmo de 2008, quando a explosão nuclear em Wall Street fez aparecer ideias radioativas como as "políticas anticíclicas", a "contabilidade criativa" e a "nova matriz macroeconômica".

Enquanto isso, na Argentina e na Venezuela, duas inquietantes experiências tinham lugar. Dois organismos viciados eram novamente expostos a variados tipos de drogas, não apenas as derivações do desequilíbrio fiscal, mas também alucinações ideológicas de amplitude imensa e perigosa.

Em ambos os casos, algo estranho ocorre em algum momento entre 10% e 20% de inflação anual, talvez a aceleração da periodicidade de reajustes, ou uma redolarização pelo câmbio negro. É difícil dizer. Mas parece bem claro que há um limiar a partir do qual a inflação

REFLEXÕES VII

entra num terreno escorregadio e caminha para a explosão.

Em ambos os casos, entraram em cena não apenas controles de preços como algumas novidades: falseamento das coletas, manipulação dos cálculos e constrangimentos diretos a supermercados e produtores. Foi preciso travar os mercados para que não expressassem as verdades da economia, tal como se fez com os veículos de comunicação. Mercados e jornais são mecanismos de disseminação de informação essenciais para a alocação de recursos e para decisões econômicas e políticas. Ao atacar os mercados, a escassez se dissemina, bem como os esquemas espúrios e o colapso da produção e da produtividade. Os índices de inflação mostram algo como 40% anuais, em coletas parciais e enviesadas, na plena vigência de congelamentos de preços, mas esses números não refletem a vasta desorganização econômica reinante.

São exemplos horríveis, nada que ver com o Brasil, mas são alarmantes pela proximidade não apenas geográfica, mas conceitual: estamos rodando a 6,5% anuais e com a inflação de serviços em 10% e preços públicos comprimidos. Não estamos muito longe do limiar, e pior: as políticas macroeconômicas continuam teimosamente heterodoxas e com alguns episódios isolados, mas preocupantes, de hostilidade ao setor privado.

Há desconforto com a falta de convicção da administração Dilma Rousseff sobre quatro temas básicos: responsabilidade fiscal, moeda sadia, cidadania global e economia de mercado, quatro pilares essenciais da reconstrução monetária iniciada em 1994. Os primeiros três itens são os componentes do famoso tripé, apenas vistos de forma mais ampla. E o quarto, a crença na economia de mercado, o vértice associado às políticas regulatórias, ambiente de negócios, reformas e infraestrutura, é algo que se tomava por dado em outros tempos. Havia uma harmonia de pensamento entre governo e setor privado sobre a quem cabe o protagonismo no processo de crescimento, que se viu rompida pelo crescimento da presença direta e indireta do Estado na economia.

O vigésimo aniversário do real, como observado de início, está marcado pelo signo da dúvida: estaria o governo engajado em uma

REFLEXÕES VII

tentativa heroica de demonstrar a falência dos paradigmas ortodoxos de política macroeconômica, do Consenso de Washington e da teoria econômica neoliberal, ou vamos assistir, em 2015, a um retorno ao bom senso em matéria de macroeconomia? ●

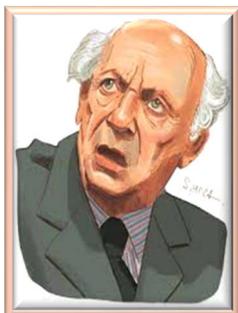
Gustavo Franco: sócio-fundador da Rio Bravo Investimentos e ex-presidente do Banco Central.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 27 de junho de 2014

LUIZ BIANCHI

Quem somos? Para onde vamos? Tudo bem?

Rubens Ricupero



O dilema de Dilma

Dilma Rousseff parece vítima de um perigoso dilema. A fim de ganhar as eleições presidenciais, necessita manter pleno emprego, ganhos reais de salário e expansão do consumo. Nas atuais condições, o atingimento desses objetivos tem se mostrado incompatível com alto crescimento e baixa inflação. Ademais, tem agravado os *déficits*

fiscais e a dependência em relação à poupança externa, tornando necessidade premente ajustar a economia.

Se, por razões eleitorais, o ajuste for adiado, o governo corre o risco de uma “tempestade perfeita” antes mesmo das eleições. O adiamento tornará o ajuste mais penoso. Os próprios objetivos de emprego e renda, indispensáveis à vitória eleitoral, terão de ser sacrificados, justificando acusações de “estelionato eleitoral”.

Mesmo o sucesso eleitoral não está isento de riscos. Pode-se discutir se o governo de Dilma é amistoso em relação ao mercado; não há nenhuma dúvida, no entanto, de que o mercado não é amistoso em relação a Dilma. Se ficar claro que ela vai vencer as eleições ou confirmada a vitória, existe uma inquietante possibilidade da repetição, embora de forma muito atenuada, do pânico de mercado que se seguiu ao triunfo de Lula em 2002. Foi necessária então uma grande dose de sabedoria política e a ajuda valiosa do Ministro da Fazenda Antônio Palocci e do Presidente do Banco Central Henrique Meireles para superar a fase de instabilidade e restaurar a confiança dos agentes econômicos. Esse foi talvez o melhor momento de Lula, a partir do qual ele passou a ser visto não meramente como um sindicalista de êxito na política, mas como

REFLEXÕES VII

verdadeiro estadista.

Como se explica que o governo de Dilma Rousseff tenha chegado a este dilema?

Na época de sua eleição em 2010, o Brasil crescia a 7,5% ao ano e, por algum tempo, houve a ilusão de que se tinha descoberto fórmula infalível para assegurar um progresso irreversível. O próprio esforço de combate aos flagelos gêmeos da pobreza e da desigualdade, dizia-se, poderia se converter no fator dinâmico para acelerar o crescimento.

Pensou-se que um mercado de consumo de massa surgiria do generoso conjunto de programas sociais articulados em torno do Bolsa Família, com cerca de 50 milhões de pessoas beneficiadas, um quarto da população brasileira. Esse mercado, por sua vez, proporcionaria demanda em expansão capaz de gerar o investimento necessário para aumentar a produção e satisfazer o aumento da demanda.

Entre 1999 e 2012, a assombrosa proporção de 84 por cento do aumento nas despesas não financeiras do governo central consistiu em transferências de renda às famílias sob a forma de seguro-desemprego, Bolsa Família, abono salarial, e uma multidão de outros programas sociais! Tais programas possibilitaram alcançar resultados significativos: aproximadamente 25 milhões de pessoas se viram retiradas da mais abjeta miséria e número equivalente conseguiu ultrapassar pobreza pouco melhor.

Cada programa social teve naturalmente um preço. Os investimentos públicos em infraestrutura, já reduzidos pelas sucessivas crises desde os anos 1980, encolheram ainda mais até menos de um terço do que tinham sido na década de 1970. O consumo das novas “classes médias” se expandiu a expensas da poupança; os ganhos no salário mínimo e aumentos salariais reais fizeram baixar a produtividade; o bem-estar ocasionado pela apreciação da moeda foi custeado pelo crescente *déficit* em conta corrente e pela desindustrialização.

Apesar da queda do investimento público e da fraca inversão

REFLEXÕES VII

privada, a economia logrou crescer durante algum tempo graças à inclusão no mercado de trabalho de milhões de trabalhadores antes desempregados ou subempregados e à utilização da capacidade ociosa da indústria. Tal processo se encontra hoje esgotado desde que o País alcançou o pleno emprego e o fornecimento de mão de obra passou a ser notavelmente diminuído pelo declínio do crescimento demográfico.

O aumento da produtividade se reduziu a perto de um por cento ao ano, em parte devido à enorme expansão do mercado de trabalho acompanhada de elevações dos salários acima da produtividade, em parte como resultado da baixa qualificação dos trabalhadores.

O misto de políticas econômicas e sociais adotadas pelos governos nos anos recentes parece ter se tornado insustentável. Com o atual crescimento anêmico, logo deixará de existir espaço fiscal residual para expandir e talvez até mesmo conservar alguns dos benefícios sociais. Aproxima-se rapidamente a data inadiável de algumas difíceis escolhas. Desta vez as escolhas terão de tocar num nervo exposto: a tensão entre a imediata satisfação de aspirações sociopolíticas e constrangimentos econômicos intratáveis.

Em alguns casos, políticas encaradas como conquistas irreversíveis pelo governo e seus aliados estarão no coração da controvérsia. Um exemplo é a fórmula introduzida por Lula para aumentar o salário mínimo acima da inflação e seu impacto nos gastos públicos, particularmente na previdência social. Outro é o da explosão aparentemente fora de controle nas despesas com o seguro-desemprego e o abono salarial.

A partir de agora, o Brasil somente poderá crescer por meio de melhorias na produtividade total dos fatores por meio de educação de qualidade, avanços em saúde e pesquisa, bem como da atração de investimentos privados de dentro e fora do País para lidar com o enorme acúmulo de projetos atrasados de infraestrutura num valor de mais de um trilhão de dólares.

O governo que emergir das eleições terá de pôr em execução um bem desenhado programa de ajuste para controlar a inflação, frear o abuso de recursos do Tesouro para refinar os bancos oficiais,

REFLEXÕES VII

liberalizar o regime de comércio e empreender reformas imprescindíveis na área tributária, dos mercados de trabalho e das instituições públicas.

Será possível fazer isso com sistema político minado por graves disfunções, entre elas o clientelismo, a compra de apoio político com favores governamentais, a proliferação de partidos e a corrupção disseminada? Serão os brasileiros capazes dessas tarefas desafiadoras com os níveis predominantes de baixa qualidade educacional?

Esse é o tema central do ensaio de Norman Gall nesta edição dos Braudel Papers. Sua análise nos proporciona comentários penetrantes sobre o papel das instituições, da educação e da renovação das lideranças no processo de superação do atual dilema brasileiro. Convém lembrar que o Brasil conseguiu atingir seu presente estágio de desenvolvimento com instituições políticas que não eram certamente melhores que as atuais e com um nível de analfabetismo que atingia 85 % da população no início do século XX.

Dilema, define o dicionário, como segunda alternativa, é toda situação na qual existem apenas duas alternativas igualmente desagradáveis. No passado, sobretudo nos últimos 25 anos, a sociedade brasileira demonstrou capacidade de fazer tais escolhas, ao lutar contra a hiperinflação, consolidar a democracia de massas e enfrentar com determinação o desafio da pobreza e da desigualdade.

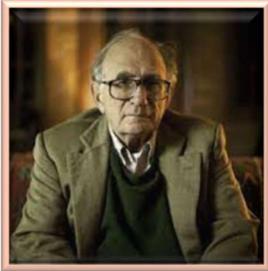
Seria demais esperar que o Brasil seja igualmente capaz de fazer as escolhas corretas no futuro imediato? ●

Rubens Ricupero: presidente do Instituto Fernand Braudel e diretor da Faculdade de Economia da FAAP.

Foi ministro da Fazenda e embaixador nos Estados Unidos.

Braudel Papers

Norman Gall



1- Muitas chances

Já sabemos que 2014 deve ser um ano emblemático para o Brasil. Sediará a Copa do Mundo em junho e em outubro acontecerão as eleições que devem celebrar a consolidação da democracia e os grandes avanços na justiça social. Enquanto isso, o Brasil está caindo em um atoleiro institucional. Os aspectos mais visíveis

desse atoleiro são a decadência da infraestrutura, a corrupção endêmica; o parasitismo fiscal, a escalada para a inflação crônica, epidemias de violência, altos custos e a rigidez institucional no mercado de trabalho, e a produtividade estagnada.

Esses problemas institucionais enfraquecem as vantagens estratégicas que o Brasil desfruta em recursos naturais, uma população ambiciosa e um grande mercado interno. O Brasil precisa de uma nova estratégia para superar essas dificuldades, o que levará tempo e exigirá paciência e uma liderança política capaz de construir um consenso estratégico.

Onde estão as novas lideranças? Por que não aparecem?

Há muita gente talentosa e empreendedora no Brasil. Vemos altos níveis de capacidade na gestão de empresas, publicidade, *marketing*, finanças, agricultura, jornalismo. No que diz respeito à exploração e produção de petróleo, por exemplo, a Petrobrás vinha fazendo grandes descobertas de petróleo em águas profundas do Atlântico Sul, antes de ser incumbida de realizar missões impossíveis de acordo com “conveniências políticas”.

Quem assistir ao programa Globo Rural, da TV Globo, não deixará de se impressionar com a qualidade das inovações dos pequenos produtores em remotos rincões do Brasil. Recentemente publicamos

REFLEXÕES VII

em Braudel Papers, nosso jornal de pesquisa e opinião, o ensaio *A Internet no Brasil*, de Peter Knight, membro fundador de nosso Instituto e ex-economista-chefe para o Brasil do Banco Mundial. Ele mostrou como jovens empreendedores em áreas da Amazônia permitem o amplo acesso à rede de comunidades rurais. Esses empreendedores da *internet* estão entre milhões de jovens brasileiros, muitos dos quais trabalham de dia e estudam à noite, em cursos do ensino médio e nas universidades, procurando aproveitar oportunidades que seus pais e avós nunca tiveram.

Enquanto ouvimos muitas histórias de sucesso individual, há poucos sinais de esforço entre os brasileiros para organizar uma ação coletiva com o objetivo de fortalecer as instituições e levantar a qualidade da vida pública.

O pessimismo sobre o Brasil convive com a ideia do Brasil como terra feliz, o país do futuro, uma cornucópia¹⁰ de riquezas naturais e muitos talentos individuais, marcado pelo ritmo pulsante de sua música popular que encanta muitos de outros países, com sonhos de uma potência mundial do século XXI, o único país cinco vezes campeão da Copa do Mundo, um arquipélago continental de comunidades que falam a mesma língua e levantam a mesma bandeira, país intocado pelas grandes guerras, misturando 200 milhões de pessoas de origem africana, europeia, asiática e ameríndia, sem conflitos religiosos e étnicos.

Muitas pessoas têm poucas chances na vida; algumas têm muitas. O Brasil é uma terra feliz porque já teve muitas chances. Porém essas muitas chances do Brasil, criaram uma cegueira entre os brasileiros aos limites do tempo e dos recursos. A crença na elasticidade do tempo e dos recursos, traduz uma tolerância e fracassos repetidos que já produziu um impasse institucional, com consequências que poderiam ter impacto muito além do ano emblemático de 2014. Se esse impasse não for abordado com firmeza e criatividade, a qualidade de nossa vida cotidiana vai se degradar enquanto a violência se espalha e a infraestrutura se deteriora, junto com as

¹⁰ **Cornucópia:** qualquer fonte de riqueza ou felicidade.

REFLEXÕES VII

habilidades necessárias para gerir uma sociedade complexa numa escala continental. Enquanto reclamam um papel grandioso para o Brasil no mundo, nossas lideranças políticas personificam o triunfo do localismo, investidas em redes densas de patrocínios enquanto as transferências maciças de recursos viram uma finalidade em si mesma.

O Brasil se beneficiou com a expansão mundial do comércio e das finanças nas últimas décadas, atingindo o ápice do que tem sido chamado de a melhor fase da sua história. As décadas após o fim do regime militar, em 1985, testemunharam a consolidação da democracia, o fim de décadas de inflação crônica e avanços importantes na justiça social. Democracia, estabilidade e expansão do consumo deram aos brasileiros uma visão favorável de suas perspectivas. Em uma pesquisa, a Global Attitudes Survey, do Pew Research Center, de Washington, mostrou que os brasileiros estão mais satisfeitos com as condições econômicas do que cidadãos de qualquer um dos 22 países pesquisados, com exceção dos chineses.

Mais de três quartos dos brasileiros (77%) acreditaram que o País se tornará, ou já é, uma potência mundial, embora tal conceito continue vago. No entanto, os protestos espontâneos que surgiram em 352 cidades em junho de 2013 sobre a qualidade da vida pública – corrupção, transporte urbano, escolas e hospitais – apresentaram uma visão mais duvidosa do futuro do Brasil.

Alguns anos de virada

Podemos não acreditar em números mágicos, mas a história nos mostra alguns anos de virada. No ano de 1814 aconteceram a derrota e abdicação de Napoleão como Imperador dos franceses e as negociações entre as potências europeias no Congresso de Viena que criou as condições para um século de paz. Em 1914 viu-se, de repente, o fim daquela paz com o assassinato em Sarajevo do herdeiro ao trono do Império Austro-húngaro, provocando a mobilização das alianças militares que conduziu às duas décadas das guerras mundiais, às revoluções, hiperinflações, e à Grande Depressão. Não sabemos o que 2014 pode nos dar, mas está cheio de datas históricas para o Brasil e de necessidades para tomada de

decisões importantes. 2014 vai marcar 60 anos desde o suicídio de Getúlio Vargas; 50 anos desde o golpe militar que deu início a duas décadas de ditadura; 30 anos desde a campanha de massas para eleições diretas para voltar à democracia e 20 anos desde que o Plano Real foi lançado para deter a inflação crônica e estabilizar nossa economia. 2014 também poderia tornar-se o ano das decisões.

Um século atrás

O caminho foi longo. Há um século, em 8 de março de 1912, uma pequena embarcação zarpou do Rio de Janeiro levando a bordo uma equipe de especialistas em saúde pública que faria uma viagem de exploração no Nordeste brasileiro, impactado pela seca. Depois de 18 dias cavalgando na caatinga, os viajantes chegaram ao povoado de São Raimundo Nonato, no Piauí, onde dois pesquisadores, Arthur Neiva e Belisário Pena, avaliaram a condição humana: Raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco outra e assim os demais estados. O governo é, para esses párias, um homem que ‘manda na gente’, e a existência desse governo conhecem-na porque esse homem manda todos os anos cobrar-lhes os dízimos (impostos). Perguntados se essas terras (Piauí, Ceará, Pernambuco, etc.) não estão ligadas entre si, constituindo uma nação, um país, dizem que não entendem disso. Nós éramos, para eles, gringos, lordaços¹¹ [...] O analfabetismo é geral e abrange mais de 80% da população. A vida se reduz ao que concerne à criação miúda, e ao gado, às vicissitudes da seca, à previsão do inverno e nada mais. [...] Depois das chuvas de inverno vem a malária. Entre a antiga e a nova cidade de São Raimundo, há uma bacia natural que enche durante o período de chuvas, deixando poças durante dois ou três meses de seca, enquanto uma epidemia de malária se dissemina. [...] A água é detestável, salobra, extraída de poços do riacho cortado depois do inverno, e de cacimbas nas secas. [...] Por que não se faz um poço, revestido de pedra, e coberto,

¹¹ **Lordaço**: que ou aquele que vive com opulência, que ou quem é endinheirado, rico (diz-se de indivíduo).

REFLEXÕES VII

colhendo-se a água por meio duma bomba? Não vale a pena, é a resposta. O povo já está acostumado com isso, que não faz mal algum.

Visitei São Raimundo para entender melhor o progresso do Brasil no último século. Naquela época, a expectativa de vida estava em torno de 30 anos, similar à da Índia, e hoje chega aos 74 anos. Em 1900, a população era de só 17 milhões, contra 200 milhões hoje. Os tempos modernos, portanto, chegaram ao Brasil. Aparentemente, a modernização alcançou até o sertão, palavra cunhada pelos portugueses nos séculos XVI e XVII a partir de uma corruptela¹² de *desertão*.

Os habitantes do sertão, não mais esquecidos pelo governo, hoje são banhados em pagamentos e subsídios. Chega a São Raimundo a eletricidade gerada no complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, construído nos anos 1950 no Rio São Francisco. Há hotéis modernos, ruas pavimentadas, ar condicionado, água mineral engarrafada, *internet wi-fi* e muitas clínicas e empresas comerciais. São Raimundo ainda é pobre e geograficamente isolada, mas lá quase todos têm telefone celular e o número de motocicletas é três vezes maior que o número de carros, depois que as vendas de motos triplicaram nos últimos três anos.

O então prefeito da cidade, padre José Herculano Negreiro, disse-me que as pessoas estão atentas às oportunidades e migram para cortar cana-de-açúcar em São Paulo, fazer trabalhos domésticos ou em construções em Brasília ou Vitória, e enviam o dinheiro economizado para suas famílias, que assim fazem compras e reformas nas casas. Em São Raimundo, porém, há muito subemprego. Jovens com suas camisetas amarelas trabalham em mototáxis, concentrados na praça principal à espera de clientes. Há muitos barbeiros e salões de beleza vazios. As áreas mais atrasadas do Brasil ainda dependem de empregos públicos, como é o caso de São Raimundo, um dos milhares de municípios em que quase toda a

¹² **Corruptela**: pronúncia ou escrita de palavra, expressão, etc. distanciada de uma linguagem com maior prestígio social.

REFLEXÕES VII

renda é proveniente de transferências do governo federal, dando pouca importância ao recolhimento dos impostos locais.

É difícil superestimar tais mudanças. Numa manhã de inverno, caminhando em meu bairro no centro de São Paulo, cruzei com uma garí vestida num macacão verde com listras brilhantes, ligando ansiosamente de seu celular para sua casa numa distante favela para checar se os filhos tinham acordado em tempo de ir à escola. No prédio em que moro, um jovem faxineiro acabou de voltar de uma viagem de duas semanas à sua cidade natal no sertão da Paraíba, para onde foi de avião. Ele pagou as passagens em cinco prestações mensais. Poucos anos atrás, a viagem de 2.000 quilômetros, se ocorresse, teria sido feita de ônibus, três dias e noites na ida e na volta.

Nos bairros da periferia de São Paulo, novas amenidades como salas de ginástica, *pet shops*, *LAN houses* e escolas de inglês aparecem nas ruas, enquanto prédios de apartamentos mudam o perfil das ex-favelas.

Quando Arthur Neiva e Belisário Pena estiveram em Raimundo Nonato, em 1912, não fazia muito tempo que o Brasil tinha passado pela convulsão provocada pela crise financeira do Encilhamento (palavra emprestada do turfe, que se refere ao momento em que se coloca a cilha¹³ no cavalo, pouco antes do início da corrida, justamente quando as apostas se intensificam). Essas convulsões surgiram dos conflitos entre cafeicultores e uma ascendente classe média urbana após a abolição da escravatura, em 1888, e o golpe militar que instituiu a República, em 1889, pondo fim ao reinado de 49 anos do imperador D. Pedro II.

Machado de Assis, com ironia, chamou de “o primeiro dia da criação” o 17 de janeiro de 1890, quando o ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, baixou o primeiro decreto econômico da Primeira República (1899-1930), criando bancos com licença para imprimir

¹³ **Cilha:** cinta larga, de couro ou de tecido reforçado, que cinge a barriga das cavalgadas para apertar a sela ou a carga.

REFLEXÕES VII

dinheiro e eliminando obstáculos para a criação de novas empresas, um dos muitos “pacotes” que no século seguinte foram baixados na escalada da inflação crônica. Machado escreveu que o Encilhamento produziu “a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie.

Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eternos dos prelos. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, todas as uniões, todas as regiões, tudo o que esses nomes comportam e mais o que esqueceram”. Os novos bancos, para poder imprimir dinheiro e financiar novas empresas, foram capitalizados com títulos da dívida pública.

Entre negócios fraudulentos com terras e com especulações na Bolsa de Valores, o número de empresas listadas subiu de 90 em 1888 para 450 em meados de 1891, até o *crash* que provocou a queda de 22% da renda *per capita*, do qual o País precisou de vinte e um anos para se recuperar. O Encilhamento também produziu a primeira grande inflação no País, e gerou protestos de rua contra o aumento de preços e a desvalorização da moeda, que perdeu mais da metade de seu valor.

As ideias, invenções e belas visões evocadas por Machado foram estimuladas pela expansão sem precedentes da economia mundial entre 1870 e 1914. A qualidade da vida cotidiana em muitos países decolou com as revoluções no transporte e na produção e canalização da energia elétrica e do petróleo, gerando grandes aumentos no comércio mundial, com os brasileiros incorporando com entusiasmo as invenções estrangeiras. Só um ano após a instalação em 1882 da primeira central elétrica comercial por Thomas Edison em Nova York, o Imperador Pedro II inaugurou o primeiro sistema de iluminação elétrica na América do Sul, em Campos (RJ), seguido por dezenas de iniciativas locais de fazendeiros e comerciantes, enquanto a energia elétrica substituiu

REFLEXÕES VII

os cavalos que puxavam os bondes no Rio de Janeiro e outras cidades.

No mesmo sentido, o Brasil está surfando numa outra onda global de melhorias nos padrões de vida, enquanto os protestos se multiplicam contra a qualidade e prioridades da vida pública definidas pela classe política. Hoje, apesar das proteções institucionais e com uma economia maior e mais complexa, o Brasil enfrenta a ameaça de uma nova onda inflacionária à medida que o governo recorre a práticas fiscais exóticas para garantir a estabilidade em 2014.

O Brasil já entrou na fase final do *boom* clássico do crédito, marcada por:

- ♦ valorização cambial nos últimos anos provocada por forte influxo de capital;
- ♦ aumento dos empréstimos por bancos públicos a taxas subsidiadas;
- ♦ política fiscal frouxa;
- ♦ baixo nível de poupança interna;
- ♦ indução de um *boom* do consumo financiado com linhas de crédito do Tesouro aos bancos oficiais, e
- ♦ disparada dos preços dos imóveis.

O último quarto de século no Brasil coincide com o que pode ser o ápice do desenvolvimento humano que se acelerou durante as seis décadas depois da Segunda Guerra Mundial.

Avanços prodigiosos ocorreram em escala planetária em longevidade, nutrição, produtividade, comunicações, logística, saúde pública, ensino e em muitos outros campos. Os padrões de consumo da classe média estão proliferando em todo o mundo. O desafio hoje é manter esses avanços. O Brasil tem muito a ganhar ou a perder com essas contingências.

Estamos entrando numa nova era. Sombras do futuro pintam nosso cotidiano. Instituições estão sendo reestruturadas no mundo todo

enquanto lidamos com o recuo da maior e mais rápida expansão da atividade econômica na experiência humana. O momento das crises no Brasil pode surpreender, mas em geral sua dinâmica é previsível.

2. O Brasil e o mundo

Foi a presidente Dilma Rousseff quem pela primeira vez falou em “tsunami monetário” quando os bancos centrais das nações ricas inundaram o mundo com dinheiro barato em resposta à crise financeira global, perturbando as economias de países em desenvolvimento como o Brasil. “Os bancos centrais dos países desenvolvidos insistem em uma política expansionista que distorce as taxas de câmbio”, disse a presidente na assembleia geral das Nações Unidas em setembro de 2012. “Dessa maneira, países emergentes perdem mercados devido à valorização artificial de suas moedas, o que agrava a recessão mundial”.

O Brasil pode ser visto como um caso especial. Na média, os países em desenvolvimento cresceram 4,9% em 2012, um ritmo mais acelerado do que o registrado nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, enquanto a expansão brasileira foi de apenas 0,9% em meio da desorganização econômica, apesar do *boom* do consumo estimulado pelo aumento do crédito bancário. Agora as autoridades brasileiras estão preocupadas com a redução do fluxo financeiro do exterior para cobrir o *déficit* em conta corrente, que cresce à medida que a bagunça fiscal provoca pessimismo com as perspectivas em curto prazo do Brasil.

Uma advertência veio de Antônio Delfim Netto, com seus 85 anos, ex-ministro da Fazenda no regime militar (1964-85), badalado na época do “milagre” brasileiro quando a economia cresceu a 10% ao ano em 1968-74. Delfim depois assumiu o Ministério de Planejamento durante a crise latino-americana das dívidas e na escalada do Brasil para a hiperinflação na década de 1980. Homem de corpo grosso com olhar de coruja e jeito irônico de falar, em discurso salpicado com erudição econômica, Delfim há uma década atua como assessor informal aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Delfim advertiu que no início de 2014 o Brasil poderá ser punido “com uma ‘tempestade perfeita’, gerada por uma

REFLEXÕES VII

conspiração de eventos simultâneos:

- ◇ a redução de nosso rating, e
- ◇ o início do fim dos estímulos monetários nos EUA.

Se isso ocorrer, teremos uma rápida elevação da taxa de juros no mundo, uma mudança dos fluxos de capitais, um ajuste instantâneo e profundo da nossa taxa de câmbio, uma redução do crédito bancário, uma queda dramática da renda real dos trabalhadores e a volta – em legítima defesa – de taxas de juros reais aos absurdos níveis com que vivemos durante tantos anos, acompanhadas por um aumento do desemprego. Isso sim – e não uma fantasia política – poderá comprometer a confortável posição atual da presidente Dilma Rousseff no processo eleitoral”.

Líderes da comunidade empresarial e do PT têm pressionado o ex-presidente Lula a substituir Dilma como candidato em 2014. A advertência de Delfim veio de uma experiência amarga. No fim de semana de 19 de fevereiro de 1983, logo após o Carnaval, ele chocou o País com uma maxidesvalorização do cruzeiro, em 30%, numa manobra desesperada para segurar a solvência do Brasil, apenas seis meses após o calote mexicano em agosto de 1982, que disparou a crise financeira latino-americana. A *maxi* foi um golpe que aumentou as dívidas externas das empresas brasileiras em 30% após os empresários serem estimulados pelo governo a tomar empréstimos em moeda forte, incorporando divisas escassas à economia. A *maxi* também provocou uma escalada de inflação em 1982 de 100% para 142% em 1983 e para 200% em 1984, encaminhando o Brasil às hiperinflações de 1990 (6.390%) e 1994 (4.922%).

Enquanto a inflação hoje é uma pequena parcela do que era nas décadas de 1980 e 1990, as pressões estão crescendo. Hoje Delfim aconselha prudência e adverte contra uma perda de controle. Naquela época o Brasil experimentou estratégias heterodoxas. Atualmente, com a inflação quase nula nos países ricos, as heterodoxias estão sendo testadas numa escala global.

No entanto, as pessoas esquecem. O padrão de vida subiu e a

REFLEXÕES VII

estabilidade deixa de ser questionada. Jovens brasileiros, na melhor das hipóteses, têm apenas uma vaga consciência das dificuldades superadas em décadas recentes. Alguns pais ainda contam aos filhos que naqueles anos o valor do salário se pulverizava tão rapidamente que não dava para comprar comida ao final do mês. Ainda assim, na história da inflação no mundo, não há registro de uma nação que tenha tido mais êxito do que o Brasil no início dos anos 1990 em evitar o colapso econômico enquanto enfrentava aumentos mensais de 20% nos preços, durante meses seguidos.

Naquela altura, líderes civis diziam que a hiperinflação ainda estava longe, mas ela chegou, com altas nos preços ao consumidor atingindo 6.390% em 1990 e 4.922% em 1994. A loucura finalmente chegou ao fim em 1994 com o Plano Real, a sexta vez em oito anos que três zeros foram cortados da moeda nacional, que mudava de denominação a cada plano. “É como trocar fralda de bebê”, disse Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, acrescentando mais tarde: “O custo de vida se elevava 1% ou 2% ao dia, era preciso passar adiante os aumentos, pois era um tsunami, uma reação em cadeia, um conflito distributivo que nos impunha um comportamento nefasto, pois se buscava ‘correr à frente’ do processo, e assim nos tornávamos cúmplices do vício, ainda que em legítima defesa”.

Entre 1980 e 1995, quando a inflação anual média foi de 728%, o Brasil teve 15 ministros da Fazenda e 14 presidentes do Banco Central.

Estratégias heterodoxas

Enquanto isso, os bancos centrais do mundo persistiram nas estratégias heterodoxas para enfrentar a crise financeira que eclodiu em 2007-2008. Além de manter os juros praticamente zerados, o Federal Reserve dos Estados Unidos, o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra e mais recentemente o Banco do Japão promoveram uma nova política de afrouxamento quantitativo (conhecido como *quantitative easing* ou QE, na sigla em inglês), comprando grandes volumes de títulos públicos e privados da dívida, a fim de estimular maior liquidez para investimento e

consumo.

Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu, disse: “Farei o que for preciso” para preservar o euro como um sistema monetário. Juros mais baixos pagos por títulos de dívida pública e fluxos de capital oriundos da compra de bônus por bancos centrais entre 2007 e 2012 geraram economias de US\$ 1,6 trilhão, dois terços das quais nos Estados Unidos. O governo norte-americano economizou US\$ 900 bilhões com a queda pela metade dos juros incidentes sobre sua crescente dívida, à custa da rentabilidade das famílias (US\$ 360 bilhões) e credores estrangeiros (US\$ 480 bilhões). Os juros mais baixos também aliviaram o fardo das dívidas corporativas e estimularam as empresas a contratar novos empréstimos, além de responderem por 20% de seus lucros desde 2007, de acordo com o McKinsey Global Institute (MGI).

No Brasil, o governo achou outro caminho para o afrouxamento quantitativo. Em vez de usar o Banco Central para bombear dinheiro na economia comprando títulos no mercado de dívida, o ministro da Fazenda aumentou a liquidez do sistema tomando empréstimos para capacitar os bancos oficiais – sobretudo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil – a expandir o crédito, o que elevou sua fatia no mercado nos últimos anos. A diferença é importante. Enquanto os bancos centrais podem criar ou reduzir a liquidez por meio dos mecanismos tradicionais do mercado aberto, comprando ou vendendo títulos da dívida, os empréstimos dos bancos públicos não podem ser comercializados a qualquer momento e, quando subsidiados por empréstimos do Tesouro a taxas reais negativas, exigem mais financiamento oficial e aumento da dívida pública.

“A Segunda Grande Contração”

A crise financeira global gerou uma onda de pesquisa e reflexão por parte dos economistas, parecendo a angustiada busca pelas causas e soluções da Grande Depressão dos anos 1930,



época em que faltavam as sofisticadas ferramentas técnicas e analíticas hoje disponíveis. No clássico História Monetária dos Estados Unidos, 1867-1960, Milton Friedman e Anna J. Schwartz chamaram a Depressão de “A Grande Contração”. Alguns economistas chamam a crise global atual como “A Segunda Grande Contração”.

Hoje é amplamente entendido que autoridades monetárias e políticas salvaram o mundo de um colapso econômico em 2008-2009, o que teria sido uma calamidade tão grande quanto a Depressão dos anos 1930. Apesar de receios pessoais em ferir princípios básicos, elas proporcionaram transferências financeiras maciças para bancos, empresas e governos em crise, deixando os bancos centrais com balanços inflados e os governos com enormes dívidas. Esse salvamento estreito e caro deveria inspirar cautela. Em *This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly*, Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff advertiram em 2009 que severas crises financeiras tendem a ser longas: “À medida que diminuïrem as reservas internacionais (acumuladas nos anos de bonança antes de 2007) e aumentar a deterioração fiscal, as pressões financeiras sobre o serviço da dívida (pública e privada) devem crescer.

Dada a tendência de aumento de calotes em dívidas soberanas na esteira de uma crise financeira global e do declínio dos preços globais das *commodities*, a Segunda Grande Contração pode provocar um elevado número de calotes, reescalonamentos e/ou resgates por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI)”. Mais tarde, Rogoff argumentaria que a redução ou o perdão das dívidas seria preferível a mais contração econômica.

Dentre os 12 países que sofreram severas crises sistêmicas em 2007-08, apenas dois (Estados Unidos e Alemanha) haviam recuperado os níveis anteriores de renda *per capita* seis anos mais tarde. Na edição de abril de 2013 do *Perspectivas Econômicas Mundiais*, o FMI advertiu que “crises financeiras do tipo que afetou muitas economias deficitárias tendem a significar perdas permanentes no nível da produção relativo às tendências antes da crise”.

O mundo mudou. A crise de 2008-09 acordou os fantasmas e mitos

dos anos 1930 com o medo de outra Grande Depressão. No entanto, mudaram tanto as estruturas econômicas e demográficas que as contingências hoje são diferentes e mais complexas. Em 1930 só 22% da população mundial moravam em cidades, contra 52% atualmente, ou seja, um aumento da população urbana de 450 milhões para 3,7 bilhões em apenas oito décadas. Desde 1930 a taxa de urbanização elevou-se de 20% para 85% no Brasil e 91% no Japão, duas das economias mais dinâmicas do século XX, superando os padrões estabelecidos (80%) na Europa e nos Estados Unidos e também nos países maiores da América Latina. Ondas de jovens migrando para as cidades aceleraram o crescimento econômico, aumentando tanto a produtividade quanto a demanda, crescimento este reforçado pelas necessidades da vida urbana e o prolongamento da expectativa de vida enquanto a economia mundial expandiu. Os governos assumiram responsabilidades maiores em sustentar e administrar a maior complexidade das economias e sociedades. Esses avanços históricos não devem ser repetidos. As economias amadureceram e as populações estão envelhecendo. Os governos agora encontram dificuldades em sustentar seus compromissos custosos. A produtividade fica estagnada no mundo, notavelmente no Brasil.

O que temos aprendido?

Claudio Borio, do Bank for International Settlements (BIS), no ensaio intitulado *The financial cycle and macroeconomics: What have we learnt?*, achou que os ciclos financeiros duram mais (16 anos na média, desde 1960) e têm maior impacto do que os ciclos econômicos, que duram de um ano a oito anos, segundo cálculos tradicionais. Borio argumentou que “a duração e amplitude do ciclo financeiro aumentou principalmente desde meados dos anos 1980, uma boa aproximação para o início da liberalização financeira nas economias maduras”. No que pode ter sido uma referência aos Estados Unidos e ao Brasil, bem como a outros países atualmente em crise, Borio observou que quebras bancárias tendem a ocorrer no pico do ciclo financeiro, quando “a ligação entre poupança e crédito é muito frouxa”, uma vez que “o estoque de crédito excede a renda por uma margem considerável”. Ele acrescentou: “O ciclo

financeiro é mais bem apreendido pelo comportamento conjunto do crédito e dos preços imobiliários”.

O problema hoje é o enorme estoque de ativos financeiros que proliferaram nas últimas décadas, em grande parte com garantias governamentais, explícitas ou implícitas. Foi de longe a maior expansão da atividade financeira na experiência humana. Entre 1980 e o início da crise em 2007, segundo o MGI, o volume dos ativos financeiros no mundo multiplicou por quase 20 vezes em termos nominais, para US\$ 198 trilhões, uma estimativa que inclui a capitalização do mercado global de ações, bônus e outros títulos de dívidas, empréstimos e ativos securitizados, excluindo derivativos, ouro, imóveis, depósitos bancários e dinheiro vivo. As reservas internacionais dos bancos centrais foram multiplicadas por 60 desde 1990, de US\$ 200 bilhões para US\$ 12 trilhões. Nesses 27 anos, o estoque global de ativos financeiros aumentou em um nível equivalente a um Produto Mundial Bruto (PMB) para mais de 3,5 PMBs. Esses recursos estão altamente concentrados. Apenas nos Estados Unidos, bancos, companhias de seguro e empresas administradoras de bens – como a BlackRock, a Fidelity e a Pimco – controlam juntas cerca de US\$ 53 trilhões em ativos financeiros investidos no mundo todo, o equivalente a quase três quartos do PMB. Numa análise separada, o FMI calculou que em 2011 o estoque global de ativos financeiros era de US\$ 259 trilhões, ou 3,69 vezes maior do que o Produto Mundial Bruto, após ter quase triplicado desde 2002.

No Brasil, os ativos financeiros também cresceram de forma espetacular, embora a partir de uma base muito menor. O crédito total passou de apenas 25% do PIB em 2003 para 55% em 2013. O estoque de crédito, ainda bem mais baixo do que o registrado em economias desenvolvidas, cresceu com extrema rapidez, mas os lucros dos bancos estagnaram e as provisões para cobrir prejuízos aumentaram. Atraídos pelas baixas taxas de juros internacionais, tomadores de empréstimos brasileiros, dos setores público e privado, levantaram em 2012 US\$ 51 bilhões em bônus estrangeiros, um terço a mais do que no ano anterior, a exemplo do que fizeram outros países em desenvolvimento, como Turquia,

REFLEXÕES VII

México, Líbano, República Dominicana, Mongólia, Ruanda e Ucrânia. A república centro-americana de Honduras, com finanças frágeis e uma das taxas de homicídios mais elevadas do mundo, podia levantar um empréstimo de US\$ 500 milhões por dez anos no mercado internacional de bônus em 2013, graças ao afrouxamento quantitativo do Fed. As economias em desenvolvimento, menos endividadas do que as ricas, devem rolar US\$ 1,5 trilhão em dívidas a cada 12 meses. Crédito, sobretudo o crédito improdutivo, se tornou um vício global.

Buscando ganhos maiores do que as taxas de juros perto de zero por cento praticadas nas economias desenvolvidas, investidores estrangeiros canalizaram US\$ 394 bilhões ao Brasil nos quatro anos que se seguiram ao anúncio da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers em outubro de 2008, uma soma equivalente às reservas internacionais do Brasil, da qual cerca de três quartos correspondem a dívidas. Esses fluxos recentes foram mais de quatro vezes superiores aos investimentos financeiros nos quatro anos (2003-2006) que precederam a crise atual. Para os mercados emergentes em geral, a emissão de bônus por corporações não financeiras aumentou de cerca de US\$ 100 bilhões em 2008 para US\$ 600 bilhões em 2012, enquanto houve estagnação no lançamento de ações. Em abril de 2013, o relatório *Global Financial Stability Report*, do FMI, discutiu “a possibilidade de dinheiro demais estar atrás de poucos ativos no mercado emergente”, notando que “a elevação do coeficiente dívida-patrimônio das empresas no Brasil parece estar muito relacionada à maior emissão de bônus denominados em moeda estrangeira”. Isso provocou “preocupação de que a flutuação da taxa cambial ou o vencimento de empréstimos em curto prazo poderiam representar uma vulnerabilidade quando as taxas começassem a subir”. Enquanto os juros nos Estados Unidos e na Europa ainda não subiram, os fluxos de capital para o Brasil reverteram e viraram fugas de capital. O encolhimento das exportações brasileiras, junto com aumentos de importações e gastos de consumo no exterior, geraram *déficits* maiores em conta corrente no meio de desordem fiscal. Perdas no valor externo do real aceleraram a fuga de capitais enquanto cresceu, de novo, a carga das dívidas externas das empresas

brasileiras.

Bancos estatais gigantes

A área mais dinâmica da atividade bancária no Brasil, e sistematicamente a mais perigosa, é a rápida expansão dos empréstimos por bancos estatais, que elevaram sua participação no mercado de 35% em 2008 para 50% em 2013. O total dos ativos dos três gigantes bancos estatais cresceu rapidamente e já atinge US\$ 1,25 trilhão, o equivalente à metade do PIB, com uma taxa média anual de crescimento de 28% desde 2008. Essa expansão decorreu das transferências cumulativas entre 2008 e 2012 do Tesouro nacional para os bancos estatais, que totalizaram 9% do PIB.

A escala e a velocidade da expansão dos empréstimos dos bancos estatais brasileiros, que elevaram os ativos em US\$ 785 bilhões nos últimos cinco anos, são extremamente raras na história financeira global. É 57% maior do que os US\$ 500 bilhões emprestados pelos bancos estatais chineses como estímulo para amortecer o impacto da crise global de 2008-2009, enquanto o estoque de crédito dos setores não financeiros da China cresceu de 130% para quase 200% do PIB e aumentou 52% nos primeiros cinco meses de 2013.

“Desde 2009, o estoque de dívida interna chinesa tem crescido tão rapidamente que se aproximou da bolha de crédito nos Estados Unidos, Europa, Japão e Coreia, que precipitou a recessão”, segundo o *The Wall Street Journal*.

A vigorosa resposta chinesa à crise pode ter inspirado os governantes brasileiros. No entanto, a economia chinesa, movida pelos investimentos, é três vezes maior que a brasileira e mais competitiva, com US\$ 3,5 trilhões de reservas em moeda estrangeira obtidas com enormes *superávits* comerciais. Já no Brasil o desempenho dos investimentos tem sido fraco e a balança comercial e a conta corrente passaram a ser deficitária devido ao *boom* do consumo nos últimos anos. Enquanto o investimento na China alcançou 48% do PIB, no Brasil o investimento ficou estagnado em 18%.

O MGI observa que “boa parte da aparente intensificação financeira

[global] nas décadas anteriores à crise [2007-08] nas economias desenvolvidas deveu-se na realidade à alavancagem no próprio setor financeiro. Menos de 30% da expansão no volume de ativos financeiros em relação ao PIB teve origem no financiamento ao setor privado”. Nos Estados Unidos, o setor financeiro dobrou de tamanho, de 4% do PIB em meados dos anos 1970 para quase 8% em 2007, e absorveu dois terços da poupança líquida dos países superavitários (China, Japão, Arábia Saudita, Alemanha e Rússia).

Enquanto isso, o estoque de crédito cresceu de US\$ 3 trilhões, quatro décadas atrás, para US\$ 53 trilhões no início de 2013, o que levou Bill Gross, da Pimco, a descrever um cometa, uma “Supernova do Crédito” como “um monstro que exige constantemente volume crescente de combustível, uma supernova que se expande e se expande, mas começa a se consumir nesse processo. Cada dólar a mais parece gerar cada vez menos calor. Nos anos 1980, precisava-se de US\$ 4 de crédito novo para gerar US\$ 1 de PIB real. Na década passada, eram necessários US\$ 10, e desde 2006 a cifra subiu para US\$ 20, para se obter o mesmo resultado”. No Brasil, novos créditos equivaleram a 16,7% do PIB em 2012, mas produziram um crescimento econômico de apenas 0,9%. Em 2012, a dívida pública bruta brasileira chegou a 68,5% do PIB, quase o dobro do patamar de todas as economias emergentes (35,2%), de acordo com o FMI. Mais recentemente, quatro estados (Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina) tomaram empréstimos totalizando US\$ 3,7 bilhões de bancos estrangeiros, com a garantia do governo federal, para pagar dívidas ao Tesouro e a outras agências do governo.

3. Instituições e inflação crônica

O governo do Brasil nos últimos anos prosseguiu com uma estratégia velha ao “reativar” a economia na tentativa de ganhar impacto eleitoral e sair da ameaça de inflação por via do crescimento. Nas décadas passadas, os governos populistas no Brasil, Argentina, Chile, Bolívia e no Peru tentaram e fracassaram no emprego dessa estratégia. Nessas tentativas anteriores, sempre caíram na armadilha do descalabro fiscal. A mesma estratégia está sendo aplicada desesperadamente hoje pelos governos populistas da Venezuela e da Argentina, tentando agradar seus eleitorados com

REFLEXÕES VII

estímulos ao consumo enquanto se esforçam para conter a inflação com controles de preços. As principais repúblicas da América Latina se dividem em duas tendências diferentes: as populistas (Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador) e as repúblicas cautelosas (Chile, Peru, Colômbia e México), que passaram por transtornos no passado e agora produzem crescimento estável, baixa inflação e investimento robusto. Por um tempo o Brasil ficou em cima do muro, mas, recentemente, parece se inclinar para o campo populista. Enquanto o Brasil segue por esse caminho, os episódios de crescimento são breves e efêmeros, com riscos de erosão dos ganhos sociais e econômicos da última geração, resultado de limitações em capacidade produtiva com a ameaça do ressurgimento da inflação crônica.

A inflação crônica é uma cultura de comportamento que gradualmente gera a escalada dos preços e pressões sobre recursos públicos que os governos não querem ou não podem conter. Uma vez que a taxa atinge certo patamar e se mantém durante anos, a inflação crônica tende a se tornar politicamente muito difícil para contornar. Em seu livro, *Chronic Inflation in Latin America* (1972), Felipe Pazos estimou esse patamar de inflação anual para 10%, que ainda hoje parece razoável e do qual o Brasil pode estar se aproximando nos próximos anos. Uma inflação de 10% ao ano significa que o nível geral dos preços dobraria a cada sete anos. Com a inflação atual no Brasil, de cerca de 6% ao ano, o nível de preços dobraria a cada doze anos.

Além disso, seria incompatível com os níveis de preços dos principais parceiros comerciais do Brasil, o que criaria distorções, com a inflação nos Estados Unidos e na zona do euro em apenas 1% e na China em 3%. Os custos do trabalho no Brasil aumentam rapidamente, pressionados pela escassez de gente qualificada, enquanto esses custos estancaram ou caíram nos Estados Unidos, Europa e Japão. Nos doze meses encerrados em maio de 2013, os preços de 230 dos 365 itens que compõem o principal índice de inflação subiram mais de 10%. “A inflação está em alta”, advertiu Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central. “Há um aumento generalizado de preços. Os reajustes no setor de serviços,

REFLEXÕES VII

como educação, saúde e comércio, mantêm-se acima de 8% ao ano. É um quadro grave. Se removêssemos os efeitos das reduções de impostos da eletricidade, dos automóveis e dos eletrodomésticos, além de eliminarmos o subsídio ao preço da gasolina, a inflação estaria rodando muito acima do teto de 6,5% da meta oficial”. O nível geral dos preços aumentou em 40% desde 2008.

Os governos brasileiros fizeram uma escolha histórica, privilegiando o crescimento do consumo acima do desenvolvimento das capacidades da população. O rápido crescimento do consumo se tornou um direito adquirido, uma vaca sagrada e uma força política poderosa que não é questionada ou desafiada por nenhum ator político relevante. Os shopping centers se tornaram catedrais catalisadoras do *boom* imobiliário, 495 deles construídos em cidades grandes e médias, desde o Rio Grande do Sul até a Amazônia. Ultimamente o *boom* das compras encolheu devido a maiores preocupações sobre as dívidas dos consumidores e sobre o futuro duvidoso.

O investimento público é baixo porque 86% da grande elevação dos gastos do governo desde 1999 (excluindo os juros da dívida pública) vieram das transferências de renda. O brasileiro médio se aposenta com 54 anos de idade e recebe o equivalente a 70% de seu último salário, o que custa ao governo 11% do PIB, mais do que em países ricos como a Alemanha e o Japão, que têm uma proporção de idosos três vezes maior do que o Brasil. O programa Bolsa Família absorve só 0,5% do PIB, com pequenos pagamentos em dinheiro para famílias pobres, em troca da obrigação de que elas mantenham seus filhos na escola e os vacinem, mas que nos últimos anos ficou distorcido por clientelismo político e corrupção. Apesar de sua incapacidade para completar os investimentos públicos, os governos federal, estaduais e municipais são eficientes em distribuir salários, pensões e outros benefícios. Pagamentos de aposentadorias e pensões beneficiam cerca de 50 milhões de pessoas, absorvendo 60% do orçamento federal. Governos tendem a ser cada vez mais generosos, sem exigir nada ou quase nada em troca.

Milhares de municípios sobrevivem por meio de transferências federais, praticamente não coletam impostos e não produzem quase

REFLEXÕES VII

nada além de votos. Impostos sobre a propriedade têm um peso reduzido nas finanças públicas. Eles representam apenas 1,7% de toda a receita tributária, bem menos do que os 10% nos países desenvolvidos, com a receita praticamente zerada nos municípios pobres com estruturas administrativas precárias, dominadas por oligarquias comerciais e latifundiárias. Em 1983, no ano da maxidesvalorização de Delfim Netto, o Banco Mundial observou que o volume de transferência de renda “é algo tão próprio da economia brasileira que a economia do País pode ser chamada de economia de transferência, em oposição à economia de mercado ou à economia de planejamento central”. A inflação crônica pode ser descrita como a institucionalização de transferências econômicas desastradas.

O perigo não deve ser descartado facilmente, dizendo que a inflação crônica pertence ao nosso passado e que os ganhos sociais e institucionais das últimas décadas são irreversíveis. Na realidade, o passado está sendo reavivado pela expansão do crédito e pela manipulação enganosa das finanças públicas, gerando uma falsa sensação de segurança em um ambiente de baixa produtividade, altos custos e desorganização da atividade econômica.

O governo manobrou para disfarçar os aumentos dos custos, na tentativa de conter os preços de eletricidade e petróleo no varejo, enquanto expandiu o crédito ao consumidor e baixou os impostos sobre os eletrodomésticos e automóveis para estimular o consumo. Depois de muitos anos de baixo nível de poupança e investimento, o Brasil reduziu seu potencial de crescimento econômico sustentável. Devido ao baixo nível de investimentos, disse Olivier Adolar Blanchard, economista-chefe do FMI, “o espaço de manobra para políticas de estímulo da demanda é provavelmente limitado”. Mais tarde, o FMI estimou uma taxa de crescimento potencial de 3,5% ao ano, muito mais baixa do que a previsão anterior, embora mais elevada que nos anos recentes.

O Banco Central fazia uma “intensificação do ritmo de ajuste das condições monetárias” no que o Financial Times chamou “o mais agressivo ciclo de aperto no mundo”, aumentando sua taxa básica de juros sete vezes em oito meses, para chegar aos 10,5% em janeiro de 2014. Três décadas antes, enquanto a inflação explodia, Thomas

Sargent, um historiador da inflação agraciado com o prêmio Nobel de economia (2011), observou numa “Carta a mais um ministro brasileiro da Fazenda” (1987): “Um banco central sozinho não consegue segurar a inflação contra o desejo de uma autoridade de política fiscal determinada a permitir persistentes *déficits* orçamentários. Na realidade, um banco central determinado a ‘agir sozinho’ e combater a inflação com uma política de restrição monetária consegue apenas ganhos temporários na batalha contra a inflação, e ao custo de fazer com que a inflação seja ainda mais alta no futuro”.

Embora a carga tributária geral subisse de 21% para 39% do PIB desde 1987, hoje mais alta do que na maioria dos países mais ricos, a receita não acompanha os aumentos dos salários do governo, pensões e outras transferências de renda atreladas ao salário mínimo, que aumentou 115% em termos reais desde 1994, aplicando uma fórmula que garante ganhos superiores à inflação e ao crescimento econômico. O Brasil está abaixo do Peru, do México e do Chile no Índice do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, enquanto o Brasil arrecada cerca de duas vezes mais impostos que esses vizinhos em relação ao PIB. Por essa medida, o Brasil arrecada mais impostos do que a Grã-Bretanha, a Espanha ou os Estados Unidos, embora não mostre benefícios na forma de investimento público ou na qualidade dos serviços públicos. “O salário mínimo reajusta três quartos das aposentadorias e outros benefícios sociais e mais de 40% dos gastos do governo”, observou Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda. “É um manicômio”.

Governar o Brasil assim é muito caro. As dificuldades institucionais do Brasil aparecem nas finanças públicas, mas são retratadas com maior clareza nos problemas de infraestrutura e violência.

4. Infraestrutura

A economia mercantil-escravocrata do Brasil ficou perto da costa atlântica durante mais de três séculos, indiferente ao interior continental que produzia poucos bens exportáveis, excetuando a corrida de ouro em Minas Gerais no século XVIII. O censo de 1872 contava uma população conjunta de só 230.000 para as extensas

REFLEXÕES VII

províncias ocidentais de Goiás e Mato Grosso. Desde 1869, planos ambiciosos para desenvolver a infraestrutura continental foram anunciados a cada poucos anos, com poucos resultados. As mudanças começaram com o auge da borracha no final do século XIX e começo do século XX. Durante séculos, as comunicações internas fracas impediram a supressão de uma longa série de revoltas regionais que reduziram o poder e credibilidade do governo central, induzindo o geógrafo americano Preston James a observar em 1939: “Ainda no meio das proclamações patrióticas, fala-se audivelmente no Brasil sobre possível desintegração desse colosso para criar unidades menores e mais fracas”. Só na segunda metade do século XX, com a criação de Brasília e, principalmente após 1970, é que a agricultura moderna começou a penetrar essas regiões, fazendo do Brasil um grande exportador de grãos. O desenvolvimento das últimas décadas deixou o Brasil com um atraso grande nas infraestruturas de transporte e energia, que as instituições públicas fracas se esforçam para superar.

A grande tarefa para vencer esse atraso se complica por:

- ◇ a escolha política em dedicar maiores recursos para promover o consumo, negligenciando as necessidades do investimento público;
- ◇ a falta de habilidade técnica, oriunda das fraquezas no ensino público, gerando deficiências no preparo e execução dos projetos;
- ◇ confusão burocrática e politicagem na seleção e aprovação dos projetos.

“O governo se divide em silos de modo geral estanques, com um claro *déficit* de coordenação”, segundo Cláudio Frischtak, um veterano analista dos problemas da infraestrutura. “Compete-se abertamente pela primazia da condução do processo, numa sucessão de czares da vez; e o exercício do poder é basicamente pela pressão por resultados, no prazo mais curto possível, atropelando a formulação de modelos mais bem desenhados, projetos mais bem elaborados e soluções sustentáveis”.

O Fórum Econômico Mundial coloca a infraestrutura no Brasil, em termos de tamanho e qualidade, em 114^o lugar numa lista de 148 países. De acordo com o MGI, o valor da infraestrutura no país caiu

REFLEXÕES VII

para apenas 16% do PIB, em comparação a uma média global de 70%. Enquanto o restante do mundo investe 3,8% por ano do PIB global nas últimas décadas em estradas, portos, aeroportos, saneamento e telecomunicações, o Brasil gasta apenas 1,6% do PIB em infraestrutura, uma pequena parcela da pesada carga tributária (39% do PIB) e bem menos do que os níveis dos países latino-americanos. Na melhor das hipóteses, esse nível apenas compensa parte da depreciação. A demanda por melhor infraestrutura se intensificou com o crescimento das exportações agrícolas, do tráfego aéreo, das vendas de carros e do fluxo de contêineres nos portos, todos pelo menos dobraram na última década.

Com 22 cidades cada uma com mais de um milhão de pessoas, a urbanização brasileira aumenta a demanda para mais investimento público. No entanto, porque muitos projetos de infraestrutura não são concluídos apesar dos altos custos, o investimento público, assim, vira mais uma forma de consumo privado. Esses fracassos, amplamente relatados pela imprensa, são tratados com indiferença entre políticos e o público em geral.

Nas três décadas desde a eclosão da crise das dívidas externas da América Latina em 1982, o Brasil pôde realizar poucas obras de infraestrutura, com exceção da sustentação de suas cidades crescentes, produzindo uma atrofia do capital humano nas agências de governo responsáveis pelos investimentos públicos. No entanto, enquanto o Brasil se estabilizou e ganhou a confiança dos mercados financeiros internacionais, os governos anunciaram uma pauta grande de projetos – estradas, ferrovias, hidrelétricas, portos, aeroportos, exploração e desenvolvimento de grandes jazidas de petróleo em águas profundas do mar. Assim as habilidades humanas escassas disponíveis nas burocracias e nas construtoras privadas ficaram sobrecarregadas.

A burocracia federal superlotada, com 22.000 cargos de confiança em 39 ministérios, não esconde essas dificuldades. Devido ao declínio na realização de obras públicas em décadas recentes, o Brasil não pôde criar uma nova geração de engenheiros para substituir lideranças como Mário Behring e John Cotrim, responsáveis pelas grandes hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí. O

REFLEXÕES VII

GEIPOT (Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes), a equipe-elite de técnicos criada pelo regime militar em 1969, desintegrou até ser abolida em 2008. As firmas de engenharia de projetos desapareceram. As grandes construtoras, como Andrade Gutierrez e Odebrecht, dependiam cada vez mais de obras realizadas fora do Brasil.

Recentemente o Brasil se esforçou para leiloar obras, como parcerias públicas-privadas (PPPs), em meio a um labirinto de restrições, definições de preços, subsídios cruzados, litígios e indefinições sobre decisões futuras do governo. Houve muito barulho em relação aos programas para estradas, de R\$ 54 bilhões; portos, de R\$ 16 bilhões; e ferrovias, de R\$ 98 bilhões. A elaboração do projeto e os editais de leilões foram terceirizados, a cargo de uma empresa particular, a EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos), o que gerou queixas de potenciais participantes de PPPs em relação ao irrealismo de subestimar a necessidade de investimentos, oferecer taxas antieconômicas nas tarifas e exagerar em projetar as taxas de retorno. Até recentemente o governo oferecia taxas de retorno parecidas às da dívida do Tesouro, que rendem juros sem risco e sem o esforço complexo de realizar obras de infraestrutura. O ministro dos Transportes, César Borges, anunciou que o governo iria subsidiar os pedágios nas grandes estradas, onde as concessionárias também obteriam empréstimos a juros baixos no BNDES.

Os benefícios potenciais das PPPs frequentemente são exagerados, até nos países onde alguns projetos tiveram sucesso. Só 40% das PPPs planejadas nos Estados Unidos desde 1985 conseguiram financiamento até 2010. Na União Europeia, as PPPs absorveram menos de 12% dos investimentos na infraestrutura em anos recentes. No Brasil, das 177 PPPs anunciadas na última década, só 19 tiveram contratos assinados e só 11 estavam operando. Esses incluíram as estradas principais do Estado de São Paulo, operados com sucesso como PPPs. Agora esses programas poderiam ser testados numa escala muito maior. Alguns exemplos:

♦ Esses desafios se concretizaram na estrada estratégica BR-163, o roteiro para exportação para a safra de grãos de Mato Grosso ao

REFLEXÕES VII

porto de Santarém no Rio Amazonas e aos portos do Sul. Há décadas se repete o ritual visto nos jornais e na TV que dramatiza essas dificuldades. A cada ano, testemunhamos o mesmo espetáculo de caminhões carregando produtos agrícolas atolados na lama ao longo dos mil quilômetros da BR-163. O Brasil transporta 60% de sua produção interna por estradas, das quais apenas 14% são pavimentadas. “No agrobusiness brasileiro, a principal dificuldade não é a produção, mas o transporte”, de acordo com Marcos Jank, um influente economista agrícola e membro do nosso Instituto. “E essa precariedade impacta o *agrobusiness* mais do que qualquer outro setor da economia”.

Longos trechos da BR-163 foram leiloados a construtoras que se esforçarão para vencer adversidades do meio ambiente – meses de chuvas pesadas sem parar, solos encharcados, construção de pontes cruzando dezenas de rios, falta de materiais de pavimento nas proximidades, necessidade contínua de manutenção intensiva – para duplicar a BR-163 numa estrada de quatro pistas, lucrando com os pedágios gerados por milhares de caminhões carregados de grãos, todos os dias. Na outra ponta desse corredor logístico de 3.500 quilômetros, que liga as fazendas aos mercados no exterior, longas filas de caminhões aguardam para descarregar no porto de Santos, o maior da América Latina, enquanto muitos navios esperam vários dias para atracar.

Atrasos no embarque de mercadorias levaram ao cancelamento de encomendas chinesas de dois milhões de toneladas de soja em 2013. Agora a BR-163 engrossa a fila de vários projetos de rodovias leiloados no final de 2013 para empreiteiros privados, apoiados por bancos estatais e fundos de pensão das empresas estatais, após oferecer grandes descontos nos pedágios autorizados, com esperança de lucrar com o grande volume de caminhões transitando essas rotas.

◇ Um dos grandes projetos é a transposição do rio São Francisco através de 622 quilômetros de canais, para levar água a 12 milhões de pessoas de 391 municípios do Nordeste, inclusive Fortaleza, cuja população aumentou rapidamente em meio século, passando de 200 mil para 2,5 milhões. A construção começou a partir de um

estudo de viabilidade que não levou em conta pesquisas geológicas detalhadas do terreno. Embora o projeto tenha ficado pronto antes da eleição presidencial de 2010, apenas 40% do trabalho foi concluído até agora, e a estimativa de custo dobrou. Muitos dos canais racharam e foram invadidos pelo mato depois que construtores abandonaram suas seções quando souberam que o terreno a ser trabalhado ainda não havia sido desapropriado e havia torres de eletricidade no meio do caminho.

◇ O mesmo tipo de problema paralisou três grandes projetos ferroviários, cada um com mais de mil quilômetros, que estão sendo tocados simultaneamente: a Transnordestina, a Norte-Sul e a Leste-Oeste, que cruza a Bahia como um corredor de exportação para Barreiras, uma nova área do cerrado produtora de soja e algodão. O ex-presidente da Valec, a estatal responsável pelo planejamento e construção da ferrovia, foi preso acusado de dar um desfalque de R\$ 100 milhões na Norte-Sul, de 2.255 quilômetros, que está em construção desde 1996. A Valec também está construindo a ferrovia da Bahia, cujas obras foram suspensas por problemas nos estudos de engenharia e ambientais, impasses legais e regulatórios, ameaças de morte a técnicos feitas por fazendeiros e posseiros. Três anos depois do anúncio do começo da construção nenhum trilho foi colocado e metade dos empreiteiros abandonou o trabalho.

Cometa

A saga de Eike Batista foi celebrada na imprensa internacional, ascendendo e depois queimando como um cometa, formando uma espécie de atalho para o entusiasmo e logo decepção frente aos problemas do Brasil no financiamento e execução dos grandes projetos. Eike ganhou sua primeira fortuna aos 21 anos, no comércio de ouro nos garimpos da Amazônia na década de 1980. Meses antes da crise financeira de 2008, o seu grupo de empresas de energia, infraestrutura e mineração, ganhou valor de mercado de R\$ 87 bilhões (US\$ 54 bilhões) graças a uma série de ofertas públicas de ações, orquestradas com uma enxurrada de 105 anúncios de “fatos relevantes” ao mercado, proclamando sobre a descoberta de óleo na Bacia de Campos: “A OGX prova que vale

REFLEXÕES VII

apostar na competência dos brasileiros e na abundância de nossos recursos naturais. Viva Brasil!”

Proclamando sua meta para virar o homem mais rico do mundo, ele reuniu um *dream team* trazendo executivos e geólogos da Petrobrás que comemoravam grandes descobertas, queimando US\$ 5,3 bilhões antes de anunciar em 2013 que o programa de exploração fracassou. Após sua holding EBX haver investido US\$ 15,7 bilhões em 2011-12, apoiado por US\$ 5 bilhões em créditos do BNDES e com BNDESPar como grande acionista, o Wall Street Journal informou que “dúvidas cresceram sobre a capacidade do Sr. Batista em realizar suas altas metas para terminar seus maciços projetos de infraestrutura”, gerando problemas de reputação para o Brasil.

Eike cedeu ações em suas empresas como garantia aos empréstimos levantados para construir plataformas e desenvolver poços no mar e minas de ferro. Com dívidas somando R\$ 18 bilhões (US\$ 9 bilhões), Eike anunciou que a OGX suspenderá as operações nos campos do mar em 2014, alguns deles três meses após serem declarados comercialmente viáveis aos reguladores. Analistas no Bank of America informaram que, além dos empréstimos do BNDES, o grupo obteve créditos somando R\$ 1,4 bilhão da Caixa Econômica Federal e outros R\$ 3,1 bilhões de Bradesco, Itaú Unibanco e BTG Pactual. Credores estrangeiros exigiram em vão pagamento imediato de US\$ 3,6 bilhões em bônus. Surgiram questões de como os grandes bancos e a agência reguladora da indústria de petróleo e da Comissão de Valores Mobiliários podiam haver suspenso seu senso crítico, expondo muitos investidores a grandes perdas. Em seguida, a OGX entrou nos tribunais para pedir proteção de seus credores. No maior calote corporativo na história da América Latina, os credores concordaram em trocar US\$ 5,8 bilhões em dívidas para 90% das ações da OGX. Os 81.000 investidores de varejo assistiram o colapso no valor de cada ação de um pico de R\$ 23,27 em 2010 para R\$ 0,24 em dezembro de 2013. Eike perdeu US\$ 30 bilhões no que foi atribuído como sua riqueza pessoal. Infelizmente, o colapso do império de Eike coincidiu com protestos sobre os desperdícios no gasto público para infraestrutura nos preparos para a Copa do Mundo de 2014.

5. A Copa do Mundo de 2014

Os preparativos confusos para a Copa do Mundo no Brasil provocam controvérsias crescentes. A ausência de competição de outros países ficou evidente quando Lula, em outubro de 2007, liderou a ida de um grupo a Zurique, que incluía 12 governadores de estados para receber o mandato da Fifa (Federação Internacional de Futebol) para o Brasil, país pentacampeão, sediar a Copa do Mundo a ser realizada em junho e julho de 2014. Como se essa honra não fosse suficiente, o Brasil foi premiado também para realizar os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Não houve competição para sediar a Copa, já que era a vez de um país sul-americano e o Brasil era considerado desde 2003 o único candidato plausível. “O modelo proposto para a Copa no Brasil prevê investimento privado para a construção e renovação de estádios, reservando-se o dinheiro público à modernização da infraestrutura”, anunciou Ricardo Teixeira, que por um longo período (1989-2012) presidiu a CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

Em 2012 Teixeira renunciou ao cargo de presidente da CBF e do comitê organizador da Copa do Mundo. De acordo com um promotor suíço, Teixeira e seu ex-sogro, João Havelange, que presidiu a Fifa entre 1974 e 1998, embolsaram US\$ 41 milhões em propinas com a venda de direitos de *marketing* das Copas. Enquanto isso, projetos urbanos de infraestrutura, que beneficiariam os moradores das cidades depois da Copa, foram abandonados. Os preparativos para a Copa se resumiram simplesmente a uma corrida para a construção de estádios, financiada com recursos públicos, e com atrasos nos cronogramas. Jérôme Valcke, secretário-geral da Fifa, disse a jornalistas em 2012: “Não entendo por que as coisas não estão avançando. Os estádios estão atrasados. A preocupação é que nada está sendo feito para receber tantos visitantes. Lamento dizer que as coisas não estão funcionando no Brasil. Vocês precisam de mais pressão, precisam levar um chute no traseiro para organizar a Copa”. Valcke falou depois que a Fifa considerou transferir a Copa para outro país durante os protestos de rua em várias cidades brasileiras em junho de 2013.

REFLEXÕES VII

Enquanto outros países, em outros anos, que se candidataram para sediar a Copa do Mundo tinham previamente submetido à Fifa propostas detalhadas para construir e melhorar estádios, infraestrutura urbana, segurança pública, aeroportos e hotéis, ao Brasil nada foi exigido, uma vez que era o único candidato. Em 2009, o Brasil ainda não havia escolhido as cidades onde os jogos seriam realizados e deixou a decisão a cargo da Fifa, ou seja, a Ricardo Teixeira.

Sob pressão política para acomodar interesses locais, Teixeira decidiu que as partidas seriam realizadas em 12 cidades, algumas das quais distantes milhares de quilômetros entre si, em vez das tradicionais oito cidades das Copas anteriores.

Estima-se que a Copa no Brasil custe R\$ 28 bilhões (US\$ 14 bilhões), quatro vezes mais do que a Copa na África do Sul (2010) e quase três vezes mais do que a da Alemanha (2006), ambos os países com populações e territórios menores. Uma corrida começou para construir grandes estádios em locais improváveis, com poucos torcedores, como em Cuiabá, Manaus e Brasília, cidades que não têm times nem na segunda divisão. Em Brasília, a capacidade do Estádio Nacional Mané Garrincha foi ampliada de 45 mil para 72 mil pessoas, ao custo de US\$ 750 milhões, em uma cidade onde as partidas de futebol com times locais atraem, na média, 800 espectadores. “O novo estádio em Manaus tem 48 mil cadeiras, mais do que o público total de todas as partidas na temporada das quinze equipes locais”, disse Juca Kfoury, um dos principais comentaristas de futebol.

“Além dos elefantes brancos em Cuiabá, Brasília, Manaus e Natal, está sendo construída uma nova arena no Recife, a 40 quilômetros do centro da cidade, numa área de difícil acesso. Todos esses estádios para abrigar no máximo três jogos, em um mês de Copa, e depois eles terão pouco uso”.

No entanto, manifestações espontâneas de rua contra a qualidade dos serviços públicos eclodiram em junho de 2013, às vésperas da Copa das Confederações, uma competição preliminar entre as principais equipes que disputarão a Copa e que tem também o

REFLEXÕES VII

objetivo de testar se a infraestrutura e os estádios estão prontos. As manifestações cresceram a partir de um pequeno protesto contra o aumento de 20 centavos no preço da passagem de ônibus em São Paulo e que foi dispersado com violência pela polícia.

Houve passeatas em 353 cidades, organizadas em redes sociais, como o Twitter e o Facebook, o que surpreendeu os promotores do movimento original em São Paulo e superou outras estimativas. Até então, a opinião consensual era a de que as coisas continuariam como estavam: que a inflação anual ficaria em torno de 6% e que o governo sobreviveria à deterioração econômica e se reelegeria em 2014 para só depois anunciar alguma política de estabilização.

A presidente Dilma Rousseff tinha taxa de aprovação de 67% nas pesquisas, e estava tão confiante que declarou: “Meu mandato é para oito anos”. Mas a questão da qualidade de vida veio à tona com as manifestações de pessoas de diferentes classes sociais, noite após noite, nas ruas de grandes cidades e de remotos locais da Amazônia e do Nordeste, protestando contra o custo e a qualidade dos transportes, a corrupção endêmica, a precariedade da educação e da saúde pública, e os gastos extravagantes e caóticos com os preparativos da Copa do Mundo. Nessa época, a Controladoria Geral da União calculou que a construção e a reforma de estádios no “padrão Fifa” custariam R\$ 7 bilhões, quantia suficiente para a construção de 8.000 escolas. Os manifestantes então exigiram escolas, hospitais e transporte urbano “padrão Fifa”.

À medida que multidões tomavam as ruas, os políticos entraram em pânico, e depois tomaram iniciativas delirantes, como a do Congresso, que manteve sessões noite adentro para aprovar de uma hora para outra reformas esquecidas havia muito tempo, enquanto políticos elogiavam a sabedoria das massas. Em seguida, o apoio a Dilma caiu para 27% nas pesquisas de opinião nas semanas seguintes. Ainda assim, as manifestações continuaram semana após semana, com sindicatos e associações profissionais convocando passeatas e bloqueando o tráfego nas maiores cidades. As manifestações deram visibilidade a grupos que se consideram anarquistas e que vandalizaram agências bancárias, lanchonetes MacDonal’d’s e prédios de governo. O mais notório desses grupos, os

Black Blocs, foram às ruas com máscaras e protagonizaram cenas de violência que, mostradas na TV, afastaram a classe média das manifestações.

Os protestos perderam o foco e não conseguiram impor uma agenda e uma organização capazes de influenciar a qualidade de vida pública, enquanto políticos voltavam às suas rotinas. Em 30 de junho, o Brasil venceu a Copa das Confederações com uma vitória por 3 a 0 contra a Espanha, a campeã da Copa do Mundo de 2010.

Aos poucos, Dilma se recuperou nas pesquisas. O marqueteiro de Dilma, João Santana, havia caracterizado os protestos como “uma catarse temporária”.

6. Violência

Naquela tarde de domingo, quando a jovem seleção brasileira derrotou a Espanha na Copa das Confederações diante de 74 mil torcedores que compraram ingressos caros no remodelado Maracanã, no Rio de Janeiro, outra partida de futebol estava sendo disputada 2 mil quilômetros ao norte, num campo improvisado de Campo de Melo, no município de Pio XII, Maranhão.

Nessas regiões, jogos de várzea são uma das poucas recreações nas tardes de domingo, frequentemente animadas por bebida alcoólica e violência. Pio XII é uma das regiões mais pobres de um dos estados mais atrasados do Brasil, com um nível de analfabetismo de 44%, em comparação com 28% em todo o Maranhão e 13% no Brasil, enquanto a mortalidade infantil em Pio XII chega a 72 por mil, a mesma taxa do Congo, em comparação a 54 no Maranhão e 13 no Brasil. A pobreza em Pio XII foi aliviada pelo Bolsa Família, que paga mensalmente, na média, R\$ 166 para 44% das famílias.

No futebol improvisado de Campo de Melo, um time usava camisa e o outro não, e as traves não tinham redes. Otávio Cantanhede, 19, tocava o gado e consertava cercas durante o dia e estava estudando à noite para realizar o seu sonho de se tornar contador. Naquele domingo, ele escondeu uma faca sob o calção antes de montar em sua bicicleta para ir até o campo onde ele jogava na defesa até machucar um pé e se tornar juiz. Cerca de 15 minutos depois de

REFLEXÕES VII

iniciado o segundo tempo, Otávio apitou e mostrou o cartão amarelo para Josemir Santos Abreu, 30, um ex-colega de equipe que trabalhava na agência local dos Correios e que estava assistindo ao jogo até ser convidado a participar. Jogador agressivo de meio-campo, apesar de sofrer de epilepsia, Josemir não gostou da decisão do juiz e o desafiou a dar o cartão vermelho, dizendo que ambos deixariam juntos o campo. Otávio chamou Josemir de palhaço e o expulsou. Josemir xingou a mãe do juiz e o derrubou com um chute. Quando Otávio levantou ele tinha a faca nas mãos e golpeou Josemir duas vezes do lado do corpo e uma vez no peito. Josemir morreu a caminho do hospital local enquanto seus amigos atacaram Otávio. Amarraram-no, quebraram uma garrafa de cachaça em sua cabeça, o atropelaram com uma moto e o decapitaram depois de esfaquear seu pescoço. Sua cabeça foi espetada num poste perto do campo. Vizinhos disseram ter telefonado para a polícia, mas não obtiveram resposta. Pio XII tinha sete policiais, que usavam dois carros. Naquela tarde de domingo, os policiais estavam trabalhando em outra vila, onde não havia sinal de celular e não puderam atender as ligações feitas a partir do campo de futebol em Campo de Melo.

O número de homicídios no Maranhão multiplicou cinco vezes na última década. Na penitenciária de Pedrinhas em São Luiz, 60 prisioneiros foram assassinados durante 2013 em brigas entre gangues de internos, três deles decapitados em dezembro. Esposas visitando a prisão repetidamente sofreram estupros coletivos por vários prisioneiros.

Em muitas regiões do Brasil, o padrão de vida melhorou, mas a violência continua, refletindo problemas institucionais que a população aceita passivamente. Nos últimos anos, o Brasil registrou um recorde de mais de 52.280 homicídios por ano, média de 143 assassinatos por dia, o equivalente a um grande desastre aéreo a cada dia. Muitos dos assassinatos são repentinos e espontâneos, como em Campo de Melo.

Entre 1980 e 2011, mais de 2,6 milhões de brasileiros tiveram mortes violentas, sobretudo de homicídios e acidentes. Enquanto os assassinatos de Otávio Cantanhede e Josemir Abreu em Campo de

REFLEXÕES VII

Melo foram praticados com armas primitivas, a maioria dos homicídios no Brasil envolve armas de fogo. Estima-se que haja 15 milhões de armas no Brasil, menos da metade delas com registro. O número de assassinatos com armas de fogo no Brasil multiplicou por seis desde 1980, hoje representando 70% de todos os homicídios. Mesmo sem insurgências organizadas nem conflitos étnicos ou religiosos, o Brasil registrou 147.373 brasileiros mortos com armas de fogo entre 2004 e 2007, número muito superior ao total de vítimas fatais dos conflitos armados no Iraque, Sudão, Afeganistão, Colômbia e Congo, de acordo com o relatório *Global Burden of Armed Violence*, publicado em Genebra numa iniciativa diplomática apoiada por 100 países e patrocinada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

O Brasil está em sétimo lugar na liga mundial de homicídios, com 27,4 assassinatos para cada 100 mil habitantes, atrás de El Salvador (62,4), Venezuela (36,4), Colômbia (45) e Guatemala (38,7), entre os países com estatísticas disponíveis. A taxa de homicídios no Brasil é várias vezes maior à da população mundial, estimada por agências das Nações Unidas entre 6 e 8,8 por 100 mil. Catorze cidades brasileiras estão entre as 50 com maiores taxas de assassinatos do mundo, enquanto o México tem 12 cidades, a Colômbia tem cinco e a Venezuela três. Metade dessas 50 cidades com maiores índices de assassinatos está na América Latina.

A escalada de homicídios no Brasil não é homogênea. Enquanto os assassinatos em 2001-11 caíram 80% em São Paulo, 55% no Rio de Janeiro e 37% no Recife, eles dobraram em outras grandes cidades da Amazônia e do Nordeste. A astronômica taxa de Maceió, capital de Alagoas, é de 111 por 100 mil habitantes, dez vezes mais alta que a da cidade de São Paulo. Em um quinto dos 5.565 municípios, sobretudo nos menores, não houve registro de assassinatos entre 2009 e 2011. Mas em várias outras cidades, de diferentes tamanhos, as taxas de homicídios estão entre as mais elevadas do mundo. Quinze municípios brasileiros apresentam taxas superiores a 100 por 100 mil, e 88 cidades têm taxas de mais de 60 por 100 mil. Entre as comunidades mais violentas, 51 estão no Nordeste, metade delas em dois estados: Bahia e Alagoas.

REFLEXÕES VII

Uma extensa reportagem de Leonêncio Nossa no jornal O Estado de S. Paulo identificou 1.133 assassinatos políticos desde 1979, dois terços deles no Nordeste e na Amazônia, com um número crescente nos últimos anos e picos registrados durante as campanhas eleitorais nos municípios.

A onda de violência provoca algumas reflexões. Por que os homicídios crescem enquanto os padrões de vida melhoram, com uma taxa de desemprego historicamente baixa (4,6% em termos nacionais) e com grandes transferências de renda para os mais pobres? Por que a ocorrência de homicídios é tão heterogênea, com algumas cidades reduzindo drasticamente o número de assassinatos, enquanto em outras os assassinatos multiplicam sem controle? Tais diferenças refletem a estrutura dos incentivos? É porque menos de 10% são esclarecidos pelas polícias e processados na Justiça? Podemos explicar os homicídios com referência ao potencial humano não realizado, com 23% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade que não estudam nem trabalham? Como podemos relacionar a frequência dos homicídios aos padrões de assentamento e a presença ou ausência das instituições públicas nessas cidades que crescem rapidamente? Será que isso pode ser explicado pelo tráfico de drogas?

Todas essas questões merecem ser abordadas a partir de pesquisas detalhadas. Eu acredito, porém, que o fator comum é a qualidade das instituições.

A onda de homicídios no Brasil está na contracorrente da tendência em longo prazo, que nos últimos séculos tem sido a redução da violência civil em sociedades complexas. Nos últimos 800 anos, assassinatos na Europa Ocidental, por exemplo, caíram de uma taxa de 80 a 100 por 100 mil pessoas – maiores do que a taxa atual de El Salvador e da Venezuela – para níveis civilizados de 1 por 100 mil.

A explicação para esse declínio secular na violência civil segue a tradição intelectual que teve início com o filósofo Thomas Hobbes que sustentou em sua grande obra *Leviatã*, escrita durante as guerras civis inglesas do século XVII, que só um Estado que monopoliza o emprego da força, com consentimento do povo, pode

evitar a anarquia. Hobbes chamou essa anarquia de “a guerra de todos contra todos”, quando “os homens vivem sem um Poder comum para mantê-los em reverência pavorosa”, deixando-os em “medo permanente e perigo de morte violenta; e a vida do homem, solitária, pobre, sórdida, bestial e curta”. A evolução da paz social foi fortalecida pelo comércio. “O comércio liga as pessoas por meio da utilidade mútua”, o economista Samuel Ricard escreveu em 1704. “Com o comércio, o homem aprende a deliberar, ser honesto, adquirir bons costumes, ser prudente no pensar e na ação”. A influência civilizadora do comércio foi reforçada pela difusão da leitura, avanços tecnológicos na impressão e editoração, na circulação maciça de jornais e livros, ampliando os horizontes dos conhecimentos comuns que conduzem às reformas humanitárias. Esse declínio da violência civil durante séculos fica explicado no livro recente, **Os Anjos Bons da Nossa Natureza**, do psicólogo de Harvard Steven Pinker, relatando a evolução desde a época medieval na Europa do que foi chamado de o processo civilizador: A centralização do controle estatal e sua monopolização de violência, o crescimento das burocracias e dos grêmios dos comerciantes e artesãos, a substituição do escambo por dinheiro, o desenvolvimento da tecnologia, a evolução do comércio, a crescente teia de dependência entre os indivíduos distantes, todos se encaixam em um conjunto orgânico. E para prosperar dentro desse conjunto, a pessoa tem que cultivar as faculdades de empatia e autocontrole, até que se torne uma segunda natureza.



Dessa perspectiva, a fraqueza das instituições públicas habilitou o espaço para a tolerância da violência em muitas comunidades brasileiras. O Estado jamais conseguiu o monopólio da força e violência organizada. A circulação livre de armas e a frouxa aplicação das leis às vezes produzem casos em que as polícias cometem assassinatos com impunidade e colaboram com gangues criminosas. No entanto, quando o Estado se mobiliza para reduzir os homicídios pode ter sucesso. Apesar de suas imperfeições, o

aparelho de segurança pública de São Paulo conseguiu ganhos espetaculares em reduzir os homicídios em 80% na cidade em apenas uma década, mais rapidamente e numa escala muito maior que na campanha badalada de Nova York, que encurtou o número de homicídios em 82%, de 2.262 em 1990 para 417 em 2012, uma façanha que demorou duas décadas para realizar. Em São Paulo a ação das polícias era importante, porém formou parte de um processo civilizador mais amplo: expansão do comércio nas periferias, maiores investimentos nos serviços públicos, crescimento mais lento da população jovem, melhor adaptação das famílias migrantes à vida urbana, melhorias nos padrões de vida e nas oportunidades de emprego, e mais acesso à educação que, apesar de suas fraquezas, facilitou a leitura e a escrita e o uso dos computadores e da *internet*. No entanto, a violência forma só um aspecto dos problemas institucional.

7. O Brasil precisa de uma nova estratégia

Os problemas institucionais não são simples. São nódulos ou conjuntos de problemas que só poderiam ser superados com um foco estratégico sobre prioridades durante um tempo prolongado. Por isso, temos sustentado que o Brasil precisa de uma nova estratégia.

O Brasil vive em dois mundos. O primeiro desses mundos é a economia balão de promessas infladas. No seu discurso de fim de 2013 na televisão, a presidente Dilma Rousseff anunciou: “Sinto alegria de poder tranquilizar vocês dizendo-lhes que entrem em 2014 com a certeza de que o seu padrão de vida vai ser ainda melhor do que você tem hoje.” Minha Casa, Minha Vida “transformou-se no mais exitoso programa desse gênero no mundo.” “Reforçamos o programa Brasil sem Miséria e estamos a um passo de acabar com a pobreza absoluta em todo o território nacional.” Com a importação de médicos cubanos no programa Mais Médicos, “hoje já temos 6.658 novos médicos em 2.177 cidades beneficiando cerca de 23 milhões de pessoas. Em março, serão 13 mil médicos e mais de 45 milhões de brasileiros e brasileiras beneficiados”.

Tudo isso faz parte da campanha para reeleição da presidente,

REFLEXÕES VII

inspirando Dilma para uma advertência à oposição que “se alguns setores, seja porque motivo for, instilarem desconfiança, especialmente desconfiança injustificada, isso é muito ruim. A guerra psicológica pode inibir investimentos e retardar iniciativas”.

O outro Brasil está afundando na desordem institucional. Essa desordem incorpora o parasitismo fiscal, a corrupção endêmica, a inflação crônica, fracasso na infraestrutura e nos serviços públicos, escalada da violência e numa classe política autossuficiente e irresponsável, entrincheirada no sistema de “presidencialismo de coalizão”. Fora da classe política, a desconfiança cresce, esvaziando o otimismo e a autoestima de muitos brasileiros. Não há oposição política efetiva. As promessas e benefícios em curta duração, apoiados pelos recursos financeiros e a máquina de propaganda do governo, poderia até ganhar uma eleição, mas a desordem institucional tenderá a se aprofundar. Diferente do passado recente, o Brasil não se beneficiaria nem de uma economia mundial vigorosa, nem de um sistema financeiro global em expansão.

Olhamos para a Argentina e a Venezuela, nações ricas em recursos naturais oferecendo oportunidades desperdiçadas pelo populismo, com populações investidas com um senso forte de privilégio e com sua política dominada por fantasmas dos Grandes Homens: Juan Domingo Perón na Argentina e Hugo Chávez na Venezuela, assim como a política brasileira era influenciada durante décadas por Getúlio Vargas e poderia ser condicionada no futuro por memórias de Lula. Segundo os analistas políticos, Lula comanda a fidelidade de 50% do eleitorado, enquanto o PT sozinho fica com só 17%. No entanto, se Lula cedesse às pressões para se candidatar de novo em 2014, aos 69 anos de idade, sua influência provavelmente seria limitada e transicional, enquanto os problemas brasileiros mais profundos aguardam solução.

O Brasil precisa de um movimento cívico, que nasça fora da classe política, para abordar nossos problemas institucionais mais profundos. Um precursor desse tipo de movimento cívico pode ser os protestos que surgiram em todo o País em 2013 e poderiam repetir-se em 2014. Esse movimento cívico criaria oportunidades e desafios para uma nova geração de lideranças. Faltando propostas

REFLEXÕES VII

específicas, os temas dos protestos são claros: superação das falhas institucionais na vida pública, indo além do transporte urbano, dos serviços de saúde e hospitalares, e do ensino público. Esses protestos precisam superar sua fase espontânea e romântica, expulsando elementos violentos, para desenvolver novas capacidades para liderança, organização e comunicação.

Uma nova geração de lideranças potenciais com essas habilidades já surgiu nas empresas, nas profissões liberais, no jornalismo, nas igrejas e nos movimentos sociais. Essas capacidades poderiam ser mobilizadas durante o ano emblemático de 2014. Os movimentos cívicos precisam de uma agenda positiva. Essa agenda deve abraçar o esforço para desenvolver capacidades da população.

O Brasil precisa de uma estratégia nova para construir uma base de conhecimentos e uma estrutura de incentivos que daria sustentação ao seu progresso. A promoção do consumo se aproxima dos limites de seu potencial político e econômico e seria mais difícil de sustentar no futuro. Os outros problemas institucionais tenderiam a se resolver caso a liderança política pudesse concentrar-se numa estratégia em longo prazo para desenvolver a educação pública e a infraestrutura. Na prática, esses dois esforços são inseparáveis. Só com a melhoria das habilidades da população poderíamos evitar, no futuro, os fracassos recentes nos projetos de infraestrutura. Nos níveis atuais nas capacidades para ler e calcular, os governos não conseguiriam desenhar projetos, formular editais para leilões e supervisionar os empreiteiros. Só com esforços coerentes em longo prazo, sustentado durante décadas com apoio popular, poderia o Brasil desenvolver o capital humano que fortaleceria o processo civilizador.

A despeito do progresso isolado em alguns estados, como Ceará, Goiás e Espírito Santo, o ensino público em geral permanece num atoleiro. Há poucos padrões de desempenho para professores e alunos. Há escassez geral de professores de matemática e ciências em todo Brasil. Em muitas escolas, os alunos recebem apenas duas horas diárias de ensino nas salas de aula. Nas provas para 510 mil alunos com 15 anos de idade em 65 países do PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Alunos) da OCDE (Organização para

REFLEXÕES VII

Cooperação e Desenvolvimento Econômico), dois terços dos brasileiros foram classificados “abaixo do básico” em matemática em 2012, um ganho quando comparados com os 75% classificados com baixo desempenho em 2003, enquanto só 1% atingiu o topo das categorias. A metade dos alunos brasileiros foi classificada abaixo do básico em leitura, melhorando dos 56% deficientes em 2003. Essas melhorias em desempenho foram “inteiramente” explicadas pelas melhorias nas condições socioeconômicas em vez de algum avanço na qualidade do ensino, segundo a OCDE. As taxas de deserção e reprovação continuam altas. As frequentes repetições de ano significam que, na média, os alunos demoram 12 anos para completar as oito séries do ensino fundamental.

É difícil operar uma sociedade complexa com as habilidades atuais da população para ler, escrever e fazer cálculos básicos. A única alternativa ao aprofundamento da desordem na sociedade seria uma estratégia do desenvolvimento humano que daria oportunidades às dezenas de milhões de brasileiros para aprender mais e fazer mais. Essas oportunidades não poderiam ser realizadas sem o fortalecimento da qualidade do ensino e da aprendizagem. Enquanto há muitos pronunciamentos para elevar o gasto público na educação ao nível extremadamente alto de 10% do PIB, empregando a renda de uma bonança petroleira que ainda não existe, há poucas explicações como esses recursos vultosos seriam empregados. Não há alternativa às melhorias na seleção, treinamento e recompensa dos professores, especialmente nas ciências e na matemática. O Instituto Fernand Braudel desenvolveu algumas ideias de como essas metas poderiam ser atingidas, após pesquisar desde o ano 2000 sobre os esforços para reforma do ensino no Brasil e nos Estados Unidos e também conduzir Círculos de Leitura nas escolas públicas da periferia de São Paulo e nos estados do Nordeste, lendo e dialogando sobre os clássicos da literatura mundial com milhares de jovens talentosos e ambiciosos. Vamos desenvolver essas ideias numa edição futura de Braudel Papers.

Concentrando-se na educação e na infraestrutura como prioridades, o Brasil poderia conquistar a eficiência que nos capacitaria para

REFLEXÕES VII

gradativamente superar outros problemas institucionais como a violência, saúde pública, o judiciário e a devastação da Amazônia, além da praga da corrupção. No entanto, trabalhar para conquistar objetivos em longo prazo exige uma combinação de confiança e urgência. O Brasil precisa de uma estratégia nova que abrace incentivos e prioridades claras para atingir objetivos em longo prazo que expressem um consenso sobre onde queremos estar. Precisa haver confiança entre nós porque perseguir essas metas demanda tempo. Enquanto se desenvolvem os acontecimentos de 2014, a necessidade para uma estratégia nova pode se tornar mais evidente. O elemento crítico dessas contingências seria a qualidade das instituições. Como Fernand Braudel poderia observar se fosse vivo hoje, o desafio está mais na qualidade das estruturas que nas situações. Só as instituições fortes e adaptáveis poderiam vencer novas provas de resiliência. ●

Norman Gall: an American reporter and commentator on Latin American affairs. He has contributed to such periodicals as *Forbes*, *The Economist*, and *The Wall Street Journal*, and since 1987 has been the executive director of the Fernand Braudel Institute of World Economics, based in São Paulo, Brazil

No Brasil, queda na desigualdade não tira renda do 1% mais rico

Denise Neumann



Mônica Baumgarten: políticas públicas deflagraram espiral “salários-preços”

A queda da desigualdade de renda no Brasil no século XXI não alterou a parcela detida pelo 1% mais rico, segundo dados dos censos de 2000 e 2010 que consideram a população economicamente ativa. Em 2000, o 1% mais rico do País detinha 17,2% da renda nacional, porcentual que foi mantido dez

anos depois.

Se neste sentido o Brasil não é tão diferente dos países desenvolvidos, em que a concentração de renda tem aumentado no topo mais rico da população, houve melhora da distribuição da renda detida pelos 10% mais ricos, que na mesma comparação passou de 51,1% da renda nacional para 48,2% – “perda” de quase três pontos percentuais, ainda que permaneça em nível bastante elevado.

A parcela “perdida” pelos 10% mais ricos foi distribuída quase na mesma proporção para os grupos de menor renda, mais especificamente entre os 60% mais pobres, cuja participação passou de 18,1% em 2000 para 21,5% em 2010.

Na média, a renda dessa parcela da população cresceu 155% na década, percentualmente mais que o aumento de 102% observado na renda dos 10% mais ricos, explicando parte da sutil melhora na distribuição ao longo da década.

Essa diferença no crescimento da renda e a consequente queda da desigualdade está relacionada com o aumento dos salários, os programas de transferência de renda, a queda da inflação e também com a redução na taxa de juros.

REFLEXÕES VII

Especialmente a partir da segunda metade da década passada, a variação dos salários passou a acompanhar mais de perto a rentabilidade das aplicações financeiras. Nos últimos anos, inclusive, a remuneração do trabalho (dada pelos salários) cresceu acima da rentabilidade das aplicações financeiras, algo que soa absurdo, quando se leva em conta o fato de o Brasil ser um dos líderes mundiais no *ranking* de economias que pagam as maiores taxas nominais e reais de juros do planeta.

No acumulado de 2012 e 2013, enquanto o Certificado de Depósito Bancário (CDI, que funciona como indexador de aplicações financeiras) rendeu 17%, o salário pago no mercado formal aumentou 21%, enquanto no total da economia (incluindo informais, por conta própria e empregadores), os rendimentos dos ocupados subiram 24%, sempre sem descontar a inflação.

O Brasil não possui dados públicos sobre posse de bens (riqueza), por isso a concentração e a desigualdade no País são medidas pela renda e por dados censitários, onde o erro ou a informação propositadamente subestimada ou superestimada tornam os resultados mais duvidosos. Mesmo diante das incertezas e da ausência de dados que permitam replicar, no Brasil, a série montada pelo já controverso economista Thomas Piketty – autor do livro *Capital no século XXI* – economistas avaliam que a dinâmica que respondeu por parte da queda da desigualdade – aumentos reais da renda do trabalho puxados pela remuneração do salário mínimo – não é mais sustentável.

Além disso, o recrudescimento da inflação – que impôs a reversão da política de queda mais acentuada da taxa de juros – começa a jogar contra a redução da desigualdade porque prejudica mais fortemente a população de menor renda. Afinal, essa parcela não tem sobra de recursos para poupar, o juro encarece o consumo feito a crédito e a inflação reduz o poder de compra.

Nelson Barbosa: os 10% mais ricos detêm cerca de 95% da riqueza do país

Mônica Baumgarten de Bolle, da Galanto Consultoria – e que está traduzindo o livro de Piketty para o português – pondera que,

mesmo considerando que os dados para o Brasil são mais parciais e limitados que àqueles com os quais Piketty trabalhou, a observação geral do autor, de que a remuneração do capital tendeu a superar o crescimento econômico ao longo do tempo, vale, também, para o Brasil. "O rendimento real médio das aplicações no Brasil (e aqui estamos tratando tão somente de CDI e de títulos públicos) é de uns 6% ao ano, enquanto o crescimento passou por altos e baixos e, hoje, está em torno de 2%. Logo, a "lei dinâmica de Piketty", $r > g$ (quando r é a remuneração real do capital, definida de modo muito estreito para o Brasil; e g é o crescimento econômico) tem sido tão válida para nós quanto para os outros", pondera ela.

Naércio de Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, observa que parte da distribuição de renda dos últimos anos foi feita em cima do que se convencionou chamar de classe média. "A renda dos mais pobres aumentou, mas como a renda que cabe a essa parcela é pequena, então ela não mexeu na polarização extrema", diz ele, contrapondo os mais pobres com o 1% mais rico da população "Quem era nossa classe média é que está perdendo", acrescenta. Na média, os 60% mais pobres tinham uma renda média de R\$ 527 em 2010 e ela cresceu 155% entre 2000 e 2010. No estrato da população que compreende os 40% seguintes, o crescimento da renda média foi de 106%.

Dentro dos dados de renda no censo, Menezes prefere olhar para o dado de renda domiciliar *per capita*. Por esse critério, a parcela que cabe atualmente ao 1% mais rico é de 18%, e era de 15% em 1970. Ela tem crescido ao longo dos anos, pondera ele, também por questões sociais. Os mais ricos casam entre si, preservando a riqueza, e são famílias com poucos filhos, o que reforça a concentração. Para esse grupo, avalia o professor do Insper, não é a correção do CDI que conta. "Os mais ricos usam fundos financeiros mais sofisticados, *private office*; podem não declarar tudo num censo; o censo tende a subestimar renda de quem tem aplicação financeira", diz ele.

Para o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, a queda na taxa real de juros ao longo dos últimos anos contribuiu para a queda de desigualdade, junto com as

REFLEXÕES VII

políticas públicas, como a de remuneração do salário mínimo e a de transferências, especialmente o Bolsa Família. "Mas o Brasil ainda é muito desigual", lembra Barbosa.

Ele avalia que a continuidade – e até o aprofundamento – da política de queda da taxa de juros nos anos após 2010 devem ter contribuído para manter a desigualdade da renda em queda, mas que não necessariamente isso se traduziu em redução da parcela da riqueza detida pelos mais ricos porque faltam informações sobre o estoque de riqueza do País e quem o detém.

Barbosa estima que os 10% mais ricos detenham cerca de 95% da riqueza do País, uma participação semelhante àquela que existia na Europa de cem anos atrás. "Um juro menor me sugere uma oscilação na renda dos mais ricos, mas na verdade isso diz muito pouco sobre o que de fato tem acontecido com a riqueza no País nos últimos anos", pondera Barbosa.

O ex-secretário do Ministério da Fazenda fez uma sugestão de projeto de lei para que a Receita Federal passe a divulgar, anualmente e sem nenhuma identificação, os dados que permitam mapear a atual concentração da riqueza – e não apenas da renda – no País. A proposta foi incorporada pelo deputado Cláudio Puty (PT-PA) e apresentada tanto como projeto de lei quanto na forma de emenda em uma medida provisória.

Para Monica, a renda do trabalho cresceu no Brasil, em grande parte, devido aos aumentos do salário mínimo, uma avaliação partilhada, lembra ela, por diversos integrantes do governo. "Essa situação, entretanto, não é sustentável", observa a economista, acrescentando que "quando os salários crescem acima da produtividade da economia, a redução temporária da desigualdade começa a ser corroída pela alta inflacionária". Na sua avaliação, políticas públicas deflagraram a espiral "salários-preços", que pode, em algum momento, "interromper o processo auspicioso de ganhos de renda e inclusão social que o País viveu".

Recrudescimento da inflação pode interromper ciclo recente de redução da desigualdade

REFLEXÕES VII

Em paralelo a essa espiral, como a redução dos juros tentada pelo governo não foi acompanhada por outras medidas (especialmente na área fiscal), ela "propeliu a inflação e levou o governo a reverter o curso da política monetária", argumenta Monica. Por isso, diz ela, a equação que permitiu a queda da desigualdade no passado recente precisa ser substituída.

Para Menezes, o principal caminho para reduzir a desigualdade no Brasil passa pela educação, mas não apenas pela inclusão e pelo maior acesso dos mais pobres aos cursos universitários. A redução, diz ele, passa pela maior qualidade da educação pública e pela maior oferta em cursos de maior remuneração e que permitam ganhos de produtividade.

O professor do Insper observa que quando se analisam os ganhos de renda por nível de escolaridade, o rendimento dos pós-graduados aumentou mais em relação ao dos ocupados com ensino superior, enquanto o diferencial a favor dos profissionais com apenas ensino médio já não cresce. Em 2002, o profissional com pós-graduação ganhava 41% mais que os com ensino superior, diferença que subiu para 61% em 2012, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Entre os profissionais com ensino fundamental e médio, por outro lado, a diferença caiu.

Naércio de Menezes: caminho para reduzir desigualdade passa pela educação

Como a grande maioria das pessoas que tem acesso às melhores pós-graduações do País ou do exterior já são aqueles profissionais de famílias pertencentes ao grupo dos mais ricos, a educação também funciona como um concentrador de renda. Por isso, a redução da desigualdade passa por uma melhora da educação das escolas públicas e pelo acesso ao ensino superior em carreiras em que o rendimento é maior, como medicina e engenharia.

Hoje, diz Menezes Filho, o mercado aumenta a demanda pelos não qualificados, especialmente no setor de serviços, em que os salários são menores. Essa composição anda na contramão da redução da desigualdade porque aumenta mais as contratações nos menores salários, puxando a média para baixo.

REFLEXÕES VII

Monica concorda que a educação tem papel fundamental na redução da desigualdade, mas que “em qualquer país essa é uma tarefa árdua e que, além disso, é preciso não esquecer que as pessoas têm habilidades e talentos diferentes, o que sempre vai gerar algum grau de disparidade entre as rendas”.

Com isso colocado, a economista da Galanto argumenta que, para além da educação, "cabe ao Estado brasileiro não atropelar o processo de redução da desigualdade. Hoje, o Estado brasileiro faz isso inadvertidamente, com suas benesses para grandes grupos empresariais que têm acesso facilitado aos créditos do BNDES, com a carga tributária excessivamente complexa e, ainda, regressiva." ●

Denise Neumann

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 26 de junho de 2014

A política do novo mínimo

Leandra Peres



Nelson Barbosa recomenda crescimento mais moderado do mínimo, reforma de alguns programas sociais e retomada do debate sobre condições de aposentadoria

Em 2011, o então governador do território de Samoa Americana Togiola Tulafono encarou um voo de 23h50min a partir do arquipélago, que fica no Pacífico, entre o Havaí e Nova Zelândia, para dar um depoimento de cinco minutos no Congresso dos Estados Unidos, em Washington. "Peço uma ação imediata para suspender qualquer novo aumento do salário mínimo na Samoa Americana", disse.

Em 2007, uma lei obrigou à elevação do salário mínimo no território até que alcançasse os Estados Unidos. O mínimo subiu US\$ 0,50 por hora por três anos consecutivos. Novos reajustes estão suspensos desde 2009, mas devem ser retomados em 2015 e o mínimo na região chegará aos US\$ 7,25 pagos aos americanos em 2027.

O governo de Samoa culpa o reajuste do salário mínimo pelo aumento de 11% da taxa de desemprego entre 2007 e 2012, pela queda de 58% no número de trabalhadores na indústria de atum, principal manufatura da região, e pela queda real do PIB nesses anos. "É a receita para a total ruína econômica da Samoa Americana", afirma o atual governador, Lolo Matalasi Moliga.

Samoa é a confirmação do que a teoria econômica neoclássica espera quando há reajustes elevados do salário mínimo: o custo das empresas aumenta e, para se ajustarem, elas demitem. Assim, o que se pretendia ser uma boa política, piora a situação dos próprios trabalhadores.

REFLEXÕES VII

Nessa discussão, o Brasil parece estar se transformando na exceção à regra. Depois de um período de achatamento histórico causado pela hiperinflação dos anos 1980 e começo da década seguinte, o salário mínimo mais que dobrou desde o Plano Real. São exatos 158,8% de aumento real – acima da inflação medida pelo IPCA e considerando o mínimo de R\$ 70,00 em 1994.

Aqui, o desemprego caiu para a menor taxa de todos os tempos, o trabalho informal foi reduzido pela metade e a desigualdade diminuiu – o oposto do que descreve o governador Tulafono. "Se alguém dissesse isso em 2002, iriam trancar o cara no Pinel. Estávamos errados", reconhece o professor Fernando de Holanda Barbosa Filho, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para examinar esse feito mais de perto, a FGV reuniu 19 especialistas em mercado de trabalho e economistas das mais variadas correntes de pensamento. Iriam ouvir-se opiniões como a do ex-diretor do Banco Central Mário Mesquita, que disse preferir "uma decisão discricionária bem pensada do que uma regra [de reajuste do salário mínimo] ruim", e a da professora Denise Gentil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se pergunta "o que fazer para que esse salário mínimo continue subindo e promovendo todo esse efeito dinâmico".

No debate atual, pelo menos o que vem sendo conduzido na academia e distante dos holofotes da política, alguns poucos consensos começam a emergir e indicam que o que ocorreu com o salário mínimo no Brasil pode ter sido impressionante, mas teve seus custos. "Não sei se [o que aconteceu no País] tem paralelo no mundo. Eu não conheço", disse o professor João Saboia, da UFRJ.

O aumento do desemprego como resposta a elevações do mínimo não ocorreu no Brasil nos últimos 20 anos. Diversos outros fatores explicam a queda histórica na taxa de desemprego, como é o caso de uma redução significativa da população que busca trabalho, mas o que dizem os especialistas é que o mínimo não pressionou o mercado de trabalho, contrariando, de fato, a teoria.

O pesquisador do Ipea Carlos Henrique Corseuil usou dados do

REFLEXÕES VII

IBGE para calcular o impacto que um reajuste teria sobre o desemprego e não encontrou nenhum resultado estatisticamente relevante. "O salário mínimo, quando tem algum reflexo sobre o emprego, é de baixa magnitude", completa Holanda Barbosa. Ele estimou que uma correção de 10% do salário mínimo pode reduzir o emprego em 2%.

Esse efeito pode aumentar à medida que o salário mínimo cresça em relação ao salário médio da economia. Quando essa relação é muito baixa – em 1993 era de 23% – aumentos do mínimo não têm impactos sobre a economia porque a média da remuneração é muito maior. Hoje, essa relação chega a 41%, o que pode ampliar o efeito de futuros reajustes. Não há, no entanto, uma relação considerada ideal pelos economistas, nem mesmo uma a partir da qual o salário mínimo poderá ameaçar o emprego.

Apesar de a resposta do mercado de trabalho ter fugido ao esperado pela teoria, isso não quer dizer que os efeitos foram neutros na economia. O que os estudos indicam é que está havendo uma mudança na composição da força de trabalho. Corseuil usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para separar os trabalhadores em dois tipos: os que recebem o mínimo da Previdência e os que recebem de empresas. Analisando o perfil de quem é empregado no setor privado, viu que a parcela de trabalhadores de menor educação formal que recebem perto do salário mínimo caiu de 75% em 1997 para menos de 20% em 2012. Em compensação, os que tinham ensino médio completo e a mesma remuneração passaram a representar 40% dos trabalhadores em 2012, enquanto eram 10% em 1997. "Os trabalhadores menos qualificados estão tendo imensa dificuldade no mercado de trabalho. É o salário mínimo? Não sei responder com certeza; pode ser", afirma Corseuil.

Um tema que não causa mais polêmica entre os estudiosos é a contribuição positiva do salário mínimo para a redução da desigualdade de renda no Brasil. O índice de Gini, que, quanto mais perto de 1 indica maior desigualdade no país, caiu de 0,601 em 1995 para 0,530 em 2012. Sabe-se que aumentos do salário mínimo não afetam a pobreza. Os pobres brasileiros recebem menos que o

REFLEXÕES VII

mínimo e são as políticas sociais as responsáveis pela queda no número de pessoas nessa condição.

O mínimo faz diferença para quem está em degraus um pouco mais elevados na distribuição da renda. No trabalho feito por Saboia, um aumento de 15% no salário mínimo faz com que as pessoas classificadas a partir do quarto extrato de renda até o sétimo e oitavo degrau ganhem participação na renda. Os trabalhadores no quinto décimo da distribuição de renda, por exemplo, vêm sua participação no bolo total subir de 5,28% para 5,41% nesse cenário. "A política atual pode continuar a contribuir para melhoria da distribuição de renda, beneficiando principalmente estratos intermediários", entende Saboia.

Naércio Menezes, do Insper, se perguntou como seria a distribuição dos salários em 2004 se naquele ano já vigorasse o valor de 2011. Aplicada a econometria, concluiu que, mesmo tirando o efeito de variáveis como formalização da mão de obra e características pessoais, o salário mínimo tem sempre impacto positivo para diminuir a desigualdade. Em alguns casos, explica cerca de 75% dessa redução.

Limitando-se o universo às mulheres, o efeito do mínimo é ainda maior. "Fica bastante claro que o salário mínimo teve impacto na redução da desigualdade e continua tendo", ponderou Menezes.

A dúvida entre os pesquisadores é a magnitude desse impacto ao longo do tempo. Alguns argumentam que esse potencial distributivo tende a cair ao longo do tempo, pois o número de pessoas que passam a receber o mínimo aumenta e esses trabalhadores tendem a subir para níveis mais altos de renda, passando a não ser alcançados por novos reajustes. Não há, no entanto, sinais de que isso esteja acontecendo no momento.

Um tema que não causa mais polêmica é a contribuição positiva do salário mínimo para a redução da desigualdade

Invenção australiana e neozelandeza de 1896, a ideia de um piso para pagamento aos trabalhadores se espalhou pelo mundo como política de proteção social; uma forma de barrar salários

REFLEXÕES VII

abusivamente baixos. Virou lei na Inglaterra em 1911 e nos Estados Unidos em 1938. No Brasil, o salário mínimo é um produto do trabalhismo do governo Vargas. A Constituição de 1934, e o texto repetido em 1937, falam em um salário mínimo capaz de atender às necessidades dos trabalhadores. Em 1940 foi editado o decreto fixando 14 salários mínimos para as 50 regiões em que o País havia sido dividido.

Da década de 1960 até o meio dos anos 1990, o salário mínimo perdeu poder de compra. No início do período, o piso equivalia a 2,4 vezes o PIB *per capita*, enquanto no começo da década de 1990 correspondia a 0,2 vez o PIB.

"Temos 30 anos de política salarial, guardados momentos específicos, que são políticas de arrocho. O salário mínimo passa a ser um componente do combate à inflação", disse o professor Márcio Pochman, da Unicamp.

A diferença por aqui é que a Constituição de 1988 transformou o salário mínimo em uma variável também fiscal. Com a decisão de que os benefícios da Previdência Social não poderiam ser inferiores ao mínimo, os constituintes fizeram com que os reajustes passassem a ter impacto também sobre a solvência do Estado. É na Previdência, portanto, que aparece o custo mais explícito da política de reajustes do salário mínimo.

No Brasil, o salário mínimo é o piso das aposentadorias rurais e urbanas – 65% dos 31,2 milhões de aposentados e pensionistas ou 44% dos R\$ 347,6 bilhões pagos no ano passado são afetados diretamente por qualquer alteração no salário mínimo. O pagamento de benefícios a idosos e deficientes, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), assim como da renda mensal vitalícia, estabelecido em legislação anterior, também estão indexados ao mínimo.

Naércio Menezes: o salário mínimo tem impacto positivo para diminuir a desigualdade, redução que, em alguns casos, pode chegar a 75%

Além disso, o salário mínimo é piso para o seguro-desemprego e, no

REFLEXÕES VII

caso do abono salarial, serve tanto para a definição do público alvo quanto para o valor do benefício. Por último, 1,7% da folha de salários do governo federal está vinculado ao salário mínimo. Segundo cálculos do ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda Nelson Barbosa, 51% de todas as transferências de renda feitas pela União em 2013 estão indexadas ao salário mínimo.

O efeito sobre as contas públicas não tem sido desprezível. Em 1997, as despesas previdenciárias e assistenciais com benefícios iguais a um salário mínimo eram de 1,42% do PIB. No ano passado, atingiram 3,72%. A despesa primária do governo central – em que estão esses gastos e outros, como investimentos e custeio – passou de 14% do PIB em 1991 para 23% em 2013.

Olhando-se adiante, a situação parece ainda mais preocupante. Projeções feitas pelo economista Fabio Giambiagi, considerando a atual regra de reajuste do salário mínimo e um crescimento de 2,5% da economia, mostram que os gastos totais do INSS sairiam de 7,5% do PIB em 2015 para 8,07% em 2020. Barbosa, hoje na FGV, calculou que as transferências de renda, hoje na casa de 9,5% do PIB, atingiriam 10,4% se mantida a regra atual.

Esse quadro tende a ser ainda mais grave: projeções do IBGE mostram que a população brasileira com idade acima de 65 anos crescerá a uma taxa de 4,9% até 2020 e 4,14% entre 2020 e 2030. Dito de outra forma: o número de clientes do INSS tende a aumentar em ritmo muito maior que a população mais jovem que financia o sistema.

"Para que o salário mínimo real continue crescendo de modo sustentável, é preciso que cresça mais moderadamente. É necessário reformar alguns programas sociais, mas também é preciso retomar o debate sobre o fator previdenciário e idade mínima para aposentadoria", argumenta Barbosa.

Além da preocupação com as contas públicas, o salário mínimo é parte integrante de uma das mais importantes discussões econômicas do momento: como ajustar o ritmo de crescimento dos salários aos ganhos de produtividade da economia, que é baixa e não vem crescendo.

O caso brasileiro parece provar o que está escrito nos livros-texto. Na teoria, aumentos reais de salário muito acima da produtividade acabam provocando aceleração da inflação (a brasileira está quase no teto de 6,5% ao ano) ou *déficit* nas contas externas (que já está em 3,7% do PIB).

Uma medida do que é esse descasamento pode ser dada pela diferença entre o PIB real por trabalhador, uma medida indireta da produtividade, e o salário médio da economia. Entre 2002 e 2013, o PIB real por trabalhador cresceu 14,6%, o salário médio 21,2% e o salário mínimo, 74,9%, segundo cálculos de Barbosa.

As medições econométricas mostram que o impacto direto do salário mínimo sobre o mais importante índice de inflação, o IPCA, é baixo. Em 2013, o Banco Central calculou que um aumento de 10% no mínimo eleva o IPCA de serviços em 0,6 ponto percentual e o IPCA total em 0,2 ponto percentual. O economista Bráulio Borges, da LCA Consultoria, fez seus cálculos a partir de alterações que incluiu no modelo do BC e chegou a conclusões não muito diferentes. "O impacto do salário mínimo sobre a inflação é difícil de ser identificado. Para as ordens de grandeza dos reajustes dos últimos anos, parece não ter influenciado", afirma.

Bráulio Borges: "O impacto do mínimo sobre a inflação é difícil de ser identificado. Para as ordens de grandeza dos últimos anos, parece não ter influenciado"

O exercício feito pelo BC, porém, leva em conta apenas o impacto direto do salário mínimo sobre os preços de serviços e, daí, sobre a inflação. Não considera, portanto, efeitos vindos por outros canais, como os relacionados à demanda e os de origem fiscal, além das expectativas em geral. O salário mínimo é referência, por exemplo, para reajustes de algumas categorias, como empregados domésticos. A alta do salário mínimo também representa um aumento de renda, que eleva a demanda e chega aos preços. Daí o alerta do BC.

Há preocupações também sobre o impacto do salário mínimo sobre as exportações e a saúde das contas externas do País. O aumento do salário mínimo, no entendimento de vários economistas, causa

REFLEXÕES VII

pressões sobre a taxa de câmbio real, provocando o que eles gostam de chamar de "mudança de preços relativos". A maior remuneração ao trabalhador brasileiro aumenta os custos de produção no Brasil e encarece o produto nacional em relação aos importados. Se esse efeito não for compensado por ganhos de produtividade, a indústria nacional fica menos competitiva em relação à estrangeira.

Seria um exagero dizer que o mínimo é o único responsável por aquilo que o Banco Central vem insistentemente descrevendo como um risco para a inflação. Mas, sem dúvida, é parte importante do problema. "Não obstante a concessão, este ano, de reajuste para o salário mínimo não tão expressivo quanto em anos anteriores, bem como a ocorrência, nos últimos trimestres, de variações reais de salários mais condizentes com as estimativas de ganhos de produtividade do trabalho (...) a dinâmica salarial ainda permanece originando pressões inflacionárias de custos", avaliam os diretores do BC no último relatório de inflação.

Esperam, contudo, uma redução nos riscos do mercado de trabalho para a inflação, devido a menores reajustes salariais que deverão ser obtidos nos próximos dois anos.

Em maio, os suíços, que iriam fixar o mínimo mais alto do planeta, desistiram da ideia e 76% da população que votou num referendo preferiram continuar sem salário mínimo. Na Alemanha, o governo resolveu encampar, pela primeira vez na história, um piso nacional para os rendimentos do trabalho. Os republicanos barraram a proposta do governo Barack Obama de reajustar o salário mínimo nos Estados Unidos para US\$ 10,10 por hora. No Brasil, o debate está apenas começando.

No ano que vem, o novo presidente precisará decidir como será a correção do salário mínimo a partir de 2016. A regra atual foi construída a partir de um acordo entre o governo Lula e as centrais sindicais, que passou a ser aplicada em 2008 e tornou-se lei em 2011. A fórmula estabelece a correção do salário mínimo pela variação do PIB de dois anos anteriores, além da inflação do ano imediatamente anterior. "A discussão será meramente política, mas pobre do ponto de vista técnico. O governo não tem informações

REFLEXÕES VII

adequadas para um debate sobre a melhor fórmula, não fez o trabalho necessário", afirmou o professor Claudio Dedecca, da Unicamp. Assessor do Ministério do Trabalho e Emprego na época em que a atual fórmula de correção do mínimo foi estabelecida, Dedecca lembra que a lei previa estudos para subsidiar os debates de 2015, que nunca foram feitos.

Muitos economistas veem poucas chances de o próximo governo mudar a regra. Além da questão política, há o fato, razoavelmente confortável, de que o baixo crescimento do PIB nos últimos anos não implicará uma correção muito elevada do salário mínimo nos próximos anos. Essa dose de pragmatismo, no entanto, não impede que se façam propostas de mudança.

André Portela, da FGV, sugere que o salário mínimo deixe de crescer no mesmo ritmo e o governo transforme o abono salarial num subsídio direto aos trabalhadores. Em vez de ser pago no ano subsequente ao trabalho, como ocorre hoje, o abono seria mensal e incorporado ao contracheque mensal. É uma proposta muito próxima da que foi feita em estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, que, além da mudança no abono, fala em unificação do salário-família e cursos anuais de treinamento, que custariam cerca de R\$ 5 bilhões ao ano.

Fabio Giambiagi: considerando a atual regra de reajuste do salário mínimo, os gastos totais do INSS sairiam de 7,5% do PIB em 2015 para 8,07% em 2020

Nelson Barbosa também recomenda que uma primeira reforma seja feita nos benefícios associados ao salário mínimo. Nesse caso, a extinção do abono salarial até 2019. Nas projeções feitas por ele, a economia com o abono seria suficiente para acomodar aumentos no mínimo por mais alguns anos.

Giambiagi fala na desvinculação do salário mínimo dos benefícios da Previdência para a próxima década. Enquanto isso, haveria um congelamento dos benefícios assistenciais, sem aumento real.

Marcelo Abi-Ramia, coordenador de Previdência do Ipea, também trabalha com a ideia de desvinculação. Nesse caso, o novo

REFLEXÕES VII

beneficiário, ao entrar no sistema, receberia conforme o salário mínimo em vigor e a partir de então o benefício seria corrigido apenas pela inflação.

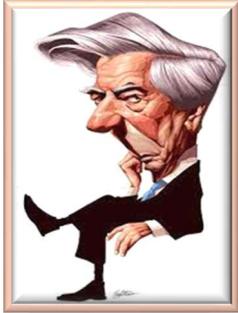
Nos programas de governo entregues à Justiça Eleitoral, os principais candidatos à Presidência evitam tratar do assunto claramente. O único que se compromete a manter reajustes reais do mínimo é Aécio Neves (PSDB-MG). Mas não diz como isso será feito. Eduardo Campos (PSB-PE) fala três vezes em reajustes de salários em seu programa, mas para professores, sem referência ao mínimo. A presidente Dilma Rousseff diz que o modelo econômico petista permitiu crescimento com aumentos do salário mínimo. Não há promessas para o futuro. ●

Leandra Peres: jornalista

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 18 de julho de 2014

A máscara do gigante

Mário Vargas Llosa



Fiquei muito envergonhado com a cataclísmica derrota do Brasil frente à Alemanha na semifinal da Copa do Mundo, mas confesso que não me surpreendeu tanto. De um tempo para cá, a famosa seleção Canarinho se parecia cada vez menos com o que havia sido a mítica esquadra brasileira que deslumbrou a minha juventude, e essa impressão se confirmou para mim em suas primeiras apresentações neste campeonato mundial, onde a equipe brasileira ofereceu uma pobre figura, com esforços

desesperados para não ser o que foi no passado, mas para jogar um futebol de fria eficiência, à maneira europeia.

Nada funcionava bem; havia algo forçado, artificial e antinatural nesse esforço, que se traduzia em um rendimento sem graça de toda a equipe, incluído o de sua estrela máxima, Neymar. Todos os jogadores pareciam sob rédeas. O velho estilo – o de um Pelé, Sócrates, Garrincha, Tostão, Zico – seduzia porque estimulava o brilho e a criatividade de cada um, e disso resultava que a equipe brasileira, além de fazer gols, brindava um espetáculo soberbo, no qual o futebol transcendia a si mesmo e se transformava em arte: coreografia, dança, circo, balé.

Os críticos esportivos despejaram impropérios contra Luiz Felipe Scolari, o treinador brasileiro, a quem responsabilizaram pela humilhante derrota, por ter imposto à seleção brasileira uma metodologia de jogo de conjunto que traía sua rica tradição e a privava do brilhantismo e iniciativa que antes eram inseparáveis de sua eficácia, transformando seus jogadores em meras peças de uma estratégia, quase em autômatos.

Não houve nenhum milagre nos anos de Lula, e sim uma miragem que agora começa a se dissipar

REFLEXÕES VII

Contudo, eu acredito que a culpa de Scolari não é somente sua, mas, talvez, uma manifestação no âmbito esportivo de um fenômeno que, já há algum tempo, representa todo o Brasil: viver uma ficção que é brutalmente desmentida por uma realidade profunda.

Tudo nasce com o governo de Luís Inácio 'Lula' da Silva (2003-2010), que, segundo o mito universalmente aceito, deu o impulso decisivo para o desenvolvimento econômico do Brasil, despertando assim esse gigante adormecido e posicionando-o na direção das grandes potências. As formidáveis estatísticas que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística difundia eram aceitas por toda a parte: de 49 milhões os pobres passaram a ser somente 16 milhões nesse período, e a classe média aumentou de 66 para 113 milhões. Não é de se estranhar que, com essas credenciais, Dilma Rousseff, companheira e discípula de Lula, ganhasse as eleições com tanta facilidade. Agora que quer se reeleger e a verdade sobre a condição da economia brasileira parece assumir o lugar do mito, muitos a responsabilizam pelo declínio veloz e pedem uma volta ao lulismo, o governo que semeou, com suas políticas mercantilistas e corruptas, as sementes da catástrofe.

A verdade é que não houve nenhum milagre naqueles anos, e sim uma miragem que só agora começa a se esvaír, como ocorreu com o futebol brasileiro. Uma política populista como a que Lula praticou durante seus governos pôde produzir a ilusão de um progresso social e econômico que nada mais era do que um fugaz fogo de artifício. O endividamento que financiava os custosos programas sociais era, com frequência, uma cortina de fumaça para tráfico delituosos que levaram muitos ministros e altos funcionários daqueles anos (e dos atuais) à prisão e ao banco dos réus.

As alianças mercantilistas entre Governo e empresas privadas enriqueceram um bom número de funcionários públicos e empresários, mas criaram um sistema tão endiabradamente burocrático que incentivava a corrupção e foi desestimulando o investimento. Por outro lado, o Estado embarcou muitas vezes em operações faraônicas e irresponsáveis, das quais os gastos empreendidos tendo como propósito a Copa do Mundo de futebol são um formidável exemplo.

REFLEXÕES VII

O governo brasileiro disse que não havia dinheiro público nos 13 bilhões que investiria na Copa do Mundo. Era mentira. O BNDES (Banco Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social) financiou quase todas as empresas que receberam os contratos para obras de infraestrutura e, todas elas, subsidiavam o Partido dos Trabalhadores, atualmente no poder. (Calcula-se que para cada dólar doado tenham obtido entre 15 e 30 em contratos).

As obras da Copa foram um caso flagrante de delírio e irresponsabilidade

As obras em si constituíam um caso flagrante de delírio messiânico e fantástica irresponsabilidade. Dos 12 estádios preparados, só oito seriam necessários, segundo alertou a própria FIFA, e o planejamento foi tão tosco que a metade das reformas da infraestrutura urbana e de transportes teve de ser cancelada ou só será concluída depois do campeonato.

Não é de se estranhar que o protesto popular diante de semelhante esbanjamento, motivado por razões publicitárias e eleitoreiras, levasse milhares e milhares de brasileiros às ruas e mexesse com todo o Brasil.

As cifras que os órgãos internacionais, como o Banco Mundial, dão na atualidade sobre o futuro imediato do País são bastante alarmantes. Para este ano, calcula-se que a economia crescerá apenas 1,5%, uma queda de meio ponto em relação aos dois últimos anos, nos quais somente roçou os 2%.

As perspectivas de investimento privado são muito escassas, pela desconfiança que surgiu ante o que se acreditava ser um modelo original e resultou ser nada mais do que uma perigosa aliança de populismo com mercantilismo, e pela teia burocrática e intervencionista que asfixia a atividade empresarial e propaga as práticas mafiosas.

Apesar de um horizonte tão preocupante, o Estado continua crescendo de maneira imoderada – já gasta 40% do produto bruto – e multiplica os impostos ao mesmo tempo em que as “correções” do mercado, o que fez com que se espalhasse a insegurança entre

REFLEXÕES VII

empresários e investidores. Apesar disso, segundo as pesquisas, Dilma Rousseff ganhará as próximas eleições de outubro, e continuará governando inspirada nas realizações e logros de Lula.

Se assim é, não só o povo brasileiro lavrará a própria ruína, e mais cedo do que tarde descobrirá que o mito sobre o qual está fundado o modelo brasileiro é uma ficção tão pouco séria como a da equipe de futebol que a Alemanha aniquilou. E descobrirá também que é muito mais difícil reconstruir um país do que destruí-lo. E que, em todos esses anos, primeiro com Lula e depois com Dilma, viveu uma mentira que seus filhos e seus netos irão pagar, quando tiverem de começar a reedificar a partir das raízes uma sociedade que aquelas políticas afundaram ainda mais no subdesenvolvimento.

É verdade que o Brasil tinha sido um gigante que começava a despertar nos anos em que governou Fernando Henrique Cardoso, que pôs suas finanças em ordem, deu firmeza à sua moeda e estabeleceu as bases de uma verdadeira democracia e uma genuína economia de mercado. Mas seus sucessores, em lugar de perseverar e aprofundar aquelas reformas, as foram desnaturalizando e fazendo o País retornar às velhas práticas daninhas.

Não só os brasileiros foram vítimas da miragem fabricada por Lula da Silva, também o restante dos latino-americanos. Porque a política externa do Brasil em todos esses anos tem sido de cumplicidade e apoio descarado à política venezuelana do comandante Chávez e de Nicolás Maduro, e de uma vergonhosa “neutralidade” perante Cuba, negando toda forma de apoio nos organismos internacionais aos corajosos dissidentes que em ambos os países lutam por recuperar a democracia e a liberdade. Ao mesmo tempo, os governos populistas de Evo Morales na Bolívia, do comandante Ortega na Nicarágua e de Correa no Equador – as mais imperfeitas formas de governos representativos em toda a América Latina – tiveram no Brasil seu mais ativo protetor.

Por isso, quanto mais cedo cair a máscara desse suposto gigante no qual Lula transformou o Brasil, melhor para os brasileiros. O mito da seleção Canarinho nos fazia sonhar belos sonhos. Mas no futebol, como na política, é ruim viver sonhando, e sempre é preferível –

REFLEXÕES VII

embora seja doloroso – ater-se à verdade. ●

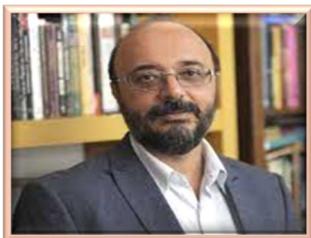
Mário Vargas Llosa

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 27 de julho de 2014

LUIZ BIANCI

O preço das alianças

Leonardo Avritzer



Leonardo Avritzer: "Que países estão saindo? [da aliança pró-governo] Alguns grupos estão entre os mais fisiológicos da política brasileira. A saída pode trazer um pouco de coerência"

No contexto de uma eleição marcada pela insatisfação popular com a representação política, um dos fenômenos políticos mais importantes é a ascensão do Partido Socialista Brasileiro (PSB) a ponto de se qualificar, em princípio, para disputar uma vaga no segundo turno e alterar a correlação de forças políticas no Brasil. É a opinião do cientista político Leonardo Avritzer, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política.

Para Avritzer, a presença da aliança entre Eduardo Campos (PSB) e Marina Silva no pleito soma-se a outros fatores significativos para os resultados da eleição de outubro, como o desgaste dos 12 anos de governo petista, que começa a desfazer a ampla aliança da eleição de 2010, e o desafio que o candidato tucano, o senador mineiro Aécio Neves, enfrenta para nacionalizar uma liderança ainda estadual.

Ao fim de um período em que um possível fracasso da organização da Copa do Mundo, incluídas as obras de infraestrutura, era um assunto de temores públicos e debates políticos, a conclusão do torneio abre as portas para o período eleitoral. Embora a questão da Copa tenha sido politizada tanto pelo governo quanto pela oposição, Avritzer entende que ambos erraram, ao não perceberem que o tema dizia respeito a um compromisso não do governo, mas do País.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista com o cientista político, que analisa o possível impacto da recente ascensão do PSB sobre o quadro eleitoral, a relação das manifestações de rua com o

sistema político e os possíveis cenários para a disputa de outubro.

Valor: O governo trata o fato de não ter havido o caos anunciado para a Copa como grande ativo político, porque a oposição teria apostado nesse caos. A ausência de caos é trunfo político?

Leonardo Avritzer: Quando o Brasil assumiu o compromisso de realizar a Copa, foi um compromisso administrativo importante para um país que, dentre os principais países em desenvolvimento, tem a pior infraestrutura. À medida que as obras foram atrasando, parecia que o governo ia descumprir amplamente um compromisso internacional, o que o desgastaria. Isso significaria, talvez, algum ganho para a oposição. Nenhuma das duas coisas se confirmou e acho que tanto o governo quanto a oposição erraram. O governo errou por gerir de forma deficiente as obras. A oposição errou por achar que esse era um compromisso do governo, quando era um compromisso do País.

As manifestações de junho expõem a profunda insatisfação da população com o sistema político. Isso não é passageiro

Valor: A ampla aliança de 2010 que elegeu Dilma Rousseff está fora de cogitação para 2014, com a saída do PSB e do PTB, e uma série de palanques locais se afastando do PT. Aécio Neves chegou a sugerir que esses partidos "sugassem" o máximo antes de mudar de lado. Em que medida isso pode ser decisivo?

Avritzer: Neste presidencialismo de coalizão fragmentado, fazer alianças é bom e ruim. É bom porque é difícil governar sem maioria no Congresso. Mas o preço dessa maioria é ruim para o País. Sabemos quais são os partidos ligados às falhas nas obras de infraestrutura para a Copa, por exemplo.

Não é bom ter alianças tão amplas, mas elas garantem tempo na TV e certa governabilidade. É infeliz a frase de Aécio. O "sugar" não diz respeito ao governo, é sugar o País.

O preço das alianças amplas é a ineficiência da máquina pública. Se for eleito, é Aécio quem vai ter que lidar com esse problema. Uma

das grandes dificuldades do País é um centro apolítico fisiológico representado por alguns partidos.

Vamos pensar nos ministérios de que esses partidos gostam, como Transportes. O PR é "especializado" nesse ministério. São concessões de rodovias e coisas muito importantes para o País. A melhoria do corredor de exportação da soja, por exemplo. Esse "sugar" significa problemas na gestão da economia.

Valor: O PT, em 2010, parecia ser um grande ímã de alianças, mas essa fratura parece indicar que a força de atração diminuiu. O que houve?

Avritzer: O magnetismo que o governo do PT exercia sobre os partidos diminuiu nesses últimos 12 a 18 meses. A teoria da democracia diz que governos muito longos são desgastantes. O revezamento no poder exerce um equilíbrio sobre os vícios que o poder provoca. No caso do PT, há desgastes, seja na organização da máquina pública e dos ministérios, seja na relação com os partidos. Que partidos estão saindo? Alguns grupos estão entre os mais fisiológicos da política brasileira. A saída não é necessariamente ruim para a aliança governista. Pode trazer um pouco de coerência.

Valor: O PSB lançou Eduardo Campos candidato a presidente. Ele é um candidato forte para chegar ao segundo turno?

Avritzer: Ele está procurando uma posição num sistema muito polarizado, que não o favorece. O apoio a Lindbergh [Farias, do Partido dos Trabalhadores] no Rio faz sentido em sua trajetória política, mais do que a aliança com [o governador tucano Geraldo] Alckmin em São Paulo. Mas o problema central de Campos é que é muito difícil chegar ao segundo turno sem um apoio significativo em São Paulo. Marina Silva ajuda ou atrapalha? É cedo para dizer. Ele é pouco conhecido da população e a aliança com Marina também.

Talvez o fenômeno partidário mais relevante no Brasil seja o crescimento do PSB. Desde 1994, consolidamos um sistema de dois grandes partidos que governam e dois grandes partidos que os

auxiliam a governar. O PSB, dependendo de seu desempenho, pode ser uma novidade.

Valor: Se o PSB chegar ao segundo turno, deixando de fora o PSDB, será a primeira vez, desde 1994, que o PSDB não estará nessa fase da eleição. A novidade poderá ter consequências na política brasileira?

Avritzer: Para muitos cientistas políticos, o sistema democrático só é consolidado quando os mesmos partidos disputam o poder. Tenho dúvidas. A Espanha, por exemplo, está numa crise política e econômica profunda. E está surgindo um novo partido. Isso tem a ver com a insatisfação da população. No Brasil, uma parcela da população não está satisfeita com a polarização entre PT e PSDB. Um possível crescimento de Campos pode estar relacionado a isso. Seria uma novidade decisiva. O centramento em dois grandes atores gera uma previsibilidade necessária no sistema político. Os atores econômicos pedem isso. Mas não acho que o PSB esteja muito fora daquilo que se espera, seja pelos atores sociais, seja pelos econômicos.

Valor: O senhor escreveu em artigo que tornar-se conhecido fora de Minas Gerais é um grande desafio para Aécio Neves. Como lhe parece o senador como candidato que enfrenta uma máquina poderosa como a do PT?

Avritzer: Esta eleição é decisiva para ele. Ou ele se dá muito bem, não necessariamente ganhando, ou dificilmente vai manter uma liderança nacional. Os mineiros gostam do Aécio. Não está claro que gostem dos governos do PSDB. Existe um diferencial entre apoio político a Aécio e apoio a candidatos do espectro político ao qual ele pertence. É muito significativo esse diferencial. É difícil saber se ele vai conseguir nacionalizar a liderança local. É um desafio importante em São Paulo, dados os conflitos com [José] Serra e Alckmin. Ele tem características que não parecem se adequar ao eleitorado paulista, que é conservador nos hábitos morais. Outro problema é que ele não consegue ser uma liderança forte no Senado. O PSDB tem líderes mais importantes que ele no Senado, como Álvaro Dias.

Valor: Marina Silva foi o grande fenômeno de 2010. Depois desses quatro anos, pode-se dizer que ela soube aproveitar o impulso das urnas?

Avritzer: Marina enfrentou um problema comum na política, ao qual parece ter dado uma solução ruim: a diferença entre sua popularidade pessoal e a capacidade de transformá-la em estrutura organizacional competitiva.

Recorrer à aliança com Campos colocou outros problemas para ela, problemas de coerência política. Ele tem uma política desenvolvimentista, que frequentemente não atenta para o meio ambiente. Seja sob o ponto de vista organizacional, seja do ponto de vista do campo político a que ela quer pertencer, a liderança de Marina Silva tem problemas hoje.

Valor: A aposentadoria de Sarney, anunciada na última semana, pode ser lida como uma página que se vira na política brasileira?

Avritzer: Desde a redemocratização, temos renovações importantes na política brasileira, como o crescimento do PSDB e do PT, mas temos fortes continuidades, especialmente no campo do PMDB. Dentre elas, Sarney é uma das principais, com Renan Calheiros e outros. É um estilo de fazer política no Brasil que persiste. Alguns Estados ainda são muito clientelistas, outros menos. São máquinas políticas aliadas à mídia, especialmente à televisão. Essa concepção de fazer política está sob ataque no País, mas ainda não foi derrotada. A aposentadoria de Sarney está mais ligada à idade do que à decadência da liderança de seu grupo no Maranhão. É um grupo desafiado, existe mais oposição a ele hoje do que no passado, mas essas estruturas construídas na democratização, em torno de fortes alianças políticas e meios de comunicação, continuam vivas.

Valor: Com a burocratização, a aliança com o agronegócio e o apoio à repressão policial, os movimentos sociais e a esquerda militante, das ruas, sentiram-se alienados do PT, tratando-o por "ex-querda". Isso pode comprometer o partido?

Avritzer: Talvez o fato que melhor simbolize esse afastamento seja a saída da Marina Silva. Ela é claramente uma personificação dessa relação: líder ambientalista, que trouxe lideranças de movimentos sociais da Amazônia para o governo. Hoje, há dissensões no meio ambiente, na política indígena, nas políticas urbanas. Mas o afastamento é relativo. Ninguém ocupou esse espaço. Esses movimentos não são eleitoralmente significativos, mas são muito significativos do ponto de vista do espírito da opinião pública. Até o sentimento anticopa teve ligação com eles. Essa é uma questão para o PT: como retomar uma relação que foi positiva num período histórico muito significativo.

Valor: Caso o PT perca a eleição: o que acontece com um partido que passou a maior parte de sua história como oposição, foi governo, compôs com forças às quais tinha se oposto renhidamente, desenvolveu uma máquina eleitoral forte, afastou-se das bases sociais e voltou a ser oposição?

Avritzer: Certamente, implicaria muitas mudanças, mas o PT tem tanto bases sociais fortes quanto capacidade de adaptação ao governo. Continuou fazendo convenções, continuou fazendo eleições internas diretas. Adaptou-se ao poder, é inegável, levando um conjunto de militantes para as estruturas do Estado. Talvez o lugar em que mais se adaptou tenha sido a estrutura parlamentar. De 2002 para cá, o perfil dos parlamentares do PT mudou muito. Eles se tornaram mais influentes. O PT faria o chamado *aggiornamento*, a atualização da identidade partidária. Vai ter que readequar sua relação com as bases que deixou de lado. Vai ser um pouco menos governo, menos Estado, e um pouco mais movimentos sociais. Todos os partidos com origem em movimentos sociais fazem isso. O PSOE, na Espanha, o OS francês, o Bloco de Esquerda em Portugal. O magnetismo que o governo do PT exercia sobre os partidos diminuiu.

Governos muito longos são desgastantes

Valor: Outra aposta é que a chamada classe C pode ser um fiel da balança na eleição, dependendo do que decidir: se continua apoiando as políticas às quais se atribui sua

ascensão social ou se fica mais conservadora.

Avritzer: A ideia de que classes ascendentes se tornem conservadoras pode estar correta em relação à direção, mas esperar que isso se manifeste rapidamente é um equívoco. O melhor exemplo é a classe média que Roosevelt criou nos EUA dos anos 30. Ela foi votar nos republicanos nos anos 80, com Reagan. É um longo processo. Mesmo no caso dos EUA, até hoje eles são chamados de *swing voters*, porque voltaram aos democratas com Clinton. Talvez essa seja a vocação da classe C. A principal preocupação dessas pessoas, hoje, é continuar sendo classe média.

Valor: Os protestos que começaram em 2013 deixaram marcas visíveis no sistema político?

Avritzer: As manifestações de junho expõem a profunda insatisfação da população com o sistema político. Isso não é passageiro. É uma característica estrutural da opinião pública que está se formando no País, que não se identifica com os partidos, é crítica do Congresso e acha, com razão, que a corrupção não é punida e o estrato político é privilegiado. Também já passou o tempo em que, no Brasil, o acesso a serviços públicos era a grande reivindicação. Não se trata mais de acesso. A questão, hoje, é a qualidade dos serviços. Essas questões estão aí para ficar e vão exigir que o sistema político as trate com seriedade. Acho decisivo, também, fazer uma reforma política. Quase um quarto dos senadores são suplentes que não foram eleitos. O sistema de financiamento entre grandes empresas e sistema político quase não tem controle. A política precisa se adaptar à nova sociedade que o Brasil já é, com mais informação e menos desigualdade. ●

Leonardo Avritzer: graduado em ciências sociais (UFMG), mestre em ciência política (UFMG), doutor em sociologia política (New School for Social Research), pós-doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 4 de julho de 2014

A Copa é um sucesso, e ponto

Alberto Carlos Almeida



Em 12 de maio, a revista alemã Der Spiegel fez uma capa fortemente crítica à Copa e recheada de previsões catastróficas



Diz o ditado que recordar é viver. Hoje, desejo recordar o que escrevi tempos atrás

acerca do que ocorreria em nossa Copa do Mundo. Fui voz dissonante. Na contracorrente, afirmei que a Copa seria um sucesso. Não disse isso baseado em *wishfull thinking*, mas na análise de informações reais acerca de como nos comportamos nas Copas anteriores (ainda que não tivessem ocorrido no Brasil), de como o brasileiro vê o futebol e o que ele significa para nossa sociedade.

Como uma vez disse Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes. A mídia se comportou como principiante quando tratou de supor o que iria acontecer na Copa brasileira. Gerou enormes expectativas negativas em torno do evento, mas nenhuma se realizou. Bastava ter visto como fora a Copa das Confederações, quando oito seleções lotaram de torcedores vários estádios. A Copa do Mundo seria quatro vezes maior em termos de movimentação, embora espalhada por mais cidades. A mídia inteira ignorou esse fato. Mais grave ainda, os jornalistas brasileiros ignoraram que o País tem capacidade de organizar inúmeros grandes eventos.

Em artigo publicado nesta coluna em 10 de janeiro, sob o título Blatter fala e a caravana vai passando, afirmei: "A imprensa, motivada pelo complexo de vira-latas, termo de Nelson Rodrigues que imortalizou a falta de autoestima que temos, já fez um longo e competente trabalho ao plantar tais expectativas na cabeça dos

REFLEXÕES VII

brasileiros. Essa visão predominantemente negativa da população não é ruim para o governo. O motivo é simples: não haverá engarrafamentos em dias de jogos, os turistas terão onde se hospedar e haverá voos suficientes”.

"Não há pressão sobre a logística maior do que a provocada pelo réveillon e pelo Carnaval. O deslocamento anual causado por ambos os eventos para cidades que serão sede de jogos, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, é maior, e sempre será, do que aquele que ocorrerá durante a Copa do Mundo. Estamos nesse período e não houve nenhuma notícia sobre engarrafamentos, falta de vagas em hotéis e de lugares em voos. Pode ser que a imprensa não dê importância a isso e seja inteiramente enviesada, isto é, problemas logísticos não são noticiados no *réveillon* e no Carnaval, mas o serão na Copa do Mundo. Ora, se for isso mesmo, trata-se realmente de um caso único de complexo de vira-latas e, acima de tudo, de péssimo jornalismo. Não creio nisso. O mais provável é que a expectativa negativa dos brasileiros não venha a ser realizada: os engarrafamentos não serão maiores ou menores em dias de jogos, e haverá onde se hospedar, assim como voos suficientes”.

"Igualmente importante é o clima criado pela Copa do Mundo. As estrelas do noticiário serão Neymar, Messi e Cristiano Ronaldo, dentre outros. O que a população vai querer ver no noticiário não são coisas negativas, mas sim os gols mais bonitos e os jogos mais disputados. A televisão dará mais espaço no noticiário para a chegada das seleções ao Brasil do que aos voos atrasados. O clima jornalístico e publicitário de uma Copa é avassalador quando ela é realizada fora do Brasil. Imagine-se agora, quando será no país do futebol”.

Em outro artigo, também nesta coluna, publicado em 24 de janeiro, sob o título *As lições de Nelson Rodrigues*, escrevi:

"O grande problema em que se incorre ao falar mal da organização da Copa do Mundo no Brasil é que, de acordo com pesquisa do Instituto Análise, 83% dos brasileiros torcem pela seleção, 82% dizem que assistem aos jogos do Brasil durante as Copas, 70% torcem por um time de futebol, 64% se interessam por notícias

REFLEXÕES VII

sobre futebol e 60% conversam ou fazem brincadeiras sobre futebol com parentes e amigos. A proporção dos que respondem afirmativamente a todas essas cinco perguntas é de impressionantes 51%. Ou seja, pouco mais da metade da população brasileira torce pela seleção, assiste a seus jogos, têm um time de futebol, se interessam por notícia de futebol e fazem brincadeiras e conversam sobre o tema com parentes e amigos. Para bom entendedor, meia palavra basta: no Brasil, o futebol não é brincadeira".

Sobre as previsões de protestos intensos durante a Copa, escrevi em 7 de fevereiro, sob o título Copa do Mundo e protestos:

"É impossível afirmar se haverá protestos ou não durante a Copa do Mundo. Muitos previram que haveria durante a Jornada Mundial da Juventude, e acabou não acontecendo. Aqueles que são contra o governo têm previsto que os protestos serão intensos. Os que apoiam o governo dizem que não haverá protestos, ou que serão mínimos. É fato que a população acredita que ocorrerão manifestações e que será uma oportunidade de pressionar os políticos a resolverem de forma mais efetiva os problemas. A população crê que a mídia internacional, na presença dos protestos, dará ampla cobertura e que isso resultará em decisões efetivas dos governos. A simples crença em um fato não o leva a acontecer. Por outro lado, no caso dos acontecimentos sociais, tal crença pode resultar em uma profecia que se autocumpre. Contra o governo, estão as expectativas da população de que ocorrerão manifestações. Está a favor o clima criado pela mídia em uma Copa do Mundo. Afinal, quem trocará assistir várias vezes ao gol mais bonito, a análise do erro do juiz, comemorar com os amigos a vitória em cada partida da seleção, quem trocará isso por acompanhar as notícias negativas acerca da organização da Copa?"

Foi interessante reler isso agora, durante a Copa. Igualmente interessante foi relembrar a capa da revista alemã *Der Spiegel* com a bola da Copa, a brazuca, pegando fogo e caindo sobre o Rio de Janeiro. A matéria da revista era fortemente crítica à Copa e recheada de previsões catastróficas, nenhuma das quais se verificou. Aqui no Brasil, a matéria da *Der Spiegel* foi considerada por muitos o atestado de que a Copa seria um fracasso retumbante.

REFLEXÕES VII

Afinal, eram os alemães que estavam dizendo e, considerando-se nosso complexo de vira-latas, eles são superiores aos brasileiros.

O que dizer, então, do "imagina na Copa"? "Imagina na Copa" quantos erraram o que estava previsto para acontecer. "Imagina na Copa" o sucesso que estão sendo os jogos e a receptividade aos turistas. E tome-se "imagina na Copa".

Espero que não seja iniciado desde já o "imagina na Olimpíada". O sucesso da Copa tem a ver com algo que escrevi, também nesta coluna, em 8 de fevereiro do ano passado, no artigo intitulado A Copa do Mundo será um outro Carnaval:

"Mais do que nacional, a Copa do Mundo, no país do futebol, será um evento social. As pessoas se mobilizarão para acompanhar os jogos, vão economizar para pagar suas viagens rumo às cidades-sede, para ver várias seleções em suas concentrações, obter autógrafos de estrelas do futebol. Não haverá indiferença, não apenas a respeito de nossa seleção, mas acerca de todas as delegações que desembarcarão no Brasil para disputar o torneio. O motivo mais importante que impedirá o fracasso de nossa Copa do Mundo é que ela será carnalizada. Vale repetir, a Copa é o maior evento do mundo do futebol que ocorrerá no país do Carnaval e do futebol. Ora, isso não pode ser desconsiderado. Quem ignora essa combinação não sabe o que faz o Brasil, não compreende nossas especificidades".

Espero que aqueles que previram o fracasso da Copa tenham aprendido um pouco sobre o Brasil. ●

Alberto Carlos Almeida: sociólogo, diretor do Instituto Análise e autor de *A Cabeça do Brasileiro*.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 27 de junho de 2014

Copa supera Oscar e Super Bowl na web

Loretta Chao



Torcida conectada: com recordes de postagens de fotos e comentários, o Mundial caminha para ser o maior evento global da história das redes sociais



Antes de entrar em campo para um jogo da Copa do Mundo, na sexta-feira passada, o italiano Mario Balotelli fez um pedido: queria ganhar um beijo da rainha Elizabeth II se sua equipe vencesse a Costa Rica, resultado que daria à Inglaterra chances de se classificar para a próxima fase.

Ele não ganhou o beijo. A Costa Rica ganhou da Itália por 1 a 0, eliminando a Inglaterra do torneio. Mas o craque italiano conseguiu que 180 mil pessoas republicassem sua mensagem no Twitter, aumentando o burburinho em torno de um jogo que gerou 3,2 milhões de *tweets*.

A Copa do Mundo no Brasil está a caminho de se tornar o maior evento global da história das redes sociais. O Facebook informou que um total de 141 milhões de usuários postaram 459 milhões de interações em seu *site* durante a primeira semana de Copa do Mundo. É um número maior que o total de *posts* registrados durante a cerimônia do Oscar, os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi e o Super Bowl (a final do campeonato de futebol americano) juntos.

O Twitter também informou que registra um volume enorme de mensagens: 12,2 milhões de *tweets* durante a vitória do Brasil sobre a Croácia, no jogo de abertura da Copa, 8 milhões de *tweets* durante

REFLEXÕES VII

o jogo dos Estados Unidos contra Portugal e 6,1 milhões de *tweets* durante Brasil e Camarões.

Os números finais para a Copa só serão divulgados em meados de julho. Mas, até agora, as estatísticas de jogos individuais apontam para um tráfego diário no Twitter maior que o visto durante a Olimpíada de Londres, em 2012.

O aumento nas interações nas redes sociais reflete, em parte, o fato de que há mais pessoas on-line. Graças ao aumento da oferta de dispositivos móveis a preços acessíveis, a estimativa é que 2,9 bilhões de pessoas usem a *internet* este ano, segundo a União Internacional de Telecomunicações, da ONU, uma alta de 44% em relação aos 2 bilhões de 2010, quando foi disputada a última Copa do Mundo, na África do Sul.

As empresas de redes sociais estão indo atrás desses novos usuários, a grande maioria vinda de regiões em desenvolvimento, onde a penetração ainda é baixa e o potencial de crescimento é maior. Cerca de 65% dos usuários do Facebook e 77% das contas do Twitter estão hoje fora dos Estados Unidos, o que significa que as conversas estão cruzando mais fronteiras. As duas empresas cresceram rapidamente nos últimos quatro anos, principalmente no Brasil e na Índia.

Como a Copa do Mundo é o principal campeonato do esporte mais popular do mundo, o evento tem dado a todos esses usuários um tema comum para discussão. "Há uma conversa acontecendo no sofá global; todos estão sentados na mesma [sala virtual], assistindo à mesma televisão", diz Carlos Moreira Jr., diretor-executivo de desenvolvimento de negócios internacionais do Twitter no Brasil. "Uma imensa quantidade de *tweets* está sendo gerada."

No Facebook, mais de 58 milhões de pessoas em todo o mundo publicaram mais de 140 milhões de interações relacionadas à vitória do Brasil sobre a Croácia, segundo a rede social. Quase 42% dos seus 1,2 bilhão de usuários são fãs declarados do futebol.

Analistas dizem que isso se traduz não só numa avalanche de conteúdo gerado por usuários, inclusive comentários animados,

piadas e críticas, mas mais valor para os anunciantes.

"O valor para os anunciantes provavelmente aumentou por causa das redes sociais e da quantidade de conversas geradas", diz Alex Banks, diretor para a América Latina da firma de pesquisas comScore. "O mundo está assistindo [à Copa do Mundo] em mais e mais plataformas e compartilhando mais conteúdo, o que está produzindo mais interesse em cada um dos países que participam." Algumas empresas já estão colhendo os benefícios.

Patrocinadores da Copa do Mundo, como a Budweiser, da Anheuser-Busch InBev, e o McDonald's, dobraram, em média, o número de fãs em suas páginas no Facebook desde fevereiro de 2013, segundo a comScore. A empresa informa que essas multinacionais viram um aumento na atividade em suas páginas do Facebook no mês que antecedeu o torneio. Mas os patrocinadores oficiais não são os únicos a se valer da Copa do Mundo para conquistar mais seguidores. A Beat Electronics, fabricante dos fones de ouvido Beats by Dr. Dre, que foi recentemente adquirida pela Apple, não é um parceiro oficial da Fifa. Os organizadores da Copa limitam os lugares onde os jogadores que possuem os fones de ouvido possam exibi-los durante os eventos do torneio. Mas isso não impediu a Beats de se conectar com os torcedores. Um comercial de vídeo de cinco minutos que mostrava o astro Neymar recebendo conselhos de seu pai gerou quase 19 milhões de visualizações e mais de 5 mil comentários no YouTube.

Ainda assim, o melhor conteúdo muitas vezes surge de maneira espontânea, como a brincadeira de Balotelli sobre a rainha. Na mesma sexta-feira, um coro polêmico que a torcida mexicana costuma cantar durante os jogos para insultar o adversário, "puto", palavra em espanhol usada pejorativamente para qualificar homossexuais, estimulou um debate acalorado no Twitter, dividindo as opiniões sobre a proibição desse grito durante os jogos.

Ao mesmo tempo, craques que participam da Copa no Brasil estão postando uma enxurrada de fotos do tipo *selfie*, incluindo Neymar, que tem mais de 600 mil "curtidas" no Instagram em um de seus autorretratos sem camisa.

REFLEXÕES VII

O atacante brasileiro tem 6,6 milhões de seguidores no Instagram, o que o torna o jogador mais popular da Copa do Mundo na rede social. ●

Loretta Chao: The Wall Street Journal.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 26 de junho de 2014

LUIZ BIANCHI

Os céticos estão perdendo espaço

Martin Wolf



Não temos uma atmosfera chinesa ou americana. Temos uma atmosfera planetária. Não podemos fazer experimentos independentes com ela. Mas temos feito um experimento conjunto. Não foi uma decisão consciente: ocorreu em consequência

da Revolução Industrial, mas estamos decidindo conscientemente não suspendê-lo.

Realizar experimentos irreversíveis com o único planeta que temos é irresponsabilidade. Só seria racional se recusar a fazer alguma coisa para mitigar os riscos se tivéssemos certeza de que a ciência da mudança climática provocada pelo homem é um embuste.

Qualquer leitor razoavelmente aberto a novas ideias do **Summary for Policymakers** do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática chegaria à conclusão de que qualquer certeza desse tipo sobre a ciência seria absurda. É racional perguntar se os benefícios da mitigação superam os custos. É irracional negar que é plausível a mudança climática provocada pelo homem.

Sempre pensei que a maneira de avançar seria por meio de um acordo mundial de limitação das emissões, à base de alguma combinação entre impostos e cotas. Atualmente considero esse enfoque inútil, como mostra o fracasso do Protocolo de Kyoto

Nessas discussões e, aliás, na política climática, os Estados Unidos desempenham papel central, por quatro motivos. Em primeiro lugar, os EUA ainda são o segundo maior emissor mundial de dióxido de carbono, embora sua participação de 14% do total mundial em 2012 o situe bem atrás dos 27% da China. Em segundo lugar, as emissões americanas *per capita* correspondem aproximadamente ao dobro das emissões das principais economias da Europa ocidental ou do Japão. Seria impossível convencer as

REFLEXÕES VII

economias emergentes a reduzir as emissões se os EUA não aderissem. Em terceiro lugar, os EUA dispõem de recursos científicos e tecnológicos insuperáveis, que serão necessários para que o mundo possa enfrentar o desafio de associar baixas emissões à prosperidade para todos. Finalmente, os EUA abrigam o maior número de opositores ativistas apaixonados e engajados.

Diante desse quadro, dois acontecimentos recentes são estimulantes para os que (como eu) acreditam que o senso comum mais elementar nos obriga a agir. Um deles foi a publicação do President's Climate Action Plan no mês passado. Esse plano abrange a mitigação, a adaptação e a cooperação mundial. Seu objetivo é reduzir até 2020 as emissões de gases-estufa para níveis 17% inferiores aos de 2005.

O outro acontecimento, também ocorrido no mês passado, foi a publicação de um relatório – o Risky Business – por um poderoso grupo bipartidário que incluía o ex-prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, os ex-secretários do Tesouro dos EUA, Hank Paulson e Robert Rubin, e o ex-secretário de Estado George Shultz.

Mas precisamos moderar nossa alegria. Mesmo se o governo implantar seu plano com êxito, ao explorar sua autoridade reguladora, será um começo apenas modesto. As concentrações de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso subiram para níveis sem precedentes do último período de pelo menos 800 mil anos, muito antes do surgimento do "Homo sapiens". Pelo nosso ritmo atual, o aumento será muito maior até o fim do século, e os impactos sobre o clima tenderão a ser grandes, irreversíveis e talvez catastróficos. Aumentos da média da temperatura de 5° C acima dos níveis pré-industriais são concebíveis à luz do nosso ritmo atual. O planeta seria diferente do que é hoje.

Risky Business revela o que isso poderia significar para os EUA. O documento se concentra nos danos aos imóveis e à infraestrutura litorâneos decorrentes da elevação dos níveis do mar. Examina os riscos de tempestades mais fortes e mais frequentes. Considera possíveis mudanças na agricultura e na demanda por energia, bem como o impacto da alta das temperaturas sobre a produtividade e a

REFLEXÕES VII

saúde pública. Algumas áreas do país poderão se tornar quase inabitáveis.

O que faz do relatório um documento importante é que ele expõe a questão, corretamente, como um problema de gestão de risco. O objetivo tem de ser eliminar os riscos localizados na extremidade da distribuição das possíveis consequências. A maneira de fazer isso é mudar o comportamento. Ninguém pode nos vender seguros contra mudanças planetárias. Já vimos o que o risco remoto, localizado na extremidade da distribuição de riscos, significa em finanças. No âmbito do clima, as extremidades são mais encorpadas e tendentes a ser muito mais prejudiciais.

A questão é se uma coisa real e importante pode derivar desses novos começos modestos. Pode sim, embora deter o aumento das concentrações de gases-estufa é coisa que exige muito esforço. Sempre pensei que a maneira de avançar seria por meio de um acordo mundial de limitação das emissões, à base de alguma combinação entre impostos e cotas. Atualmente considero esse enfoque inútil, como demonstra o fracasso do Protocolo de Kyoto de 1997 em promover qualquer verdadeira mudança na nossa trajetória de emissões. O debate político em favor de políticas públicas substanciais terá sucesso se, e somente se, duas coisas acontecerem: em primeiro lugar, as pessoas precisam acreditar que o impacto da mudança climática pode ser ao mesmo tempo grande e caro; em segundo lugar, elas precisam acreditar que os custos da mitigação serão toleráveis. Esse último fator, por sua vez, exige o desenvolvimento de tecnologias confiáveis e exequíveis para um futuro de baixos teores de carbono.

Assim que ficar demonstrada a viabilidade de um futuro desse tipo, a adoção das políticas necessárias será mais fácil. Nesse contexto, os dois novos documentos se corroboram mutuamente. Risky Business documenta os custos potenciais para os americanos da mudança climática não mitigada. O foco do governo em padrões reguladores é, portanto, uma grande parte da resposta, principalmente porque os padrões certamente obrigarão a uma aceleração da inovação na produção e no uso da energia. Ao reforçar o apoio à pesquisa fundamental, o governo americano poderá desencadear ondas de

REFLEXÕES VII

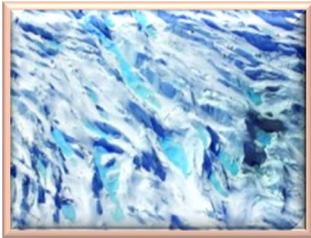
inovação benéficas em nossos sistemas de energia e de transportes marcados pelo desperdício. Se promovida com urgência suficiente, essa medida também poderá transformar o contexto das negociações mundiais. Além disso, em vista da falta de mitigação até esta altura, uma grande parte da reação deverá consistir em adaptação. Mais uma vez, o engajamento dos EUA deverá fornecer mais exemplos de medidas que funcionem.

Secretamente esperava que o tempo desse razão aos opositores. Só assim a ausência de resposta a esse desafio se revelaria sem custo. Mas é pouco provável que tenhamos essa sorte. Continuar no nosso caminho atual deverá gerar danos irreversíveis e onerosos. Existe uma possibilidade mais alvissareira. Talvez se mostre possível reduzir o custo da mitigação em tal medida que ele se torne politicamente palatável. Talvez, também, nos conscientizemos muito mais dos riscos. Nenhuma das duas hipóteses parece provável. Mas, se esses dois relatórios efetivamente motivarem uma mudança na postura dos EUA, as probabilidades de escapar do perigo terão aumentado, embora talvez tarde demais. Isso não merece dois, muito menos três vivas. Mas poderíamos tentar um. ●

Martin Wolf: editor e principal analista econômico do **Financial Times**

Contra-ataque da natureza

Claudio Angelo



Upernavik (Groenlândia)

Saltar de um helicóptero sobre uma geleira em movimento acelerado no Ártico é o que muita gente chamaria de aventura. Para o paquistanês Shfaqat Abbas Khan, trata-se apenas de um emprego. Todo ano, duas vezes, o geofísico do Instituto de Estudos Espaciais da Dinamarca vai até os confins da Groenlândia repetir um ritual: descer da aeronave – às vezes cercado de fendas de dezenas de metros de profundidade, amarrado a uma corda –, coletar alguns dados, embarcar de novo e voar até o ponto seguinte. Faz isso mecanicamente, com o desassombro de um técnico de TV a cabo. Quem o vê trabalhando dificilmente imaginaria que o emprego de Khan consiste em tentar responder a uma das perguntas mais importantes do século: o que o aquecimento global vai fazer com a humanidade.

Nesta manhã de sábado, o cientista está nervoso enquanto o Bell-212 biturbina fretado da Air Greenland voa em círculos sobre a Corrente de Gelo de Upernavik, no noroeste da ilha. O mapa no console do piloto norueguês Morten Pedersen mostra um ponto de descida onde deveria haver algo que claramente não está lá. Khan varre com os olhos a neve enquanto Pedersen deita o helicóptero para a esquerda, a poucos metros de altitude. O que ele procura é a proverbial agulha no palheiro: uma caixa de metal de 1 metro de lado que pode estar em qualquer lugar, até mesmo enterrada. Ela contém informações vitais e, se não for achada agora, só poderá ser localizada de novo dali a dois meses. Após alguns minutos, o cientista desiste da busca inútil e pede ao comandante que pouse mesmo assim. Pula do helicóptero sem corda, com uma maleta de plástico laranja na mão, e põe-se a caminhar determinado sobre o glaciér. Encorajado, desço logo atrás.

REFLEXÕES VII

A paisagem é plana e branca em todas as direções, como num deserto. Estamos na parte alta da geleira. Aqui o (relativo) calor desta época do ano e a luz que bate 24 horas por dia ainda não derreteram o gelo da superfície, formando os lagos azul-turquesa que vimos o tempo todo no caminho desde a decolagem da cidade de Upernavik, duas horas antes. São 11h30min e faz um sol de rachar, mas o vento constante transforma a temperatura de 2° C num frio intenso e incômodo. É o que os meteorologistas chamam de vento catabático¹⁴, uma massa de ar gélido e denso que se forma no alto do manto e literalmente despenca, sob efeito da gravidade. Naquele ponto, o vento não dá trégua nunca. Nem o frio. É um lembrete de que estamos a mais de 72 graus de latitude, a meros 1.900 km do Polo Norte. "Não se afaste muito do helicóptero", adverte Khan. "Pode haver fendas." O repórter diz que está tudo bem, que está seguindo seus passos de perto. Ele ri: "E por que você acha que eu sei o que estou pisando?"

O objeto que o pesquisador perdeu é uma estação receptora de GPS. Trata-se de um pequeno computador ligado a um painel solar e uma antena que passa o ano inteiro registrando as menores variações na própria posição, causadas pelo movimento do gelo. Khan tem mais de 60 estações desse tipo espalhadas pela Groenlândia, várias nos quatro braços do glaciador de Upernavik – uma espécie de delta fluvial congelado que drena uma área equivalente à do Estado de Sergipe. Naquela manhã, pousaríamos ao lado de cinco para fazer reparos.

A mala laranja continha um receptor portátil e uma antena, que Khan usou para determinar a posição do local e tentar descobrir onde estava a estação perdida. Só no dia seguinte ele concluiria que errara o ponto de pouso por 400 metros. "Lá em cima, 400 metros é muita coisa."

A análise dos dados contidos nos discos rígidos das estações permite saber a velocidade com que a corrente de gelo avançou rumo ao oceano e quão mais baixa ou mais alta ela ficou. Juntas, as duas

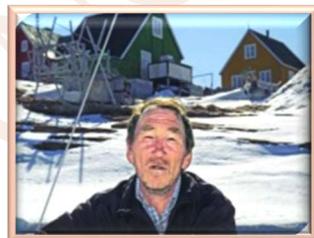
¹⁴ **Catabático**: diz-se de vento frio que desce junto às encostas, em direção aos vales.

REFLEXÕES VII

informações dão a medida da saúde da geleira: se está "engordando", ao acumular mais neve do que perde pelo escoamento, ou "emagrecendo", se o inverso ocorrer e a velocidade de escoamento for maior do que o acúmulo de neve. Esse índice de dieta glacial é conhecido pelos cientistas como balanço de massa. Mas pode chamá-lo também de tragédia.

A maior ilha do mundo guarda o segundo maior estoque de água doce do mundo, na forma de uma capa de gelo que cobre 80% de seu território. E, nos últimos 15 anos, essa camada glacial tem passado por uma crise de anorexia: a maioria das suas geleiras está emagrecendo de forma acelerada, provavelmente em decorrência dos efeitos de atividades humanas.

Nielsen: mudança climática prejudicou sua vida de caçador e, como vários outros nativos, ele agora pesca halibute para a Upernavik Seafoods, empresa que fatura € 14 milhões por ano



A queima de petróleo, gás e carvão e o desmatamento das florestas tropicais lançam no ar um excesso de gás carbônico e outros gases. Esses aprisionam na atmosfera o calor irradiado pela Terra, em vez de permitir que ele escape de volta para o espaço. Isso faz com que o planeta acumule energia mais rápido do que a dissipa. E essa energia a mais faz uma série de coisas com o planeta, como aquecer a atmosfera e os oceanos. Entre 1901 e 2012, o mundo ficou 0,89° C mais quente. O século XXI teve 12 dos 13 anos mais quentes já registrados desde o começo das medições com termômetros, em 1850.

Outra coisa que o excesso de energia faz é derreter gelo e neve em montanhas e nas regiões polares, tornando seu balanço de massa negativo. Nos anos 1990, o balanço de massa da Groenlândia estava negativo em cerca de 50 bilhões de toneladas de água por ano. O débito saltou para 270 bilhões entre 2005 e 2010 e bateu os 400 bilhões em 2012.

Essa água é despejada diretamente sobre o oceano, contribuindo

para agravar uma das consequências mais temidas do aquecimento global: a elevação do nível do mar. Só no último século os oceanos já subiram cerca de 20 centímetros. A taxa anual é de pouco mais de 3 milímetros por ano. Um terço disso vem da própria expansão de volume decorrente do aquecimento da água. Um terço vem do derretimento de geleiras nos Andes, Alpes, Alasca e Canadá. E um terço vem dos grandes mantos de gelo polares, quase todo (0,8 milímetro por ano) da Groenlândia. Onde isso vai parar nas próximas décadas ainda é uma incógnita, mas as indicações não são as melhores.

Uma delas será conhecida no fim do mês. No dia 23, reúne-se em Estocolmo, Suécia, o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), que de tempos em tempos publica grandes relatórios com o estado da arte do conhecimento sobre o clima da Terra. O encontro visa a concluir e publicar a primeira parte do Quinto Relatório de Avaliação do painel, o "AR5". O documento, produzido ao longo dos últimos seis anos, traz uma má notícia sobre o nível do mar: a previsão de elevação foi revisada para cima desde a última avaliação, em 2007. No relatório anterior, estimou-se que até 2100 o oceano pudesse subir 59 cm. O "AR5" traça cenários nos quais a elevação máxima pode chegar a 81 cm.

A oceanógrafa brasileira radicada na Austrália Cátia Domingues, cujas pesquisas ajudaram a basear as novas estimativas, apresentou uma conta do que isso pode representar: com uma elevação de 1 metro, 150 milhões de pessoas e US\$ 1 trilhão em patrimônio estariam diretamente ameaçados.

As geleiras polares são um velho calcanhar de Aquiles do IPCC. Seu comportamento é tão complexo que os cientistas têm dificuldade em fazer previsões sobre a contribuição do derretimento para o nível do mar no futuro. Somados, os dois mantos glaciais mais frágeis do planeta, o da Groenlândia e o do oeste da Antártica, têm o potencial de elevar os oceanos em vários metros, o que mudaria drasticamente a face do globo. Isso já aconteceu no passado, e alguns estudos ao longo dos últimos anos têm proposto que possa acontecer de novo. "É pouco provável", pondera Ian Joughin, glaciologista da Universidade de Washington em Seattle, Estados

REFLEXÕES VII

Unidos. Joughin foi um dos primeiros cientistas a dar o alarme sobre a aceleração do degelo polar, na década de 1990. Apesar de ser cético quanto ao que chama de "cenários de pesadelo", ele diz que os números que o IPCC publicou em 2007, apontando que a Groenlândia contribuiria no máximo com 20 centímetros para o nível do mar até o fim do século, foram baseados em modelos muito grosseiros. "Quando eles estavam escrevendo o relatório foi que as geleiras começaram a acelerar e a fazer coisas que ninguém esperava", conta.

Uma dessas "coisas que ninguém esperava" é visível do alto de uma montanha onde Khan montou uma de suas estações de GPS. A rocha, cercada por dois braços da corrente de gelo, tem duas cores: uma pátina escura no topo e um marrom clarinho na parte inferior. A linha entre as duas marca a altura em que o gelo estava em 2005. No ano seguinte, a espessura da geleira havia diminuído mais de 30 metros naquele ponto. "Em alguns lugares ela rebaixou 100 metros de um ano para o outro", afirma o geofísico paquistanês. Em quatro anos, a foz da geleira recuou 5 km, deixando mar aberto em seu lugar. Esse pico de degelo fez com que Upernavik ganhasse a honra dúbida de ser o segundo maior contribuinte individual para o aumento do nível do mar na Terra.

Khan desenterra uma das mais de 60 estações de GPS usadas para medir a aceleração e o rebaixamento da corrente de gelo na Groenlândia: derretimento de cima para baixo preocupa o geofísico



O primeiro posto pertence a outro glaciário groenlandês, a uma hora e meia de voo ao sul dali: Jakobshavn Isbrae, perto da cidade de Ilulissat (palavra inuíte para "icebergs"). Até 1997, esse local era apenas um pitoresco porto de pesca de camarão, encravado numa baía coalhada dos icebergs que lhe dão nome. A geleira, uma das maiores do Ártico, só era lembrada eventualmente por navegadores como o provável local de origem do iceberg que afundou o Titanic. A partir de 1997, mesmo ano em que o mundo assinou o pífio Protocolo de Kyoto para combater as

REFLEXÕES VII

emissões de gases de efeito estufa, imagens de satélite começaram a mostrar uma aceleração anormal da geleira e de outras na Groenlândia. Em quatro anos, sua extensa língua de gelo, que flutuava sobre um fiorde¹⁵ situado a meia hora de caminhada da cidade, recuou 15 km. Hoje ela desapareceu completamente. Jakobshavn, que continua afinando, tornou-se uma espécie de "marco zero" do aquecimento global, e Ilulissat virou ponto de peregrinação de cientistas em busca de respostas para os enigmas do clima.

Um desses cientistas é o americano David Holland, professor da Universidade de Nova York (NYU), atualmente divide seu tempo entre os EUA e Abu Dhabi, onde a NYU montou um *campus* e onde sua mulher, Denise, coordena a logística de um departamento com nome nada sutil: Mudanças do Nível do Mar.

Em 2008, Holland publicou na revista *Nature* um estudo propondo uma explicação para a aceleração de Jakobshavn. O americano imaginou, a partir de uma hipótese formulada por um colega dez anos antes, que um oceano mais quente pudesse ser o culpado, esquentando as geleiras por baixo de forma a acelerar sua desintegração. Os pescadores de Ilulissat ajudaram: foi graças aos registros minuciosos que eles fazem da temperatura da água, fornecidos a Holland pela agência de pesca da Groenlândia, que o pesquisador matou a charada. Esses registros vêm na forma de mapas, nos quais as temperaturas são diferenciadas com as cores vermelha e azul. "Em 1997, todas as águas mudaram de azul para vermelho", conta o americano, sentado no bar de um hotel de Ilulissat, entre um gole e outro da honesta cerveja groenlandesa *Dogsled* ("trenó de cachorro"). Hoje o fiorde de Jakobshavn, ao qual Holland volta todo ano para fazer medições, tem uma temperatura média de 3° C no verão – 5 graus acima do ponto de congelamento da água.

O mar mais quente é hoje uma das hipóteses mais fortes para

¹⁵ **Fiorde:** golfo sinuoso, escarpado, profundo e ger. de grande extensão [Ocorre na Noruega, Dinamarca, Nova Zelândia, entre outros].

REFLEXÕES VII

explicar o degelo-relâmpago, batizado pelos cientistas de afinamento dinâmico. Esse colapso acelerado é uma tendência que começou a ser observada no sudeste da Groenlândia, região mais tépida, abaixo do Círculo Polar. Mas a perda de gelo tem se espalhado para o Noroeste, mais frio. Foi isso que permitiu que o manto groenlandês quintuplicasse sua contribuição para o aumento do nível do mar na última década.

Existem dúvidas, porém, sobre se outros elementos estão envolvidos no fenômeno, como a temperatura do ar ou até mesmo o próprio formato do leito das geleiras. Um dos braços de Upernavik, por exemplo, praticamente não recuou na época em que os outros se desintegram. No ano passado, Khan e colegas da Europa e dos EUA publicaram um estudo mostrando que a perda dinâmica de gelo deve diminuir de intensidade à medida que as geleiras recuem a ponto de perder o contato com o mar. Isso já está acontecendo no glaciador de Hellheim, no Sudeste, que está engordando a olhos vistos depois de anos em dieta de *top model*.

Holland diz não saber o que está causando a mudança na temperatura da água, mas tem um palpite fundamentado: os trópicos podem estar envolvidos na história. "No mundo todo, o oceano esquentou $0,5^{\circ}\text{C}$ ", afirma. À medida que o Atlântico tropical aquece demais, o excesso de calor é dissipado para os polos pelas correntes marinhas, causando o degelo. "Se há uma perturbação no Atlântico tropical, em duas semanas ela chega à Groenlândia e à Antártica", informa. Esse aquecimento atlântico é em parte cíclico, ocorrendo de 60 em 60 anos. Daí a Groenlândia ter passado por uma fase de degelo acelerado também na década de 1930. "O que estamos fazendo é excitar o modo natural do planeta."

O gelo derretido nas regiões polares agrava uma das mais temidas consequências do aquecimento global: a elevação do nível do mar

O pesquisador teme que tal excitação possa atingir ainda neste século o oeste da Antártica. Essa região é mais fria que a Groenlândia, porém mais frágil. Segundo fontes ligadas ao IPCC, o novo relatório dirá que uma eventual ruptura no oeste antártico pode causar elevações do nível do mar acima do previsto até mesmo

pelos cenários pessimistas do "AR5".

O afinamento dinâmico teve duas consequências importantes para os 1.200 moradores de Upernavik, terceira cidade do mundo mais próxima do Polo Norte: a primeira foi que, com menos gelo, se abriu uma nova área de pesca de halibute, um peixe ártico muito apreciado na Ásia que hoje movimenta 100% da economia local. A segunda é um paradoxo: o nível do mar na cidade começou a cair a uma taxa de 1 cm por ano. Enquanto outras cidades litorâneas do mundo se preocupam em construir diques, a ilha de Upernavik ganha mais praia.

Isso acontece por causa de um fenômeno bem conhecido por qualquer pessoa que tenha um desses travesseiros de viscoelástico: a crosta terrestre é forçada para baixo pelo peso do gelo. Quando o gelo vai embora, as rochas, assim como o travesseiro, tendem a voltar à forma original, elevando-se. No caso de Upernavik, o alívio de peso foi de 53 bilhões de toneladas apenas entre 2005 e 2010. Daí a elevação da crosta. A isso se soma outro elemento: a atração gravitacional que a Terra exerce sobre o mar, "puxando-o" para cima, também diminui na ausência da massa de gelo. Assim, ao mesmo tempo em que a terra sobe, o mar abaixa na Groenlândia.

O problema é que não existe almoço grátis na mudança climática. Finn Pedersen, professor aposentado e fotógrafo amador que há 30 anos trocou a Dinamarca pela desolação magnífica da região de Upernavik, diz não se importar com o frio, nem com os três meses de escuridão total no inverno, nem com o fato de estar a uma hora e meia de voo do restaurante mais próximo. O que anda deixando-o nervoso são os terremotos. "No ano passado tivemos um que conseguimos sentir", relata. Os abalos são consequência inevitável da acomodação da crosta terrestre depois do alívio do peso do gelo. O leito rochoso se ergue de forma desigual, o que provoca acúmulos de tensão e fraturas. Eles têm acontecido com frequência nos últimos anos e podem chegar à magnitude 5 na escala Richter. Desde julho, pesquisadores coreanos detectam os tremores na cidade com um sismógrafo.

A vida na região tem sofrido outras mudanças em consequência do

REFLEXÕES VII

aquecimento. Uma delas foi a extinção da profissão de caçador em tempo integral. Num lugar onde não cresce quase nenhuma planta e onde toda a comida precisa ser capturada no mar ou trazida de navio ou avião, caçar é uma questão de sobrevivência e, até recentemente, era também um emprego.

Vítus Nielsen, esquimó ruivo que encontro a bordo de uma pequena lancha de pesca no cais de Upernavik, largou essa vida. Ele explica que, como o gelo marinho que circunda a cidade no inverno tem ficado cada vez mais imprevisível, o método de caça tradicional, que consiste em procurar focas guiando um trenó puxado por cães, ficou menos seguro.

Assim como Pedersen e vários outros nativos, Nielsen se desfez de seu trenó e seus cães por uma questão de economia. Hoje é um feliz pescador de halibute e um dos 400 fornecedores da Upernavik Seafoods, processadora de peixe local que fatura € 14 milhões por ano e aumentou sua produção de 3 mil para 6.800 toneladas nos últimos anos.

Pedersen chuta que, da década de 1990 para cá, a população de cães de Upernavik tenha caído pela metade. Para sorte dos poucos estrangeiros que frequentam o local e não gozam da simpatia dos bichinhos. "Eles são a coisa que mais me assusta na Groenlândia", diz Khan.

A Corrente de Gelo de Upernavik: as rochas mais claras (centro), estavam cobertas de gelo até 2006. Nesse ponto, o glaciár sofreu um rebaixamento de dezenas de metros em cinco anos



Isso, claro, excluindo os ursos. A baía de Baffin, uma faixa de mar de 500 km que separa Upernavik do Canadá, é lar de uma das oito populações de ursos polares atualmente em declínio no mundo. A falta de gelo marinho para caçar focas atrapalha o maior predador terrestre do planeta. Há relatos de que alguns animais estejam passando mais tempo em terra firme, onde o risco de topar com humanos é maior. Em fevereiro do ano passado, três ursos roubaram carne em uma

REFLEXÕES VII

casa em Upernavik, depois tentaram abrir túmulos no cemitério local. Foram impedidos pelas autoridades. "Como a cota de abate do ano estava cheia, não puderam matá-los", lamenta Finn Pedersen.

Khan conta que nunca viu um urso em 15 anos de viagens pela Groenlândia. "Espero ser atacado por um", brinca. Enquanto os ursos não vêm, Khan se preocupa com outra tendência recente de mau comportamento do gelo polar: o derretimento de cima para baixo. Todo ano, no verão, as bordas do manto da Groenlândia, nas regiões mais quentes, derretem na superfície, formando lagos azuis espetaculares, torrentes e cachoeiras. Esse degelo normal, porém, tem avançado para o interior da ilha – a ponto de o governo da Dinamarca ter proibido travessias do manto pela porção Sul – e para o Norte. "A perda de gelo dinâmica está desacelerando, mas o derretimento está acelerando", diz o paquistanês. Hoje a perda de cima para baixo é duas vezes maior que a de baixo para cima.

Em 2010 e 2012 as temperaturas do ar na Groenlândia saíram do *script* e se elevaram brutalmente. O resultado foi dramático: em 2012, todo o manto derreteu na superfície pela primeira vez em milhares de anos. Choveu em estações de pesquisa no meio da ilha que nunca antes haviam registrado chuva.

Outro sinal de alerta está no extremo nordeste da ilha, numa geleira gigante conhecida como 79, por estar precisamente naquele paralelo. Em 2011, durante um jantar em Copenhague, Khan se dizia cético sobre a dimensão do degelo polar apontando essa geleira no mapa: "Quando esse cara aqui começar a recuar, vou ficar preocupado". O 79, que tem 20 km de largura em sua foz, avança 700 km manto de gelo adentro. Ele é tão comprido que tem potencial para causar a desintegração de boa parte da Groenlândia. Mas permanecia estável.

Em janeiro, o cientista ganhou motivos para preocupação. Ele examinava imagens de satélite da geleira 79 por acaso, em busca de sinais de perda de gelo no passado para um outro projeto de pesquisa. "O que eu achei foi perda de gelo no presente", conta. Não dá detalhes sobre a descoberta, descrita em um artigo científico atualmente em análise num periódico de grande impacto. Mas

REFLEXÕES VII

adianta que águas mais quentes no fundo do mar são causas prováveis. No ano que vem, Khan quer instalar estações de GPS na geleira.

"Achamos que alguma coisa vai acontecer muito em breve lá e queremos medir antes que aconteça", afirma, sentado numa pedra no topo de Upernavik, olhando o mar.

É domingo à tarde e faz calor. A neve que se acumulara no inverno derrete rapidamente, transformando as ruas da cidade em córregos. Todo verão é assim. A cidade inteira exala um cheiro engraçado, igual ao de geladeiras velhas sendo descongeladas. Lixo e entulho que três dias atrás estavam cobertos pela bucólica paisagem invernal agora se acumulam em frente das casinhas de madeira coloridas dos esquimós. Khan resume seu sentimento sobre o futuro de seu local de trabalho: "Você pode esperar que toda a Groenlândia vá acelerar. Um grau de aquecimento a mais basta. Não é preciso chegar a seis graus".

Os groenlandeses provavelmente vão se adaptar, como têm feito desde a colonização europeia, no século XVIII. Menos claro é como a parcela da humanidade que vive à beira-mar responderá ao excesso de água que vem dos polos – um problema que ela mesma vem ajudando a causar. ●

Claudio Angelo

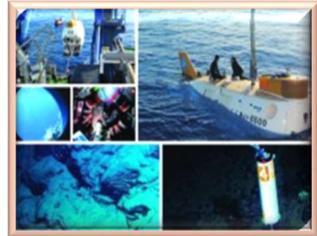
Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 3 de setembro de 2013

Este mar é meu

Monica Gugliano



**Parceria de
Brasil e Japão
permitiu coletar
amostras das
rochas na
Elevação do Rio
Grande:
minissubmarino**



japonês é um dos poucos que enfrentam

profundidade de até 6.500 metros

Houve um tempo, há 200 milhões de anos, em que toda a terra do mundo era uma só. Lentamente, como todas as grandes mudanças geológicas que ocorrem no planeta, essa enorme massa foi se dividindo. As imensas fraturas originaram a América do Sul, África, Austrália, Antártica e Índia.

Passaram-se outros muitos milhões de anos, América e África se separaram e, entre elas, surgiu o Oceano Atlântico. Esse mar, que ninguém sabia onde e se iria terminar, amedrontou e seduziu civilizações. Até que destemidos navegadores, entre os séculos XV e XVII, singraram essas águas. Depois de meses, viajando a bordo de precárias embarcações, encontraram aquele pedaço de terra que, havia milênios, se desprendera da África. Era um continente, a América. Na época, os países se envolveram em uma verdadeira corrida marítima para alcançar o território rico em ouro, pedras preciosas, outros minerais e recursos naturais.

Nas últimas décadas, uma nova competição nos oceanos se desencadeia entre as nações. Dessa vez, pelas riquezas de outra terra – aquela que está no fundo do mar. Nessa corrida, o Brasil poderá, ainda neste ano, desfraldar sua primeira bandeira em águas internacionais além do limite das 200 milhas náuticas (370 km). A partir desta sexta-feira, os integrantes da International Seabed

REFLEXÕES VII

Authority (ISA) – em português denominada de Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (Isba) – se reúnem em Kingston, na Jamaica, e dirão se aceitam o plano de trabalho para exploração e pesquisa de uma área do Atlântico Sul conhecida como Elevação do Rio Grande.

Se a permissão for concedida, o governo brasileiro ganha, por um período de 15 anos, o direito de pesquisar o potencial do território. Ele está a 1,5 mil quilômetros de distância da costa e recebeu o nome de elevação porque está a, aproximadamente, mil metros da superfície, numa região onde o oceano alcança quatro mil metros de profundidade. Nele já foi constatada a existência de cobalto, níquel, cobre e manganês e outros metais: zircônio, tântalo, telúrio, tungstênio, nióbio, tório, bismuto, platina, cério, európio, molibdênio e lítio essenciais para a indústria de alta tecnologia. Cientificamente, eles são chamados de nódulos polimetálicos.

Em outra etapa, o País poderá explorar e até extrair esse minério. "Além do caráter estratégico, a iniciativa brasileira permitirá o desenvolvimento de recursos humanos e desenvolvimento tecnológico", explica o diretor de Geologia e Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), um órgão governamental.

O plano de trabalho na Elevação, entregue à ISA no último dia de dezembro de 2013, foi movido pelo interesse econômico, mas principalmente estratégico. Se o Brasil não se capacitar e explorar essa riqueza, outros países o farão. Há também um item importante incluído na permissão: o país que detém o controle da região pesquisada pode usar suas Forças Armadas para protegê-la. "As nações descobriram o mar, desenvolveram pesquisas e tecnologia para uso em grandes profundidades e perceberam que ali há tanta riqueza ou mais do que existe no continente", diz o almirante Marcos Silva Rodrigues, secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), um colegiado com a participação de 16 ministérios.

A Isba é uma organização internacional autônoma pertencente ao sistema das Nações Unidas. Por intermédio dela, 166 Estados

REFLEXÕES VII

organizam e controlam as atividades no mar, particularmente com vista à gestão de seus recursos minerais. Ela surgiu para aplicar as determinações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, criada em dezembro de 1982 e em vigor desde julho de 1994.

A lei maior da organização, como se fosse a sua Constituição, afirma que o leito marinho, além das jurisdições nacionais, passa a ser considerado a Área. Todos os recursos que ali estiverem, inclusive os minerais, são patrimônio da humanidade. É como se houvesse uma linha na água demarcando o que é de cada um e o que pertence a todos.

Procurada pelo Valor, a Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores preferiu não se pronunciar sobre o tema antes da reunião em Kingston.

No século XXI cresceu o interesse no mundo pela exploração mineral dos oceanos na chamada Área. A China já realizou prospecções na região e, não faz muito tempo, a China Ocean Mineral Resources Research and Development Association, estatal chinesa, anunciou a descoberta de depósitos hidrotermais (sinal da existência de minérios) no Atlântico Sul. Os chineses já mapearam os locais onde eles estão e vêm manifestando interesse em associar-se, em *joint ventures*, e cooperar com outros países com o objetivo de conseguir concessões da Autoridade.

A Elevação do Rio Grande tem sido visitada pela Alemanha e pela Rússia. O Instituto de Pesquisa Alemão IFM-Geomar anunciou que ainda neste ano fará uma expedição oceanográfica no Atlântico Sul para ampliar o conhecimento sobre possíveis minerais identificados por britânicos e chineses. A Rússia, que já faz pesquisas no Oceano Pacífico e no Atlântico Norte, quer marcar sua presença também no Atlântico Sul. "Se não investirmos, corremos o risco de ter um país estrangeiro extraindo riquezas ao lado das nossas fronteiras marítimas", diz Roberto Ventura, diretor do CPRM.

O valor dessas riquezas, por enquanto, é incomensurável, mas os produtos que dependem desses minérios para existir são mais do que conhecidos. O cobalto é indispensável na produção de ligas metálicas na indústria de aviação; nos eletrodos das baterias

REFLEXÕES VII

elétricas dos chamados "carros verdes", movidos a eletricidade; e nos equipamentos que usam a radiação gama para os tratamentos de câncer.

Os depósitos de fosforita, que estão sendo mapeados nas bacias de Santos e Pelotas (RS), poderão fornecer esse mineral, imprescindível à indústria de fertilizantes. O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes, mas responde por apenas 2% da produção mundial. O uso desses produtos aumentou de 3,1 milhões de toneladas em 1990 para 12,2 milhões de toneladas em 2012. Até 2017, acredita-se que o incremento será de 3,8% ao ano. As principais culturas que dependem dos fertilizantes são: soja (34%), milho (18%), cana-de-açúcar (15%), café (7%), algodão (6%) e arroz (2%). "Considerando o volume de recursos que a mineração gera ao País e as perspectivas que se abrem com a exploração no mar, o governo precisa tratar desse assunto mais seriamente e aumentar essa discussão no Marco Regulatório da Mineração que tramita no Congresso", reclama o geólogo Agamenon Dantas, da consultoria Oceanis Mineral International.

A empresa trabalha com 40 profissionais da área que fazem diagnósticos e traçam perspectivas do setor para a iniciativa privada e governos. Um desses consultores é o geólogo Kaiser Gonçalves de Souza. Formado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Souza é mestre e doutor pela Université de Paris VI em geologia marinha. Nascido no interior do Maranhão, registrado em Pernambuco – o pai pernambucano queria que o filho tivesse a mesma origem que ele –, Souza foi criado em Porto Alegre. Cedo se apaixonou pelo mar. Trabalhou na Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e como diretor do Serviço Geológico do Brasil (CPRM - sigla advinda da razão social Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais).

Na década passada, com sua equipe, realizou aquele que é considerado o primeiro mapeamento da região submersa, agora requerido pelo governo brasileiro. O pedido informa a área pleiteada, cerca de 3 mil km² no Atlântico Sul, e os investimentos, previstos em US\$ 11 milhões nos primeiros cinco anos de contrato. "Não é muito, mas, nesse tipo de trabalho, o maior custo é com o

REFLEXÕES VII

aluguel de navios de outros países, porque não temos embarcações apropriadas para essa finalidade, e com as análises dos materiais coletados", explica Souza, que acredita no sinal verde da Autoridade para o pedido.

Em 2011, foi fretado o navio de pesquisa Marion Dufresne, do Instituto Polar francês. O CPRM contratou o navio com recursos financeiros do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério de Minas e Energia – aproximadamente R\$ 60 milhões. No ano passado, uma parceria científica entre o Brasil e o Japão permitiu coletar amostras – a 4.200 metros de profundidade – das rochas na Elevação do Rio Grande. Isso foi feito com o minissubmarino Sinkai – um dos poucos no mundo capaz de enfrentar as condições de profundidade até 6.500 metros –, equipado com braços mecânicos e câmeras de altíssima resolução.

Pesquisadores e técnicos realizam coleta de rochas na Elevação do Rio Grande: Brasil pode conquistar o direito de pesquisar o potencial do território por 15 anos



Essas expedições também serviram para corroborar outra tese dos cientistas brasileiros em defesa da propriedade da Elevação. Ela faria parte de uma das montanhas da cadeia que ficou submersa em todo o Atlântico Sul, com alturas que chegam a 3.200 metros a partir do leito do oceano. Ainda que localizada em águas internacionais, as rochas que foram encontradas demonstram que a região seria uma extensão das terras brasileiras inundadas pelo oceano, separando a margem continental brasileira das grandes profundidades oceânicas. "É como se um enorme pedaço de nosso continente tivesse sido coberto pela água. E, de fato, foi", afirma Ventura.

A busca por essa nova fronteira e seus recursos deu origem a mais do que um projeto: Levantamento da Plataforma Continental (Leplac), iniciado há duas décadas por cientistas; o Remplac, que avalia a potencialidade mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira; e o Proarea (Programa de Prospecção e Exploração de

REFLEXÕES VII

Recursos Minerais do Atlântico Sul e Equatorial), onde está a pesquisa da Elevação do Rio Grande. "Eles são idênticos no objetivo, mas diferentes na área em que atuam. Um está na jurisdição brasileira e outro na zona internacional dos oceanos. Na Plataforma – uma extensão geológica, como se fosse um minicontinente – encontram-se as mesmas rochas que na terra", explica Kaiser Souza.

"Se comprovarmos que o continente submerso é parte do Brasil, isso pode mudar toda a dimensão atual de nosso mar territorial", acrescenta Lauro Calliari, professor e doutor em oceanografia geológica do Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), um dos mais importantes centros de estudos brasileiros sobre o assunto.

O Levantamento da Plataforma foi entregue à ONU em 2004 e é uma das vertentes da Amazônia Azul. A expressão foi criada pelo ex-comandante da Marinha Roberto de Guimarães Carvalho com o objetivo de mostrar à população que o mar brasileiro era tão importante quanto a Amazônia.

"A Marinha nunca teve a intenção de promover uma disputa para medir a importância de uma ou outra área. Ambas são estratégicas para nosso País", diz o almirante José Roberto Bueno Junior, diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha.

"Temos tradição de olhar o mar de maneira lúdica que precisa mudar. É necessário pensar no mar estrategicamente", diz Bueno, da Marinha

O Brasil tem em torno de 8,5 mil km de costa e uma área oceânica que totaliza quase 4,5 milhões de km² sob sua jurisdição, divididos da seguinte forma: nas primeiras 12 milhas náuticas (22,2 km), o País tem a soberania total sobre a área, como se ela fosse uma extensão do continente; depois disso, nas outras 12 milhas subsequentes está a chamada Zona Contígua (de 12 a 24 milhas), onde as autoridades brasileiras têm a prerrogativa de fazer cumprir as legislações aduaneira, fiscal, sanitária ou imigratória. Essas duas áreas estão dentro da Zona Econômica Exclusiva. Ela é definida como o espaço marítimo onde o País é soberano para fins de

REFLEXÕES VII

exploração, conservação e gestão dos recursos ali existentes, como, por exemplo, os do pré-sal. Atualmente, 91% do petróleo brasileiro vem do mar e grandes depósitos de gás natural foram encontrados na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo.

A Amazônia Azul – 4,5 milhões de quilômetros quadrados, que equivalem a 52% do território continental do País – engloba projetos e ações nas áreas econômica, ambiental, científica e de soberania. No mar, as fronteiras não existem fisicamente. Portanto, é a existência de formas de dissuasão que permitem a um país mostrar aos outros seu domínio sobre a região. "Temos uma tradição de olhar o mar de maneira lúdica que precisa mudar. É necessário pensar no mar estrategicamente. Só para citar um exemplo, podemos lembrar que mais de 95% das exportações brasileiras são transportadas pelo mar", observa Bueno.

Se tantas riquezas circulam e estão nessas águas, resguardar a soberania sobre elas é uma das grandes preocupações das autoridades. "Somos, sim, um país com muitas carências.

Sabemos também que nossas Forças Armadas não podem ser maior do que a capacidade do Brasil de mantê-las. Tudo isso, no entanto, não nos exime da obrigação de proteger a nação", afirma o secretário da Secirm, almirante Rodrigues. A Marinha desenvolve diversos projetos nesse sentido, como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que prevê a construção do submarino a propulsão nuclear e um sistema de vigilância e de monitoramento semelhante ao Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Nem todos os desafios para iniciar a conquista do território marítimo além das atuais fronteiras estão encaminhados. Um deles é o de convencer a iniciativa privada a investir e a participar dos trabalhos na Elevação do Rio Grande, ainda que em etapas futuras. "Qualquer atividade no mar sempre será muito cara. A ciência fez já uma parte, identificando os minerais que ali estão. Agora a indústria brasileira, os grandes conglomerados de mineração, têm que participar também", afirma o professor Kaiser Souza.

Outro obstáculo a ser superado é o da proteção ambiental, que

REFLEXÕES VII

preocupa a comunidade científica. "Por mais que se trabalhe com projetos que busquem a sustentabilidade, sempre haverá algum impacto no ambiente marinho. Não é tão simples. Não é só ir até o fundo e tirar o minério", alerta o professor Calliari.

Edmo Campos, professor do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, um dos assessores da comissão do Ministério da Ciência e Tecnologia que organiza a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidrovias, concorda com a posição de Calliari. Ele é especialista em oceanografia física e coordena a participação brasileira, financiada pela Fapesp, na análise da circulação de calor no Atlântico Sul, o Samoc (South Atlantic Meridional Overtuning Circulation). "Já foi comprovado que essa região não é completamente destituída de vida. Sabe-se que há muitos organismos vivos ali que nem sequer foram classificados. Machuca os ouvidos dos cientistas a possibilidade de que eles desapareçam sem ter sido conhecidos", afirma Campos.



Atividades de mineração em águas profundas, observa Campos, são passíveis de acidentes cujos danos podem até atingir a costa. "O Brasil deve fazer as pesquisas, mas não pode levar isso adiante sem um estudo criterioso do impacto. Há uma série de perguntas sobre esses trabalhos que não foram respondidas ainda", adverte.

Responder a todas as perguntas sobre o que existe nas profundezas do mar, considerada a última fronteira do mundo, é tarefa para muitas gerações. Até que o homem chegue lá, as descobertas científicas deverão diminuir, aos poucos, o sem-fim dessas questões, mas certamente não conseguirão impedir que os segredos ocultos no fundo das águas, por muito tempo ainda, atemorizem e estimulem a imaginação daqueles que tentam decifrá-los. ●

Monica Gugliano

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 4 de julho de 2014

Fazer, em vez de só consumir

Tarso Araújo



Qualquer pessoa capaz de operar um computador pessoal consegue produzir praticamente qualquer coisa logo depois de tirar a impressora da caixa



Sua caneca de escritório quebrou e você não tem um copo descartável para o café. Por que não imprimir uma nova? Basta escolher um modelo na *internet*, baixar o arquivo com o desenho em três dimensões e clicar em *print*. E não precisa mexer o açúcar sacudindo a caneca. Imprimir uma colherzinha é ainda mais rápido e barato.

Pode parecer coisa da família Jetsons, mas já faz alguns anos que criar objetos com uma impressora em casa não tem nada de ficção científica. Na verdade, a tecnologia não apenas já existe como é bastante acessível, a ponto de muita gente estar fazendo isso por pura diversão. Mas a brincadeira é coisa séria: essas impressoras têm sido consideradas o início de uma nova revolução industrial, capaz de mudar para sempre o modo como se criam e se consomem manufaturas. Antes disso, porém, podemos esperar que sejam protagonistas de grandes disputas na Justiça.

Provavelmente, você se lembra de uma outra revolução que começou com a popularização da música e dos vídeos digitais e do compartilhamento desse conteúdo em *sites*. O conteúdo se tornou mais acessível para o público, que aproveitou a onda, apesar da ilegalidade. Produzir e distribuir esse tipo de conteúdo também se tornou mais fácil, dando força a artistas independentes. Para a indústria, tudo isso era uma ameaça. Tanto a pirataria quanto os

artistas que corriam por fora do *mainstream* eram uma ameaça a um velho modelo de negócio, baseado na produção e distribuição de conteúdo em bens físicos – na época, os CDs. A indústria apelou para a Justiça, mas logo viu que a única saída era rever seus conceitos. O setor agora se recupera após uma boa dose de inovação – com salas de cinema 3D e Imax, lojas virtuais e serviços de música e vídeo em *streaming*, sob demanda. É exatamente esse ciclo de crise e reforma que as impressoras 3D podem representar para a indústria de manufaturas – um colosso que fatura trilhões de dólares por ano. A brincadeira é séria mesmo.

"No modelo fordista, produzimos um milhão de objetos a partir de um molde. Com a impressão 3D podemos produzir objetos sob medida, como óculos para seu próprio rosto ou sapatos para a forma exata de seus pés", diz Tomás Díez, diretor do Fab Lab de Barcelona, centro de inovação dedicado à pesquisa e ao livre compartilhamento de informações para explorar a nova tecnologia em todos os seus limites. Ou seja, mais do que fazer uma caneca em casa, essa tecnologia permite fazer peças personalizadas, no tamanho ou formato que você precisar, com seu nome ou mesmo seu próprio rosto impresso em relevo. "Estamos mudando da época da produção em série e padronizada para a produção personalizada, para aplicações específicas."

Enquanto a linha de produção concluiu o conjunto de invenções que viabilizou a chamada Segunda Revolução Industrial, a chegada dessas impressoras tem sido considerada o pontapé inicial de uma terceira, em que o valor está mais na singularidade e personalização de cada manufatura do que no ganho de escala.

Apesar de seu enorme potencial de inovação, as impressoras 3D são adaptações de uma velha conhecida: a de jato de tinta. Uma diferença é que o bico de "tinta" se movimenta em três direções em relação ao impresso (na verdade, é o suporte que se move na maioria dos modelos). Além de andar de um lado para o outro, ele sobe, para aplicar sucessivas camadas de tinta, uma sobre a outra. É o que se chama de "manufatura aditiva", em oposição à técnica tradicional, que consiste em retirar partes de um material bruto até esculpir a forma desejada.

A outra diferença dessas impressoras para as de jato de tinta está na "tinta", é claro. Em vez de preto, amarelo, cian e magenta, as impressoras 3D usam uma infinidade de materiais. Os mais populares são tipos de plástico. O ABS, polímero de petróleo, ainda é o mais comum, mas rapidamente perde terreno para o PLA. Feito de milho, matéria-prima renovável, é biodegradável e mais barato, além de não ter cheiro de queimado quando aquecido. Nos dois casos, o "cartucho" da impressora é um carretel de fio de plástico, de aproximadamente 2 mm de diâmetro, que a máquina derrete para injetar conforme a "receita" do arquivo 3D. Ao ser aplicado, ele esfria e se solidifica de volta.

As impressoras mais sofisticadas são capazes de usar uma infinidade de outros materiais, incluindo vidro, metal e até tecidos biológicos. Mudando a "tinta", abre-se um mundo de possibilidades. Hoje, as impressoras 3D são usadas experimentalmente para replicar até órgãos e vasos sanguíneos, usando células vivas como matéria-prima.

Na indústria, essas impressoras já passaram da fase experimental. São usadas em cada vez mais fábricas, na produção de protótipos, de modo muito mais rápido e barato. "A prototipagem era muito cara, feita em institutos especiais de tecnologia. Com essa tecnologia, as empresas podem fazer isso *in loco*, nas suas próprias dependências", explica Ana Arroio, gerente de inovação da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Muitas vezes o custo de produção de uma única peça com as tecnologias tradicionais é maior do que o de uma impressora 3D, que pode fazer centenas ou milhares de peças. Para o produto final, a qualidade e o custo da nova técnica geralmente não se aplicam. Para testes, no entanto, a impressão 3D é perfeita. "Por aqui, o uso ainda é incipiente, mas os brasileiros são rápidos na adesão a novas tecnologias", diz Ana. Ela conta que as indústrias automobilística e aeroespacial foram as primeiras a adotar a novidade no País, mas que em breve a tecnologia vai pegar em outros setores, a exemplo do que já acontece lá fora. No caso de próteses ortopédicas e odontológicas, já se imprime até mesmo o produto final.

O lado mais surpreendente dessa nova revolução industrial, no

entanto, deve ser o que acontece longe das fábricas, dentro da casa de gente comum que decide fabricar muito mais do que canecas e colherzinhas. As primeiras impressoras desse tipo, criadas ainda nos anos 1980, eram caras e sua operação exigia muito conhecimento técnico. Na década passada isso mudou. O preço despencou e os modelos mais baratos já saem por R\$ 1.100 nos Estados Unidos e R\$ 5.000 no Brasil. E uma variedade de *softwares* permitem que leigos criem e manipulem objetos tridimensionais. O resultado foi um *boom* no mercado de impressoras 3D para uso pessoal, abrindo portas para uma onda de manufaturas caseiras.

"Qualquer pessoa capaz de operar um PC consegue começar a imprimir logo depois de tirá-la da caixa e instalar os *drivers*. A operação é basicamente a mesma de uma impressora normal, a não ser pelo fato de haver mais opções de configuração de impressão, como a resolução e o preenchimento do objeto, que pode ser oco ou sólido", diz Sam Cervantes, CEO da americana Solidoodle, que vendeu 5 mil impressoras 3D de baixo custo no ano passado.

Esses novos fabricantes compartilham suas criações on-line em *sites* como o Thingiverse, espécie de Napster (programa de compartilhamento de arquivos de músicas pela *internet*) dos arquivos 3D. A maioria dos conteúdos não tem restrições de direitos autorais, o que permite que qualquer um baixe o tal arquivo da caneca, para personalizá-lo (ou não) como quiser e imprimir. O site já tem mais de 90 mil arquivos disponíveis, com a média de 1 milhão de *downloads* por mês.

"Assim como o surgimento de outras ferramentas no passado permitiu que qualquer um fizesse música e vídeos, hoje qualquer um pode criar objetos em casa", diz o advogado americano Michael Weinberg, especialista em inovação tecnológica na Public Knowledge, empresa especializada em direito autoral digital. Alexandre Lopes, brasileiro de São Bernardo (SP), é um exemplo. Com uma impressora Solidoodle, imprimiu um conjunto de suporte e braçadeira para fixar seu celular ao guidão da bicicleta nos passeios de fim de semana. Dono de uma pequena empresa de comércio exterior, Lopes não tem nenhum conhecimento de *design*. "Foi bem fácil. Imprimir também um suporte para minha câmera,

REFLEXÕES VII

miniaturas de Kombi e canecas. A caneca, eu alterei para ficar mais fina e ela acabou vazando." Acidentes acontecem.

O faturamento total dos fabricantes de impressoras 3D subiu 29% em 2012; os modelos caseiros, voltados para o público amador, deu um salto de 46%



A fatia do mercado dominada por equipamentos de uso pessoal, que custam até US\$ 5 mil, ainda é pequena, se comparada com a dos de uso industrial. Mas é a que mais cresce. O faturamento total das impressoras 3D, no mundo, subiu 29% em 2012. O dos modelos caseiros, voltados para o público amador, deu um salto de 46% no mesmo período, segundo o relatório mais recente da consultoria especializada Wohlers Associates. A MakerBot, líder nesse segmento, faturou no primeiro trimestre deste ano 70% de tudo que vendeu em 2012 em vários países. Desde 2009, suas vendas passaram das 22 mil impressoras – mais de 300 para o Brasil.

O *hobby* da manufatura caseira também deve se popularizar por aqui. A gaúcha Cliever, única empresa brasileira que fabrica e vende impressoras 3D prontas para uso, entregou a primeira há um ano. Com cerca de 100 unidades vendidas, planeja aumentar a produção de 10 para 300 unidades por mês. "A principal demanda vem de pequenas e médias empresas, mas há outros mercados cada vez mais interessados, como escolas e profissionais de arquitetura e engenharia", diz Rodrigo Krug, que fundou e dirige a empresa, enquanto estuda para concluir a graduação em engenharia.

Em seu relatório do ano passado, a Wohlers Associates publicou a previsão de que, se a venda de impressoras de baixo custo continuar crescendo no ritmo atual, o mercado rapidamente se tornará interessante para investidores neste negócio que já faturou U\$ 2,2 bilhões em 2012. Para Díez, do Fab Lab de Barcelona, essa popularização será rápida. "Em menos de três anos, teremos impressoras 3D como tínhamos as de papel no fim dos anos 1990, começo dos 2000." Para que essa revolução atinja todo seu

potencial, no entanto, empresas tradicionais de manufaturas e novos fabricantes caseiros vão precisar se entender sobre uma questão que já rendeu brigas épicas à indústria de entretenimento: a dos direitos autorais.

Em dezembro, o *designer* americano Fernando Sosa dedicou horas e horas de seu tempo livre bolando um suporte para seu iPhone 5. Não era um suporte qualquer, mas um no formato do trono da série Guerra dos Tronos. Ele o expôs em seu *blog* e o produto fez sucesso imediatamente, com dezenas de comentários positivos de internautas. Sosa então colocou sua criação à venda num *site*. Quem quisesse, poderia pagar para receber um impresso em 3D para entrega pelo correio – a manufatura caseira em ação. Três meses depois, a rede HBO, detentora dos direitos autorais da série, mandou uma cartinha para o *designer*. Avisava que o trono tinha dono e solicitava, gentilmente, que o autor desistisse de vendê-lo e retirasse todas as imagens e arquivos relacionados ao produto da *internet*. O rapaz devolveu o dinheiro a quem já tinha feito sua encomenda. E fim da história.

Em outro caso, do ano passado, o *designer* britânico Thomas Valenty criou novos personagens para o "Warhammer Fantasy", um "roler player game" (em que os jogadores assumem papéis de personagens num ambiente ficcional). Ele os imprimiu em sua MakerBot e colocou os arquivos de graça no Thingiverse. A Games Workshop, fabricante do brinquedo, pediu que os arquivos fossem tirados do ar. O autor do *design* poderia contestar o pedido na Justiça, mas preferiu acatar o pedido. Neste caso, a infração de direitos autorais era um pouco menos objetiva, porque o jogo é inspirado em elfos e duendes do folclore e da mitologia medieval europeia. "É um caso mais complicado, porque o criador dos novos personagens poderia alegar que sua inspiração veio de elementos universais da cultura, diretamente", diz Weinberg.

Na indústria, impressoras 3D produzem protótipos, na própria empresa, de modo muito mais rápido e com menores custos

É comum empresas da música e do cinema recorrerem aos tribunais para resolver esse tipo de disputa. E os primeiros exemplos

mostram que essa deve ser a mesma atitude da poderosa indústria manufatureira, que não deve poupar esforços para proteger o que é seu. "Inicialmente, deve haver repressão, com a mesma estratégia de intimidação usada pela indústria de entretenimento", acredita Matthew Simon, da Pace School of Law, autor do artigo *When Copyright Can Kill*. Empresas não fazem isso por capricho, mas porque têm o direito de fazê-lo.

Se você pegar um bonequinho do Mickey que comprou na Disney, colocá-lo em um scanner 3D e imprimir alguns clones, já está violando a lei, mesmo que não venda o bonequinho nem distribua o arquivo on-line. "Você está violando pelo menos três direitos autorais. O da Disney, o da empresa que licenciou o design do boneco para fabricá-lo e vendê-lo, além do direito de marca do Mickey, que é uma marca registrada", diz Ronaldo Lemos, fundador do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da FGV-Rio e especialista em propriedade intelectual. Na verdade, é preciso autorização até para gerar o arquivo 3D. "Especialmente no Brasil, que tem uma das leis de direito autoral mais restritivas do mundo, sem exceção para qualquer tipo de uso não comercial."

Fãs puderam remixar músicas de seus ídolos e até hoje pipocam no Youtube versões com letras e melodias modificadas, quase sempre sem autorização. A cultura do remix também se aplica à cultura da impressão 3D. Mas, então, e se você pegar aquele Mickey Mouse clássico e mudar seus sapatos, o tamanho característico de suas orelhas, vesti-lo com outra roupa e mudar a cor? "Também é uma violação de direito autoral, neste caso de produto derivado", explica Lemos.

Não é só. Enquanto os direitos autorais protegem objetos originais do ponto de vista artístico, geralmente por até 70 anos após a morte de seu criador, as leis de patentes costumam proteger produtos industriais por até 20 anos após sua criação. Se um engenheiro desenvolve uma máquina, peça ou processo inovador que demonstre alguma utilidade, ele pode requerer uma patente e exigir o pagamento de *royalties* de quem deseja aproveitar de sua invenção.

REFLEXÕES VII

Isso protege outra gama de produtos que poderiam ser impressos em casa. Imagine que o retrovisor de seu carro é atropelado por um motoqueiro. Você o recupera e vê que apenas uma pequena peça do mecanismo de encaixe se quebrou. Ligando para a loja autorizada da montadora, fica sabendo que ela só vende o retrovisor inteiro, ao preço de algumas centenas de reais. Então, você vai à *internet* e descobre que outro motorista passou pela mesma situação.

Só que, sendo *designer*, ele tratou de refazer a tal peça e a tornou disponível para *download*. Por algumas dezenas de centavos, você a imprime em casa ou na loja de cópias da esquina e conserta seu retrovisor.

Armas também podem ser feitas com impressoras 3D. Recentemente, uma empresa americana criou a primeira pistola funcional totalmente impressa



Se no mercado existem retrovisores "genéricos", que se encaixem no seu carro, provavelmente a peça não está protegida por uma patente. A mesma coisa que permite a um fabricante chinês fabricar milhões delas e distribuí-las pelo mundo permite que você faça a sua em casa, customizada ou não. "Mas, às vezes, uma rosca ou parafuso faz o negócio prender melhor no carro. Pode ser que uma rebimboca dessas seja protegida por patente", explica Lemos. Se for o caso, a montadora que é dona da patente pode processar todo mundo: quem criou o arquivo 3D, as pessoas que o baixaram e até o *site* que permitiu o compartilhamento. Exatamente como a indústria de entretenimento fez – e ainda faz – para inibir piratas e consumidores de pirataria.

Quando Lemos aponta cada restrição legal ao uso da impressão 3D, não está querendo estragar a festa. Ao contrário, ele se mostra preocupado com o perigo que o excesso de proteções pode representar para a própria indústria. "A tecnologia de impressão 3D coloca na mão do usuário a oportunidade de aperfeiçoar produtos, o que representa uma força de inovação gigantesca. Se não tivermos um sistema legal que permita aos usuários experimentar obras e

designs alternativos, perde-se uma grande oportunidade", explica. "Às vezes, o engenheiro não sacou alguma coisa na fábrica, mas o usuário, na prática do dia a dia, percebe que pode fazer algo para melhorar, implanta isso e pode beneficiar toda a sociedade. Então, é preciso criar um sistema de exceções, que permita o uso de objetos 3D legítimos, autorizados por lei."

Os primeiros movimentos de empresas que se sentem prejudicadas indicam que vai se repetir a estratégia de intimidação adotada pelo setor de entretenimento. Mas Ana Arroio, da Firjan, prefere acreditar que a indústria está mais madura, e aprendeu com o passado recente. "Hoje, grandes conglomerados têm portais de inovação aberta e creio que haveria mais boa vontade de receber a pessoa que inventou algo e negociar." O advogado Michael Weinberg também percebe bons sinais, mesmo neste momento inicial de aplicação das impressoras 3D. "Há um *mix* de reações. No geral, o que temos visto é o de sempre. No caso do trono, a HBO não disse 'venda isso e nos dê 15%'", lembra. "Mas também há casos positivos."

A Nokia, por exemplo, disponibilizou arquivos para impressão da capa traseira de um de seus modelos mais modernos. O dono do telefone pode baixá-los, para imprimir a capa e customizar seu aparelho. Uma fábrica de sintetizadores no Reino Unido colocou todas as peças de plástico de seus produtos disponíveis para *download* em seu *site*. Continua fazendo reposição por correio, para quem precisar, mas também dá aos seus clientes a opção de imprimir as peças diretamente. "Eles não ganhavam dinheiro com isso, é claro, mas saía caro administrar os pedidos, embrulhar e postar cada peça", diz Weinberg.

Como isso se aplica no caso do retrovisor? O que a indústria de autopeças pode fazer para não ser prejudicada pela pirataria? "O que essas empresas podem fazer de melhor é construir uma fantástica loja on-line, muito fácil de usar. E se você tiver uma impressora 3D, vai pagar para baixar e imprimir o retrovisor deles na sua casa", sugere o advogado.

A customização é uma das vantagens da impressora 3D na produção

REFLEXÕES VII

de óculos, por exemplo, entre muitos outros objetos que se podem fazer em casa



Qualquer semelhança com a iTunes Store não é mera coincidência. Depois de passar anos em disputas judiciais – e tendo prejuízos com a pirataria –, a indústria de entretenimento só começou a se recuperar quando passou a investir na criação de novas plataformas para distribuir e vender música, licenciada e protegida por direito autoral. Ou seja, em vez de lutar com os piratas, as empresas toparam o desafio de ser melhor do que eles. Hoje, cada vez menos pessoas usam *sites* como Pirate Bay e Bit Torrent, porque é possível comprar músicas on-line com um clique, a preços acessíveis, tendo compatibilidade total com seus equipamentos. Se você prefere consumir vídeos em *streaming*, faz uma assinatura mensal e tem uma série de serviços à disposição, configura legendas e recebe indicações de filmes afins. "Na verdade, eles seguiram esse caminho porque perceberam que era impossível conter a *internet*. No caso da impressão em 3D, vai ser a mesma coisa. Companhias muito grandes e lentas terão dificuldade para trilhar novos caminhos, mas no fim as mais rápidas e criativas vão nos oferecer um mundo de novas possibilidades", prevê Matt Simon.

Nos próximos anos, os modos de produzir vão mudar tanto que as questões de direito autoral serão apenas uma pequena parte da história, acreditam especialistas em direito. Imagine que, no lugar de um retrovisor, você imprima uma peça de bicicleta ou a engrenagem de um velho carro fora de linha. Se ela quebrar e isso causar um acidente grave, quem será responsável? Você, o *designer* da peça, o fabricante da impressora ou o do material usado na impressão? Ou todos? Hoje, não existe nenhuma legislação, no mundo, preparada para lidar com esse tipo de situação, mas coisas assim já podem acontecer a qualquer momento.

Uma questão ainda mais crítica é a das pistolas que podem ser feitas com impressoras 3D. Em maio, a Defense Distributed, empresa americana que defende a universalização do uso de armas de fogo

REFLEXÕES VII

para defesa pessoal, criou a primeira pistola funcional totalmente impressa. No mesmo mês, foi obrigada pelo Departamento de Defesa a retirar todos os arquivos para impressão da arma da *internet*. Simultaneamente, um deputado propôs uma lei para proibir a impressão de armas com impressoras 3D.

Quando essas medidas foram tomadas, os arquivos da pistola já haviam sido baixados mais de cem mil vezes. Como muitos dos provedores que os abrigam estão fora dos Estados Unidos, os arquivos provavelmente continuarão disponíveis para sempre, em algum lugar da *internet*. "Estamos, sem dúvida, numa transição entre a sociedade de consumo para uma de produção. Voltar a ter o poder de produzir coisas vai mudar mentalidades e atitudes", diz Tomás Díez, do Fab Lab de Barcelona. "E a indústria deverá se renovar, para entrar num novo ecossistema, no qual não é mais o agente principal, e sim uma parte de muitos outros meios de produção." ●

Tarso Araújo: repórter especialista em drogas, com passagens pela *Globo.com*, *Grupo Abril* e *Folha de S.Paulo*. Desde 2012 é editor da revista *Galileu* e blogueiro. É vencedor dos Prêmios Esso de Criação Gráfica e Abril de Jornalismo e autor do livro *Almanaque das Drogas*.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* em agosto de 2013

Em busca do rebanho perdido

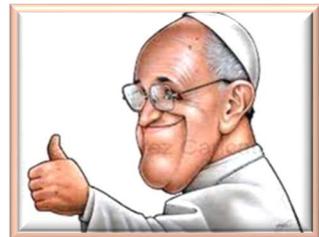
João Luiz Rosa



Ter o Brasil como destino da primeira grande viagem internacional do papa Francisco parece tão adequado para a Igreja de Roma que até os descrentes poderiam suspeitar de uma pequena ajuda dos céus. O cardeal argentino Jorge Bergoglio deixou Buenos Aires para se tornar o primeiro pontífice do Hemisfério Sul, para onde tem se deslocado o eixo do cristianismo mundial nos últimos anos, e o único até agora a ter origem na América Latina, terra de boa parte do rebanho católico atualmente. Francisco, 266º papa da história, virá ao maior país católico do mundo na semana que vem e vai falar a um público que desperta a atenção de qualquer credo religioso: os jovens.

Sob esse mar de conveniências, no entanto, se acumulam indícios de que está em curso uma transformação radical no cenário religioso brasileiro, que transborda os limites da fé e tem implicações em todas as outras áreas da vida, da política à economia. Parte dessas mudanças ainda é difícil de distinguir e afeta diversas confissões religiosas, mas parece inegável que o traço mais emblemático desse processo seja a diminuição da influência católica.

Em quase um século, o número de católicos no Brasil caiu apenas 8%. Em 1872, ainda na época do império, 100% da população brasileira se declarava fiel aos princípios de Roma. Em 1970, sob o regime militar, essa porcentagem era de 91,8%. Foi quando a tendência começou a se acelerar. E muito. De 1980 a 2010, os católicos passaram de 89% da população para 65%, uma queda de 24 pontos percentuais em apenas 30 anos. Enquanto isso, os evangélicos tiveram um



REFLEXÕES VII

aumento de 15,5 pontos percentuais, passando de 6,6% para 22,2% dos brasileiros. O impulso veio principalmente das igrejas pentecostais – grupos evangélicos mais recentes, com ênfase em habilidades especiais, como a capacidade de curar doentes.

De 1980 a 2000, o número de pentecostais dobrou a cada década, de 3,9 milhões para 17,6 milhões de fiéis. Em 2010, eles já eram 25,4 milhões. Ou seja, o papa também vai pregar naquele que provavelmente também seja o maior país pentecostal do planeta.

“O Brasil entrou definitivamente na era do pluralismo religioso. Passou de uma posição de hegemonia católica para uma de maioria católica”, diz o professor Cesar Romero Jacob, diretor do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Mas a perda de espaço dos católicos para os pentecostais – e para os que se declaram sem religião, outro grupo em crescimento – não ocorre da mesma maneira em todo o País, ressalva Jacob. “Há lugares onde a Igreja Católica perde muito e outros onde perde pouco ou quase nada”.

Parece misterioso, mas a redução mais acentuada ocorre em dois cenários muito distintos entre si: na chamada fronteira agrícola, formada por Estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além da região amazônica, e nas periferias das maiores metrópoles, como São Paulo e Rio. “O que há de comum entre esses dois mundos?”, pergunta o professor. “O migrante”, responde.

Migrações não são um fenômeno novo no País e, necessariamente, não implicam uma mudança da matriz religiosa, mas alterações historicamente recentes no processo migratório acabaram induzindo uma transformação no quadro confessional do País, diz Jacob.

Da Primeira Guerra até 1974, o primeiro choque do petróleo, muita gente mudou do interior para as capitais sem trocar de religião. O que aconteceu a partir daí, afirma o estudioso, é que sucessivas crises econômicas empobreceram tanto a população que a motivação dos migrantes passou do sonho de buscar uma vida

REFLEXÕES VII

melhor para a sobrevivência pura e simples. Sem emprego e com o Estado quebrado, essas pessoas se viram reunidas em áreas que tinham pouco a ver com sua região original, sem o apoio da família e de amigos e com quase nenhuma infraestrutura para dar conta das necessidades mais básicas. Como a Igreja Católica também não estava presente nessas áreas, pelo menos de maneira maciça, esses grupos passaram a prestar mais atenção em uma pregação que muitos nunca tinham ouvido – a dos pentecostais. Estavam abertas as portas para o fluxo de conversões que se veria a seguir.

A Igreja Católica bem que tentou se aproximar dessa parcela da população mais pobre, em um esforço que abriu um dos capítulos mais polêmicos da história recente do catolicismo na América Latina. Foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se disseminaram entre os anos 1960 e 1980. Muito influenciadas por adeptos da Teologia da Libertação, que tentava aproximar o evangelho da teoria marxista, as CEBs não conseguiram a adesão massiva dos mais pobres e acabaram se tornando alvo das animosidades entre as diferentes facções da hierarquia romana, opondo bispos e religiosos mais conservadores aos progressistas.

“Imagine que você é uma mulher pobre, nos anos 1970 ou 1980, com um marido que está desempregado e fica violento quando bebe”, diz o professor Rodrigo Franklin de Sousa, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. “Você vai a uma CEB, onde encontra um padre altamente intelectualizado, falando sobre a estrutura do capitalismo. Em seguida, vai a uma igreja pentecostal, na qual o pastor diz que vai orar para seu marido parar de beber cachaça e proporcionar a você uma vida melhor. Em que lugar você ficaria?”

Com o tempo, esse descompasso acabou ficando tão evidente que os estudiosos da religião criaram uma frase para resumir aquele período. “Teologia da Libertação fez uma opção preferencial pelos pobres, mas os pobres fizeram uma opção pelo pentecostalismo”, repete Souza.

Na prática, a polarização na Igreja Católica deixou, de um lado, uma

REFLEXÕES VII

instituição formal e dogmática, defendida pelos mais conservadores e distante da população; de outro, as CEBs, que passaram a ser bombardeadas internamente, principalmente a partir do pontificado João Paulo II, e também não se mostraram hábeis em atrair fiéis. No vácuo, os pentecostais iniciaram sua escalada, que se revelaria muito mais bem-sucedida do que parecia a princípio.

O avanço pentecostal não é a única preocupação da Igreja Católica. O próprio perfil de quem permanece fiel à instituição mudou muito. “Se no passado havia uma pressão para ser religioso, hoje existe uma força contrária, para não ser. Curiosamente, o que se vê é que muitos católicos, principalmente entre os jovens, têm sido mais engajados. São religiosos por opção”, afirma Sousa, do Mackenzie. O enunciado da equação é que, se há menos católicos no total, existe entre eles um número maior de praticantes.

Isso, porém, não quer dizer obediência cega aos preceitos da Igreja Romana. A maioria dos católicos ignora solenemente alguns princípios preconizados por padres, bispos e cardeais. É o caso da proibição do sexo antes do casamento e do uso de métodos contraceptivos como a pílula anticoncepcional. O aumento do número de adolescentes grávidas e solteiras – algumas no segundo ou terceiro filhos – mostram isso. O divórcio, um ponto nunca digerido totalmente por Roma, também se tornou comum, apesar de o matrimônio ser um sacramento para os católicos e, portanto, considerado indissolúvel.

“O católico brasileiro ama ser católico, mas quer construir identidade própria, independentemente do dogma. Ele se identifica com a religiosidade, mas nos seus termos, o que também vale para outras religiões”, diz o professor Sousa.

Essa liberdade se soma a fenômenos culturais com raízes mais antigas, que fomentaram uma fé sincrética, que toma emprestados aspectos de diferentes religiões para criar uma expressão individual muito particular de religiosidade. No Brasil, todo mundo conhece alguém que se define como católico, mas acredita em reencarnação, joga velas para Iemanjá no *réveillon* e mantém uma estátua de Buda na estante para dar sorte – elementos que não têm nada a ver com a

REFLEXÕES VII

fé católica.

A pergunta é como esse católico pouco tradicional, a despeito de um perfil eventualmente mais interessado na vida eclesiástica, vai responder a outras questões de ordem prática, sobre as quais a Igreja Católica tem posições claras, nem sempre em sintonia com o desejo da maioria. O casamento *gay* está longe de um consenso, mas já foi legalizado em países tradicionalmente católicos e vem sendo discutido em muitos outros lugares. O aborto, outro tema explosivo, também suscita discussões recorrentes, assim como as pesquisas com células-tronco. A influência da Igreja Católica será proporcionalmente maior à medida que conseguir convencer seus fiéis de que seus argumentos estão corretos. A alternativa é pregar ao vento, sem ninguém para ouvir.

É a esse jovem, que tomou parte ou no mínimo acompanhou os protestos recentes no País, que o papa Francisco vai falar no Rio, durante a Jornada Mundial da Juventude, instituída por João Paulo II em 1984. “Será a abertura de seu pontificado em termos estratégicos”, diz o professor Fernando Altemeyer, do Departamento de Teologia da PUC-SP.

“Questões relativas à moral sexual, como o uso da camisinha e o casamento *gay*, provavelmente não serão tratados na viagem. Os temas ficarão concentrados em pontos estratégicos da vida do jovem”, afirma o teólogo.

A expectativa de Altemeyer é que cerca de 320 mil jovens participem das atividades da semana, um número que pode chegar a 500 mil, já que ainda há vagas a preencher. “A última missa pode reunir os 2 milhões de pessoas esperadas, mas não dá para dizer que todos eles terão participado da Jornada. [A missa] Vai estar lotada de protestante, pentecostal, gente da umbanda e do candomblé... Todo mundo quer ver o papa”, diz o professor da PUC-SP. “Vai ser uma apoteose”.

A figura de Francisco, a começar do nome escolhido – uma referência ao santo pobre e amigo dos animais –, ajuda a capturar a atenção do público. Nas redes de TV e no noticiário em geral voltou à moda um bordão retirado do *rock* nacional dos anos 1980: “O

REFLEXÕES VII

papa é *pop*”. O caráter midiático do chefe da Igreja Católica não pode ser subestimado. Principalmente porque ele sucede à imagem severa do envelhecido papa Bento XVI, anteriormente cardeal Ratzinger e hoje papa emérito. “Bento XVI era um intelectual, era cérebro. Francisco é estômago, é visceral”, observa Altemeyer.

Com a visita, será a hora de saber quanto a imagem risonha e amigável de Francisco será capaz de contribuir para a recuperação de parte do rebanho perdido no Brasil. Sob qualquer aspecto, não é uma tarefa fácil. Muitos estudiosos da religião observam uma forte alteração de rota, na direção do conservadorismo, a partir de João Paulo II, com desdobramentos ainda mais profundos sob a direção de Bento XVI. A avaliação geral é a de que a Igreja Católica tornou-se “teológica” demais, muito preocupada com a preservação dos dogmas, mas distante das questões do dia a dia que afetam a vida dos seus fiéis.

O clamor por uma abordagem cotidiana e temperada com uma flexibilidade maior parece legítimo, mas acertar a dose não é coisa simples, como mostram os exemplos de outras igrejas cristãs. Nos Estados Unidos, as grandes denominações protestantes que dominaram a cena desde o *Mayflower*¹⁶ até pelo menos a década de 1950 – luteranos, presbiterianos, episcopais e metodistas, entre

¹⁶ **Mayflower:** (em português, literalmente "flor de maio") foi o famoso navio que, em 1620, transportou os chamados Peregrinos, do porto de Southampton, Inglaterra, para o Novo Mundo. Devido a uma série de problemas no navio, viram-se obrigados a regressar por duas vezes, pouco depois de zarpar, para consertá-los. A viagem seria feita em dois navios: o *Mayflower* e o *Speedwell*, mas problemas de vedação no casco desse último impediram sua partida. Por causa disso, 20 passageiros desistiram da viagem. Juntando todos no *Mayflower*. Numa terceira tentativa, saíram de Plymouth a 6 de setembro e, finalmente, a 11 de novembro, o *Mayflower* chegou ao Cabo Cod, no atual estado de Massachusetts. O navio transportava 102 passageiros, em sua maioria puritanos separatistas, que buscavam liberdade religiosa, longe do poder hegemônico da Igreja Anglicana. Os Peregrinos do *Mayflower* foram os primeiros colonos a se estabelecer iniciando o futuro Estados Unidos. Fundaram a cidade de Plymouth, que tornar-se-ia a capital da Colônia de Plymouth.

REFLEXÕES VII

outros grupos – deram uma guinada em direção ao liberalismo, com consequências desapontadoras sob muitos aspectos.

Reconhecidas por um chapéu comum, o das *mainline protestants*, essas igrejas partiram para uma ação social mais engajada e fizeram, internamente, mudanças que pareciam identificadas com o senso comum, incluindo a ordenação de mulheres. Mais recentemente, algumas passaram a aceitar casais *gays* não apenas entre os membros como em seu corpo de ministro. O resultado é que muitos fiéis deixaram seus bancos, trocando-os por igrejas evangélicas que fazem uma interpretação mais literal das Escrituras. É esse segmento religioso o que mais cresce nos EUA. A diferença é que muitas igrejas evangélicas americanas mantêm um perfil tradicional, bem diferente do ramo pentecostal de rápido crescimento no Brasil.

“O problema das *mainline* é que, apesar de ter se preocupado com questões contemporâneas, elas esvaziaram o sentido espiritual. No domingo, as pessoas passaram a ouvir do púlpito que os milagres relatados na Bíblia têm explicações naturais, eliminando o místico e o sobrenatural”, diz Sousa. A decisão, mais propensa ao mundo acadêmico do que à busca dos fiéis pela transcendência, foi dos teólogos e não das pessoas comuns, o que ocasionou o desencontro, afirma o professor do Mackenzie.

No Brasil, quem vai participar da Jornada da Juventude, no Rio, faria bem se observasse com mais cuidado os lugares onde ficarão concentradas as maiores manifestações: Copacabana, na zona sul da cidade, e Guaratiba, na zona oeste, duas áreas que, segundo o professor Jacob, exemplificam as diferenças religiosas que ganharam corpo no País nos últimos tempos.

O pentecostalismo cresce principalmente na miséria e na segregação, afirma o pesquisador, com base em trabalhos iniciados há dez anos. Aparentemente, segundo a tese, todas as favelas seriam um terreno propício à pregação pentecostal. Mas os trabalhos de Jacob e sua



equipe – o mais recente deles intitulado *Religião e Território no Brasil* e lançado na forma de um *e-book* gratuito – mostram variações: enquanto as favelas da zona sul do Rio, como a Rocinha, permanecem católicas, as da parte pobre da zona oeste, incluindo as de Guaratiba, mostram grande número de pentecostais.

A diferença é que como a Rocinha fica próxima a Copacabana seus moradores podem se aproveitar, mesmo que parcialmente, da infraestrutura existente no bairro, um dos mais tradicionais da cidade. Já em Guaratiba, de ocupação mais recente, o acesso à rede de serviços públicos é muito menor. A sutileza, conclui o professor, é que só um dos elementos da combinação mortal pobreza-desagregação pode não ser suficiente para estimular uma debandada religiosa em direção a uma fé diferente. Isso ocorreria mais facilmente quando as duas condições estão juntas.

Isso adquire um caráter importante porque as gestões dos três últimos presidentes da República – Fernando Henrique, Lula e Dilma – contribuíram para a estabilidade econômica e o aumento da renda média dos brasileiros, o que elimina ou pelo menos reduz fortemente o impacto das condições econômicas no comportamento religioso da população. “Isso não quer dizer que o pentecostalismo vá deixar de crescer ou o catolicismo parar de cair, mas o crescimento das igrejas vai depender muito mais da organização e da ação pastoral de cada grupo religioso”, diz Jacob.

As relações econômicas não são as únicas a interferir no perfil religioso do País. Há também um reflexo político. As igrejas reformadas históricas, criadas sob os princípios da Reforma Protestante do século XVI na Europa, sempre evitaram a tentação de misturar as clássicas esferas da Igreja e do Estado, o que significa não dizer a seus membros em quem votar ou apoiar oficialmente um ou outro partido político. A natureza da relação entre a Igreja Católica e a política no Brasil é complexa, considerando que até o fim do império essa era a religião oficial do País. A maioria dos políticos é católica, um reflexo da composição religiosa da população, mas dificilmente eles agem como um bloco. O dado novo é que mais igrejas pentecostais não têm o refinamento dos grupos tradicionais e partem para uma luta pelo poder, sem dogmas a

defender, diz Sousa, do Mackenzie.

Complexo sob vários aspectos, esse cenário torna ainda mais relevante saber o que o papa vai dizer em sua peregrinação do Brasil, já que se espera que esse seja o tom de seu pontificado. Recentemente, o discurso de Francisco na ilha de Lampedusa, no sul da Itália, perto da costa africana, causou furor por causa da veemência em condenar o que classificou de globalização da indiferença, em uma crítica ao fechamento da Europa a populações mais pobres. Outras duas medidas deram indicações dos caminhos que o papa pode seguir: uma nova encíclica, que já vinha sendo desenhada por seu antecessor, e mudanças no código penal do Vaticano, que não propõem nenhum movimento radical, mas de alguma maneira mostram uma disposição da nova administração em ser mais rigorosa quanto a um dos problemas mais sensíveis da Igreja de Roma: a série de casos de pedofilia envolvendo religiosos.

Em novembro, diz o professor Altemeyer, da PUC-SP, é esperada uma grande reforma administrativa na Igreja Católica. Como bispo de Roma, caberá ao papa definir cargos importantes, como o de secretário de Estado do Vaticano, e anunciar um aguardado enxugamento da máquina. Mas a reformulação terá a gestão como alvo. Questões mais nervosas, como o celibato e a ordenação de mulheres, podem até entrar em discussão no futuro, afirmam especialistas, mas a maioria deles não prevê nenhuma reforma radical nessas áreas. A previsão é que o papa poderá até suprimir uma tônica progressista às suas críticas à política econômica global ou às desigualdades sociais, como já provou em Lampedusa, mas será mais conservador no que tiver de fazer dentro de casa.

No Rio, afirma Altemeyer, não se deve esperar nenhuma crítica contundente aos pentecostais. “Eles também são cristãos. O problema, hoje, é o número de jovens que estão se tornando agnósticos”, afirma.

Quanto ao celibato, o que pode levar a uma discussão mais intensa não é a questão sexual ou os direitos do padre de constituir família, diz Altemeyer. “O problema é que faltam padres no Brasil. Hoje são 22 mil sacerdotes em todo o País para cerca de 50 mil lugares de

REFLEXÕES VII

culto católico, incluindo igrejas, capelas, hospitais, etc.”. A maioria dos sacerdotes está o Centro-Sul, o que deixa desassistidas áreas como o Nordeste e a Amazônia.

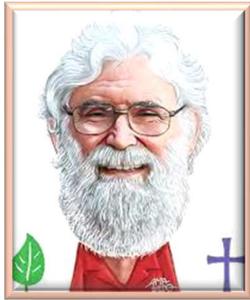
O celibato não é um dogma da Igreja Católica, o que significa que o processo formal para alterá-lo não é tão complexo, mas uma carga cultural de séculos não é fácil de abandonar e há uma série de questões decorrentes para organizar uma estrutura em que padres casados acompanhados de família, passariam a assumir paróquias. Nessa, como em outras questões, caberá a Francisco equilibrar dois lados: as mudanças e a tradição. ●

João Luiz Rosa: formado pela Universidade Metodista de São Bernardo do Campo/SP; atuou entre março de 1996 e abril de 2001 como editor-assistente do jornal *Gazeta Mercantil*, em São Paulo/SP, onde também realizou reportagens sobre economia e negócios.

Artigo publicado no jornal *Valor Econômico* em julho de 2013

O missionário da esperança

Leonardo Boff



Teólogo, filósofo e ex-frade, criador da Teologia da Libertação acredita que o papa Francisco conduzirá a Igreja Católica ao lado do povo

Aos poucos o sol ardido e o calor vão ficando para trás. A vegetação da Serra do Mar surge e, com ela, o ar flui fresco e úmido nos pulmões. O conjunto de pedras gigantes e azuis da serra acompanha o caminho que, serpenteando em curvas cada vez mais estreitas e sinuosas, leva ao distrito de Araras, em Petrópolis. É rápida a viagem entre o Rio e a cidade onde d. Pedro II mandou construir seu palácio de verão. Menos de uma hora. Seguindo as instruções de um mapa, o motorista sai da pista principal no km 65. Dali, o carro deve seguir uma reta até ver a placa pendurada na porta, indicando a entrada do Restaurante Trigo. Imerso na mata, o restaurante funciona em uma casa com vários ambientes internos e uma agradável área externa coberta. O teólogo, filósofo e ex-frade franciscano Leonardo Boff já está acomodado em uma mesa quadrada, de madeira maciça, nesse lado de fora, bebendo uma caipirinha de lima com vodca. Com a entrada dos repórteres, levanta-se, sorri e brinca: “Foram pontuais, não?”.

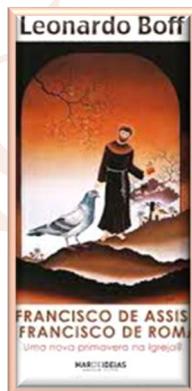
“São 13h30min”, Boff volta a brincar: “Vocês sabem que as crianças me confundem com Papai Noel? Não há criança que não me diga isso. E eu sempre digo que sou o irmão do Papai Noel”. É indiscutível a semelhança física entre o teólogo e a imagem do velhinho que distribui presentes na noite de Natal.

Aos 75 anos, Boff é um senhor de cabelos completamente brancos, lisinhos e despenteados com absoluta naturalidade. Tem uma barba longa, também branca, e usa pequenos óculos com armação retangular e prateada. Veste uma camisa verde-clara, uma calça de

REFLEXÕES VII

veludo verde-escura, usa sapatos esportivos e suspensórios. E, neste começo de tarde cálido e luminoso na serra, está com pressa. Não para terminar a entrevista, mas para começar a falar e contar a novidade: “O papa Francisco pediu que lhe enviasse alguns textos meus sobre ecologia e o livro que escrevi e que está sendo lançado agora. Ele quer ler o material nos dias em que ficará no Brasil”.

O livro é *Francisco de Assis e Francisco de Roma – Uma Nova Primavera na Igreja?* Em 72 páginas, analisa as primeiras palavras e gestos de Francisco nestes quatro meses de pontificado. E, embora o título termine com uma pergunta, Boff tem poucas dúvidas de que a Igreja Católica, depois da eleição do “papa que veio do fim do mundo”, está entrando na primavera e nunca mais será a mesma. “Francisco pode, literalmente, ser o papa do fim deste mundo. Deste mundo que privilegia o material, que sacrifica e martiriza povos inteiros. Ele é o papa da ruptura”, afirma.



Foi ao tornar-se franciscano que Genézio Darci Boff recebeu o nome Leonardo. “Estava tão nervoso que só três horas depois da cerimônia percebi que meu nome havia trocado”. Ele nasceu em 14 de dezembro de 1938, em uma família com mais dez irmãos, filhos de Mansueto e Regina, que viviam em Concórdia, município na região do Alto Uruguai, oeste de Santa Catarina. Ao saber que o cardeal argentino, o jesuíta Jorge Mario Bergoglio, escolhera o nome Francisco, Boff exultou: “Ele mostrou que é um pastor e, como já percebemos, dedicará seu papado à pobreza, à humanidade, aos rejeitados socialmente. Não quer ser chamado de Santidade. Conduzirá a igreja ao lado do povo. A igreja precisa ser um lar espiritual”.

Os textos e o livro com dedicatória foram entregues ao cardeal arcebispo do Rio, d. Orani Tempesta, que os faria chegar ao papa. Boff conheceu o padre Bergoglio em 1970, em um congresso sobre espiritualidade. Mas a curiosidade pelo material foi despertada em Francisco por uma grande amiga em comum entre ele e Boff, a

REFLEXÕES VII

teóloga argentina Clelia Luro, de 85 anos, que mora em Buenos Aires.

Na década de 1960, Clelia, divorciada e mãe de quatro filhas, casou-se com o bispo argentino Jerónimo Podestá. Ele renunciou meses depois. Mas o caso escandalizou o clero argentino na época. Podestá foi isolado completamente da vida social. Um dos poucos que falavam com ele era Bergoglio, que foi fiel até o fim da vida do amigo, a quem deu a extrema-unção. Boff, por sua vez, fez a apresentação do livro *Las Cartas de Clelia y Jerónimo Podestá*, em que ela resgata a correspondência trocada com o marido, com organizações sociais e com o próprio Bergoglio.



Francisco, carinhosamente, a chama de bruja, porque quando ele foi a Roma, para a eleição do papa, ela avisou: ‘Compra só a passagem de ida. Serás eleito e não vais voltar’.

A conversa já passava de meia hora, quando Boff lembrou que a entrevista seria publicada na seção *À Mesa com Valor* e, portanto, comentou: “Nós viemos comer, não? Vamos pedir alguma coisa? Afinal, a entrevista não é para a seção à mesa vazia”. Primeiro, as bebidas. Ele recomenda a “espetacular” caipirinha de lima com vodca. Fotógrafo e repórter pediram uma – com dois canudinhos para dividir o copo bem generoso –, um refrigerante e um suco de laranja.

Entre as opções de entrada, o convidado assegurou que não havia forma de resistir aos bolinhos de mandioca recheados com carne-seca. Confirmados os bolinhos, são escolhidos também dois rosbifes com molho de laranja e uma truta grelhada com molho de ervas. Os acompanhamentos arroz, salada, purê de abóbora e batata “rösti” serão “socializados” entre todos.

Com o pedido do almoço garantido, Boff retoma a conversa sobre Francisco. O teólogo não crê que o interesse do papa pelo livro e até a possibilidade de um encontro – que chegou a ser cogitada durante esta semana que Francisco passa no Brasil – signifique uma

aproximação mais consistente com a Teologia da Libertação. E faz questão de deixar muito clara esta certeza. “A agenda era difícil. O mais importante para ele é encontrar o povo, mas não pense que ele queira falar comigo. Enquanto viver o papa Bento XVI, encontrar-me seria uma desfeita a ele, criaria um constrangimento... Francisco não deve me convidar. É uma questão de política eclesial. Entendo, e respeito. Fico contente que ele tenha pedido o livro e queira lê-lo”.

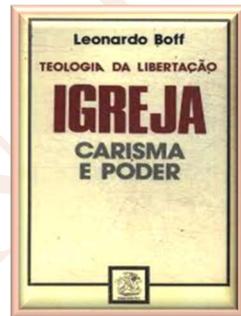
Mais importante do que o encontro, observa Boff, é o fato de Francisco dar sinais de reconhecer uma geração de teólogos latino-americanos, cujos pensamentos deram origem à Teologia da Libertação. “Francisco sabe que aqui está a prata da casa”. Nascida nos anos 1960, a Teologia da Libertação arrebatou religiosos no mundo inteiro. Vivia-se o auge da Guerra Fria e o planeta se dividia entre a influência da ex-União Soviética e a dos Estados Unidos. Na América Latina era um período da história em que ditaduras militares dominavam o continente. Contrapondo-se ao clero conservador, os seguidores da Teologia da Libertação defendiam uma igreja militante, voltada aos pobres, aos desassistidos e aos oprimidos políticos. Eram combatidos pelos que criticavam as teses, consideradas afinadas demais com os pensamentos defendidos pela esquerda.

Não foram poucos os padres e freiras que se envolveram em lutas, nas cidades e no campo, contra regimes totalitários em países como Brasil, Nicarágua e El Salvador. Entre eles estavam o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, considerado o fundador do conceito da Teoria da Libertação, Frei Betto e o próprio Boff. “Somos dessa geração de resistência, de oposição aos regimes ditatoriais, comprometida com a libertação dos pobres, resistimos às ditaduras. Com nossos pensamentos, via Comunidades Eclesiais de Base e outros, estou convencido de que ajudamos a criar algo mais democrático. Nosso projeto nunca foi o socialismo nem uma igreja marxista, como dizem. Isso era uma ilusão”, afirma. E o que era? “Pensamos sempre numa democracia que tivesse expressão popular e que fosse na linha do pensador português Boaventura de Sousa Santos: começa na família, marido e mulher, passa para as escolas,

REFLEXÕES VII

os sindicatos, os partidos, e chega ao governo. Porque, fundamentalmente, democracia é participação”.

A Teologia da Libertação ou Igreja da Libertação, como prefere Boff, chegou ao século XXI sem a relevância que teve em outros tempos. Em parte porque foi duramente combatida pelo Vaticano, em especial depois da eleição de João Paulo II, fervoroso anticomunista, em parte pelas mudanças que aconteceram no mundo a partir da queda do Muro de Berlim. Antes disso, porém, Boff e outros religiosos já tinham sido inquiridos e silenciados. Em 1984, o então frade Leonardo Boff foi submetido a um processo por causa das teses e ideias que defendera no livro **Igreja: Carisma e Poder**, publicado em primeira edição em 1981. Os 13 ensaios tratavam da inflexível hierarquia da Igreja Católica, dos dogmas, do conservadorismo, e o Vaticano reagiu. Em 1984, o então prefeito da Congregação da Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício), cardeal Joseph Ratzinger – que viria a ser o papa Bento XVI –, interrogou Boff, sentado na mesma cadeira na qual Galileu Galilei, em 1616, foi repreendido por defender que a Terra girava ao redor do Sol. Ratzinger tinha sido colega e amigo de Boff.



A primeira condenação ao teólogo brasileiro previa um “silêncio obsequioso”. A segunda, já na década de 1990, determinava que ele deveria deixar de lecionar teologia, era proibido de dar entrevistas e recomendava que fosse para algum país como Filipinas ou Coreia do Sul por uma temporada. Ele se recusou a aceitar e deixou, sem arrependimento, a Ordem dos Frades Menores, fundada por São Francisco de Assis, à qual pertencia desde 1959.

Essa desavença tão profunda com Ratzinger, acredita Boff, é hoje o principal entrave para a reconciliação. Afinal, como poderia o papa Francisco resgatar mais de 500 teólogos silenciados no mundo inteiro por “essa máquina de controle e punição” sem afrontar seu antecessor, ainda vivo? “Não creio que isso possa acontecer”, diz, desviando o olhar para o garçom, que chega com os quatro bolinhos de mandioca.

REFLEXÕES VII

São visivelmente crocantes e, abertos ao meio, exibem o cremoso recheio de carne-seca. Boff escolhe um e cobre o petisco com uma generosa porção de pimenta. “Vamos comer, gente. Isto é muito bom. Muito boa também é a pimenta. Sou um homem da pimenta”. E aí surge um dilema: se os bolinhos são quatro e os comensais à mesa, três, sobrar um. Quem vai ficar com ele? O teólogo resolve: “Vamos deixar com a repórter. Damas sempre têm preferência”.

Boff come rápido o bolinho e a conversa faz um desvio de curso da religião para os partidos políticos. Embora ligados ao PT que ajudaram a fundar, religiosos como Boff preferiram não entrar oficialmente na sigla. Achavam, recorda ele, que o partido, fundado em fevereiro de 1980, seria uma arma para estabelecer no Brasil um regime democrático. Nem tudo foi como eles imaginavam. E uma década de PT no poder – oito anos com Luiz Inácio Lula da Silva e dois com Dilma Rousseff na Presidência da República – semeou decepções. “A cúpula que está no poder fez uma opção, que considero equivocada, e eles estão pagando o preço disso. Em vez de buscar apoio da sociedade, das comunidades, se apoiaram nos parlamentares com as alianças. Sabemos que, no Brasil, as alianças nunca são feitas em nome de um projeto, mas em nome de negociatas, de trocas, de vantagens. Esse PT se corrompeu. Nossa democracia é quase farsesca”.

Mesmo assim, ele preserva Lula, que considera um homem perspicaz, com discurso correto e a palavra certa. O partido, porém, terá que mudar se quiser continuar governando, segundo ele. “O PT se apresenta como uma resposta ao Brasil que queremos. É um equívoco. O Brasil que queremos é muito mais do que o PT pode apresentar”.

A decepção com os partidos políticos e os governantes, acredita Boff, ajudou a encorpar o caldo dos protestos e manifestos que tomam conta do País há mais de um mês. Em sua opinião, esse povo não quer mais o atual modelo de “participação subordinada”. Pessoas que, nas suas palavras, já não têm fome de pão, mas de cidadania, transporte, saúde, educação, direitos reconhecidos e dignidade. “Dizem que o Brasil incorporou uma população do tamanho da Argentina ao consumo. É fato. Mas é preciso mais. As

REFLEXÕES VII

pessoas querem uma vida simples e digna”. E é aí que entra o encanto por homens como Francisco. “Um papa vindo da periferia do mundo é festejado porque mostra que está ao lado dessas pessoas, reforçando esse modelo de vida inspirado em São Francisco de Assis. É um papa que nos traz um projeto ousado e sinaliza as profundas transformações que devem inaugurar o terceiro milênio da Igreja Católica”.

Boff termina a caipirinha e o garçom reaparece com o almoço. “Sou carnal e carnívoro, como todo bom franciscano”, define-se o teólogo, festejando o prato. O rosbife ao molho de laranja está finamente fatiado. O teólogo põe um pouquinho de cada um dos acompanhamentos, pica tudo e empresta o prato para a foto.

“Você sabe que as pessoas dizem: ‘Comeu como um frade’”. A comida, os temperos e o molho da salada são o tema da conversa, quando chega Maria de Miranda, jovem filha dos donos do restaurante, Marco Antônio de Miranda e Beatriz Simões Lopes de Miranda, a Bia. A família é amiga de Boff, que frequenta com assiduidade o local inaugurado há 30 anos.

Pouco depois, chega Marco Antônio. Ele é fotógrafo e com Boff publicou um livro chamado Terra América. São as imagens de uma viagem pelo continente americano, de polo a polo. O teólogo escreveu os textos, em que fala de uma de suas maiores preocupações: a preservação da Terra e da natureza.

“Temos que cuidar da Terra. Ela pode continuar sem nós, coberta de cadáveres. Não poderemos viver sem ela”. Ele participou do grupo envolvido no estabelecimento da Carta da Terra, aprovada pela Unesco em 2008 e adotada pela ONU. O documento faz uma análise da situação do planeta e defende uma aliança global que evite a destruição da natureza e da diversidade da vida. “Sinto que o papa Francisco está sinceramente preocupado com essa questão. Não acho impossível que ele pense numa encíclica sobre o tema. Antes disso, no entanto, o papa terá que enfrentar as reformas na Cúria Romana e, principalmente, a do papado, que já começou a fazer”.

Bia convida os repórteres para conhecerem melhor o lugar. O sítio era do avô, que há 80 anos plantou na entrada o abeto cujos galhos

REFLEXÕES VII

mais altos hoje parecem encostar no céu.

A casa fica onde era a cocheira. As janelas são coloniais, há várias salas, lareira e uma decoração com peças simples, rústicas. Na porta de entrada, uma linda lanterna, dessas que enfeitam as festas juninas. “As festas já passaram e fico com pena de tirar”. O teólogo e a mulher, Márcia – com filhos e netos que vão e voltam – moram desde 1998 em



um condomínio a poucos metros do restaurante. O lugar é privilegiado. A brisa sopra com suavidade, os passarinhos cantam e pequenas lagartixas correm de um lado para outro das paredes. Mas Boff passa quase a maior parte do tempo viajando. São conferências, visitas e aulas como as que ele marcou para esta semana em Santa Catarina e o manterão fora do Rio durante a Jornada Mundial da Juventude.

O convidado abre não da sobremesa e pede o café. Os repórteres dividem uma torta de nozes, coberta por creme fresco. As calorias valem a pena. Chegam os três cafés e a fumaça do cigarro de Bia traz uma curiosidade: “O senhor fuma?” O teólogo responde que nunca fumara cigarros, mas já sucumbira diante dos charutos Cohiba enviados de Havana por Fidel Castro. “Eu fumava um e os demais trocava por aqueles Oxóssi, que são usados nas macumbas. Valia a pena. Os Cohibas são caríssimos”, conta, dando risadas.

No alto da serra, mais cedo do que nas planícies, o sol começa a desaparecer atrás das montanhas. A temperatura cai. O fotógrafo pede a Boff que fique na entrada do restaurante para mais fotos. O senhor de barbas brancas tem quatro próteses nas pernas e alguma dificuldade para andar, mas não recusa o pedido. Posa aqui, posa lá. A lua já está no céu quando volta para a mesa. Mais um café? Sim. O garçom recolhera quase tudo. O copo de caipirinha que os repórteres pretendiam dividir, no entanto, ainda está por ali e quase cheio. Boff, então, faz o “sacrifício” e bebe.

Formado em filosofia, teologia e doutorado na Universidade de

REFLEXÕES VII

Munique, na Alemanha, Leonardo Boff já escreveu 93 livros e passou pelas mais importantes instituições de ensino do mundo. De uns tempos para cá, entretanto, pensa em uma vida não tão intensa. “Vou completar 75 anos. Sou oficialmente velho. Quando nos sentimos velhos, precisamos começar a planejar que temas abordar, que obras escrever ainda e como arredondar o pensamento. Meu tempo físico está se acabando”. Boff acha que chegou a hora de as novas gerações levantarem as bandeiras que foram erguidas por sua geração.

Um discurso, de certa forma, no mesmo tom do primeiro pronunciamento oficial no Brasil do papa Francisco, que disse: “A juventude é a janela pela qual o futuro entra no mundo e, por isso, nos impõe grandes desafios. A nossa geração se mostrará à altura da promessa contida em cada jovem quando souber abrir-lhes espaço”.

A tarde e a torta de nozes acabaram. É difícil terminar a conversa com esse professor de fala pausada e clara, apesar de estar na hora de descer a serra e voltar para o Rio. É possível, porém, uma pergunta ainda: o senhor deixou o sacerdócio, mas diz nunca ter se afastado da igreja. O senhor é um homem de fé. Em um mundo com tantos dramas sem explicação, o que é a fé?

“A fé é uma esperança daquilo que vai acontecer. É uma convicção sobre as coisas invisíveis. A fé é uma espécie de aposta, na linha de Pascal [o matemático e físico Blaise Pascal]. Ele teve uma crise existencial e se converteu ao cristianismo. Dialogando com os ateus da época, os iluministas, disse: ‘Faço uma aposta. Crer é apostar. Se você apostar que Deus existe, tem tudo a ganhar, a eternidade, etc. Se você apostar que Deus não existe, não tem problema, não perde nada. Então, é melhor acreditar que ele existe. Não se perde nada’”.

Leonardo Boff: pseudônimo de Genézio Darci Boff, é um teólogo brasileiro, escritor e professor universitário, expoente da Teologia da Libertação no Brasil. Foi membro da Ordem dos Frades Menores.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico em julho de 2013

Meu legado será reduzir a desigualdade

José Mujica



Presidente uruguaio diz que leis sobre maconha, aborto e homossexuais não são maiores do que combate à pobreza

No último ano de seu mandato, o presidente do Uruguai, José “Pepe” Mujica, rejeita a ideia de que seu maior legado tenha sido leis como a da legalização da maconha, do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. O ex-guerrilheiro, de 79 anos, cativou os uruguaios e o mundo com os modos simples e se diz um

“camponês de alma”.

Para ele, suas grandes realizações foram as conquistas sociais, a diminuição da pobreza e o aumento do trabalho. “Nós, que andamos sobre esta terra temos uma só vida e a obrigação de fazer com que as pessoas a vivam bem”, disse Mujica, em entrevista ao Estado, no sítio onde vive com a mulher, a senadora Lucia Topolanski, na periferia de Montevideú. Além de uma matilha de cachorros, guardam a casa somente dois policiais – por insistência do serviço de segurança uruguaio.

Enquanto o presidente concedia a entrevista na sala, a senadora preparava o café da manhã e o almoço na cozinha. Mujica falou longamente sobre as relações entre Uruguai e Brasil, de sua amizade com os países bolivarianos e da necessidade de a América Latina se unir. A seguir, os principais trechos da conversa.

O sr. considera as leis da maconha, do casamento gay e do aborto seu principal legado?

Não. São temas que têm importância numa sociedade laica, a mais laica da América Latina. Mas de jeito nenhum podem substituir temas históricos que são essenciais: as abismais diferenças de classe

que existem na sociedade. As leis não resolvem o problema da desigualdade e há a tendência crescente no mundo contemporâneo de acentuá-la. E o tema da liberdade é uma questão capital para os seres humanos. Portanto, dou importância a essas questões, mas dentro da lógica de uma sociedade diferente. Há muito tempo, o Uruguai fez essa divisão entre Igreja e Estado. Reconheceu a prostituição e a regulamentou como profissão. Reconheceu o divórcio pela vontade exclusiva da mulher. Reconheceu o voto feminino muito antes de outros países. Temos uma tradição cultural nesse sentido. Pode ser surpreendente para quem vê de fora, com outros paradigmas de sociedades que certas tradições religiosas contribuíram para criar éticas que consideramos um pouco conservadoras.

Qual seria então o seu legado?

Há muitas coisas que fizemos. A principal foi firmar certos fundamentos que vão nos permitir entrar no circuito de países desenvolvidos. Há algum tempo, tínhamos pouca energia. Hoje, temos quatro vezes mais do que os países que nos rodeiam. Até 2015, seremos o país que terá mais energia alternativa; funcionaremos predominantemente com a força do vento, e deixaremos a questão do combustível para cobrir os vácuos. Noventa por cento dos uruguaios dispõem de energia elétrica. Avançamos na comunicação com a *internet* – entregamos a cada criança um computador. Toda a juventude está incluída na linguagem digital. Isso vai melhorar a qualificação dos uruguaios. Temos uma baixíssima taxa de natalidade. O único caminho que nos resta é montar uma sociedade muito qualificada. Não podemos oferecer ao mundo quantidade, temos de oferecer uma diferenciação de material permanente, juntamente com o desafio civilizatório para um pequeno país que vive em um canto muito particular do mundo, rodeado de países muito grandes.

Há conversas sobre investimentos em um superporto no Uruguai, que teria a participação do Brasil. Como está isso?

Somos integracionistas por princípio e no sentido mais profundo do

termo. Esta região é a última reserva agrícola de importância que existe na humanidade. A velha Colônia de Sacramento foi fundada por Portugal numa disputa de fronteira. E os portugueses já se davam conta de que na parte central sul do que seria depois o Brasil, a forma mais econômica de sair para o mundo é por meio da água. É quase um mandado da geografia. Quando se trata de trasladar toneladas de mercadorias não parece sensato fazer pouco da geografia. Não há forma mais barata de transportar mercadorias do que navegar. Então, não é um problema da vontade do Brasil, é uma questão de interpretar o que geopoliticamente nos manda a constituição geográfica da região. É ridículo que um barco passe 10 ou 15 dias parado esperando que o carreguem e descarreguem em um porto que seja brasileiro, paraguaio, argentino ou uruguaio.

Na verdade, que seja um porto de integração, que jamais eliminará a navegação menor. Temos de entender que é um porto para grandes volumes. Ele eliminará o transporte por caminhão? Não, vai aliviar, porque os caminhões devem ser preservados. Nós vemos como uma necessidade de crescimento, pois a região vai continuar crescendo, não vai ficar parada. E vai crescer o volume. Não vai substituir os portos que existem, mas vai complementar.

Para isso, seria necessária uma integração política com todos os países. As relações com a Argentina, por exemplo, como estão?

O Uruguai é um país pequeno, não determina nada. Seu tamanho lhe dá independência para poder dizer o que pensa. Dentro desses termos, quem tem mais importância nesse conjunto de relações é o Brasil. Por quê? Pelo que significa, pelos recursos que tem e pelo papel que lhe custa enormemente cumprir, e tem de cumprir. Em primeiro lugar, o Brasil tem meios para transformar-se em uma potência importante. O único inconveniente é que chega tarde. Quando chega tarde, o mundo está se reunindo ao redor de gigantescas unidades. Podemos criticar a Comunidade Europeia, mas esse é um bloco que tem mais de 60 anos e demonstrou que tem uma saúde tremenda. Porque a saúde se vê quando você está com os pés no chão, não quando se está no auge do sucesso. Estamos vendo que ela resiste bem e vai continuar resistindo.

Por isso o sr. defende os blocos latino-americanos?

Não os defendo. É que não temos outra saída para nos defender, mas chegamos tarde. O Brasil tem um problema, sendo tão grande – tem um problema de autointegração.

O que quer dizer com isso?

Quero dizer que tem gente que diz: primeiro, precisamos nos integrar como país. E eu os entendo perfeitamente, porque não há um Brasil, há vários. Como vamos negociar com a China, como vamos negociar com os EUA, como vamos negociar com a Europa? Precisamos de uma expressão de caráter continental, que o Brasil precisa liderar de boa-fé. Mas não no sentido imperialista, impositivo, senão não existe sentido em aliados naturais. Precisamos criar uma confraria que nos identifique para criar certo peso de negociador no mundo contemporâneo. Porque os recursos, se somos vendedores de matéria-prima, são cada vez mais preciosos. E precisamos ter soberania sobre nossos recursos e não permitir que nos manipulem. Não podemos permitir uma “africanização” dos recursos da América Latina.

O que isso significa?

Que temos de acentuar a participação dos interesses de nossas sociedades na exploração de nossos recursos. Para isso, precisamos de políticas comuns. Vou ser mais claro: se frente a uma multinacional continuamos como hoje, disputando investimentos e pedindo ou impondo condições assimétricas e disputando entre nós, a única coisa que vamos conseguir é baixar a participação dos interesses do nosso povo, no momento em que a política deve ser completamente diferente. Por isso, o conceito de integração. Temos de colocar muitas coisas sobre a mesa. Mas os países grandes são aqueles que cortam o bacalhau. A burguesia industrial de São Paulo tem uma enorme responsabilidade – esta não é uma questão só dos governos. Se a burguesia paulista comete o erro de pensar que estamos no século XIX ou XX e insiste em uma política que busca colonizar os vizinhos, talvez faça muito dinheiro, mas vai prejudicar o Brasil.

Em longo prazo, o sr. quer dizer?

No futuro. Ao contrário, se a burguesia paulista assume a responsabilidade de uma política de alianças e se transforma no eixo de um conjunto de empresas latino-americanas que tratam de integrar a força produtiva por ramos de interesse, aí é outra história. Mas também não podemos pedir aos empresários que enxerguem além do fim do mês. Essas coisas, precisamos fazer por meio da nossa política.

E os chamados países bolivarianos. Como o sr. Os enxerga dentro desse bloco?

Acho que eles têm definições aparentemente mais radicais que nós. Mas a capacidade de realização não é necessariamente estar à altura do que se declara, pela simples razão de que nessas questões históricas não se fazem as coisas pela simples vontade, mas pela nossa capacidade de integrar nossas respectivas sociedades. E nós temos alguns problemas capitais para resolver na América Latina: a comida, a habitação e a cultura e o conhecimento básico do nosso povo como tarefa primordial e prioritária.

Alguns podem ter o sonho de uma sociedade sem classes, igualitária – eu sou uma dessas pessoas. ●

José Mujica: presidente do Uruguai e ex-combatente guerrilheiro. Foi eleito em 2009. Conhecido pelo estilo de vida modesto, ajudou a transformar os rebeldes num movimento político, a Frente Ampla. Suas políticas progressistas têm chamado atenção internacional para o Uruguai. Mujica teve importante papel no combate à ditadura civil-militar no Uruguai (1973-1985).

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 29 de junho de 2014

A poesia da praça Taksim

Orhan Pamuk



Pamuk: "Eu não gosto de fazer declarações fortes. Quero escrever romances fortes... Eu reservo minhas coisas mais profundamente radicais para os meus romances"

Estou em busca do "hüzün", esse estado de melancolia coletiva que em seu livro de memórias, *Istambul*, Orhan Pamuk diz ser a alma de sua cidade. "Hüzün" eram "mulheres cobertas em pontos de ônibus distantes segurando sacolas de compras de plástico que não dirigem palavra a ninguém enquanto esperam o ônibus que nunca chega... cafetões pacientes que caminham para cima e para baixo na maior praça da cidade em noites de verão em busca de um último turista bêbado... criancinhas nas ruas que tentam vender o mesmo pacote de lenços de papel a cada transeunte".

Mas, onde estou sentado, numa casa de chá em *Tesvikiye*, a poucos passos do Edifício Pamuk, onde o escritor viveu quando criança, não há muito "hüzün". Talvez seja a estação do ano, a hora do dia, o momento histórico. É *ramadã*; o calor cedeu e deixa apenas mornas nossas bochechas. O *Bósforo*, que Pamuk frequentemente descreve como turvo e perigoso, cemitério de carros e com casas queimadas à beira da água, brilha entre azulado e dourado. Os cafés estão repletos de animados habitantes de *Istambul*, bebendo chá cor de mel em seus copos em forma de tulipa. Não se veem as famosas matilhas de ferozes cães urbanos. Veem-se apenas caninos idosos, aposentados de sua atividade de rosnar para táxis, acachapados cochilando sob as mesas, com bafejos de contentamento que escapam de seus frouxos lábios superiores, como se exaustos da labuta de não fazer absolutamente nada.

Aproxima-se a noite. Os chamados do *muezim* e uma rala fila de fiéis responde, caminhando sem pressa através das portas da

REFLEXÕES VII

mesquita Tesvikiye. Essa foi a primeira mesquita à qual Pamuk foi levado por sua babá, confortado pelos tapetes que lhe pareciam apenas outro tipo de mobiliário doméstico. Embora ele nunca tenha se tornado o poeta a que aspirava ser, os deuses de seu pai foram Sartre e Simone de Beauvoir. "Ele costumava ir a pequenos hotéis na Rive Gauche e escrever diários existencialistas, que me deixou de presente", lembra Pamuk. Em sua palestra ao receber o Prêmio Nobel em 2006, ele prestou uma homenagem lírica àquela mala de escritos.

A devoção ainda tem uma batalha difícil pela frente na badalada Nisantasi. Não muito tempo depois de a mesquita abrir as portas, um violinista solitário se estabelece. Após executar um número, é repreendido em altos brados por um lixeiro indignado, impossível dizer se por ausência de devoção ou por impedir a passagem de seu caminhão. Esse é o máximo de agressividade assumida na batalha da fé nesse lado da cidade. Até mesmo a política conspira para relaxar o agitado. No fim das contas, a praça Taksim, que durante anos foi o centro da vida de Pamuk, evitou os desastres que se abateram sobre a praça Tahrir.

Depois que o gás lacrimogêneo e a indignação levaram mais multidões à praça em junho, o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan, que Pamuk compara a um sultão vaidoso em seus anos de ocaso, bateu em retirada tática. "Ele estava política e economicamente bem-sucedido, velho, talvez doente. Por isso, como um governante otomano, decidiu que construiria monumentos e os faria dentro do parque [Gezi], recriando o quartel – que não era nada, só feio –, e então alguns arquitetos e o pessoal verde começaram a resistir. Erdogan calculou 'isso não vai dar em nada' – ele administrou mal a coisa toda, atacaram [os opositores] com bombas de gás lacrimogêneo, queimaram suas mãos, o 'efeito Tahrir' veio à tona, e as pessoas passaram a *tuitar* para se defender dos ataques desproporcionais."

Os planos de Erdogan de reconstruir o antigo quartel e abrir um *shopping* foram suspensos. Assim, por ora, os islamitas e os frequentadores dos cafés contentam-se em evitar a colisão fatal, concordando em habitar mundos separados, meramente

REFLEXÕES VII

esbarrando ombros, em vez de lançar pedras.

Veza por outra passa uma mulher com um lenço à cabeça, mas as mulheres em Nisantasi fazem sua declaração, com seus cabelos até os ombros ou até a cintura. Onde estejam, elas os têm nas mãos, escorregando as tranças entre os dedos bem cuidados enquanto conversam ao celular.

Orhan Pamuk é ele próprio um virtuoso do deleite: bem-apegoado, em seus 60 e poucos anos; volúvel intelectualmente, como pessoalmente hospitaleiro. A pauta é conversar com ele sobre a Turquia após Taksim, apanhada entre as atrações da tradição e da modernidade, do nacionalismo e do liberalismo. Quem melhor para fazê-lo do que o vencedor do Nobel, por vezes envolvido em problemas com automeados guardiães da honra nacional, mas também escritor que colocou esses conflitos em seus livros.

Quando tento fazê-lo falar sobre suas posições sobre tais assuntos, concorda que "o histórico turco em liberdade de expressão não é bom e ainda não é bom", mas insiste em que é em sua ficção que podem ser encontradas suas declarações mais radicais. "Eu não gosto de fazer declarações fortes. Quero escrever romances fortes... Eu reservo minhas coisas mais profundamente radicais para os meus romances".

É neles que, em obediência à regra do bom escritor segundo a qual "você se identifica com as pessoas dessemelhantes de você", ele torna críveis as declarações e ações de seus personagens. "Escrevo um mundo onde todo mundo tem parte de razão, até mesmo o islamita que dispara contra pessoas. Não é louco, tem um ponto de vista... O romance é um lugar onde você torna essas pessoas compreensíveis."

Em dois de seus romances, o drama gira em torno do conflito entre a fé do passado e novas modas. Em *Meu Nome É Vermelho*, ambientado no fim do século XVI, pintores miniaturistas são requisitados a produzir trabalhos segundo a nova maneira enquadrada



REFLEXÕES VII

em perspectiva que provavelmente impressionaria os venezianos. Em Neve, um poeta ocidentalizado encontra islamitas fervorosos em uma remota cidade provincial. Nas duas histórias, a questão do verdadeiro caminho turco torna-se uma questão de vida ou morte.

"Gosto do artista épico, que apanha um pincel, que quer apanhar o mundo inteiro e colocá-lo num livro enciclopédico", diz o escritor



Bem, tenho minha agenda para o diálogo. Mas, de repente, numa rua secundária em Cukurcuma, antes um bairro degradado de vielas íngremes, com casas abandonadas pelos gregos, vítimas dos distúrbios na década de 1950 e expulsões na década de 1960, mudada agora com a chegada de compradores boêmios, entro na casa que Pamuk transformou em seu Museu da Inocência e imediatamente esqueço tudo sobre Erdogan, Taksim, parque Gezi e islamismo. Em vez disso, sinto a presença avassaladora de algo que parece bem mais importante: a captura do tempo do amor.

Um relógio de pêndulo do avô, sem caixa, paira entre dois dos três andares. O Edifício Pamuk tinha um, mas os avós não "apreciavam muito o dong-ding-dong" violando o silêncio da noite e amarraram seu pêndulo, fazendo-o manter companhia a outros objetos moribundos: o piano que nunca foi tocado, os copos demasiado cristalinos para ser usados para beber. As paredes do museu são cobertas com cerca de 60 vitrines, cada uma projetada por Pamuk, contendo os objetos e emblemas que são os traços de memória de cada momento significativo do caso de amor que é o coração tragicômico de seu romance O Museu da Inocência. A progressão começa com os objetos do amor (que são) os sapatos de Fuzun e uma bolsa da loja onde o narrador, Kemal, um parente rico, a descobre. No térreo fica a "pièce de résistance": cerca de 4 mil pontas de cigarros fumados por Fuzun, a



REFLEXÕES VII

maioria com a mancha de batom dela, cada uma acima de uma inscrição contendo o dia exato, a hora e as circunstâncias em que foram fumados.

A fumaça, como sabemos, é um dos mais antigos símbolos da natureza fugidia da experiência mundana. Mas no Museu da Inocência, as pontas de cigarros de Fuzun continuam vivendo, praticamente extintas, cada uma delas uma explosão de lembrança. "Bem, quem escreveu todas essas inscrições?", indago a Pamuk, que está me mostrando o ambiente. Ele reage, incrédulo: "Eu!" "Todos eles?", retruco, atônito. "Todos eles", responde orgulhoso, como um menino escoteiro. "Quanto... tempo?", digo. "Oh, apenas durante o verão de 2011."

Parece loucura, e seria, não tivesse Pamuk criado nessa casa o que talvez seja o único e mais vigorosamente belo, humano e comovente trabalho de arte contemporânea em todo o mundo, a um só tempo poética e sombriamente cômica; caso a caso; espaço a espaço, esteticamente arrebatador. Você pode passar o resto da vida visitando mostras de arte contemporânea e nunca experimentar algo semelhante: câmaras interconectadas de memórias e sonhos, objetos embalsamados em perda, suspensos em um meio de saudades agonizantes, colocados em misteriosas e reveladoras justaposições – um copo de chá abandonado fora de escala junto à cena portuária contra a qual se reclina. Dessas visões, entre a vigília e o sonho, noturnas e diurnas, se alimenta a paixão. O local é habitado pelo reconhecimento de que os mais intensos momentos de amor são marcados pelo anseio desesperado de deter o tempo.

Da infância aos 22 anos, Pamuk foi pintor, registrando cenas das ruas da cidade, especialmente de prédios e bairros semidestruídos ou vislumbres do Chifre de Ouro vistos por intermédio de espaços entre as casas de Cihangir,

Chifre de Ouro- Instambul

para onde a família se retirou depois da rarefação de sua sorte. "O segundo filho é sempre o menino mau e imaginativo, e é



REFLEXÕES VII

o que fui", relembra. Divertindo-se com os esboços do filho, seu pai irresponsável o elogiou, e não houve jeito de Orhan parar. Mas na década de 1960 não havia cultura de arte em Istambul para nutrir o dom, exceto nas formas derivativas que Pamuk acabou por desprezar. "Percebi que, se quisesse ser pintor, teria de deixar Istambul, pois a cultura [artística] lá era muito rarefeita e as galerias eram muito limitadas."

Odiando a armadilha à qual parecia condenado a ser "outro" para ser ele mesmo artista, e enquanto cursava arquitetura, veio-lhe a percepção de que deveria ser escritor. "Disse a mim mesmo que tinha um parafuso solto e parei de pintar e abracei os romances."

O museu, porém, prova que as duas vocações não eram, afinal, excludentes e, talvez, esse tenha sido o cerne da atividade desse escritor pictórico. No material exibido, a produção de palavras é inseparável da coleção de imagens. Há jornais velhos, mas também alguns falsificados por Pamuk para assumir o aspecto de como eram na década de 1950 e 1960, cartazes de filmes reais e cartazes impostores, anúncios, placas de rua, e até mesmo um mapa anatômico simulando a fisiologia do amor-dor. A arte segue no encaixe de quase todos os seus escritos. *Meu Nome É Vermelho* teve sua gênese no desejo de escrever sobre as pinturas dos miniaturistas do século XVI em detalhes concretos.

Estou prestes a falar sobre isso, quando, como se por algum ato de magia pamukiana, vemos através de uma janela, bem ali, de pé diante de um cavalete, uma jovem, mão e braço estendidos, riscando a superfície na ação inconfundível de alguém definindo as grandes linhas iniciais de uma composição. É bom demais para ser verdade, remetendo a fotografias do jovem Orhan sentado à frente de seu cavalete fazendo a mesma coisa. A pintura ele ainda ama, como domínio do instinto; um abandono do cálculo cerebral da escrita. "Eu escrevi *Meu Nome É Vermelho* só para recordar a pintura, na qual a mão executa antes da intervenção do intelecto. Quando estou cativo dela, sou uma pessoa mais feliz. Kierkegaard nos diz que uma pessoa feliz é uma pessoa que vive no presente, a pessoa infeliz é alguém que vive no passado ou no futuro. Quando pinto, sem dúvida vivo no presente, como alguém debaixo de um

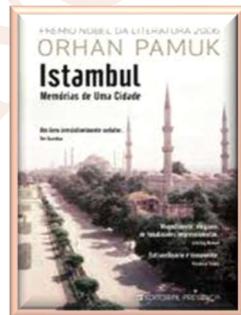
REFLEXÕES VII

chuveiro assobiando ou cantando."

Polícia dispersa protesto contra mudanças na praça Taksim, em Istambul: "Não havia intenção de derrubar o governo, o movimento era apenas antiautoritário, foi incrível, ótimo", comenta Pamuk



Pamuk não assobia, mas ri diante do acaso da presença da artista através da janela. O riso vem fácil, pontuando o fluxo de seu inglês eloquente. Se as sombras do "hüzün" por vezes se projetam sombriamente sobre sua ficção, elas coexistem com um forjado humor sombrio. A corrente de suas frases apaixonadas se projeta para diante e para trás entre os cumes da alta cultura – Nabokov, Tolstói, o formalista russo Viktor Shklovsky – e a alegria de menino diante das trivialidades da vida cotidiana. Um capítulo inteiro em *Istambul* é dedicado à comédia involuntária das placas nas ruas e às singelas declarações oraculares na imprensa. "Foi sugerido que, para embelezar a cidade, todas os cocheiros-condutores deveriam usar o mesmo uniforme; que chique seria se essa ideia se tornasse realidade."



Mas ele gosta de labutar nos detalhes, para chegar à expressão perfeita. Para a vitrine do refrigerante Meltem, o predileto de Fuzun e Kemal, ele foi ao extremo de produzir um fictício comercial de TV em branco e preto, no qual não falta uma loira emergindo de um conversível, toda feliz, segurando a garrafa da bebida. Percebo que não só seu penteado, como também o rímel, são perfeitamente da década de 1960. "É claro", exclama ele.

Foi Shklovsky que declarou que "uma trama é algo que conecta coisas das quais por acaso gostamos". E, ao contrário de minha ingênua suposição de que ocorreu a Pamuk criar o museu real após ter escrito o ficcional, como espécie de projeto de vaidade literária, o processo se deu ao contrário. Os contornos da paixão inconveniente,

REFLEXÕES VII

acesos em Kemal quando ele estava noivando outra pessoa, tinham se instalado na imaginação de Pamuk, mas foi apenas isso. Foi o suficiente, porém, para o escritor sair em busca de uma casa onde os objetos da obsessão seriam preservados, antes que tivesse avançado no romance. Sua ideia foi escrever um catálogo de objetos com verbetes tão longos e digressivos que constituíssem o romance.

Enquanto prosseguia em outras obras – Neve, Istambul –, passou a vasculhar os mercados de pulgas locais em busca de roupas; de mapas antigos, cartões-postais, um busto que se transformou em sua imagem para o pai de Kemal; qualquer coisa que pudesse construir o mundo da paixão de Kemal, até escovas de dente, que, para Pamuk, tinham de ser do período certo. "Que tipo de loja manteria estoques de escovas de dente tão antigas?", pergunto-me em voz alta. "Eu sei, eu sei", ele concorda, rindo, mas alguém o fez.

No seu "escritório" – um espaço revestido de livros no cume de uma rua em Cihangir, onde a janela descortina um panorama espetacular com vista para o Chifre de Ouro, pergunto se é viciado em listas (como sou). "Oh, isso é o que são os romances, drama, mais uma lista... Agora estamos nos aproximando da parte da lista, e por isso temos de tornar a lista dramática, e é preciso recheiar o drama com outra lista." É o que as crianças fazem, diz ele, diante de "tanta complexidade. Muitas regiões negras impossíveis de compreender, mas você pode dar nomes a elas e após tê-las nomeado começa a primeira tentativa de esgotá-las. Eu gosto do artista épico, que apanha um pincel, que quer apanhar o mundo inteiro e colocá-lo num livro enciclopédico".

A rica plenitude da vida ainda o fascina e o solidariza com os grandes fazedores de listas da literatura: Rabelais, Sterne, Melville, Eco. Minimalista não é; o excesso nunca é o suficiente. Virá isso de um tipo de ganância benigna?, indago. Admite isso, de maneira análoga ao Museu da Inocência: a possibilidade de alguma forma absorver e incorporar a abundância do mundo por meio da singularidade de seus detalhes sensuais. "É uma ganância por poder; depois que você tem uma lista, você tem poder. Como disse Foucault, você a categoriza, ela está em seu mundo, você a possui como um colecionador. Kemal quer ser poderoso e coleciona... Um

REFLEXÕES VII

romance é uma história que coleciona tudo contido na lista." Mas as listas podem também ser muito pesadas. Uma das mais tristes vitrines no museu é coberta com fotos de todos os lugares em Istambul onde Kemal imagina ter vislumbrado sua desaparecida Fuzun, mas tinha se enganado: um mapa de proliferantes ilusões.

Fizemos a visita ao museu; apreciamos a vastidão do horizonte de Istambul. Pamuk aponta para o gracioso pavilhão à beira da água sob a vegetação do parque que circunda Topkapi. "Está vendo aquilo? É aonde o sultão ia para despedir-se da frota que partia para alguma batalha ou sabe lá Deus para quê. Adeus, frota", e os turbantes e caftans de repente parecem materializar-se em miniatura, naturalmente, lá embaixo. Sinto-me à deriva em meio à névoa de uma memória turca, sentindo-me em casa. Logo haverá um jantar em que comeremos peixe, ao lado de Asli, namorada de Pamuk, e com sua filha Rüya. Ele me oferece uma taça de vinho. E então volta atrás.

"Sabe, Simon, realmente não falamos da Taksim, não é? Sua editora não vai achar estranho?" "Pessimistamente, reconheço que ela provavelmente achará isso. "OK, então." A rolha volta à garrafa, fico tão atento quanto possível, mas Pamuk me poupa o incômodo, passando a entrevistar-se ele próprio sobre temas de importância contemporânea. Na realidade, ele estava ausente quando ocorreram as manifestações na praça, mas como muito de sua vida, tanto quando criança e mesmo quando adulto, girou em torno da praça – "meia Times Square, meia Hyde Park Corner" –, sente o drama pessoalmente.

"O parque Gezi não é grande coisa, mas pertence a todos que já foram lá, um lugar da vizinhança, de modo que as pessoas se dispuseram a resistir, usando tudo o que tinham, ao corte de apenas uma árvore, que dirá a área inteira, e para quê – um *shopping*, um quartel que todos sabem que era nada, nada." O que então se desenrolou diante de Pamuk foi algo poético, manifestação de sentimento, compartilhado por muitos que não compartilhavam muita coisa mais. "Não havia intenção de derrubar o governo, o movimento [em defesa de Taksim] era apenas antiautoritário, foi

REFLEXÕES VII

incrível, ótimo, maravilhoso", comenta. "Respeito e gosto da poesia daquele momento."

Há outras maneiras pelas quais Erdogan vem testando seu poder de impor normas à Turquia: não apenas restrições à venda de bebidas alcoólicas como a proibição ao aborto e, mais preocupante para Pamuk, a aplicação de um tipo discreto de censura mediante a qual escritores transgressores não são, como foi o caso dele, levados a julgamento, mas sumariamente demitidos por editores de jornais. "Pressões são exercidas para demitir, e demitir qualquer crítico", conta.

Perguntar qual campo poderá prevalecer, na Turquia, acredita, é irrelevante, até porque as alianças são complicadas. Há conservadores nacionalistas que são seculares, nos moldes de Atatürk, e há aqueles que não o são. Todos os seus instintos anseiam por uma Turquia não caracterizada por uma só cultura ou uma só língua, mais próxima de uma Istambul poliglota imperial de gregos, armênios e judeus. Mas aconteça o que for no cenário político ou mesmo na praça Taksim, o enigma mais profundo, conforme diz, não é particular à Turquia. "Há sempre um entrechoque, o moderno trai a história e a cultura, e a tradição sempre trai a modernidade. Não há solução." Se você se inclina para a frente, avançando na modernidade, trai a autenticidade de seu passado; se você se inclina para trás, abraçando a tradição, trai os princípios e a filosofia de, por exemplo, liberdade de expressão e pluralismo, a que todo escritor tem de aderir.

A pergunta paira no ar, irrespondível, por ora. Nesse momento, é difícil lembrar que do outro lado de uma fronteira, na Síria, dezenas de milhares foram mortos em uma guerra civil implacável e, por meio de outra, no Irã, uma teocracia ainda reina com guardiões não eleitos que decidem quem pode concorrer a cargos políticos dependendo de sua ortodoxia moral.

De repente, os problemas da Turquia parecem administráveis, até mesmo invejáveis. Mas não é essa filosofia-placebo que permanece comigo nessa noite e no voo de volta a Londres. O que permanece é a coisa em última instância maior, a coisa da ternura humana: uma

REFLEXÕES VII

marca de batom num cigarro com filtro de cortiça, um copo de chá não tomado, uma menina em pé ao lado de um poste de luz que pode ou não estar lá, exceto no canto da memória, onde permanecerá. ●

Orhan Pamuk: romancista turco. Foi galardoado com o Nobel de Literatura de 2006. É professor de literatura da Universidade Columbia.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 23 de agosto de 2013

A verdade sobre a vida no escritório

Lucy Kellaway



A história dos últimos 250 anos do mundo corporativo mostra que a paquera e o tédio sempre existiram e que a “tia” que trazia o chá jamais retornará

Quando comecei a trabalhar em um escritório, no início da década de 1980, fumávamos em nossas mesas, martelávamos nossos textos em duras máquinas de escrever e na hora do almoço escapávamos até a cantina do escritório para comer uma torta de carne moída. Tudo o que venho escrevendo a partir de então sobre os escritórios modernos – os lugares sem fios, sem fumaça e silenciosos onde agora trabalhamos – é tingido por minhas lembranças de como eram as coisas no passado.

No entanto, agora penso que meu senso de história era totalmente distorcido. Acabei de realizar uma série para a BBC Radio Four sobre os últimos 250 anos da vida em escritórios e descobri que metade das coisas que considerava novos modismos revelou-se não ser, de forma alguma, novidades, ao passo que muitas coisas que considerava fatos eternos da vida em escritórios são realmente bastante recentes. Existem, porém, algumas constantes – como a paquera e o tédio –, assim como algumas coisas que desapareceram para sempre. A “tia da copa” que trazia o chá jamais retornará.

As listas a seguir pretendem restabelecer a verdade.

Seis modismos que não são novos

1. Trabalhar no Starbucks- Esta tendência recente tem 350 anos de existência. O primeiro café londrino foi inaugurado em 1652, e foi um sucesso instantâneo entre os homens cuja atividade era vender seguros de navios ou que negociavam com açúcar ou com cabelo humano. Após 50 anos, havia 3 mil deles – uma taxa de

REFLEXÕES VII

expansão que faz a invasão da Starbucks na capital do Reino Unido parecer uma tartaruga. Há duas diferenças entre aquelas cafeterias e a versão moderna. O foco, à época, era frequentar para encontrar gente – hoje é para ficar sozinho com seu *laptop*. E a bebida predileta não era um frappuccino de caramelo com canela extra, mas uma bebida quente que, dizem, mais parecia um “xarope de fuligem com essência de sapatos velhos”.

2. Trabalhar em casa- As pessoas costumavam trabalhar em casa – não por causa da *internet* ou para poupar gasolina, mas porque não havia escritórios. Em 1762, quando o Barings estabeleceu sua sede na Mincing Lane, a atividade bancária acontecia no térreo, enquanto no andar de cima a senhora Baring criava dez de seus 12 filhos. Foi um tempo de funcionários polivalentes que também moravam no local, dos quais esperavam-se que fossem igualmente habilidosos com os números quanto em desincumbir-se de tarefas cotidianas e distribuir o pão redondo com manteiga na hora do chá.

3. Pagar para ser estagiário- Dos estagiários modernos espera-se não apenas que trabalhem sem remuneração, como também, por vezes, que tenham de pagar pelo privilégio. Mas 200 anos atrás esse tipo de coisa era rotineira. Quando um Charles Lamb¹⁷ adolescente conseguiu um disputado emprego no departamento de contabilidade da Companhia das Índias Orientais teve de pagar uma fiança de 500 libras esterlinas como garantia de bom comportamento e encontrar dois patrocinadores que fizessem o mesmo, e então trabalhou durante dois anos sem receber nenhum salário. Isso lhe custou o equivalente a 140 mil libras, fazendo com que o estágio de uma semana na *Vogue* – arrematado por 42,5 mil libras em um leilão beneficente, no ano passado – pareça bastante razoável.

4. Café da manhã à mesa de trabalho- Um jovem colega gosta de começar o dia com uma tigela de Fruit’n Fibre equilibrada sobre seu teclado. John Stuart Mill fez o equivalente 170 anos antes. Todos os dias, ele caminhava de casa, em Kensington, até seu

¹⁷ **Charles Lamb:** (1775-1834) foi um literato e crítico inglês.

escritório na Leadenhall Street, onde consumia um ovo cozido e uma xícara de chá à sua escrivadinha. A diferença era que o café da manhã de Mill era trazido por uma criada. Meu colega tem de encher ele próprio sua tigela de Fruit'n Fibre.

5. Twitter- O *site* microblogging não inventou a comunicação sucinta. Isso foi inventado em 24 de maio de 1844, quando Samuel Morse digitou o primeiro telegrama: “O que Deus fez!”. O que Ele fez acabou revelando-se algo de fato bem grandioso, abrindo o caminho para a *internet* e levando Jack Dorsey a digitar, em 21 de março de 2006 o primeiro *tweet*: “Só estou compondo meu primeiro *twtr*”. Não é de surpreender que, como exemplo de prosa, a mensagem de Morse tenha sido enormemente superior: os primeiros telegramas custavam o equivalente a US\$ 25 por mensagem; ou seja, as pessoas não escreviam qualquer coisa velha.

6. E-mails destruindo a paz de espírito- Nossos temores de que as mensagens de *e-mails* nos deixem estressados são precisamente os mesmos que tínhamos cem anos atrás, com o surgimento do telefone. Um artigo publicado na revista *Telephony* em 1913 informou que algumas pessoas ficavam histéricas por terem de ficar permanentemente à disposição para atender chamadas telefônicas que chegavam com uma frequência inferior a uma por dia. E foram os telefones, e não o BlackBerry, que destruíram férias. Um anúncio de 1914 advertia homens de negócios para o fato de que um telefone os permitiria, enquanto pescassem trutas durante suas férias, manterem-se em contato como que estava acontecendo no escritório.

Seis coisas que são novas

1. Gestores- Até o século XX quase não existiam gerentes. O Reino Unido atravessou a Revolução Industrial sem quase nenhum administrador. Em vez disso, havia proprietários, capatazes e supervisores. A palavra “gerente” somente foi usada em seu sentido moderno a partir de cem anos atrás. Mas agora há 5 milhões deles no Reino Unido – dez vezes mais do que em 1911. Sem gerentes, a vida em escritório, como a conhecemos, simplesmente não existiria:

quase não havia reuniões, memorandos e não havia necessidade de “alavancar” ou “fornecer soluções”.

2. Gostar de seu trabalho- A noção de que as pessoas gostavam de seu trabalho era inaudita. Mill, que tinha um emprego confortável na East India Company, evidenciava uma atitude mais positiva do que a maioria das pessoas, mas até mesmo ele considerava o trabalho como “efetivamente um descanso das outras ocupações mentais que exerço simultaneamente”. Na época vitoriana, funcionários em escritórios parecem ter sido permanentemente infelizes. Um deles, em 1907, refere-se a colegas como “miseráveis movedorezinhos de canetas em casacas negras com os dedos manchados de tinta e fundilhos reluzentes”. Eles sentavam-se em banquetas desconfortáveis, trabalhavam em lugares úmidos e eram propensos a pegar tuberculose – ou ficar com dor nas costas.

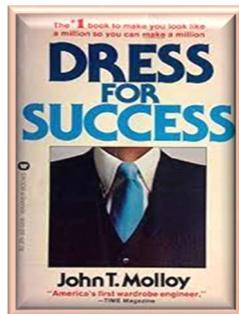
3. Mulheres- Mulheres em escritórios foi uma inovação do século XX, introduzidas como uma experiência para lidar com a crescente carga de trabalho, mas tornaram-se um enorme sucesso. Elas eram baratas, e não precisavam ser promovidas, porque, tão logo se casavam, deixavam o trabalho e eram substituídas por alternativas mais baratas. Até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), “funcionários do sexo feminino” tinham entradas, escadas e salões de refeições separados. Trabalhavam muitas vezes atrás de biombo e, em alguns casos, em gaiolas, para assegurar que sua moral permanecesse imaculada. No Barclays, elas eram autorizadas a subir à cobertura na hora do almoço, onde caminhavam e entoavam a canção da empresa. Havia apenas um privilégio desfrutado pelas funcionárias hoje não disponível: elas eram autorizadas a tricotar em períodos de ociosidade.

4. Competência- Ser adequado ao seu trabalho é uma invenção relativamente nova, pelo menos no setor público. Em meados do século XIX, a administração pública era recheada de idiotas irrecuperáveis, lá colocados por parentes. Uma avaliação parlamentar de 1855 faz referência “aos mais débeis filhos de algumas famílias, afortunados por uma nomeação, sim, e outros também, mentalmente ou fisicamente incapacitados, são admitidos

ao funcionalismo público". Mas vieram as reformas da década de 1870 – e a ideia revolucionária de que, para conseguir um emprego, o candidato precisava não apenas não babar na gravata, como também dominar um pouco de matemática e, igualmente, latim.

5. Jargão- Quando o estilo de gestão era do tipo comando e controle, não havia necessidade de jargão. Para dispensar pessoal, não se dizia “descontinuar”, como fez o HSBC, recentemente. William Lever, fundador da empresa de sabonetes Lever Bros, escreveu sem rodeios sobre como, na década de 1920, ele se livrou de “homens ineficientes, e homens muito bem pagos, homens idosos já incapazes de desempenhar suas incumbências. Estou confiante em que isso produziu um estado de medo nas mentes dos remanescentes por sugerir que, se não forem eficientes, a vez deles também chegará”.

6. Roupas casuais- A equipe que trouxe o Macintosh, da Apple, ao mercado em 1984 não se limitou a surpreender o público com seu produto, mas também com suas roupas: estavam todos vestidos com capuzes cinza. Até então, todo mundo vestia-se para trabalhar. Em *As Aventuras do sr. Pickwick*, Charles Dickens descreve: “Primeiro, despe o paletó preto que dura o ano todo, e enverga outro que já cumpriu seu dever no ano anterior, e que ele mantém à sua mesa para poupar o outro”. Na década de 1970, a virtude do traje elegante foi comprovada cientificamente: de acordo com o best-seller *Dress for Success* (como vestir-se para ser bem-sucedido): as secretárias de homens que usavam camisas de manga curta atrasavam-se para o trabalho 12% mais do que as dos homens em mangas compridas.



Seis coisas que são eternas

1. Luxúria- Isso é bem anterior à invenção de funcionários do sexo feminino. Como Samuel Pepys escreveu em seu diário em 30 de junho de 1662: “Acordei cedo e fui para o escritório, onde encontrei a garota de Griffen limpando-o, mas, Deus me perdoe! Como a

desejava, mas não me envolvi com ela”.

Quando as mulheres chegaram aos escritórios, muita coisa começou a acontecer, e muitas vezes terminou muito mal mesmo. Em 1958, Connie Nichols, secretária na Eli Lilly, manteve um longo caso com seu chefe, mas quando descobriu que tinha sido substituída por uma modelo mais jovem, deu tiro nele.

2. Falar mal de colegas- Ridicularizar colega de trabalho parece ser uma necessidade básica das pessoas que trabalham em escritórios. Lamb compôs um dístico¹⁸ sobre um colega particularmente obtuso chamado Ward: “O que Ward sabe, só Deus sabe; mas sabe lá Deus o que Ward sabe!”. Embora a necessidade seja constante, o modo de execução mudou – ditos espirituosos foram, desde então, substituídos por brincadeiras de mau gosto em redes sociais.

3. Prêmio de beleza- Ser alto, falar baixo e ser agradável aos olhos sempre foram vantagens. Verificou-se que os executivos-chefes contemporâneos nos Estados Unidos são 2,5 polegadas¹⁹ mais altos do que o homem médio, e inúmeros estudos têm mostrado que os mais bem-apegoados têm maior taxa de sucesso. Cem anos atrás, a menção do “fator beleza” era explícita: no Bank of Scotland, no fim do século XIX, funcionários eram “removidos da vista”, em virtude da “baixa estatura”, ter uma “voz meio esquisita” ou por “suas orelhas de abano e cabelo ruivo”.

4. Políticas mesquinhas- Em minha vida profissional, algumas das mudanças mais impopulares focaram mordomias insignificantes, como biscoitos grátis. Na Companhia das Índias Orientais, em 1817, houve uma gritaria geral quando a festa de Natal – a “festa anual da tartaruga” – foi suprimida. Ainda pior foi uma nova iniciativa que exigia uma assinatura a cada 15 minutos durante o dia inteiro. Uma política que faz parecer *laissez-faire* a insistência

¹⁸ **Dístico:** máxima expressa em dois versos.

¹⁹ **Polegada:** antiga medida de comprimento que tem mais ou menos a medida da segunda falange do dedo polegar, equivalendo a 2,75 cm.

de Marissa Mayer para que o pessoal do Yahoo compareça ao trabalho.

5. Slogans motivacionais- Na moderna sede do Facebook em San Francisco, as paredes são cobertas de avisos dizendo: “O que você faria se não estivesse com medo?”. No edifício Larkin Soap, em Buffalo, também bastante moderno à época de sua inauguração, em 1907, o arquiteto Frank Lloyd Wright mandou esculpir nas paredes: “Pensamento, sentimento, ação”. Esses slogans não se revelaram excepcionalmente bem-sucedidos: a Larkin Soap faliu.

6. Papel- É famosa a previsão da **Businessweek**, em 1975, segundo a qual os escritórios iriam funcionar sem papel, mas nos 25 anos seguintes o volume de papel usado nos escritórios continuou crescendo. Embora estejamos agora abandonando um pouco o hábito, o trabalhador médio ainda gera 1 quilo de papel por dia. Eu mantenho minha previsão de que o escritório sem papel só será realidade depois de os banheiros sem papel ocorrer.

Seis coisas que nunca voltarão

1. Livros de registro- O fim dos livros de registro foi, possivelmente, a melhor notícia que os escritórios já receberam. O sistema baseado no registro de informações em ordem cronológica significava que nenhuma informação podia ser recuperada. A invenção do arquivo para pastas suspensas, 1868 – permitindo que as coisas fossem arquivadas em ordem alfabética – foi, provavelmente, um passo maior para a economia baseada em conhecimento do que o computador.

2. Um cemitério de equipamentos- Coisas como canetas de pena, papel mata-borrão, máquinas de escrever, máquinas de somar, computadores de grande porte, editores de texto e máquinas de *fax* já se foram todos, ou estão indo.

3. Ruído- O fim do som de metal batendo das máquinas de somar, de máquinas de escrever e dos estridentes telefones de baquelite (**baquelite** = baquelite é um polímero de condensação, ou seja, é o resultado da reação de condensação entre dois monômeros, com a eliminação de moléculas de água) significou o fim do ruído. Agora,

há apenas a leve batida nos teclados e a educada vibração dos celulares. Texto substituiu falação. A ironia é que, contra todo o silêncio perturbador, o que começamos a fazer? Usar fones de ouvido.

4. Cigarros- Essa era a droga perfeita nos escritórios e um lubrificante social. Nos tempos de Dickens, em vez de cigarros, era a vez do rapé: “O funcionário sorriu quando enquanto fez o comentário e inalou uma pitada de rapé com um entusiasmo que parecia ser intensificado pela mescla de paixão pelo rapé e antecipação do prazer de cobrar uma taxa”. Nas burocracias, o prazer da cobrança de taxas sobreviveu ao apego ao cigarro, que foi expulso dos ambientes de trabalho, consumido apenas por uma minoria obstinada na calçada em frente ao prédio.

5. Privacidade- Trabalhadores subalternos sempre trabalharam em salões sem divisórias, enquanto os gerentes tinham suas próprias salas – até a década de 1960 quando um movimento alemão denominado Bürolandschaft removeu as paredes e colocou vasos de plantas em seu lugar. A partir de então, o avanço dos “planos abertos” continuou, e, apesar de os executivos conseguirem manter suas próprias salas, as paredes agora são feitas de vidro. Assim, quem quiser um encontro reservado é obrigado (a) a sair do aquário e ir à escada.

6. A “tia da copa”- Em 1966, a mulher do responsável pela casa da East India Company começou a fazer chá para os diretores e assim nasceu o papel da “tia do chá”. Nos 300 anos seguintes, ela foi uma figura *cult* na maioria das empresas, com seu grito de boas-vindas: carrinho. Em 2003, Isa Allan, uma “senhora da copa” na Scottish Enterprise, recebeu uma condecoração da rainha por ser o “coração e alma” do lugar. Porém, até mesmo a rainha não foi capaz de deter o avanço da mecanização, da terceirização e dos cortes de custos: a “tia” do chá foi substituída pela máquina de café, pelo bebedouro e pela rede fast-food Pret a Manger – e nenhuma das alternativas é tão competente. ●

Lucy Kellaway | Financial Times

Artigo publicado no jornal Valor Econômico em agosto de 2013

Dieta sem glúten prolifera, mas nem todos se beneficiam

The Wall Street Journal



Há dez anos, poucos sabiam o que era glúten. Hoje, muitas pessoas procuram evitar esse elemento encontrado nos grãos. Cada vez mais, os principais fabricantes de alimentos do mundo e cadeias de restaurantes estão reformulando suas receitas e rótulos, criando uma indústria de bilhões de dólares de produtos livres de glúten.

A tendência chamou a atenção de Heather Nutsch, uma pesquisadora dos Estados Unidos da área de oncologia que há anos vem lutando contra a balança. Em fevereiro, ela decidiu seguir uma dieta livre de glúten.

Muitos especialistas da área de saúde, porém, dizem que não há provas dos benefícios dessa dieta, salvo para uma pequena parcela da população que não consegue processar a proteína. Segundo os rótulos, muitos alimentos livres de glúten contêm menos vitaminas, menos fibras e mais açúcar. "Eu não tenho ideia", diz Donnie Smith, diretor-presidente da Tyson Foods Inc., ao ser questionado se os produtos livres de glúten são mais saudáveis para a maioria das pessoas. A empresa americana lançou em 2013 *nuggets* de frango, sanduíches de carne e até mesmo bacon sem glúten.

As pessoas hoje se preocupam com o que comem de uma forma totalmente diferente. O desejo de comer melhor, combinado com as iniciativas de empresas de alimentos em busca de novas oportunidades de crescimento, criou um círculo de influência que está sendo muito alimentado pela *internet*. O resultado é uma cacofonia de afirmações e convicções contraditórias sobre como comer que pode tanto confundir como liberar os consumidores.

REFLEXÕES VII

Uma onda de livros e documentários nos últimos dez anos despertou desconfianças sobre a indústria de alimentos – dos ingredientes usados ao tratamento dado aos animais. As redes sociais aceleraram a propagação de novas tendências alimentares: o Facebook tem mais de 1.000 grupos com *gluten free* (livre de glúten) no nome, inclusive um grupo de encontros chamado Solteiros livres de glúten. Em resposta, empresas criaram uma bateria de novos alimentos, transformando o que poderia ser uma mania isolada em grandes categorias de novos produtos. A empresa de pesquisa Nielsen lista mais de 75 alegações referentes à saúde e ao bem-estar impressas pelos fabricantes de alimentos na frente das embalagens. Aos rótulos mais antigos como "baixo teor de gordura" ou "baixo teor de açúcar", se uniram "baixo teor de carboidratos", "100% natural", "orgânico", "não transgênico", "livre de lácteos" e "livre de hormônios", entre outros.

Críticos dizem que alguns desses rótulos podem ser enganosos. Rótulos com a afirmação "livre de gordura trans" estão aparecendo em produtos como leite, por exemplo, que nunca tiveram a gordura trans artificial que entope as artérias.

As citações "açúcar de cana" e "néctar de agave" hoje também são populares nos rótulos, mas estudos acadêmicos mostram que esses ingredientes têm os mesmos efeitos nocivos do xarope de milho de alta frutose. As vendas de produtos "livre de xarope de milho" subiram 45% nos últimos quatro anos antes, para US\$ 921 milhões, segundo a Nielsen.

Para as empresas de alimentos, as novas categorias criam a chance de aproveitar a euforia do consumidor num momento que as vendas de alimentos prontos e os vendidos nas redes de restaurantes estão estagnadas. Outro benefício: embora seja mais caro fabricar esses produtos "saudáveis", as empresas cobram até o dobro do preço por alguns deles, mantendo – e até aumentando – suas margens de lucro, diz o consultor de varejo Willard Bishop.

O glúten é encontrado no trigo, cevada e centeio. Sua estrutura elástica o torna ideal para o cozimento, mas desencadeia uma resposta autoimune em um pequeno número de pessoas, afetando

seus intestinos.

O Brasil não tem dados oficiais da doença, mas uma pesquisa de 2005, apresentada à Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, identificou um celíaco, como é chamado o portador dessa condição hereditária, em cada grupo de 214 pessoas. Nos EUA, eles totalizam entre dois e três milhões de pessoas, menos de 1% da população.

Alguns médicos passaram a sugerir a eliminação do glúten em pacientes para curar doenças misteriosas. Celebidades se uniram à mania, dando ao glúten poderes de perder peso e aumentar a energia. Em poucos anos, o modelo foi construído: hoje, os produtos livres de glúten podem ser vistos em qualquer supermercado, incluindo marcas de primeira linha. Encontra-se até comida para cachorros livre de glúten. Em alguns países, os rótulos "livre de glúten" também estão sendo colocados em alimentos que nunca tiveram trigo, cevada ou centeio – como legumes e iogurte.

As vendas globais no varejo de produtos especialmente formulados para serem livres de glúten quase dobraram desde 2007, para US\$ 2,1 bilhões no ano passado, segundo o **Euromonitor International**. Na América Latina, as vendas de produtos rotulados como livre de glúten somaram US\$ 94,8 milhões no ano passado, 6,3% a mais que em 2012, e devem chegar a US\$ 127,3 milhões até 2018, de acordo com a firma de pesquisa **Euromonitor**.

O Brasil responde pela maior parte deste volume, quando as vendas chegaram a US\$ 68,5 milhões no ano passado, uma alta de 14,6% ante 2012. A previsão da **Euromonitor** é que até 2018 elas alcancem US\$ 87,2 milhões.

Apesar da publicidade crescente desses produtos, a maior parte dos executivos da indústria de alimentos afirma que uma dieta livre de glúten deve ser feita por quem tem necessidades médicas. Nutsch, a pesquisadora de câncer, disse que seguiu seu regime livre de glúten por duas semanas e perdeu alguns quilos. Mas ela disse que nunca se sentiu totalmente satisfeita comendo as mesmas coisas todos os dias e desistiu. "Eu notei uma diferença em como meu corpo se sentia", disse ela. "Mas não sei se é porque era livre de glúten ou

REFLEXÕES VII

porque eu estava fazendo comidas frescas todos os dias." •

The Wall Street Journal

Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 26 de junho de 2014

LUIZ BIANCHI

1964-2014: brutalidade

Luiz Roncari



"Olerê, baiana.../ eu ia e não vou mais:/ eu faço/ que vou/ lá dentro, oh baiana!/ e volto do meio pra trás... -?" (Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa)

O início da década de 1960 vinha carregado de promessas para a vida artística e cultural brasileira. Nem é preciso dizer sobre a quantidade de realizações com ideias e propostas novas que agitavam o cinema, o teatro, a literatura, a arquitetura, a música e mesmo a historiografia, a economia, a sociologia e outras áreas de reflexão sobre o País. Olhando de hoje, o Brasil prometia, havia uma efervescência saudável e produtiva na nossa vida intelectual. A violência do golpe de 1964 não se restringiu ao campo político-institucional, foi também o começo da demolição de um universo cultural que se estruturava: escolas, associações, institutos, emissoras de rádio e televisão, universidades, revistas, jornais, editoras e os seus respectivos corpos técnicos de profissionais, como jornalistas, professores, escritores, cientistas, editores, pesquisadores. Nada ficou incólume à brutalidade.

No ano do cinquentenário do golpe, quando já deveríamos vê-lo pelas costas e superar definitivamente as suas consequências nefastas, na verdade nos inquietamos, ao perceber quantas similitudes guarda este ano com aquele: tanto um como outro podem ser considerados tempos de promessas e ameaças – sem dúvida em contextos muito distintos.

Quando João Guimarães Rosa publicou o seu quarto livro, *Primeiras Estórias*, em 1962, logo muitos perguntaram por que "Primeiras", se na



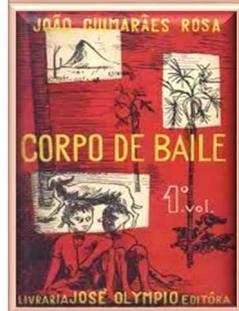
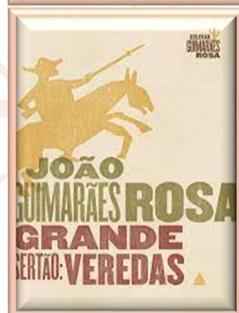
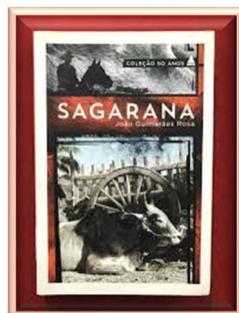
REFLEXÕES VII

verdade era o seu terceiro livro de contos? Somente depois de bem digerido, como com as leituras pioneiras de Paulo Rónai e Luiz Costa Lima, é que se percebeu que as suas narrativas, apesar das ameaças e tensões de violência que continham, já expressavam um teor de vida mais serenado, pelo menos distante das virulências explícitas apresentadas nas obras anteriores: Sagarana, Grande Sertão: Veredas, Corpo de Baile.

O novo livro vinha a público logo depois das turbulências político-institucionais provocadas pela renúncia de Jânio Quadros, que suscitaram as mesmas apreensões decorrentes do suicídio de Getúlio Vargas. Assim como em 1954, retornava a ameaça de o mar virar sertão e de se reverterem as experiências político-institucionais que o País vivia. O que não ocorrera antes, e a eleição benfazeja de Juscelino Kubitschek e o seu governo tinham demonstrado que poderíamos continuar no caminho institucional, com soluções civis ordenadas.

Mas, em 1961, de novo, quando tudo parecia se revirar com novas ameaças de golpe civil e militar, e, como pergunta a canção, o País voltar "do meio para trás?", ele conseguiu superar as soluções truculentas e reencontrar o caminho da legalidade, com a posse do vice-presidente constitucional, João Goulart. O Brasil havia atravessado o Rubicão? Tudo fazia acreditar que sim, pelo menos é o que pareciam dizer essas novas "estórias".

Nelas, ainda que tenuemente, havia a presença da sombra de um poder maior, o do Estado legítimo, que chegava também aos rincões e continha as explosões arbitrárias de violência do poder privado. Essa era a promessa maior: a de que alguma força institucional se



REFLEXÕES VII

sobrepunha à ordem costumeira e da busca da vingança do sertão. Com isso poderíamos caminhar para uma vida mais urbana, civil e ordenada. As estórias de Guimarães Rosa eram então as "primeiras" de "um novo tempo", o que o liberava para se concentrar nas próprias experiências literárias. O autor, como diplomata e funcionário de Estado, pensava o Brasil em termos político-institucionais; e, como escritor e homem de letras, preocupava-se mais com os padrões literários e civilizatórios – sabia, porém, que não poderia segmentar uma coisa da outra.

Não era muito diferente do que faziam os homens cultos de seu tempo. Todos, do jurista ao acadêmico, passando pelo filósofo, poeta e crítico literário, não tinham pruridos em falar em "civilização brasileira", ainda que lhes ficasse sempre no fundo da consciência uma dúvida, se isso seria possível aqui, a superação do estado de sertão.

Nos anos 1950 e 60, se os ganhos políticos, institucionais e culturais continuavam ainda restritos e deixavam muita gente de fora, o crescimento econômico modificava o perfil da sociedade, em virtude do desenvolvimento industrial e urbano, às novas possibilidades de emprego, à migração interna, à educação pública gratuita, às políticas de renda, como o salário mínimo, a legislação e a organização trabalhistas. Nessa nova conjuntura, o povo pobre queria também entrar e participar de outros ganhos de uma vida mais plena.

Quem analisa as propostas de reformas do tempo pode ver que os "agitadores subversivos" de então não queriam revolucionar e acabar com tudo, inclusive os comunistas. O que queria a maioria era participar e gozar dos benefícios da ordem civil e do crescimento econômico. Os analfabetos, soldados, marinheiros e sargentos reivindicavam o direito de voto, e a reforma agrária proposta era a mesma que as nações europeias haviam feito logo depois da Segunda Guerra.

Foi, portanto, um tempo de emergência social grande, mas, por incrível que pareça, relativamente organizada. As camadas trabalhadoras iam aos comícios carregando as faixas de suas

REFLEXÕES VII

entidades, faziam questão de dizer quem eram e o que queriam. Ao contrário do que parece ocorrer hoje, não era uma massa amorfa, mascarada e violenta – ela era organizada em sindicatos, associações de classe e profissionais, partidos políticos, ligas camponesas. Informe era a massa da classe média que saía às ruas em Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com a promoção e o apoio implícito e explícito de parte dos meios de comunicação, da Igreja Católica e de outras instituições, algumas americanas e clandestinas.

Hoje se sabe que Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, comunicava o sucesso delas ao Departamento de Estado americano e exultava, principalmente com a participação das classes médias e altas, mas lamentava a baixa participação das classes baixas.

O artigo de Maria Clara R.M. do Prado, com o título contundente, Renda, de volta a 1964, talvez nos ajude a entender um pouco o porquê disso: "Às vésperas da data que marcará os 50 anos do golpe militar de 1964, o Brasil depara-se com um fato extraordinário e muito revelador: a distribuição de renda, medida pelo índice Gini, voltou praticamente ao que era em 1960" (Valor , 20/2/2014, pág. A13).

A maior similitude de 1964 com 2014 creio que seja esta: a emergência social. As camadas que tiveram ganhos econômicos e de renda nos últimos governos não querem mais só *rolezinhos* em *shoppings* e aeroportos, querem também entrar no concerto da nação, com boa educação, saúde, transporte, moradia, lazer e acesso à cultura. Como em 1964, temos muitas promessas, mas enfrentamos também desafios semelhantes. Porém, se antes as camadas médias e altas tinham as próprias marchas, hoje elas se aproveitam e se misturam com os estudantes do Passe Livre, deixando os carros na garagem.

Quem aproveita e a que poderá levar a confusão? De novo: a desmoralização do voto e da representação política constituída por meio dele, a única legítima – pelo menos, até que se invente outra. O preocupante é que isso desemboque na formação do "bloco dos

REFLEXÕES VII

sem-votos", composto por formadores de opinião, funcionários da Justiça e a *intelligentsia* do mundo das finanças e empresas, capaz de produzir um ninho de forças que poderá criar muita cobra.

Basta apreciar a ânsia que existe no ar de encontrar um novo Collor, um líder avulso, sem partido consolidado e definição programática para o conjunto da nação, como a excitação que provocou o nome de Marina Silva e hoje desperta o de Joaquim Barbosa. Porém, e se não o conseguirem e o País continuar no caminho da normalidade institucional?

Talvez se dê mais uma razão para se prosseguir com a desqualificação do voto e de suas instâncias políticas; perspectiva que pode ser muito reforçada pelos ruídos que chegam também de fora, gerados pelas circunstâncias mais diversas: do Egito, da Argentina, Ucrânia, Venezuela, Síria. Ainda não se levantou aqui o espantinho do "populismo" e da "demagogia", como em 1964, talvez porque o da "corrupção" tenha rendido mais. Porém, não foi suficiente.

Parece ser essa agora a nossa sina, a de um país na busca de espantinhos para o regresso, como pergunta a canção do Grande Sertão, e voltar "do meio pra trás... -?". A boa literatura, como a de Guimarães Rosa, preocupou-se com isso. ●

Luiz Roncari: professor titular de literatura brasileira da USP, autor, entre outros, de *Buriti do Brasil e da Grécia: Patriarcalismo e Dionisismo no Sertão de Guimarães Rosa*. Artigo publicado no jornal Valor Econômico no dia 14 de março de 2014

Grande sertão: Veredas – 50 anos

Daniel Piza



Rosa dos tempos

João Guimarães Rosa (1908-67) se divertia imaginando que sua obra-prima, Grande Sertão: Veredas, publicada em maio de 1956, daria trabalho



para os críticos durante 700 anos. Cinquenta anos se passaram, e a frase continua a fazer sentido: interpretado de todas as formas, o livro é tema de debates sem fim e mantém a sensação de que ainda não foi totalmente desvendado, se é que um dia o será. O que o deixaria mais feliz, no entanto, seria saber que não foram apenas os críticos que se mantiveram interessados nesse livro que diz que “tudo é a ponta de um mistério”; por mais que ele seja tido como difícil ou estranho, continua a ser lido pelos mais diversos tipos de pessoas, pouco ou muito letradas, e provocando paixão como poucos autores.

Rosa, em verdade, demorou a ser entendido pelos intelectuais. Com exceções como Graciliano Ramos e Antonio Candido, ele foi objeto de críticas negativas como a de Wilson Martins, que não percebeu a densidade de personagens como Riobaldo e Diadorim, e até de chacota, como a de Nelson Rodrigues, que dizia que sua obra era uma vasta “confeitaria” marcada por frases acacianas²⁰ como “Viver é perigoso”. Mesmo hoje é comum ouvir que Grande Sertão: Veredas é chato. Mas cada vez mais pessoas discordam, são as que não se deixam incomodar – e passam a se encantar – pelo uso

²⁰ **Acaciano**: que ou quem se mostra afetado, ridículo pelo uso de fórmulas convencionais ao falar ou pela maneira pomposa de ser; acacianista, acacista.

REFLEXÕES VII

peculiar das palavras, pontuações e sonoridades, nas quais descobrem intensidade de uma prosa poética, plena de recompensas, e uma história de amor tão bonita quanto trágica.

Tais características explicam essa circunstância peculiar que é a comemoração do aniversário de uma obra não de seu autor, o que nem mesmo outros grandes livros de escritores brasileiros – como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, cujo centenário foi bastante lembrado há quatro anos – tiveram a honra de receber de forma tão intensa. São estudos, eventos, caminhadas, reedições, exposições, cadernos especiais como o que o Estado oferece hoje. É um caso semelhante ao de *Ulisses*, de James Joyce – com quem frequentemente Rosa é comparado, mas a quem julgava “cerebral demais” –, romance celebrado todo ano em 16 de junho (dia em que se passa a história) e fonte para outros sete séculos de análise. São os leitores, enfim, que mantêm vivo o livro de Rosa.

Mas Rosa dizia que não se pode separar obra e biografia. Para entender melhor sua obra-prima, ajuda muito saber como ele foi, quais interesses cultivou. E esse mineiro nascido em

Cordisburgo em 27 de junho de 1908 foi médico e soldado antes de diplomata; para ele, o convívio com o sofrimento e a morte dos homens, assim como a tristeza dos cavalos, teve papel formador tão importante quanto seus estudos de literatura e filosofia em uma dúzia de idiomas.

Quando acompanhou uma boiada pelo interior de seu Estado, em 1952, anotando cantos, contos e causos dos vaqueiros e registrando a flora e fauna das veredas, matutou nos dois livros que lançaria em 1956 – *Grande Sertão: Veredas* e, antes em janeiro, *Corpo de Baile* – precisamente com a ambição de combinar conhecimento direto e erudito do mundo.



REFLEXÕES VII

Realidade e mitologia se fundem no livro porque, na visão de Rosa, se fundem no sertão. Não à toa a abertura logo coloca a questão da definição de seus contornos: uns querem que o sertão propriamente dito seja o do nordeste mineiro, acima do rio Urucuia, nas fronteiras com Goiás e Bahia; Riobaldo, o narrador, diz, porém, que o sertão também existe em Corinto ou Curvelo, cidades que, como Cordisburgo, se situam mais abaixo. Que o sertão é “onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar 10, 15 léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”. E acrescenta logo depois: “O sertão está em toda a parte”. Em outra frase famosa do livro, traduz: “O sertão é dentro da gente”. Pois é dentro da gente que existem os vazios, os descontroles, os sofrimentos – assim como as veredas, oásis de verde e água que aliviam e revigoram os errantes.

Partindo da metáfora do sertão como solidão, Rosa – que dizia que Goethe, Dostoiévski e Flaubert eram sertanejos – povoa nossa imaginação com os dilemas de seus personagens e as ironias de seus destinos. O enredo, tal como numa tragédia grega, pode ser reduzido a um núcleo dramático bastante simples, apesar das mais de 500 páginas do livro: o amor de um jagunço, Riobaldo, por outro, Reinaldo, que na verdade é mulher, Diadorim. Ele ignora a verdade; ela não pode revelá-la; e essa condenação pesa sobre todos os acontecimentos. A história, no entanto, é movimentada, marcada por peripécias e reviravoltas, e se abre como um rio em afluentes, historietas que praticamente podem ser lidas de modo isolado. Rosa se dizia autor de “contos críticos”, mescla de narrativa e meditação, e não de romances, em que a trama é trabalhada em função da curiosidade sequencial do leitor. Não gostava de histórias que, dizia, citando Zola e Jorge Amado, se bastam na superfície dos costumes.

Os lençóis subterrâneos de seu livro envolvem questões como a existência do Diabo, o custo da civilização, a insuficiência da lógica. Para isso, recorre a uma infinidade de recursos: a invenção de palavras, a mistura de gêneros, a simulação de prosódias (**prosódia**: parte da gramática tradicional que se dedica às características da emissão dos sons da fala, como o acento e a entoação [Ger. está relacionada com os estudos de metrificação.]). O livro tem cenas de

REFLEXÕES VII

batalha, monólogos interiores, passagens líricas (como a descrição do encantamento de Diadorim com “o sol entrando”), acontecimentos quase surreais (como a cena do menino confundido com macaco), guerras e festas – num jogo de contradições característico do sertão como da alma humana.



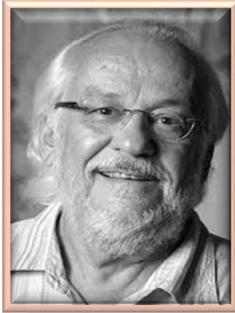
A geografia, muito precisa em boa parte do livro, com nomes reais, se torna indefinida em outros momentos, os mais dramáticos ou “demoníacos”, como no cruzamento do inexistente Liso do Suçuarão ou no pacto em local não explícito com Hermógenes. A época é ainda mais vaga, o final do século XIX, assim como o tempo interior pode ter outro ritmo que o exterior. Do mesmo modo, Rosa é mais místico que os vaqueiros que tanto admirou, mas foi desse mesmo mundo ora em extinção que extraiu ditos paradoxais como “o diabo não existe, por isso é tão forte”. E assim a narrativa segue, simbolicamente, entre o determinado e o indeterminado, até ao ponto final, depois da palavra “travessia” e antes do símbolo do infinito, tão prezado por Rosa.

Sem ser experimental, Rosa foi inventivo como nenhum outro escritor brasileiro. Sem ser conservador, bebeu em tradições literárias nacionais e internacionais para criar o que só alguém de seu tempo e lugar poderia ter criado. **Grande Sertão: Veredas** é a culminância de sua vida de aprendizados. Quando morreu, em 19 de novembro de 1967, três dias depois de seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras – que tanto adiara por medo justamente de estar divulgando seu epitáfio –, já era imortal havia 11 anos. **Grande Sertão: Veredas**, o livro, não morreu; como sabia seu autor, apenas ficou encantado. ●

Daniel Piza

Sertão: mar e rios de histórias

Davi Arrigucci Jr.



Vou tratar de um dos nossos maiores escritores: tarefa difícil, sobretudo de forma breve. Costumo repetir, em situações de aperto como esta, uma frase do Menino (Diadorim) na hora em que Riobaldo fraqueja na canoa, numa das passagens mais notáveis do Grande Sertão: “Carece de ter coragem. Carece de ter muita coragem”.

Nosso livro realiza um impulso difuso nos romances em geral, que em grandes obras do século XX se torna uma espécie de marca fundamental: a vocação para a totalidade. Toda vez que pensamos nele, devemos pensar também no Ulisses, de Joyce; no Em Busca do Tempo Perdido, de Proust; no Berlim Alexanderplatz, de Alfred Döblin, no Doutor Fausto, de Thomas Mann, no Quer Pasticciaccio Brutto de Via Merulana, de Carlo Emilio Gadda; em algum romance de Faulkner; no Século das Luzes, de Alejo Carpentier, e em poucos outros mais. São obras que tentam dar uma súpula da experiência humana. Esta grandeza é que devo enfrentar. Com certeza não vou poder dar conta dela; vou apenas ensaiar uma tentativa de leitura, que não é sequer todo o trabalho que tenho sobre o assunto. Vou tentar dar motivos aos que ainda não o leram para que o façam; e para repensá-lo, aos que já o leram, procurando estimulá-los para tanto com minha própria leitura.

Penso que, de uma perspectiva crítica, um dos pontos fundamentais do Grande Sertão: Veredas, desta obra-prima espantosa, é sua forma mesclada. A unidade do grande livro é uma unidade poética, enigmática, resultante de uma mistura ímpar. “Muita coisa importante falta nome”, diz o narrador de Rosa, num momento decisivo, e o leitor crítico, diante dele, por vezes terá de dizer o mesmo. Esta unidade, muito misturada, é o que vou trazer à tona.

REFLEXÕES VII

Trata-se de uma mistura de formas: uma mistura linguística no plano da enunciação; depois, outra na caracterização das personagens; em seguida uma mescla de temas – que vai até o imbróglio da sexualidade ou das posições políticas em luta no sertão –, chegando à própria estrutura do enredo como um todo e, por fim, à combinatória dos gêneros literários, envolvendo o lírico, o dramático e o épico. Uma mistura de diversas formas narrativas no fluxo da narração que constitui o livro: desde o provérbio – verdadeira ruína de narrativa –, em seguida, o causo ou conto oral, até um tipo de história da juventude da literatura, que é a história romanesca de aventura, para chegar ao romance moderno, na sua versão clássica, que é o romance de formação, o romance de uma aprendizagem. Essas formas estão entrelaçadas num todo muito entrançado, como se diz no livro. Dele procuro dar aqui uma pálida ideia, e vocês me perdoem pelo que faltar.

Grande Sertão cria de pronto um espanto; nós devemos responder a ele de algum modo. O que primeiro chama a atenção é a linguagem mesclada, às vezes insólita²¹: as palavras raras quase nunca são neologismos; ao contrário do que muita gente pensa, a maioria está no dicionário. Serão de épocas diferentes da língua: algumas vezes, arcaísmos; outras, termos datados, não mais correntes, mas que se conservam no falar de alguma região brasileira. No conjunto, a matriz do estilo é sobretudo o falar do centro-norte de Minas. Ninguém, decerto, fala ali como o narrador que aqui nos fala, porque esse material, que o escritor documentou larga e minuciosamente, passou por uma transformação, resultado de sua rara e libérrima capacidade de invenção. Ela não deixa documento algum intacto. Há um trabalho de estilização que se impõe aos nossos olhos, desde o início, tornando ostensivo o estilo com seu peculiar modo de ser. Poucas vezes nos sentimos na presença de um estilo tão estilo.

“O senhor ri certas risadas”

²¹ **Insólito**: que não é habitual; infrequente, raro, incomum, anormal.

REFLEXÕES VII

O homem que nos fala – só saberemos seu nome, depois de umas 30 páginas – se chama Riobaldo. E sua narrativa, que se abre com o travessão, vai durar quase 600, na primeira edição de 1956. Sua fala é ininterrupta, mas como se pode notar, no primeiro parágrafo, pela frase “O senhor ri certas risadas...”, há um interlocutor implícito, a cujas palavras diretas nunca teremos acesso. Estamos diante de um diálogo, mas poderíamos pensar num monólogo inserido numa situação dialógica, como numa conversa telefônica de que só se ouviu uma parte. O interlocutor é uma pessoa letrada, da cidade; está ali examinado questões de divisas, poderia ser um engenheiro agrônomo, ou, quem sabe, um demarcador de fronteiras do Itamaraty...

A cada passo o todo se aninha no pormenor, unindo, à semelhança do título, o grande e o pequeno.

Esse homem vai contar a sua vida para um interlocutor cujas marcas continuam presentes no seu discurso. A situação é muito simples: um visitante e alguém que fala. Nos três dias que deve durar a visita, o narrador fará revelações que provavelmente não fez a ninguém, pois no relato está contido o enigma da sua vida: “Conto o que fui e vi, no levantar do dia”, dirá, quase no final de tudo.

Esse esquema de narração, que Rosa experimentou em outras narrativas, é um dos maiores achados do livro. Permite uma reviravolta na prosa ficcional da literatura regionalista, superando-a de vez: ele dá voz ao pobre, ao rústico, cujas palavras eram sempre glosadas na voz do narrador culto da cidade no romance regionalista tradicional, com as deformações linguísticas imitadas pela voz autoral, aqui alijada pela voz do seu protagonista. Já doente e acomodado na inação, como barranqueiro do São Francisco, proprietário de duas fazendas herdadas, Riobaldo tem o ócio disponível para contar sua vida de aventuras. Ele fala do centro de sua própria história; sua voz nasce de dentro da própria matéria que tem para contar, o que lhe garante autenticidade e uma relação orgânica entre o que conta e o como conta.

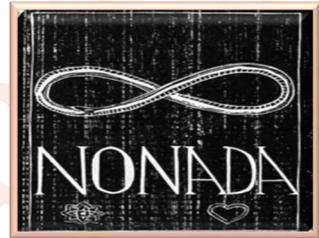
Vencer as primeiras páginas

Mas a história dessa vida tarda a começar. O leitor que topa com a

REFLEXÕES VII

dificuldade da linguagem pode desanimar; às vezes, grandes leitores não conseguem ir além das primeiras páginas; se forem, não escaparão à magia, ao fascínio, à alta poesia do que então se conta. Logo depois das 30 primeiras páginas, começa uma história de amor e morte, uma história de vingança entre jagunços – um grande épico brasileiro, que é também a história de um herói individual, de um dos mais complexos personagens que criou nossa literatura: Riobaldo. Mas é preciso dar conta da peculiaridade linguística, desde o começo.

“Nonada”... O termo desconcertante exige de imediato a atenção do leitor. Desde o latim, sabemos que a dupla negação é uma forma de afirmar alguma coisa.



Nonada quer dizer coisa insignificante, ninharia ou, como diz o dicionário de Moraes, “alguma coisinha”, ou ainda, sobre “coisa de nonada”: “coisa de nenhum ser, ou importância, ou de muito pouco ser.” “Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja”: esta frase seguinte, que traz a marca peculiar da oralidade na entoação e na sintaxe rosianas, mostra que o narrador é um homem que estava só se exercitando, experimentando por gosto as suas armas. É muito diferente quando o tiro é para valer: “primeiro a cachorrada pega a latir instantaneamente”. Bem, desde que a fala se abre, notamos que a violência desponta como um dos motivos centrais da conversa, por meio das armas; ligado a isso, o motivo insólito do Demo: a aparição do “bezerro erroso”. O termo “abusão”, palavra mineira, muito mineira, usada até hoje, como se pode constatar na prosa de Otto Lara Rezende, reforça a atmosfera de credence popular que rodeia os dois motivos centrais da violência e do Diabo, unidos desde o princípio do livro. “Nonada” não é um invenção rosiana; encontra-se, por exemplo, alguns anos antes, num grande poema de Drummond, Os Bens e o Sangue, inserido em Claro Enigma, publicado em 1951: “que de nada lhe daremos / sua parte de nonada”. Já se encontrava em Os Sertões, de Euclides da Cunha,

que tanto peso teve em nosso autor, mas está também na *Vida Ociosa*, de Godofredo Rangel, que Rosa com certeza leu, porque se veem vários sinais dessa obra em Sagarana. Terá lido também o restante da tradição brasileira do regionalismo, que vinha desde os românticos, de Alencar e Taunay, até os pré-modernistas, como Afonso Arinos e seu *Pelo Sertão* e, depois de *Os Sertões*, o *Macunaína*, de Mário de Andrade, que trabalhou com a mescla modernista de registros linguísticos de diversas regiões brasileiras. E ainda outros regionalistas do princípio do século XX, como João Simões Lopes Neto, no sul, mestre na incorporação da oralidade na narração dos *Contos Gauchescos* e Hugo de Carvalho Ramos, escritor goiano que trabalhou com esmero a linguagem e os temas do sertão, apoiando-se na observação direta da realidade. Muito de tudo isso passa pela refinada peneira de Rosa, indo juntar-se ao seu vasto saber linguístico de homem de muitas línguas, leitor de dicionários e conhecedor dos clássicos portugueses e universais, além de apreciador de livros de viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil. A paixão de Guimarães Rosa é um desejo de transformação, com ênfase constante na mudança de todo detalhe expressivo, levando ao limite as potencialidades da língua: “pão ou pães, é questão de opiniões...”.

Uma fala sobre a fala

Sua linguagem é, assim, muito misturada: um amálgama de palavras velhas, de neologismos, de arcaísmos, de termos plurilíngues, como se pode observar, na nomeação dos olhos de Diadorim, que trazem dentro a cor da palma do buriti: “Olhei: aqueles esmerados esmertes olhos, botados verdes, de folhudas pestanas, luziam um efeito de calma, que até me repassasse”. Um adjetivo inglês (*smart*) para qualificar a vivacidade esperta dos olhos do Menino, que mudou a vida do narrador, vem decerto em boa hora. “Toda a vida gostei demais de estrangeiro”, confessa Riobaldo.

Desde o começo a linguagem se mostra trabalhadíssima e posta num fluxo de oralidade; daí que as mudanças cheguem até a sintaxe, peculiaríssima, em obediência à ordem e ao ritmo da fala. Por isso

REFLEXÕES VII

mesmo, para tratar do livro, resolvi não trazer escrito algum, mas simplesmente dar continuidade a esse falar: uma fala sobre a fala.

Pois bem, essa fala toda vem precedida pelo título, **Grande Sertão: Veredas**, que merece comentário. Sertão, uma palavra mágica para nós, brasileiros, tem uma origem obscura; talvez proceda de desertão, talvez esteja de fato, como se diz aqui, em toda parte. Palavra maleável, de limites imprecisos – os habitantes de Corinto e Curvelo querem que lá seja sertão –, permite que se pense que ele, sendo “quando menos se espera”, possa estar também dentro da gente, nunca deixando de ser, um grande sertão. O título sugere um espaço vasto, contrastando com o termo veredas.

“Vereda”, como se sabe, quer dizer caminho estreito, senda ou trilho, mas no livro, é também o curso fluvial pequeno: “Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é vereda. E algum ribeirão”. É terreno baixo, alagadiço, onde em geral há um curso d’água. Na topografia do sertão, dominam os tabuleiros, as chapadas, que se prolongam em chapadões; a encosta onde a umidade já se pressente é o resfriado; a parte baixa é a vereda. **Grande Sertão: Veredas** liga, pois, o pequeno ao grande, o espaço restrito ao espaço amplo, em justaposição. O título é o encontro entre esses dois espaços.

Guimarães Rosa leu em profundidade a tradição do romance no Brasil; quando a forma do romance começou a ser adaptada entre nós, no século XIX, durante o Romantismo, sofreu uma primeira grande mutação como gênero; transformou-se numa narrativa extensiva, conforme observou com a habitual agudeza Antonio Candido, na **Formação da Literatura Brasileira**. Diante de uma sociedade ainda rala e pouco problemática, o romance tentou dar conta da vastidão do País, mapeando suas regiões como fez o romance de José de Alencar, romance extensivo por excelência, que procura falar do sertanejo ao Norte, do gaúcho ao Sul, ou da profundidade da história que se misturava à lenda e ao mito, no interior do sertão.



REFLEXÕES VII

Muitos anos depois, Rosa retoma essa espacialidade. Este é, antes de tudo, um livro espacial e, da mesma forma, se liga às águas; é também um livro fluvial. É certo que a vastidão do sertão lembra a do mar, a que por vezes é comparado no texto, mas as veredas, rios pequenos, se enredam no vasto espaço. Esta justaposição entre o espaço grande e o pequeno é fundamental, porque exprime um encontro, e o encontro é o motivo central do **Grande Sertão: Veredas**. No centro do seu enredo, dois meninos se encontram: então surge, estala e se alastra uma paixão irresistível uma paixão homossexual, que se desenvolverá como uma paixão entre homens d'armas, entre dois jagunços. Vocês imaginem: já não é fácil para os homossexuais, o que não será para dois jagunços? Uma pressão muito forte constrangerá essa relação, mas o encontro é justamente o motivo decisivo – um motivo tão velho como a literatura, que nos vem do romance greco-latino e ressurge aqui desde o título.

Aristóteles dizia que o épico é um conteúdo de vasto assunto: **Grande Sertão** confirma isso. E no meio, histórias menores vêm entremeadas ao vasto assunto. O livro tem de fato um empuxo épico, uma vocação para a totalidade; tem fôlego para dizer tudo e, ao mesmo tempo, se abre para o menor, para uma travessia específica, que muda o rumo de tudo.

Walter Benjamin escreveu numa resenha de 1929 sobre **Berlin Alexanderplatz**, de Alfred Döblin, que do ponto de vista da existência épica não há nada mais épico do que o mar. **Grande Sertão** é uma espécie de mar, de mar épico, desaguadouro de histórias, de rios de histórias. Porque, como lembra ainda Benjamin, o poeta épico na beira do mar,



colhe os resultados do que acontece no vasto espaço das águas, assim como uma concha recolhe os sons do mar. O poeta épico repousa e sonha com as coisas que acontecem no mar, com a memória coletiva das batalhas marítimas, mas o romancista se arrisca na travessia solitária do mar. O romancista, incapaz de dizer o totalidade por essa via, é obrigado a narrar a experiência

individual, ou seja, ele é o narrador de uma travessia individual.

A travessia

Grande Sertão: Veredas é a história de uma travessia individual que se desgarra do mar de histórias da grande épica tradicional que é a épica da fala, a épica oral, a épica dos provérbios, dos causos, das narrativas orais dos contadores anônimos. Estamos no centro norte de Minas: a região agropastoril dos vaqueiros contadores de histórias. Estas histórias é que são o substrato fundamental da invenção *rosiana*. Nelas se abriga o enigma da travessia da existência individual que é o objeto do romance.

Então, para entender o **Grande Sertão: Veredas**, temos de entender o encontro entre o mar e magnum(!) das narrativas orais e uma narrativa específica, em princípio destinada à escrita que é o romance, no qual se conta a formação de um herói individual.

Desde a sua origem, que durou séculos da Antiguidade e da Idade Média até o princípio da era moderna, o romance foi se desenvolvendo lentamente. Ele só floresceu realmente como gênero a partir do século XVI, com a subida da burguesia numa ascensão progressiva como classe social, que transformou o romance no grande instrumento do seu espírito, enquanto meio para entender como é que se configura o destino individual. Ou seja, qual o sentido de uma vida. Assim, o nosso problema é entender como é que o romance de repente renasce no sertão brasileiro de dentro das formas da narrativa oral, marcado pelas transformações particulares que teve de sofrer no contato com essas formas de épica tradicional para dar conta da matéria nova do sertão, diferente daquela gerada pelo espaço urbano e pelo trabalho nas metrópoles do capitalismo, onde em geral se desenvolvem os grandes romances. Trata-se de um paradoxo, porque nós sabemos pela história do gênero na Europa que o romance nada tinha a ver com a tradição oral; ele voltou as costas para a épica tradicional e dependeu sempre da palavra escrita, destinando-se a um leitor solitário do livro. O narrador do romance está interessado numa coisa muito diferente da dos narradores orais. Estes se interessam por transmitir um saber comunitário, uma experiência que se nutre das histórias que

REFLEXÕES VII

passam de boca em boca; o narrador anônimo narra o que lhe aconteceu ou o que ele ouviu dos outros, enquanto que o romancista conta a história particular de um destino individual, a história de um sujeito que caminha em busca de valores que já não têm vigência no seu mundo, ou seja, uma história que se rege pela medida do impossível e, por isso mesmo, quase sempre termina mal, com a morte ou a loucura do personagem que é um herói problemático ou demoníaco, na medida em que se divide entre apelos contraditórios que não sabe como conciliar.

Trata-se de uma combinatória de gêneros literários, envolvendo o lírico, o dramático e o épico

Grande Sertão: Veredas começa com o encontro entre esses dois meninos e sua história de amor impossível, que tarda a começar depois de um entremeado de casos sobre a existência ou não do Demônio. Durante um longo tempo, o tema introduzido pelo bezerro eroso no parágrafo inicial se desdobrará em histórias sobre a existência material do Demônio. Será que o Demônio existe, ou não existe? Coisas que abrandam o diabolismo das pessoas: família e amor abrandam, será, mesmo? O narrador conta então vários casos, como, por exemplo, o do Aleixo das traíras: o homem da “maiores ruindades calmas” já vistas, segundo Riobaldo. Tinha um açude, entre palmeiras, cheio de traíras – “pra-almas de enorme, desenormes ao real” – todo dia, em horas precisas, ele tratava delas, que vinham para comer como peixes ensinados. Um dia aparece um velhinho, pedindo esmola, e por “graça rústica”, ele mata o velho. A partir daí os filhos do Aleixo, que eram quatro, adoecem de um sarampo que custa a passar, e quando vão sarando, têm uma inflamação renitente das pálpebras e, não se sabe se de uma vez ou em escadinha, vão ficando cegos. O Aleixo não perde o juízo, mas a custo de muito esforço vai ficando bom. Será que o demonismo, o mal diminui com família ou não? Esta história que provavelmente se inspira na história de Ugolino, no canto 33 de Inferno de Dante, é uma das



histórias contadas como história do sertão, que só revolta o narrador diante da bondade extemporânea do Aleixo e uma culpa que não poderia recair sobre os filhos dele.

Regionalismo cósmico

Ou seja, a região com a linguagem e os temas misturados, remete, por meio de sua particularidade construída com riqueza e complexidade de detalhes significativos em concreta e perfeita roupagem sertaneja, a grandes questões, ao universo épico e trágico da literatura universal, como se Rosa estivesse empenhado numa espécie de “regionalismo cósmico”. Foi esta a definição que Harry Levin deu de Joyce: do subúrbio de Dublin à órbita das sete esferas. Também aqui nós temos um problema humano geral posto no pequeno, mas com uma repercussão grande. A força simbólica da construção concreta garante a eficácia estética e o horizonte do sentido. O fundo do sertão e o universo pertencem ao mesmo quadro de referências. Além disso, como no caso de Joyce, a força condensadora da poesia, por meio de recursos poéticos minuciosamente construídos, está posta a serviço da ficção.

Quando surge a paixão entre os dois meninos de nossa “estória de amor”, no encontro decisivo do livro, que dura umas dez páginas, o lance se dá no encontro de dois rios: um rio pequeno, o de Janeiro, e o São Francisco. Riobaldo tem 13 ou 14 anos, e levado pelas mãos e os olhos verdes do Menino empreende a travessia decisiva de sua vida, ao cruzar o grande Rio. A experiência dessa travessia equivale a atravessar o sertão interior: é uma coisa tão profunda o que ele vive nessa travessia, que ela soma a um só tempo grandes contradições da existência. Ele aprende o que é o masculino e o feminino, o bem e o mal, tem sua iniciação nos segredos da sexualidade e de seus perigos – “Viver é muito perigoso”, como diz o leitmotiv²² de sua história – e, sobretudo, reconhece o medo e a

²² **Leitmotiv:** tema melódico ou harmônico destinado a caracterizar um personagem, uma situação, um estado de espírito e que, na forma original ou por meio de transformações desta, acompanha os seus múltiplos reaparecimentos ao longo de uma obra, esp. em óperas; motivo condutor.

REFLEXÕES VII

coragem, na raiz de todo ato. No todo, a transformação é tão radical, que não se pode exprimi-la por palavras: “Muita coisa importante falta nome”.

A “transformação, pesável”, conforme Riobaldo se refere a ela, é de fato tão funda e complexa, que equivale à individuação: Riobaldo se reconhece como indivíduo a partir daquele momento que ele sabe único e fatal. Desde então, ele se descobre outro: “Sou diferente de todo o mundo”; sua vida muda; sua narração passa a se desenvolver como uma biografia em ordem cronológica; começa a contar, ordenadamente, sua formação. O mais importante, porém, é que passa a se colocar questões que, como ele mesmo percebe, ninguém pode responder, nem sequer o homem de suma doutoração que o escuta ou mesmo o compadre Quelemém que o aconselha nas horas mais difíceis: “Por que foi que conheci aquele Menino?” Esta pergunta singulariza Riobaldo entre todos os homens, tornando-o também um personagem e um narrador de romance. Já não pode dar ou receber conselhos; ele é o “homem humano” em arriscada e solitária travessia do sertão, que é o mundo, interrogando-se sobre o sentido do que viveu.

Riobaldo reencontrará aquele Menino mais tarde, na beira do Rio das Velhas: ele se chamará então Reinaldo e, numa revelação íntima e surpreendente, Diadorim. Nome logo repetido com “força de afeição”. Serão dias idílicos²³ os passados junto daquele rio; tendo sempre Diadorim por guia, Riobaldo descobrirá a transcendência que têm os encantos da natureza e de um pássaro em especial, cuja revelação equivalerá à da surpresa do nome querido: “(...) é o passarim mais bonito e engraçadinho de rio-abaixo e rio-acima: o que se chama o manuelzinho-da-croa”. Diadorim parece a mediação para muito mais: uma promessa de integridade do ser.

Aquele encontro na beira do São Francisco é, portanto, o primeiro de uma série de grandes encontros entre os dois jagunços que se

²³ **Idílio**: amor terno e delicado.

REFLEXÕES VII

querem sempre juntos, mas terminarão num desencontro fatal, no arraial do Paredão, que por vezes sinistramente se insinua no discurso do narrador, antes de acontecer por fim, na forma do duelo no meio da rua e do redemoinho que levará de vez Diadorim da vida de Riobaldo, desgarrado para sempre, presa de uma divisão sem termo. O encontro com Diadorim, na verdade, dá rumo à errância de Riobaldo, feito uma esperança de completude: abandonada a carreira das letras, para a qual o preparara Mestre Lucas do Curralinho, ele se deixa levar pelo destino errante das armas, que é a vida de jagunço. Ao fugir do bando de Zé Bebelo, o chefe jagunço que quer se tornar deputado para decretar o fim da jagunçagem e impor a lei no sertão, Riobaldo fica de fato sem destino até reencontrar o Menino, que já é então Diadorim. Ao seguir o chamado mavioso²⁴ desse nome, ganha um rumo, que o leva, no entanto, a internar-se na guerra jagunça, na luta de vingança de Joca Ramiro, o grande chefe jagunço que é o pai de Diadorim, e ao mesmo tempo embrenhar-se mais fundo no sertão dos dilaceramentos interiores por ter perto e distante o objeto de sua paixão.

O fim é também o começo do romance: quando o caminho acaba, a viagem começa

Começa nessa relação um amor que não pode, entretanto, ser impossível à primeira vista: ele é negaceado na sua possibilidade por fim impossível: “Podia ser? Impossivelmente”. Um amor ambíguo que tortura a alma desse homem entregue à sina de seguir Diadorim, com seu ódio maciço contra Hermógenes e Ricardão, os judas que assassinam Joca Ramiro à traição, depois do episódio central que é a grande virada divisória dos bandos jagunços na luta: o julgamento de Zé Bebelo. Nesse julgamento, a uma só vez político e ontológico, aflora, entre tantos participantes no latente conflito, a questão central para Riobaldo: “Quem sabe direito o que uma pessoa é?” A via da jagunçagem é outro descaminho.

Riobaldo, primeiro professor e poeta, segue os passos de Diadorim e

²⁴ **Mavioso**: sensível aos sentimentos de amizade; terno, afetuoso, compassivo.

vira um homem d'armas porque não pode senão fazê-lo: seu destino de jagunço é um destino de paixão e violência, marcado pela medida do impossível, que faz do tempo um aliado da morte e um modo da imperfeição. A medida que avança, mais o herói se distancia do que busca. Quando, no duelo de facas, Diadorim morre ao matar Hermógenes, o único dos chefes jagunços que “nasceu formado tigre, e assim”, Riobaldo, em desespero, se defronta com a impossibilidade definitiva: “E a beleza dele permanecia, só permanecia, mais impossivelmente”. Aqui termina sua história romanesca como jagunço, que de grande atirador, Tatarana, “Lagarta de fogo”, chega a chefe supremo dos bandos, o único a completar a travessia do Liso do Suçuarão, o temível Urutu-Branco. A morte de Diadorim põe fim à luta e desfaz o mar do sertão: “Chapadão. Morreu o mar, que foi”. E o próprio narrador dá por encerrada sua história:

“Aqui a estória se acabou.

Aqui, a estória acabada.

Aqui a estória acaba.”

O mundo misturado

A cena que precede esse desfecho, talvez a mais bela e pungente da literatura brasileira, é também a da revelação irônica e terrível, com a força suprema de tragédia dantesca do “Pôde mais a surpresa do que a dor”: Diadorim era uma moça virgem. Ao que se segue o desencanto, ainda mais terrível.

Mas o livro prossegue por mais algumas páginas, demonstrando que para além da narrativa romanesca uma outra forma narrativa situa o todo na esfera moderna do romance, fazendo da busca uma definitiva errância e do herói problemático, um desterro de toda transcendência possível. A história prossegue contando como é que Riobaldo consegue se reconciliar com alguma coisa após a perda irremediável, em meio do mais profundo desencanto que atinge a própria imagem do sertão, despojado da beleza encantatória que aprendera a admirar pelos olhos de Diadorim. Para não endoidecer nem ceder terreno à morte, depois da longa doença que o abate,

REFLEXÕES VII

Riobaldo se apega, seguindo conselhos do compadre Quelemém e de Zé Bebelo, à amizade e à religião e acaba se casando com Otacília, a noiva sempre à espera na Fazenda Santa Catarina, “que ficava perto do céu”.

Dono de duas “possosas fazendas”, herdadas do pai padrinho Selorino Mendes, quase barranqueiro do São Francisco, doente e de “range rede”, o ex-jagunço está pronto para contar sua vida ao desconhecido que o visita por três dias. O fim é o começo do romance: quando o caminho acaba, a viagem começa.

O entrançado de provérbios, de narrativas orais, de uma história romanesca de luta, amor e morte, vai desembocar na pergunta sem resposta que funda o romance, para além de toda sabedoria comunitária, deixando seu narrador e herói às voltas com o desconcerto moderno que nos tem perplexos diante da falta de rumos: “Por que foi que eu conheci aquele Menino?”

Riobaldo reconta sua vida para entender a pergunta sobre o sentido de sua existência. Seu romance é a história de sua aprendizagem de algo que sempre escapa quando parece estar mais perto, de um segredo esquivo que ele sempre intui como próprio, como algo capaz de redimi-lo no secreto das coisas, sem que saiba como alcançá-lo. A falta de uma regra segura para o ato decisivo que iria salvá-lo de tanto desgarramento e de tanta dilaceração na busca de um amor impossível faz de sua vida o processo de educação sentimental de um jagunço: “Viver – não é? – é muito perigoso. Porque ainda não se sabe. Porque aprender a viver é que é o viver mesmo.” A falta do caminho seguro a seguir na existência o obriga a recontar a história em busca do entendimento. O romance desdobra um enigma essencial, que resume a razão última das formas misturadas do livro.

Entre grandes encontros dessa história, há um deles que pode nos ajudar a compreender melhor o problema e a obra como um todo, arrematando esta fala sobre a fala de Riobaldo. Trata-se da chegada



REFLEXÕES VII

dos jagunços à Fazenda São Gregório, de Selorico Mendes, o padrinho, que é provavelmente o pai de Riobaldo. Riobaldo só conhece os jagunços pelas histórias que seu padrinho, um tanto fanfarrão, gosta de contar, mas de repente, numa manhã fria de maio, eles chegam em carne e osso a São Gregório: ali está Joca Ramiro, cujo nome já causa a maior suspensão; ali estão Hermógenes e Ricardão, os dois traidores que matarão Joca Ramiro, desencadeando a luta pela vingança.

Antes de começar, como em muitas outras passagens do livro, o futuro já se enrodilha, condensada e cifradamente, numa semente do passado. Assim como as pequenas histórias iniciais sobre o Demônio parecem encerrar o medo futuro de Riobaldo pelo pacto que procurará fazer com o Diabo, no momento de galgar a chefia do bando, para cumprir a vingança e finalmente ter Diadorim. A certeza da inexistência do Demônio desfaria a efetividade do pacto que mantém o herói na dúvida, às voltas com a existência do Diabo; no entanto, o pacto é ele próprio o ato que exterioriza a dúvida, cujas raízes se alojam na cisão mais funda da alma do herói dividido pelas contradições que encarna. O verdadeiro Demônio de Riobaldo é o que habita o seu mundo interior. O episódio dos jagunços em São Gregório permite ver quão fundo é o seu drama e como sua narrativa espelha as contradições desse herói problemático. Na verdade, nessa obra admiravelmente bem composta, o todo, a cada passo, se aninha no pormenor, cumprindo, à semelhança da promessa do título, a junção do grande e do pequeno.

A mando do padrinho, o jovem Riobaldo acompanha os jagunços para indicar ao resto do bando um lugar de refúgio: o poço do Cambaubal. Ao se reunir com os demais cavaleiros – um verdadeiro “estado de cavalos” descritos com a abundância de detalhes precisos e concretos que é um dos fundamentos da grandeza de Rosa –, o narrador relata então: “Um falou mais alto, aquilo era bonito e sem tino: - ‘Siruiz, cadê a moça virgem?’” Segue-se uma “toada toda estranha” que um jagunço-poeta, de nome Siruiz, canta. A cantiga provoca tal comoção em Riobaldo – “aquilo molhou minha ideia” – que ele se descobre poeta e começa a partir dali a fazer versos como os da canção de Siruiz, cujas palavras se espalham por sua história

REFLEXÕES VII

toda, demonstrando quão fundo ela atingiu o narrador, que guardará “no giro da memória” aquela madrugada e o que nela sentiu, a ponto de levá-lo a perguntar: “Algum significado isso tem?”

Na verdade, a canção de Siriuz é uma balada – poema épico lírico que narra a história de um encontro, quase sempre fatal – e encerra, em palavras contadas e cifradas, alguns dos motivos centrais da obra como um todo, como o da donzela guerreira que convida o amado para acompanhá-la na guerra. Mas tão importante quanto isso, é que ela resume o destino de Riobaldo, partido entre as letras e as armas: o letrado que se deixa arrastar à guerra por amor. Como um enigma, ela guarda, ironicamente encoberto, o destino do herói problemático e seu essencial desconcerto.

O romance se refaz a partir da épica oral. Lembrando que foi romança. O romance de Rosa renasce outro na particularidade do sertão brasileiro: suas formas misturadas, que correspondem a temporalidades diversas, glosam o mundo misturado a que elas remetem, onde o mais arcaico e o moderno se combinam. O livro, como um todo, desdobra na vastidão sertaneja a poesia que a canção enigmática oculta. Em sua mais funda unidade, o grande sertão se condensa poeticamente num enigma.

Por hoje é só; tem mais não. ●

Davi Arrigucci Jr. é professor de Literatura na Universidade de São Paulo

Releituras rosianas

Wilson Martins



Grande Sertão: Veredas é um clássico do regionalismo literário, mas “clássico” é palavra que diz exatamente o que os críticos desejam que diga. Para Sainte-Beuve, venerável patrono da corporação, a ideia de clássico “implica em si mesma alguma coisa que tem seguimento e consistência, que forma conjunto e tradição, que se compõe, que se transmite e que dura”. Não é dessa natureza o classicismo de Guimarães Rosa, fundada, ao mesmo tempo, na concepção filológica e na concepção realista

de literatura, inscrita na linhagem moderna dos grandes inventores, clássicos individuais deles mesmos e que não podem constituir descendência. O clássico contemporâneo é o anticlássico por definição.

Mas, é também, no sentido imediato da palavra, quem produz a literatura que requer o estudo em classe, na sala de aula, o que a obra demonstrou para além de todas as expectativas, sugerindo a análise sistemática e didática. Os filólogos alexandrinos foram os primeiros a estabelecer seleções de autores para uso dos gramáticos nas escolas, transformando-os automaticamente em modelos de boa linguagem. A latinização introduziu noções novas numa palavra que, afinal de contas, é neutra: Aulus Gellius tomou-a como *classicus*, isto é, não mais apenas o que se lê nas classes, mas, ainda, o que pertence a certa classe social, a primeira, a que paga impostos. Bem mais tarde, já na época barroca, os clássicos seriam, no conceito de Gracián, *los primeros autores em su clase*, consagrando-se dessa forma o emprego metafórico de que Cícero, o clássico paradigmático (**paradigmático**: relativo a ou que pertence a uma série de unidades que possuem traço(s) em comum e que podem se substituir mutuamente num determinado ponto da cadeia da fala; associativo), parece ter sido o iniciador.

REFLEXÕES VII

Contrariando as ideias aceitas, o clássico contemporâneo é o experimentalista e inovador. Não quer continuar, mas, ao contrário, subverter a literatura: “experimentalizar significa possuir o impulso para mudar” (H.S. Reiss), mas a mudança artística tem isto de peculiar que se esgota com ela mesma. Assim, Guimarães Rosa, moderno revolucionário das letras, retoma com perfeita naturalidade o seu lugar de clássico numa literatura que se define como insubmissa e iconoclasta, historicamente movida por anseios renovadores e indiferença ou desrespeito às normas aceitas. Conforme observou alhures, Guimarães Rosa não rompe com a tradição literária do seu país, nem poderia ser grande escritor se o fizesse: sua obra se define como tentativa, não raro bem-sucedida e sempre, de qualquer forma, extremamente original, de superá-la e prolongá-la pela inclusão num processo espiritual e intelectual de outra ordem.

Entre os caminhos virtuais da ideia modernizadora estava o esteticismo, impulso profundo e orgânico para absorver a realidade. Quando a época Modernista começou a se desfazer, surgiram, nos anos 1940/50, com Clarice Lispector e Guimarães Rosa, os primeiros arautos da vitória dos modernistas contra o modernismo. Há, porém, um aspecto pelo qual *Grande Sertão* reata com a substância por assim dizer subconsciente do Brasil profundo: o retorno ao medievalismo e ao romance de cavalaria. Riobaldo é não só a ponte de comunicação entre o sertão e o mundo, mas também entre dois mundos, o da Idade Média e o da civilização contemporânea.

Para ele, enquanto Deus é apenas uma possibilidade virtual, o Diabo é uma realidade física e atuante, sendo, por aspectos essenciais, o oposto dos heróis de cavalaria. Para dizer tudo desde logo, Riobaldo é covarde. Ofuscados pelas inovações linguísticas, os exegetas (**exegeta**: indivíduo que realiza exegese (p.ex., da Bíblia, de uma lei); comentarista, intérprete) não leram *Grande Sertão* como romance, caso em que teriam



REFLEXÕES VII

percebido os indícios que multiplicam ao longo do livro, entre outros a sua metamorfose (no sentido forte da palavra) um Urutu Branco, transfigurando-se em herói corajoso como se adquirisse outra natureza. Mas há cenas significativas: indo às Veredas Mortas para firmar com o diabo o pacto que lhe daria corpo fechado, ele desmaia de terror: “Eu jazia mole no chão”. Sem saber se o pacto se completara, ele se sente vulnerável de novo e até mais covarde do que antes. Ou, em face de um combate, declaração e comportamento típico de covardia: “Tu vai lá, tu é doido?... deixa que ele mesmo uns e outros resolvam”.

No combate final contra os dois judas – episódio que exigiria todo um desenvolvimento à parte – ele fica paralisado em lugar seguro, deixando que Diadorim enfrente os inimigos, ao preço da própria vida: “Aí, quando foi momental, peguei susto (...). Os nossos aguentavam o relance, arre disparando, a mastro de balas, foi um fogo (...). E eu, hesitando nos meus pés... teve o instante, eu sabia meu dever de fazer. Descer para lá, me ajuntar com os meus para ajudar (...). mas, resoluto, mandei ao Araruta e ao José Gervásio, que fossem, mas que fossem!”.

No fim da vida, dominado pelo remorso e pelo sentimento da própria covardia, ele se entrega por instinto ao que se pode ter como uma terapia psicanalítica, confessando-se aos diversos interlocutores e pedindo implicitamente que o absolvam. A figura do Interlocutor é um Deus sub-rogado, silencioso e absconso²⁵ de quem se aproxima em busca de justificação, para livrar-se da ideia de ter sido um falso herói e um impostor no que devia ser uma história de grandeza e valentia. Grande Sertão pertence a uma vigorosa vertente do nosso regionalismo, dominada pelo fascínio do sertão, palavra e coisa que se repete em numerosos títulos, de José de Alencar a Coelho Neto e de Afonso Arinos a Euclides da Cunha: essa é a família estilística de Guimarães Rosa, para surpresa dos que o têm encarado como prodigiosa aparição

²⁵ **Absconso**: que se encontra escondido; abscondito, oculto.

REFLEXÕES VII

*sine matrem creatam*²⁶. É uma família de espíritos que, como as naturais, cada um se assemelha aos demais por suas diferenças, distinguindo-se, entretanto, por suas semelhanças. “Sertão” é uma realidade múltipla e deve ser sempre pensado no plural, como o instinto estilístico de Euclides da Cunha percebeu muito bem enquanto outros (Coelho Neto, Afonso Arinos...) o pensavam como unidade homogênea.

O insuspeito João Cabral de Melo Neto observou, a esse propósito, que o seu esforço era dar a ver “tanto a zona da Mata e o Agreste quanto o Sertão (...) quando alguém vem com Guimarães Rosa para cima de mim eu digo não, ele escrevia numa língua fabricada. Tinha o gênio. Um gênio que nem sempre Joyce tinha (...). Agora, quando Guimarães Rosa inventa uma palavra, essa palavra parece caipira de Minas. (...) Eu me lembro que Guimarães Rosa gostava de conversar comigo sobre esse negócio de fabricação da escrita” (entrevista a Aluizio Furtado de Mendonça, in Félix de Athayde, org. Ideias Fixas de João Cabral de Melo Neto, 1998).

A sua, observou Peregrino Júnior em discurso incluído no volume Em Memória de João Guimarães Rosa, é uma “obra literária, é obra de artífice, de artesanato incomparável, que é impossível conceber que alguém faça aquilo sem uma total adesão às tarefas que executa. É o temperamento do relojoeiro”.



Os grandes estilistas trabalham om espírito de geometria, não com espírito de finura, como as aparências poderiam sugerir. Ele é um clássico como é clássico Euclides da Cunha, não sendo temerário pensar que Os Sertões terão sido a sua fonte de reminiscências involuntárias, desafio implícito, ou, se quisermos, encontro fortuito

²⁶ *Sine matrem creatam*: filho criado sem mãe. Epígrafe de Ovídio, que Montesquieu após no frontispício de um de seus livros, para significar que ele era inteiramente original.

REFLEXÕES VII

de visões. São mais curiais²⁷ as contaminações que sofreu por esse lado, não pelo lado dos vanguardistas com quem é costume relacioná-lo, embora recusasse qualquer afinidade com o Modernismo de 1922.

Direta ou indiretamente, não passou incólume pela época caracterizada, segundo o postulado de Mário de Andrade, pela liberdade de pesquisa estética. Eis o que escreveu em carta a Mary L. Daniel (João Guimarães Rosa: Travessia Literária, José Olympio, 1968): “Não parto de predeterminações. Jamais tive programa ou ‘plataforma’, quanto à linguagem, ou à técnica literária. Simplesmente escrevo. (...) De Joyce, só li parte do Dubliners. O Ulysses, fiz várias tentativas, que nunca foram além de pedaços de páginas, acho nele um ludismo, uma atitude que não me é simpática, excessiva intencionalidade formal, muitíssimo de ‘voulu’, que me repele. (...) Mário de Andrade, polêmico, ligado a um Movimento, partiu de um desejo de ‘abrasileirar’ a todo custo a língua, de acordo com postulados que sempre achei mutiladores, plebeizantes e empobrecedores da língua, além de querer enfeá-la, denotando irremediável mau gosto. Faltava-lhe, a meu ver, finura, sensibilidade estética. (...) Será que há influências sutis, que a gente mesmo é incapaz de descobrir em si?”

Claro, ele tratava de resguardar, como é natural, a própria originalidade: embora rejeitando-o para as trevas exteriores enquanto linguística, nem por isso deixou de acompanhá-lo na temática nacionalista, seja pela busca de autenticidade ligada ao Brasil profundo, seja pelo refinamento expressivo.

Ainda aqui, o movimento é dialético: sublimação do rude realismo por meio de esteticismo deliberado, apesar dos protestos em contrário e das proclamações reivindicativas. Com isso, tornaram-se clássicos de uma era anticlássica, o clássico sendo, como já se disse, não aquele que não imita ninguém, mas aquele que ninguém pode imitar, conforme ficou abundantemente provado no que se refere a Mário de Andrade e João Guimarães Rosa. Um e outro são tipos

²⁷ **Curial**: conveniente, apropriado; compatível com as normas, regras.

REFLEXÕES VII

condenados à solidão dos homens superiores e à esterilidade genética, são os grandes mestres destinados a não procriar discípulos. ●

Wilson Martins: crítico literário, autor de *A Ideia Modernista e a Crítica Literária no Brasil*.

LUIZ BIANCHI

A república e o sertão

Heloísa Starling



No Brasil, o termo sertão sempre carregou consigo uma forte dose de ambiguidade. No século XVIII, designou as terras do interior, o lugar de desvio das povoações, domínio do desconhecido, área de ausência da mineração. A partir de então, seu sentido encontra-se articulado por uma dupla ideia: de um lado, a formação de um espaço interno, a perspectiva do interior; de outro, a configuração de uma realidade política, o

deserto, a ausência de povoamento, a inexistência da ordem.

Em certa medida, a própria formação das Minas Gerais, por exemplo, é tributária dessa duplicidade: Minas é o rosário das cidades interligadas por caminhos do ouro e dos diamantes, a região em contato constante com o mar, o mundo da ordem por onde a metrópole se transpôs ao interior. Já os Gerais, o interior, a inexistência do ouro, a ausência de governo, o abismo do desconhecido, a fronteira aberta, a possibilidade de expansão. Assim, os Gerais surgem subordinados às Minas – são sua oportunidade de expansão. Nesse sentido, sertão não é somente um ponto extremo ou um espaço vazio. É, ao mesmo tempo, um condicionante histórico e político da formação do País e uma paisagem fadada a desaparecer. Foi essa característica típica da experiência nacional brasileira – o fato de que o sentido da ideia de sertão transcende o de uma delimitação espacial precisa – que possibilitou sua transformação em um enunciado original capaz de ser absorvido pelo paradigma do republicanismo no País.

Esse processo de absorção impôs à tradição do republicanismo brasileiro duas definições importantes. A primeira, ao considerar a gênese da ideia de sertão e a alta carga de valores do mundo público a ela associada na formação social, histórica e política da nação brasileira. A segunda, ao romper com tendência, até hoje muito

REFLEXÕES VII

frequente nos meios intelectuais e literários do País, de naturalizar, de diferentes maneiras, a palavra sertão. Como consequência desse processo de absorção é sempre possível identificar, sensível à tópica do republicanismo a existência de uma continuidade temática e de uma perspectiva original de interpretação do Brasil voltada para o tema do sertão.

Não por acaso, foi Euclides da Cunha quem primeiro tratou de acrescentar ao imaginário político republicano a grande novidade da categoria sertão. Com efeito, em 1897, a impressionante derrota da terceira expedição militar contra Canudos e a morte de seu comandante, Antônio Moreira César, obrigou o Brasil republicano a contemplar, entre surpreso e temeroso, o gesto preliminar e fundador com que esse mundo rural silencioso, analfabeto, destituído de direitos e mergulhado em formas de trabalho semisservil, tratou de forçar o País a enxergar, quem sabe, pela primeira vez, a instituição trágica de sua própria história.

No impacto da experiência de cobrir o deslocamento das tropas republicanas, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante a quarta e última expedição contra Canudos, o positivista Euclides da Cunha trocou de certezas, adotou nova perspectiva e sua história assumiu um tom de denúncia. Foi muito além da reportagem de guerra: insistiu em revelar o resultado provocado pelas secas na paisagem arruinada do sertão baiano e a devastação do meio ambiente produzida pelas queimadas no semiárido nordestino; inscreveu na natureza uma persona dramática capaz de projetar no entrecho de sua narrativa imagens de medo, solidão, abandono; reconheceu no mundo sertanejo uma marca do esquecimento secular e coletivo do País.

Mostrou o moderno ambíguo de um País no qual o crescimento das cidades desagregou o interior

Mas, sobretudo, em *Os Sertões*, Euclides da Cunha teimou em duvidar das possibilidades políticas de uma República inegavelmente disposta a realizar o desejo de eliminação daquele outro e inteiramente diverso habitante do mesmo Brasil. A rigor, esse é o paradoxo com que ele alinhavou sua descoberta e seu

REFLEXÕES VII

principal argumento: a barbárie não estava confinada num recanto desconhecido e esquecido nos confins da Bahia, o litoral não se opunha ao sertão. O mesmo traço de fanatismo que alimentava a oratória delirante do Conselheiro fazia balançar, no peito dos soldados republicanos, os breves²⁸ e as medalhas religiosas com a efígie de Floriano Peixoto; no insistente brado com que esses soldados invocavam continuamente a memória de Floriano havia um entusiasmo doentio e fanático análogo ao que os jagunços de Belo Monte utilizavam para saudar o Bom Jesus – “o mal era maior”, intuía Euclides, “não se confinara num recanto da Bahia”. “Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral”.

Dito de outra forma: para além da narração de uma guerra havia também uma proposta de República desenhada no contrapé do argumento apresentado em *Os Sertões*, proposta que coloca em dúvida a existência de um Brasil unitário e homogêneo. Na realidade, essa é uma proposta que sofreu o impacto da descoberta e do estranhamento de Euclides da Cunha com a parte esquecida do País e, por isso mesmo, tornou-se particularmente adequada para revelar à consciência republicana a existência dos párias, uma gente condenada ao absurdo de viver “expatriada dentro da própria pátria”, como definiu o próprio Euclides.

A presença da categoria pária na composição de uma tópica do republicanismo no País retoma, necessariamente, ainda que em parte, algo acerca do debate sobre os rumos da nação brasileira traçado pelo livro *Os Sertões* – alguma coisa sobre o encadear trágico de fracassos e de incompletudes protagonizados pelo choque descompassado entre o repertório de valores, princípios e escolhas da modernidade e o esforço de afirmação dos projetos de modernização do País. Ou, então, alguma coisa sobre os riscos da barbárie emergindo, nos pontos extremos do Brasil, em nome da República e da fixação de seus marcos de poder.

Terra sem nome

No argumento de Euclides da Cunha, sertão é principalmente uma

²⁸ **Breve:** escapulário com oração; bentinho, bentinhos.

REFLEXÕES VII

imagem do deserto capaz de surgir tanto no cenário seco, retorcido e violento do arraial de Canudos quanto em meio à solidão e ao abandono produzidos pelas grandes massas hídricas existentes na fronteira amazônica do Alto Purus: uma “paisagem sinistra e desolada”, que se consome sempre antes de se formar plenamente; uma terra sem nome ou história, marcada pela articulação lúgubre entre isolamento geográfico, povoamento rarefeito, homens errantes, memória perdida e linguagem dispersa.

Ao desenhar na região de Canudos, no nordeste do Estado da Bahia, em 1897, um mundo que permanecia inacabado, aquém da história e da geografia da nação republicana, Euclides da Cunha incorporou os elementos que lhe permitiram introduzir na categoria sertão a ficção de uma terra mergulhada em tristeza profunda, imersa na ausência de valores do mundo público, nas linhas desviantes do progresso, na irracionalidade dos homens, no choque provocado por uma visão da barbárie possível – um “chão que tumultua, e corre, e foge, e se crispa, e cai, e se alevanta”. Mas, para além de Canudos, também entre os seringais da Amazônia, o sertão é apreendido como solidão, isolamento e perda, a força primitiva de uma região ainda em trânsito entre natureza e cultura, dominada pela resistência do moderno e imersa na tradição: “A História não iria até ali”, imaginava o escritor. E essa afirmativa traduzia tanto uma representação do Brasil com sua abissal dimensão de vazio quanto a convicção de que, sugada por essa perigosa, mas atraente barbárie, a própria República corria o risco de recuar no tempo e dissolver sua capacidade política de ação em impunidade, selvageria e tragédia.

“Sertão é o sem-lugar que dobra sempre para mais adiante, territórios”, afirmava Guimarães Rosa

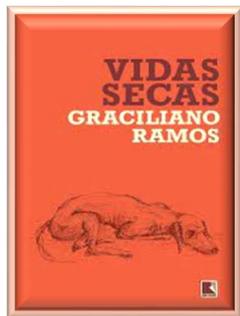
Na opinião de Euclides da Cunha, “o deserto invoca o deserto”, sugerindo, com isso, os sinais de uma história pouco edificante sobre a República brasileira, seu sonho de modernidade e seus projetos de modernização. Para ele, talvez essa seja, principalmente, a história de uma República sem compaixão, marcada pela indiferença entre homens e natureza, entre homens e coisas, entre o iluminismo civilizatório, a euforia do progresso técnico e o destino de uma gente que seguia “abrindo a tiros de carabinas e a golpes de

REFLEXÕES VII

machetes²⁹ novas veredas a seus itinerários revoltos, e desvendando outras paragens ignoradas, onde deixariam, como ali haviam deixado, no desabamento dos casebres ou na figura lastimável do aborígine sacrificado, os únicos frutos de suas lides tumultuárias, de construtores de ruínas”.

Sem dúvida, graças à obra de Euclides da Cunha, os homens da primeira geração republicana brasileira, nascidos na passagem do século XIX para o XX, conseguiram redescobrir o Brasil no sertão. Em boa medida, são os filhos dessa primeira geração – musicólogos, como Mário de Andrade e Villa-Lobos; indianistas, como Cândido Rondon; ensaístas, sociólogos e historiadores como Sérgio Buarque de Holanda; políticos profissionais, como Juscelino Kubitschek; sanitaristas, como Artur Neiva e Belisário Pena; militares, como os tenentes da coluna Prestes – os responsáveis por um movimento quase sempre *on the road* de questionamento e transformação das atitudes, concepções e sistemas políticos de conduta, movimento construído em torno da ideia de incorporação dos sertões e consequente encontro com o outro representado pelo homem brasileiro – um personagem invariavelmente visto como isolado, abandonado, doente, nômade, atrasado, resistente a mudanças, despossuído, mas em torno do qual ocorre, a partir de então, um processo de redescobrimto constante do Brasil.

No decorrer dos anos da década de 1930, a ideia de incorporação dos sertões só se faz aprofundar, ganhando um ângulo de visão genericamente modernista ainda sob o impacto do processo de descoberta do País experimentado ao longo do período anterior. Mas foi somente no final dos anos 1930 que outro escritor, Graciliano Ramos, enunciou a importância de projetar, no imaginário político brasileiro e ao lado de uma República repleta de ruínas precoces, uma poética da escassez,



²⁹ **Machete**: faca grande, us. no mato; facão.

REFLEXÕES VII

como contraponto à prevalência de um sentido modelar e hegemônico para a ideia de moderno, então em curso no País.

Quando Graciliano Ramos compôs *Vidas Secas*, em 1937, estava diante de uma República sem a vocação da incorporação política e social de setores da sociedade que, até então, viviam inteiramente à sua margem. Contudo, a poética da escassez que ele introduziu na tradição do republicanismo brasileiro parece atuar a contrapelo³⁰ do ideal de modernização que, autoritário, radicaliza a

perspectiva do Estado como exclusivo agente de realização dos processos de unificação do País e de construção da nação. Sem dúvida, a ausência de marcos históricos claros em um texto como *Vidas Secas*, capaz de indicar, com rigor pouco usual, os problemas de exclusão política e social embutidos nos pressupostos de construção da identidade nacional e em seus mecanismos de integração, aponta para a espantosa improdutividade de um tempo que se arrasta, um tempo que passa em vão, pendula, num vai e vem infinito e que, no seu rastro, deixa tudo exatamente como estava.



Por conta de seus personagens imersos na enorme improdutividade de um tempo capaz de alimentar os procedimentos da modernização brasileira e, simultaneamente, carecer de sentido, em *Vidas Secas*, o sertão de Graciliano Ramos deixou de significar apenas o deserto em que acreditava Euclides da Cunha, para transformar-se em uma condição particular de desterro – uma condição de desterro produzida pela República brasileira no interior do próprio País. A realidade desse sertão dolorosamente anômalo, aético e profundamente injusto, que vai se enraizando lenta e pesadamente no cotidiano dos personagens de *Vidas Secas*, o filho mais velho de Fabiano conseguiu a duras penas decifrar, apesar de seu vocabulário quase tão minguado como o papagaio que morrera

³⁰ **Contrapelo:** direção contrária à caída natural do pelo; arrepia-cabelo.

REFLEXÕES VII

no tempo da seca – “inferno”, insistiu, preciso, em conversa com a mãe: “A gente viemos no inferno”.

Cerca de vinte anos mais tarde, 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e, em meio ao que talvez tenha sido o mais impressionante programa de modernização do País, o personagem principal de Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa, irá retomar a mesma definição feita pelo garoto



sertanejo, em 1937, para também tentar entender o único espaço social e geográfico que conhecia, o Brasil onde havia nascido: “A gente viemos do inferno”, definiu, com igual surpresa e amargura, o jagunço Riobaldo Tatarana. Durante os anos 1930, Graciliano Ramos ainda podia imaginar que pátria não é apenas o sertão onde se nasce, mas a República em que se vive. Provavelmente por essa razão, seus personagens também alimentavam, no âmbito de sua vivência mais íntima, a tênue esperança de chegar até a cidade, vale dizer, de experimentar a sensação de perceber que o chão emocional e doméstico em que cada um de nós pisa, guarda em si, mais do que sabemos, uma terra originária e comum a todos, a partir da qual todos podem viver livres e, portanto, onde nenhum deles carregaria mais a condição do próprio desterro. Em Guimarães Rosa, ao contrário, já não existe dúvida sobre os procedimentos e os rumos desse moderno ambíguo, capaz de produzir um mecanismo perverso no interior do qual o fortalecimento das cidades desagregava o sertão e seu universo de continuadas deformações se, contudo, substituí-lo por uma expansão do ideal de cidadania. Nesse sentido, e de um modo muito específico, a narrativa de Grande Sertão: Veredas parece retomar o movimento final proposto por Vidas Secas para configurar a permanência dessa nova e absurda modalidade de desterro capaz de conformar o trágico destino de uma gente que ainda hoje se equilibra nos subúrbios do moderno, sem acesso aos bens, às leis, a um catálogo mínimo de direitos, ao mundo político da República: “E de repente aqueles homens podiam ser montão, montoeira, aos milhares, mis e centos

REFLEXÕES VII

milhentos, vinham se desentocando e formando, do brenhal³¹, enchiam os caminhos todos, tomavam conta das cidades. Como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo se quisessem ser? Nem achavam capacidade disso. Haviam de querer usufruir depressa de todas as coisas boas que vissem, haviam de uivar e desatinar. Ah, e bebiam, seguro que bebiam as cachaças inteirinhas da Januária. E pegavam as mulheres, e puxavam para as ruas, com pouco nem se tinha mais ruas, nem roupinha de meninos, nem casas. Era preciso de poder mandar tocar depressa os sinos das igrejas, urgência implorando de Deus o socorro. E adiantava? Onde é que os moradores iam achar grotas e fundos para se esconderem – Deus me diga?”.

Ele retoma Euclides da Cunha e Graciliano Ramos para narrar o destino trágico de uma gente

Ao constatar a ausência de esperança de incorporação política na concretização do destino de Fabiano e de sua gente, Guimarães Rosa expandiu a suposição de Graciliano Ramos de que o processo de modernização da nossa sociedade, iniciado no final do século XIX, é inexorável, mas seu resultado enquanto modo específico de fazer a experiência da vida política é fortemente ambíguo: “Aqui é cidade, diz-se que um pode puxar pelos seus direitos”, afirmava o capiau José de Tal, também conhecido como Zé Centralfe. “Sou pobre, no particular. Mas eu quero é a lei”.

Zé Centralfe é personagem do conto *Fatalidade*, publicado no livro *Primeiras Estórias*, que parece ter sido organizado em torno do aparecimento de sinais expressos de enfrentamento do sertão com as experiências de despersonalização civil e de ordenação abstrata provocadas pelo processo de urbanização. Perante a lei que falta, lei excessivamente remota, postada além do alcance das vistas de Zé Centralfe e sua gente – e, simultaneamente, também postada além de nossa sociabilidade urbana – é forçoso reconhecer que todos fazem o que podem e fazem a lei como podem. Por consequência, insistiria Guimarães Rosa, ordem e transgressão, lícito e ilícito se

³¹ **Brenha**: mata brava, cerrada; matagal, selva.

REFLEXÕES VII

confundem no mesmo fundo arcaico de violência e força prepotente, na mesma ocupação desordenada de espaço urbano e rural, na mesma desigualdade social ancestral que costuma ser atenuada ou adocicada com formas modernas, na aparência harmônicas, de mando e de obediência.

Assim, para Guimarães Rosa, a previsível entrada do pária no mundo da cidade e nos procedimentos da modernização brasileira, transformando-se, enfim, num cidadão, não parece ser tão simples nem tão plácida como sonharam os homens da primeira geração republicana brasileira. Mais do que isso, talvez, existam alguns desdobramentos importantes para sua constatação sobre a extrema dificuldade encontrada pela República no Brasil em submeter a sociedade inteira ao fundamento da lei republicana, ao estabelecimento de uma vontade não arbitrária que se aplica a todos os brasileiros e, nessa aplicação, os torna livres por completo. Com essa constatação, Rosa tratou de orientar, no interior da imaginação literária brasileira, o deslocamento do tema das virtudes essenciais da vida cívica, para o reconhecimento da necessidade da lei como fundamento moderno da ideia de república.

Ruínas do desenvolvimento

Quando Guimarães Rosa publicou *Grande Sertão: Veredas*, Juscelino Kubitschek, recém-empossado, ainda sonhava inventar cidades sempre voltadas para o futuro, capazes de representar um esforço de afirmação da nacionalidade, um desejo de integração do interior ao centro, do Brasil ao mundo, da tradição ao moderno. Para revestir o sonho de Kubitschek de solidez, o ano de 1956 marcou, também, o lançamento do mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao País – o Programa de Metas – cujo conteúdo vinha da crença inabalável de Kubitschek na fórmula quase mágica de desenvolvimentismo como principal derivação da normativa modernista – fórmula que ele acreditava capaz de fazer brotar no Brasil e, no cenário latino-americano, uma sociedade industrial,



REFLEXÕES VII

urbana.

Em certa medida, a narrativa de *Grande Sertão: Veredas* fez o registro detalhado das ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o Brasil modernizado pelo desenvolvimentismo de Kubitschek não conseguiu mais aproveitar e a República descartou por improdutivo: a massa de vaqueiros, tropeiros, jagunços, garimpeiros, romeiros, roceiros, caipiras, prostitutas, índios, velhos, mendigos, loucos, doentes, aleijados – uma gente que não vai a parte alguma, ninguém os reivindica, não são ninguém. Apenas uma multidão de depauperados e miseráveis que se desloca, sem parar, saindo do sertão, no rumo das grandes cidades, que simbolizam, como já havia ocorrido em *Vidas Secas*, sua última chance de escape de um mundo de necessidades e carências absurdas – e descobre,

ao fim da narrativa de *Grande Sertão: Veredas*, a completa inutilidade desse deslocamento. Graciliano Ramos talvez concordasse em chamá-los de párias.

No sertão, completaria o mesmo Graciliano, a República se esqueceu de realizar seu ideal plebeísta³², esqueceu-se do desejo muito humano e essencialmente político de estender a todos os seus membros a oportunidade do exercício da cidadania. Contudo, no sertão onde Graciliano Ramos encontrou párias, Guimarães Rosa atualizou literariamente a figura fundadora do desterrado – e fez isso talvez para tentar compreender por que razão no Brasil, esse “outro Ocidente”, o contexto republicano da ideia de pátria é sempre estranho à sua possibilidade de realização histórica.

Dá-se o encontro da imaginação literária com uma pátria de formato político instável e incerto

Terra de párias e de desterrados, o sertão, por maior que seja, é o que não se vê: o fundo arcaico projetado sobre uma sociedade primitiva que vive longe do espaço urbano e o que é aparentemente seu avesso, uma cidade brasileira qualquer e todas as outras cidades do País, a que se deixou perder de seus princípios civis e a que já é

³² **Plebeísmo**: qualidade de quem é plebeu.

REFLEXÕES VII

apenas degradação de seus lugares públicos, a cidade concebida para expressar a modernização e a periferia miserável que fixou seu perfil. Ou, o argumento do próprio Guimarães Rosa: “Sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais para adiante, territórios”. De fato, sertão é dobra: nem um, nem outro, mas o que se dá entre: não vai a lugar nenhum, refaz-se sempre no meio do caminho. Não por acaso, logo no início da narrativa de *Grande Sertão: Veredas*, o jagunço Riobaldo Tatarana, afirma convicto: “Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador, e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade” – um mundo onde todas as coisas ainda estão por fazer, e seu avesso, o lugar do desterro de Fabiano e de sua gente, a terra onde o arraial de Canudos foi massacrado, o rio no qual o seringueiro do Alto Purus se arruína, a pequena história de uma República em que uma grande oportunidade se perdeu irremediavelmente.

Nesse Brasil encharcado de ficção, onde o sertão é a única esperança de modernidade política para a República, brota uma continuidade temática e uma perspectiva original de interpretação do Brasil que organiza, no interior de uma mesma tradição, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. Dessa perspectiva de interpretação brota principalmente o encontro da imaginação literária brasileira com uma pátria de formato político invariavelmente instável e incerto, em que os ideais normativos da República sempre ainda estão por fazer-se e a modernidade parece surgir da tensão sem resolução entre o mais moderno, o mais arcaico e seus destroços. No esforço de interpretação dessa República, os autores fazem aquilo que podem: torna visível o invisível, tiram a história do esquecimento e do oculto, recordam e manifestam aquilo que a palavra enuncia. Mais do que isso, como se sabe, não cabe a nenhum livro fazer por seu país. ●

Heloísa Starling: professora de História das Ideias no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. É autora de *Lembranças do Brasil: Teoria Política, História e Ficção em Grande Sertão: Veredas*.

O Brasil jagunço

Willi Bolle



O banditismo, por enquanto, não consta dos manuais de História do Brasil. Dentre os grandes retratos historiográficos e sociológicos do País, só alguns poucos, como os de Euclides da Cunha, Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna comentam o fenômeno. O autor d' *Os Sertões* (1902), esclarece que nas eleições no interior do País se “arregimentava sempre o banditismo sertanejo”. Ele se revolta com uma “justiça” que “parlamenta com os criminosos e acaba ratificando verdadeiros tratados de paz, sancionando a soberania da capangagem impune”.

Mas é somente com *Grande Sertão: Veredas* (1956) que o problema do crime ganha, nos retratos do Brasil, a dimensão complexa que tem na realidade. Guimarães Rosa narra uma história de bandos de jagunços que, por volta de 1900, organizam o crime e exercem o poder no planalto central do País. O conceito por ele criado, “o sistema jagunço”, contribui para fazer do romance uma forma de pesquisa. Em plena era desenvolvimentista, quando se inicia a construção de Brasília, o romancista focaliza a persistência de estruturas arcaicas. Por meio de um narrador que “se lembra das coisas, antes de elas acontecerem”, ele desenhou visionariamente o quadro de uma sociedade – a nossa – que se criminaliza na medida em que avança no caminho da modernização.

O que faz a diferença qualitativa de *Grande Sertão: Veredas* em comparação com os retratos historiográficos e sociológicos do Brasil, é que a representação do banditismo não se resume numa discussão temática ou ideológica, mas impregna a feitura formal do texto. O mundo do crime é apresentado por um de seus próprios agentes; a narração do jagunço Riobaldo proporciona ao leitor uma visão de dentro. Neste romance, com cerca de 1.300 falas diretas, o sistema jagunço aparece como uma grande constelação de

REFLEXÕES VII

discursos. Entende-se aqui discurso, no sentido de Michel Foucault, como a representação verbal de uma instituição – que existe também fora da obra ficcional e condiciona a fala de todos os seus integrantes. O narrador é um jagunço letrado. Com isso, a narração configura-se como uma mediação entre o mundo da violência (o bruto sertão) e da urbanidade (o espaço de uma educação superior e da norma culta).

A construção do protagonismo-narrador como guerreiro letrado faz com que Riobaldo se situe numa linhagem que começa na antiguidade com uma figura como Júlio César e desemboca na Era

Moderna, em Cervantes, no tópos³³ das Armas e das Letras. A combinação dessa dupla competência caracteriza a “formação do patronato político brasileiro”, como mostrou Raymundo Faoro em seu estudo *Os donos do Poder* (1958). Trata-se de uma aliança entre o poder patrimonial, fundamentado na propriedade particular (os latifundiários-coronéis com suas milícias), e o estamento, isto é, os letrados (peritos em leis), que formam a corporação dos altos funcionários do Estado.



Como Riobaldo usa sua competência nas letras, iniciada com a aprendizagem da “gramática” e o “estudo pátrio”? Modestamente, apresenta-se como leitor de almanaques, vidas de santo e romances. Mas não nos enganemos: efetivamente, ele emprega seu talento para conhecer o funcionamento da máquina do poder. “Estudei foi os chefes”, declara ele por ocasião do julgamento de Zé Bebelo, e isso nos leva a conhecer a retórica do



³³ **Tópos:** motivo ou tema tradicional.

sistema jagunço.

À narração de Riobaldo subjazem as tradicionais histórias apologéticas dos “fazendeiros graúdos mandadores”, os coronéis.

Ele adapta e modifica esse padrão, apresentando inicialmente os chefes jagunços numa visão romântica e idealizada, para em seguida desconstruir essa mitificação. Ao retrato de Medeiro Vaz, que põe fogo em sua própria fazenda, a fim de sair pelo mundo “para impor a justiça”, ele contrapõe o caso do homem que se enforcou por medo dos medeiros-vazes. Quanto a Joca Ramiro, que também guerreava “por justiça e alta política” e “só em favor de amigos perseguidos”, Riobaldo se pergunta: por que um chefe de tão “nobres costumes” mantinha como subchefes o “bruto comercial” Ricardão, e o “monstro” Hermógenes, que “tirava seu prazer do medo dos outros, dos sofrimentos dos outros”.

Sem dúvida, dinheiro e medo sempre foram fatores de peso na vida política e dessa forma as figuras prosaicas e negativas do romance proporcionam uma visão não camuflada das estruturas de poder. O que ocorre no episódio do julgamento é na verdade um arranjo muito pouco civilizado entre o chefe da oposição, Joca Ramiro, e Zé Bebelo, partidário do governo: ratifica-se assim o sistema de poder vigente, isto é, legitima-se a guerra perpétua, à custa da população. O acordo é sintetizado por Riobaldo com a fórmula de dar ao réu “condena de absolvido”. Uma flor retórica que encontra uma réplica à altura. Com palavras toscas, porém lúcidas, o raso jagunço Gu observa ironicamente que o acordo serve não tanto para quem é “braço d’armas”, mas para os chefes, que assim se garantem mútua proteção: “A guerra fica sendo de bem-criação, bom estatuto...”.

Riobaldo, longe de ter acabado com a jagunçagem, como afirma, é um eloquente exemplo de como o sistema jagunço se reproduz. Sua aprendizagem das artimanhas do poder se dá sobretudo por meio do convívio com Zé Bebelo, que pretende “liquidar com os jagunços, até o último” e assim eleger-se deputado. Riobaldo desempenha as funções de professor, secretário e orador de comícios do seu chefe. Na Fazenda dos Tucanos, onde Zé Bebelo lhe ordena “larga o rifle, escreve”, flagramos o instantâneo emblemático: o letrado a serviço

REFLEXÕES VII

do poder. Em meio a tudo isso, não podemos abstrair do fato de esses personagens serem criação de um funcionário do alto escalão do governo, que conhecia perfeitamente a máquina da retórica e do poder.

Conforme os ensinamentos de Maquiavel, a dissimulação é própria do discurso dos soberanos. Segundo um teórico barroco: “Dissimulamos o que somos, simulamos o que não somos”. Em *Grande Sertão: Veredas*, o discípulo acaba superando o mestre. Na Fazenda dos Tucanos, Riobaldo protestou diante da tentativa de traição de Zé Bebelo em nome de “nós, pobres jagunços”. Mas nas terras do fazendeiro seô Habão, que cobiça os jagunços como enxadeiros, ele muda de identidade: “O senhor conhece meu pai, fazendeiro Senhor Coronel...?!” O aspirante a chefe reproduz o molde da traição. Está pronto para fazer o pacto com o Demo, meio que lhe permite passar de raso jagunço a chefe de jagunços: fazer um “trato de iguais com iguais”, em que ele será a parte que dá as ordens.

Uma vez instituído como chefe, Riobaldo legitima a guerra com a promessa de trazer “glória e justiça”, de “impor paz inteira neste sertão” e de “obrar vingança pela morte atraçoada de Joca Ramiro”. Ao mesmo tempo, apresenta a jagunçagem como instituição por excelência para resolver os problemas sociais. “Eu pretendia retirar aqueles, todos, destorcidos de suas misérias” – justifica Riobaldo o aliciamento da mão de obra “à mansa força”. Na prática, seus grandiloquentes programas são desmentidos pelo fato de seu bando ir “extorquindo vantagens de dinheiro” por toda a parte – eis o que ele define como o “sistema jagunço”. “Queria ser rico em paz: para isso guerreava” – até que ponto esta caracterização do personagem Ricardão não se aplicaria também ao “herói” Riobaldo, que termina sua carreira de empresário e caçador de jagunços como membro da classe dominante?

O conceito por ele criado, o ‘sistema jagunço’, contribui para fazer do



romance uma forma de pesquisa

O fato de o narrador ter feito um pacto com o “Pai da Mentira” afeta também sua comunicação com o leitor. Em que medida podemos confiar num relato que lida constantemente com “as formas do falso”? Riobaldo usa a narração conforme a retórica clássica, como parte constitutiva de um discurso diante do tribunal. É a fala de um dono do poder que se autoacusa e se legitima com o objetivo de ser absolvido pelo interlocutor e pelo leitor. Nessa situação, a estratégia básica de Riobaldo consiste em apresentar-se como um mediador digno de confiança. Como discernir até que ponto se trata de um narrador confiável ou de uma mera encenação da credibilidade?

Na arte oratória distinguem-se basicamente duas modalidades. Por um lado, a arte da persuasão da credibilidade em detrimento da verdade; por isso é chamada também de arte de enganar. Dentro dessa tradição, Maquiavel explica detalhadamente “como os príncipes devem manter sua credibilidade”. Por outro lado, existe a retórica como busca da verdade e da justiça; baseada na ética do homem justo e bom, é a ciência de falar bem. Simultaneamente não-confiável e confiável, o narrador Riobaldo lança mão de ambas as retóricas. O que nos permite distinguir entre as duas são frestas autocríticas em suas falas, comentários críticos dos discursos de outros personagens e montagens contrastivas³⁴ operadas pelo próprio escritor, em suma, a poética metanarrativa.

Por que a opção de Guimarães Rosa por um narrador pactário³⁵? Trata-se de um mediador dialético que traduz a complexidade da posição do intelectual. Esse narrador – e, num outro nível, o escritor – expressa o ponto de vista de um dono do poder, ao mesmo tempo em que dá voz às pessoas do povo que não dispõem de recursos equivalentes de expressão. É uma estratégia dupla, paradoxal e contraditória, um sistema refinado de mediação. Como o narrador

³⁴ **Contrastivo**: que contrasta.

³⁵ **Pactário**: que ou o que tem ou faz pacto ou contrato com outrem.

REFLEXÕES VII

pactário mergulha profundamente na retórica da dissimulação – nos moldes de Zé Bebelo, “o Deputado”, que representa o poder instituinte das leis, ou seja, o poder fundador do Estado –, ele é também capaz de trair esse uso diabólico da linguagem, em nome de um “Deus” que “é traiçoeiro”. Esta seria, em última instância, a metanarrativa de Guimarães Rosa como preceptor luciférico do Brasil. ●

Willi Bolle: professor de Literatura na USP e autor de Grandesertão.br- O Romance de Formação do Brasil.

A releitura de um clássico

Karla Dunder

A Estação da Luz da nossa Língua é um espaço eclético, que funciona como um centro cultural para a valorização da língua portuguesa e como museu, responsável por colocar ao alcance do público a obra dos maiores escritores brasileiros.

Bia Lessa, diretora de teatro, cineasta e também a responsável pela cenografia do setor de arte barroca da Mostra do Redescobrimento, que cobriu com flores todos os santos – fato que provocou polêmica entre críticos – montou uma instalação sobre o livro *Grande Sertão: Veredas*. No embalo das comemorações dos 50 anos de clássico do escritor mineiro. O romance pode ser lido em fragmentos espalhados em tonéis com água, no chão e até mesmo no teto. “Não queria fazer uma obra didática e a ideia não era fazer algo interativo. Minha preocupação foi espelhar a intenção de Guimarães Rosa, instigar o leitor ao ponto de fazê-lo entrar no universo rosiano”, explica. Para ela é importante que o público esteja atento a todos os detalhes e busque algo mais, que entre de fato na instalação.

Todos são convidados a construir um entendimento próprio sobre *Grande Sertão: Veredas*. “O conhecimento é um processo, a proposta é que as pessoas procurem entender o livro, o autor e reflitam. Por essa razão não utilizei imagens, porque elas simplificariam a obra de Rosa. O texto tem um impacto grande, em alguns momentos pode ser considerado hermético, não queria tornar a instalação fácil”, diz. “Creio que, como no livro, talvez o primeiro impacto seja o de estranhamento, mas depois a leitura se torne fluida”.

Bia Lessa elegeu o aspecto da construção da linguagem e explicita isso ao utilizar materiais de construção usados. “Cada objeto carrega a sua história e somadas, elas criam outro universo”. Entre as peças que compõem a instalação: tijolos, terra e os galões com água. Questionada sobre a fragmentação do texto, a artista explica: “Selecionamos alguns trechos para colocar nesses espaços, a obra

REFLEXÕES VII

inteira foi disposta no teto. Esse é um texto que não tem sentido se for fragmentado.” No entanto, Bia fez três divisões.

A primeira representa o Diabo, feita de terra, que de acordo com a artista funciona como uma metáfora do medo de Riobaldo. A terra desaparece com o vento, mas também se fixa em algum lugar. A segunda estação é dedicada a Diadorim, composta pelos galões com água. Os textos foram escritos no fundo, as palavras aparecem invertidas, o que representa a dualidade presente no personagem.

“A água é sedutora, como Diadorim, ela se esconde e se revela. Também escolhi a água, porque Riobaldo encontra Diadorim em um rio”. Por fim, o espaço dedicado a Riobaldo. O público é obrigado a subir uma escada e se depara com escombros. “Essa é possibilidade de construir as principais questões da vida, assim como o Riobaldo teve de se confrontar para entender seus sentimentos”. A instalação *Grandes Sertão: Veredas* tem caráter temporário, deve circular pelo Rio, Salvador e Portugal. ●

Karla Dunder

Florduardo e sua venda

Walnice Nogueira Galvão



Em plena elaboração de *Corpo de Baile e de Grande Sertão: Veredas*, morando longe de sua Cordisburgo sertaneja, Guimarães Rosa escreveria com frequência ao pai, dono de uma venda naquela cidade. Seu pai era um manancial de sagas sertanejas, a exemplo de Selorico Mendes, “padrinho” de

Riobaldo. O escritor pedia novas estórias portentosas, bem como confirmação ou pormenorização de antigas, dando como referência o mesmo ponto de encontro – a venda. Entre os vários itens de uma consulta dirigida ao pai, um deles reza: “Descrição de pessoas da roça, as mais interessantes, que vinham à venda, em Cordisburgo”.

Em nova oportunidade, voltará à carga: “Outra coisa, que muito gostaria de ter, são as lembranças da Venda, em Cordisburgo: qual a época do ano em que se vendia mais? Quando era que os lavradores dispunham de mais dinheiro, etc.?”

Nessa numerosa correspondência, as solicitações de achegas³⁶ sobre coisas e pessoas da terra é insistente, e já se faziam notar desde a nova redação de *Sagarana*, que viria a ser publicado em 1946; como nesta, na qual o assunto em pauta é este livro: “O sr. irá gostar, e muito, estou seguro, pois nele verá muita coisa do interior, muitas cantigas, como epígrafes (ex: “Ao meu macho rosado, carregado de algodão, etc.”, “Eu quero ver a moreninha tabaroa³⁷, etc.”), muita coisa, enfim, que lhe dará boas recordações”.



³⁶ **Achega**: qualquer coisa que se junta ao principal; aditamento, acréscimo.

³⁷ **Tabaroa**: simplória.

REFLEXÕES VII

Na mesma carta, planeja uma viagem a Cordisburgo para o mês seguinte, utilizando ônibus, trem e montaria, em companhia de um amigo. Convida o pai, que aceita, conforme a carta seguinte registrará. Especifica qual é o intuito que o impede: “...preciso de aproveitar a oportunidade para penetrar de novo naquele interior nosso conhecido, retomando contato com a terra e a gente, reavivando lembranças, reabastecendo-me de elementos, enfim, para outros livros, que tenho em preparo. Creio que será uma excursão interessante e proveitosa, que irei fazer de cadernos abertos e lápis em punho...”.

Antes do fim do mês de novembro, a correspondência confirma a anuência do pai e marca datas imediatas para a vigem: “Fiquei muito contente com a ida do papai, que já deve ir recordando e alinhando lembranças interessantes de coisas vistas e ouvidas na roça – caçadas, etc. – que possam servir de elementos para outro livro, que vou preparar”.

Tendo saído Sagarana, depois de muitas indagações e respostas do pai, as solicitações para os dois novos livros ultrapassam os meros dados sobre coisas e traços típicos, avançando para anedotas mirabolantes, as quais, embora não faltassem no livro do momento, lançariam toda a obra subsequente. E isso logo no ano seguinte, 1947, tendo-se em mente que a elaboração de *Corpo de Baile* e de *Grande Sertão: Veredas* tomaria perto de dez anos: “Da sua (carta), da outra, anterior, ri-me à vontade, com a história do homem que levou os cachorros para a fazenda, a ao fim de um ano voltou... latindo! Por falar nisso, pediria que o senhor me mandasse por escrito, quando tiver tempo, as palavras pronunciadas pelos homens que carregavam o defunto, aqueles que acabaram se sumindo com ele, na estrada, e que eram (Deus nos livre!) dois demônios. Lembra-se da história que o senhor contou? Também as palavras daquela outra história: do homem que apostou que iria buscar um osso no cemitério (- Esse não, que é do meu irmão! -, etc.). Não me recordo das



REFLEXÕES VII

palavras que o homem disse, ao entregar o osso aos companheiros. Creio que ele disse: “Está aqui, e corram, que o dono dele vem aí atrás”; Está certo?”

Os pedidos de expansão e amiudamento das informações fornecidas pelo pai, com esclarecimentos sobre a maneira de aproveitá-las, são oportunos para que se compreenda algo dos métodos de criação do escritor: “Mas, o que mais me interessa é a história do Juca Ferreira, aquele que vinha fazendo festas, com a viola, pelo Rio das Velhas, até Pirapema. Lembro-me de que era fazendeiro e tinha tenda de ferreiro, mas mais não sei. Imaginei uma história, tendo-o como personagem, e para isso precisava de saber mais detalhes. Se o senhor se lembrar de alguma coisa a respeito dele e das suas excursões festivas, mande-me, por favor. Também, sempre que se lembrar de cantigas ou expressões sertanejas legítimas, ouvidas de caipiras nossos, de Cordisburgo ou Gustavo da Silveira. E tudo que se refira a vacas e bezerros”.

Por volta dessa época, comenta com o pai uma viagem ao Pantanal mato-grossense, origem de *Com o Vaqueiro Mariano*, publicado no *Correio da Manhã* em 1947 e em edição fora de comércio no mesmo ano, para ser recolhido bem mais tarde em *Estas Estórias*. E, no fim da década, servindo em Paris, já vai planejando para o pai outra de suas famosas expedições venatórias³⁸, mas de caçador de palavras e estórias, para um futuro não tão imediato: “... sonho com o dia em que voltarei ao Brasil, daqui a 4 anos, para então tirar o meu ano de licença-prêmio, e consagrá-lo a viajar pelo interior de Minas: descer Rio das Velhas em canoa, ir a Paracatu, e outras excursões. Agora, por exemplo, acha-se aqui em Paris o Dr. Melo Viana, que vai todos os anos caçar onças e outros bichos, naquela região paracatuana, e já me convidou para ir com o grupo, quando estiver no Brasil”.

Em 1952 estará por aqui, integrando uma vaquejada com 600 participantes profissionais de vários Estados nordestinos, como ele encourados a preceito, contando com a presença do presidente Getúlio Vargas e o comando do jornalista Assis Chateaubriand, o

³⁸ **Venatória**: composição poética cujos personagens são caçadores.

REFLEXÕES VII

qual tinha inventado a “Ordem do jagunço”. O evento está no origem de outro texto, desta vez Pé-Duro, Chapéu de Couro, vindo à luz em O Jornal em 1952 e no livro póstumo Ave, Palavra.

Se os pedidos de informações específicas ao pai são frequentes, não deixa de acusar recebimento e de reconhecer a dívida: “Também fiquei contente por o senhor ter recebido os livros e estar gostando do Corpo de Baile. Como o senhor não deixará de ter notado, ele está cheio de coisas que o senhor me forneceu naquelas cartas e notas, extremamente valiosas para mim. Falando nisto, agora eu estou justamente relendo as mesmas, e passando para um caderno, classificadas e em ordem, todas as informações, para serem aproveitadas em futuros livros”.

Nada desprezível a contribuição do pai ao estilo do futuro autor é seu próprio onomástico. Enquanto Guimarães Rosa saíra da pia batismal como um corriqueiro João, sendo em criança chamado de Joãozito e Zito, seu pai, bem à maneira brasileira dos miríficos³⁹ prenomes até então inéditos no registro civil, chama-se Florduardo Rosa. Podemos presumir que a ruminação imaginosa de um tal nome contribuiu para deflagrar os processos lexicogênicos em que o escritor é mestre. Qualquer um – não é mesmo? – juraria que um nome como esse só pode ser invenção de um grande criador vocabular. Pois não é? Tão germânico em sua vetusta origem quanto Eduardo, Edgardo, Harmengarda, Luitgarde, etc., apresenta uma corruptela de Flodoardo (frod + hard = prudente e forte), que também resultou nos sobrenomes de Frouard e Froard. O mais célebre portador do nome foi um dos *chroniqueurs*, historiador francês do século X, sacerdote da catedral de Reims e santo. Só que, nestas plagas, o primeiro étimo [**étimo**: termo determinado e abonado

³⁹ **Mirífico**: que sobressai pela opulência, riqueza, suntuosidade, etc.; maravilhoso, extraordinário, magnífico de base para a formação de uma palavra; pode ser uma forma antiga (do mesmo idioma ou de outro) de que se origina a forma recente; pode ser o radical com um afixo, pode ser uma palavra moderna a partir da qual se formam outras, pode ser uma forma hipotética (da mesma língua ou de outra) estabelecida para explicar formas recentes.

REFLEXÕES VII

(com exceção das formas hipotéticas), que serve], perdida a carga semântica original, foi assimilado a Flor-. Tomados juntos, prenome mais sobrenome telescopados (Flor + Rosa) ressoam na armação do nome da menina “turca” filha de Seu Assis Wababa, Rosa’uarda, que duplica “rosa” em português e árabe, em Grande Sertão: Veredas.

Mas a homenagem maior ficaria por conta de Recado do Morro, em Corpo de Baile, quando é batizado como Florduardo um dos dois padres missionários, pertencentes à ordem franciscana e conhecidos como capuchinhos, desses que andam aos pares em missões de reavivamento pelo sertão, como no episódio de Maria Mutema, no romance.

Costumavam ser alemães ou provindos dos estados do sul do País, onde predominavam os daquela origem, já que eram louros, fortes, corados, falando com sotaque e entendendo a língua do dinamarquês Seu Olquiste. O que combina com a cepa germânica do onomástico: “...vinham chegando os frades – frei Sinfrão e frei Florduardo – vinham enérgicos”. Sendo que o parceiro de Florduardo era “...um frade louro – frei Sinfrão – desses de sandália sem meia e túnica marrom, que têm casa de convento em Pirapora e Cordisburgo”.

Anotações dos verdes anos vividos nos sertões de Minas permeiam toda a obra rosiana, onde se infiltram lances devidos a uma incontável comparsaria infantil. E à súbita descoberta da miopia, simultânea à revelação da beleza do mundo quando estreou óculos, a crítica tem atribuído a acuidade da narração de experiência similar ao protagonista do conto epônimo⁴⁰ Miguilim – verdadeira epifania que foi.

Juntando todos esses fios, pode-se avançar a hipótese de que a venda paterna, celeiro de enredos, merece consideração como a matriz da fabulação mitopoética, enquanto o nome do pai seria o deflagrador dos processos lexicogênicos. E assim Guimarães Rosa

⁴⁰ **Epônimo:** diz-se de, ou aquele ou aquilo que dá o seu nome a qualquer coisa ou pessoa.

REFLEXÕES VII

foi desde cedo urdindo seu imaginário. ●

Walnice Nogueira Galvão: professora aposentada de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, autora, entre outros, de *Guimarães Rosa e Mitológica Rosiana*.

LUIZ BIANCI

A tradição preservada

Patrícia Villalba

Logo que Grande Sertão: Veredas foi publicado, aos que diziam que o livro era de leitura difícil, João Guimarães Rosa repetia: “Vá a Cordisburgo, que você entenderá tudo”. Cinquenta anos depois, a frase teve o sentido ampliado na terra natal do escritor. É que, além da paisagem que obviamente remete à obra, há um grupo de meninos contadores de histórias, anjos da guarda do nome Guimarães Rosa, e um “embaixador do sertão” que os conduz, o Mestre Brasinha.

José Osvaldo dos Santos, de 54 anos, também começou uma vida de contador de histórias numa típica venda do interior, como Guimarães Rosa. Dono de uma loja, acostumou-se a ouvir todo tipo de conto atrás do balcão. “O mesmo tipo de história que ficou gravada na memória de Guimarães, que até os 9 anos frequentava a loja do pai, aqui na cidade”, compara ele, com indisfarçável orgulho.

Muito antes, há uns 30 anos, já havia descoberto a obra rosiana. Foi quando conheceu um personagem real, Juca Bananeira, que deu nome a um vaqueiro do conto Burrinho Pedrês, do livro Sagarana. Só depois de conhecer o personagem é que foi ler o conto. “E do conto, li a obra toda de uma vez. Fui ficando encantado”, lembra.

Há dez anos, por coincidência, passou de contador de histórias no balcão a embaixador do sertão – seu filho Guilherme, então com 14 anos, foi recrutado como um dos 50 meninos do Grupo de Contadores de História Miguilim.

Ideia de uma prima do escritor, Calina Guimarães, era uma maneira simpática de guiar o turista pelo Museu Casa Guimarães Rosa. “Calina cuidava de tudo sozinha, então eu percebi que algum pai daqueles meninos tinha de se prontificar a ajudar o grupo”, descreve Brasinha. “Os meninos encantaram os turistas, e passaram a receber convites para se apresentar em outras cidades. Rodamos o País todo”.

REFLEXÕES VII

Com a experiência, a maneira de contar dos meninos foi se aprimorando, transformando. Há quatro anos, Mestre Brasinha fez a primeira caminhada literária, onde um conto de Guimarães é revisitado com música e em movimento. No domingo passado, ele e os meninos estiveram em São Paulo contando Recado do Morro (do livro No Urubuquaquá, no Pinhém), no Parque do Ibirapuera, durante a Virada Cultural. Hoje e amanhã, Brasinha comanda uma caminhada literária no Sesc Pinheiros (Rua Paes Leme, 165), às 16 horas, gratuita.

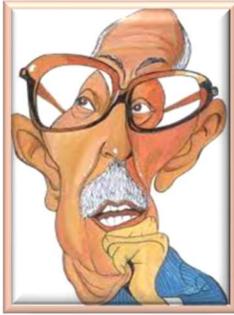
Agora, a pequena Cordisburgo, cidade de 8 mil habitantes a 120 quilômetros de Belo Horizonte, se prepara para a 18ª Semana Rosiana, marcada para ocorrer entre 10 e 15 de julho – com uma série de palestras, teatro, música e contação de histórias. Com tanta programação, ainda mais neste 50º ano de Grande Sertão: Veredas, Brasinha mal vai à loja, e deixou o comércio nas mãos da mulher, Darci.

Quando o pessoal da cidade sente falta e pergunta por ele, ela costuma responder, compreensiva e satisfeita: “Está por aí, rosiando”. ●

Patrícia Villalba

No calor da hora

Antonio Candido



Este romance é uma das obras mais importantes da literatura brasileira – jato de força e beleza numa novelística algo perplexa como é atualmente a nossa. Não segue modelos, não tem precedentes; nem mesmo, talvez, nos livros anteriores do autor, que, embora de alta qualidade, não apresentam a sua característica fundamental: transcendência do regional (cuja riqueza peculiar se mantém todavia intacta) graças à incorporação em valores universais de humanidade e tensão

criadora.

É uma história de jagunços do Norte de Minas na forma do monólogo ininterrupto, sem divisão ou capítulo, de um velho fazendeiro narrando como se tornou membro e afinal chefe de bando. As ações giram em torno da vingança contra companheiros felões que mataram à traição o grande chefe de todos; mas o miolo nutritivo é – não sei se diga a expressão ou a personalidade do narrador, a cujo amadurecimento presenciamos no correr do livro.

São, em todo caso, a estupenda visão do mundo e a inquietude interior elaboradas ao longo do seu fluxo de eloquência e poesia.

Temas como o amor, complexo nas suas três encarnações de pureza, e o mal governam o romance

Há no livro uma estratificação de interesses, combinados e organizados a cada passo pelo autor na trama expositiva – do pitoresco regional à preocupação moral e metafísica. Mundo diverso da ficção regionalista, feita quase sempre “de fora para dentro” e revelando escritor simpático, compreensivo, mas separado na realidade essencial do mundo que descreve; e que enxerta num contexto erudito elementos mais ou menos bem apreendidos da personalidade, costumes, linguagem do homem rústico, obtendo

montagens, não a integração necessária ao pleno efeito da obra de arte.

Em *Grande Sertão: Veredas*, o aproveitamento literário do material observado na vida sertaneja se dá “de dentro para fora”, no espírito, mais que na forma. O autor inventa, como se, havendo descoberto as leis mentais e sociais do mundo que descreve, fundisse num grande bloco um idioma e situações artificiais, embora regidos por acontecimentos e princípios expressionais potencialmente contidos no que registrou e sentiu. Sob este aspecto, ao mesmo tempo de anotação e construção, lembra os compositores que infundiram o espírito dos ritmos e melodias populares numa obra da mais requintada fatura, como Bela Bartók. Comparada a semelhante processo, a literatura regionalista não ultrapassa a esfera do programa caipira.

Há motivo para invocar o universo da música ao falarmos deste livro, não obstante tão acentuadamente plástico nas camadas externas. Em profundidade é governado, com efeito, por alguns temas que, uma vez apresentados, são desenvolvidos, recapitulados, variados, formando o verdadeiro fio condutor de tudo o que se expõe no plano da ação e da descrição, de modo a resultar a integridade quase obsessiva das diretrizes essenciais. Tema do Menino que se desdobra, como da predestinação, no companheiro Diadorim (mulher disfarçada em jagunço, sabemos afinal) e decide a carreira do narrador, Riobado. Tema do amor como aspiração e porto de inquietudes, extremamente complexo nas suas três encarnações de pureza, de sensualidade e impulsos obscuros: a bem-amada (“minha Otacília, fina de recanto, em seu realce de mocidade, mino de alecrim, a firme presença”); a meretriz (“era a que era clara, com os olhos tão dela mesma”); o amigo disfarçado (“aquele fino das feições que eu não podia divulgar, mas lembrava, referido, na fantasia da ideia”). Sobretudo, o tema do mal e da responsabilidade, encarnado na presença negada e sentida do Demônio – sem dúvida o maior personagem do livro no plano transcendente, como é, no plano físico, o Sertão, onde o narrador busca as veredas da verdade: “Uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver”. Por estranho que pareça,

REFLEXÕES VII

esta narrativa sertaneja de experiências profundas com Mundo, Diabo e Carne, é sobretudo um livro absorvido por certos problemas, sobretudo o da conduta, abordado de um ângulo que os existencialistas chamaram do “ser-no-mundo”.

Guimarães Rosa uniu o pitoresco e o essencial em uma técnica narrativa admirável, que une força e refinamento

Para conter tanta riqueza plástica e emocional, Guimarães Rosa uniu pitoresco e essencial numa técnica narrativa admirável, marcada pelo vaivém, o parêntese, a antecipação, a digressão, a retomada – que ampliam a nossa percepção em amplitude e profundidade – para desembocar na linha reta e palpitante da terça parte final, quando Riobaldo assume o destino nas mãos, disposto a aceitar o bem e o mal. Refinamento técnico e força criadora fundem-se então numa unidade onde percebemos, emocionados, desses raros momentos em que a nossa realidade particular brasileira se transforma em substância universal, perdendo a sua expressão aquilo que, por exemplo, tinha de voluntariamente ingênuo na rapsódia dionisíaca de Macunaíma, para adquirir a soberana maturidade das obras que fazem sentir o homem perene. ●

Antonio Candido de Mello e Souza: sociólogo, literato e professor universitário brasileiro. Estudioso da literatura brasileira e estrangeira, possui uma obra crítica extensa, respeitada nas principais universidades do Brasil.

O texto acima foi publicado no primeiro número do Suplemento Literário do Estado, em outubro de 1956

Repercussão do romance na época do lançamento

“O sr. João Guimarães Rosa é um ‘caso’ cômodo para a crítica: é desses autores que se classificam de uma vez por todas, que conserva, de livro para livro, exatamente as mesmas qualidades e exatamente os mesmos defeitos. Entre Sagarana, publicado em 1946 e reeditado, juntamente com *Corpo de Baile*, que reúne sete novelas até agora inéditas, nenhuma diferença existe (...). Este último livro é a contraprova definitiva que faltava para dizer o que ele é.

Com efeito, depois desta verdadeira obra-prima do conto regionalista brasileiro, o sr. Guimarães Rosa só dispunha de dois caminhos: ou se renovava ou se repetia. Sua personalidade literária é tão forte que a renovação se revelou impossível, e o autor de *Corpo de Baile*, restará, certamente, a exemplo de Valdomiro Silveira ou Afonso Arinos, um dos maiores escritores entre os menores. (...)” ●

Wilson Martins: (O Estado de S. Paulo, 23/8/1956)

“Qual o motivo, então, que nos leva a manter em face desse romance (*Grande Sertão: Veredas*) uma atitude curiosamente dubitativa: É que, em certo sentido, e por paradoxal que pareça, falta-lhe autenticidade. (...) O que acontece é que, sob as aparências da interpretação mais direta, o sr. Guimarães Rosa na verdade nos oferece uma transcrição eminentemente literária da realidade. Com isso, os seus heróis perdem densidade e ganham convencionalismos.” ●

Wilson Martins (O Estado de S. Paulo, 30/8/1956)

“Realmente, estamos diante do maior acontecimento literário destes últimos tempos no Brasil. Se *Sagarana* e *Corpo de Baile* já eram alguma coisa de excepcional, ainda comportavam perplexidades. (...) Mas hoje, em face desta obra extraordinária que é *Grande Sertão: Veredas*, vemos muito mais claros os resultados da experiência feita, solidamente apoiada na linguagem. Graças a tal preparação prévia é que é alcançada plenamente a textura da realidade imensa das veredas do grande sertão mineiro e dos tipos inesquecíveis que nele se movem. (...) A questão, qualquer que seja a rudeza desta prosa, é que ninguém mais lhe tira a força poética,

REFLEXÕES VII

tanto quanto a rudeza dos personagens que ela retrata não impedirá jamais que estes sejam maravilhosamente inteligentes. Com efeito, eles fariam inveja aos sábios e aos doutos. E só isso não basta para erguê-los ao plano do universal?” ●

Temistocles Linhares (O Estado de S. Paulo, 9/9/1956)

“Sobre a linguagem de Guimarães Rosa, Euryalo Cannabrava fez observação de fundamental importância, quando, a propósito de Corpo de Baile, assinalou: ‘Trata-se da autêntica redescoberta do sentido original das palavras, no momento exato em que elas foram forjadas pelo povo.’ Grande Sertão: Veredas é a mais corajosa expressão, que conhecemos, das fontes de sensibilidade do Brasil-sertão. A nova língua de Guimarães Rosa nos conta história de validade universal, com elementos do maior primitivismo e inocência.” ●

Octavio Mello Alvarenga (Correio da Manhã, 10/11/1956)

“Mal emergido dos volumes compactos do Corpo de Baile e resistindo a custo à vontade de relê-los, eis-me às voltas com uma nova obra do autor, tão substanciosa como aquela, e não menos hirta de compensações. Como prêmio do esforço exigido pela leitura, saímos dela com a impressão de termos participado um pouco da obra de ficção, de termos compartilhado não só as vicissitudes das personagens, mas também a alegria criadora do autor. (...) Mas todas as audácias da construção, toda a riqueza do conteúdo filosófico seriam apenas jogos de inteligência, se o sertão de Guimarães Rosa não fosse também, além de símbolo, realidade viva e concreta, com seus bichos, plantas, gentes, e superstições admiravelmente descritos; se a narração do Riobaldo não fosse, além de uma teia engenhosamente urdida, um tecido de casos, encontros, acontecimentos e cenas de insuspeita autenticidade; e se a intervenção do sobrenatural não fosse tramada com arte das mais sutis, de modo que nunca entra em choque com o realismo psicológico”. ●

Paulo Rónai (Diário de Notícias, 16/12/1956)

REFLEXÕES VII

“A publicação de *Grande Sertão: Veredas* não constitui acontecimento isolado, simples marco atingido por escritor de talento na trajetória de sua obra. O aparecimento desse romance alentado, difícil e desconcertante para as acanhadas dimensões da nossa literatura veio, na verdade, assinalar no terreno da ficção o mesmo fenômeno já contatado em nossa mais recente poesia. Embora sem as características de movimento coordenado, dirigido objetivamente nesse sentido, verifica-se uma reação contra a timidez e o aspecto colonial de nossa criação literária. (...)”

Mas o que impressiona sobremaneira nesse homem privilegiadamente talentoso é ter ele criado no plano artístico, sem perverter as suas fontes, a língua prodigiosa do sertão, conservando-a virgem na sua sintaxe, imprimindo-lhe a mesma flexibilidade que lhe dá o sertanejo eloquente, imaginoso. Que romancista mais autenticamente nacional, portanto, que esse primitivo Guimarães Rosa?” ●

Afonso Ávila (Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, 12/1/1957)

“Numa palavra, esse romance nos força a repor em questão todos os nossos conceitos de literatura e arte, a tomar constantemente distância sobre ele a fim de encará-lo de uma perspectiva universal, a buscar sua localização na geografia literária. (...) O que acima de tudo apaixona em *Grande Sertão: Veredas*, como no *Ulysses*, de Joyce, é o caráter audacioso de experiência, o imenso material manipulado e dominado, a coragem manifesta nesse desprezo absoluto da facilidade e nesse desafio lançado à convenção – pois somente elas trazem a recompensa de um público amplo – a sabedoria humana e a inteligência nela prodigalizadas com não sei que juvenil ‘*esprit de jeu*⁴¹.’” ● **Bernardo Gersen** (*Diário de Notícias*, 10/2/1957)

⁴¹ *Esprit de jeu*: Expressão francesa (literalmente, “jogo de espírito”, em inglês também chamado “witty trifle”, sobretudo em contextos musicais) que pode ser entendida como artifício retórico que joga com palavras para obter um sentido humorístico, crítico ou didático. Também utilizado como pequena peça musical alegre e jocosa, o *jeu d’esprit* é muitas vezes utilizado em processos de

REFLEXÕES VII

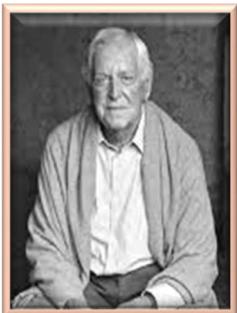
“Resulta de tudo isso que o leitor se vê de repente diante de uma obra inteiramente nova, de fato revolucionária na forma, e espera que a atuação de Guimarães Rosa, no conto e no romance – mesmo não vindo a fazer escola por ser uma fatura eminentemente pessoal – sirva de lição aos nossos novelistas. Sua maneira opõe-se ao estilo oral, à humanização da linguagem e à superficialidade da narrativa da média suada pelas gerações atuais. E, paradoxalmente, cria outra humanização de linguagem, outro estilo oral, colhidos ambos em fontes até gora não exploradas.” ●

Maria de Lourdes Teixeira (Folha da Manhã, 10/4/1956)

alfabetização. Por exemplo, Ga traduzir-se-á por “J'ai grand appétit” (G grand, appetit). De uma forma mais lata, podemos classificar certos jogos de adivinhas ou de enigmas como jogos espirituosos, pois fazem depender a solução da compreensão e interpretação de um jogo de palavras. Em limericks, ou em epigramas de Oscar Wilde ou nos principais romances de Eça de Queirós podemos encontrar exemplos significativos.

Rosa para Goethe

Curt Meyer-Clason



Confesso com muito prazer que Meyer-Clason me convenceu de que uma passagem de meu romance era mais convincente em alemão que em meu original. A declaração foi dada por João Guimarães Rosa na célebre entrevista ao escritor e jornalista alemão Günther Lorenz, em 1965. O autor se referia a Curt Meyer-Clason, um alemão que ousou transportar para a língua de Goethe a obra-prima do escritor, *Grande Sertão: Veredas*. Rosa se referia a Meyer-Clason como o melhor dos seus tradutores e o melhor

tradutor do mundo.

Comerciante que teve de deixar a contragosto a escola muito cedo, Meyer-Clason veio para o Brasil durante a Segunda Guerra e, nessa época, aprendeu o português. Quando voltou para a Alemanha, mudou o rumo de sua vida e enveredou pelos caminhos da tradução.

Traduziu vários livros de Guimarães Rosa e se tornou seu amigo, por meio de copiosa correspondência. Esse homem, a quem Rosa se referia como “um diabo de homem, um gênio da tradução”, vive hoje aposentado em Munique. Está com 94 anos e não traduz mais. De lá, ele concedeu por telefone esta entrevista ao Estado.

Como foi o seu primeiro contato com Guimarães Rosa?

Depois que voltei do Brasil, sentia muita saudade do País e comecei a frequentar uma comunidade brasileira aqui em Munique. Certa vez, em um jantar com o cônsul perguntei para ele o que havia de novo na literatura brasileira. Ele então me falou de Guimarães Rosa, um autor difícil de ler. Então escrevi para Rosa e começamos a nos corresponder. Ele sempre me mandava seus livros. Ficamos amigos e consegui a publicação de um livro seu por uma pequena editora de Colônia. Mas Rosa sabia que sua obra era quase intraduzível. Foi

então que se ofereceu para ajudar na tradução. Comecei a traduzir sua obra. Escrevia fazendo muitas perguntas e ele respondia. Corrigia alguns trechos e mandava desenhos de instrumentos e frutas brasileiras para me ajudar a visualizar o que parecia intraduzível.

Quanto tempo o senhor demorou para traduzir o Grande Sertão?

Creio que levei de seis a oito meses.

O senhor conheceu a região onde o livro se passa?

Não. Eu apenas conheci Belo Horizonte, a capital de Minas.

Rosa, em uma das cartas que escreveu para o senhor, afirma que o alemão era o idioma mais apto para captar e refletir todos as nuances da língua e do pensamento de sua própria obra. O senhor pensa o mesmo?

Ele escreveu isso em uma das primeiras cartas. Rosa viveu em Hamburgo e em Bremen, capitais da costa. Aqui na Alemanha, ele apenas viveu em ambientes urbanos. Nunca conviveu com gente do campo. Apenas com gente culta ou pelo menos civilizada das cidades, mas acho que ele tinha razão. Ele adorava o alemão.

Então qual foi a solução encontrada pelo senhor para traduzir a “língua de Rosa”. O senhor se valeu dos vários dialetos alemães?

Sua linguagem do sertanejo é difícil de ser traduzida. Se tentasse criar uma língua de, digamos, “caboclos alemães”, das várias províncias alemãs, teria sido um erro grave, já que o leitor alemão teria sido tirado do ambiente brasileiro. Inventei então uma língua nova. Uma linguagem que não fosse da cidade, uma linguagem diferente que pudesse acompanhar o tom e a música da língua brasileira. O alemão do Grande Sertão é facilmente compreendido pelo leitor. Ele apenas percebe que não é uma linguagem usual. Criei uma ilusão para expressar as intenções do gênio sertanejo.

Fale um pouco das outras traduções do livro. O que Rosa achava da sua tradução para o inglês?

Rosa também trocou muitas cartas com sua tradutora para o inglês. Mas a tradução inglesa foi uma versão social, política, urbana. Seguramente não pegou o aspecto da terra. Ele não gostava da tradução. Ele, digamos, aceitou a tentativa dessa senhora urbana, muito culta, muito fina. Mas como esta mulher nunca tinha vivido no Brasil, seguramente nunca pisou a terra do interior para compreender, mesmo de longe, a mistura do português do mineiro e do índio. Ela era uma norte-americana urbana que não viveu no interior do Brasil. Por isso, nunca poderia conseguir uma identificação com o pensar e o sentir do homem do interior e nem reinventar o teor, o gosto, o ouvido, o som da fala. Para mim, que vivi no Brasil quando jovem, tinha alguma intuição com o sentir do brasileiro. E por isto creio que minha tradução conseguiu reativar, imitar, recriar um pouco o âmbito, o sentir do homem brasileiro do interior. Esta era minha ambição mais alta e o Guimarães Rosa, se bem me lembro, com sua intuição de grande artista, sentiu que o tom e o som da minha fala tinham uma qualidade igual.

Rosa uma vez disse que a filosofia é a morte da linguagem. O que ele achava da versão de seus livros para o francês?

Ele realmente acreditava que a filosofia fosse a morte da linguagem. Uma vez ele me disse: “Curt, se o filósofo francês Descartes escreveu ‘Cogito, ergo sum’ (Penso, logo existo), eu diria que o brasileiro ‘Canto, ergo sum’ (Canta, logo existe)”. Sabe o que ele queria dizer com isso? Que a língua francesa tinha uma sintaxe muito estreita e que não conseguia abranger a sintaxe brasileira. Quem conhece a literatura francesa vê isso de imediato: a lógica é que predomina. E a lógica adoce a expressão poética do português *rosiano*. E a lógica não é o centro da prosa lírica *rosiana*. A lógica humanista da Europa era o inimigo número um da sua língua de autor-poeta do Brasil. A lógica que sai da cabeça, mas não do corpo. Não da intuição da alma. A poesia começa onde termina a filosofia. E a obra de Rosa não é filosófica. O centro é a magia. A magia é contra a lógica.

Rosa era um homem místico?

Sim. O misticismo era a raiz desse artista de âmbito mundial, que

REFLEXÕES VII

viveu sua infância no interior de Minas. O conselho mais importante que ele deu para mim foi: abstenha-se totalmente de fazer uma tradução lógica. A lógica era para ele o meio mais banal, mais primitivo.

Rosa ainda é lido na Alemanha?

Creio que não. A Europa hoje só vive de encrencas políticas, sociais, militares e econômicas. De maneira que eu creio: mesmo a lírica cidadina de um Carlos Drummond de Andrade já não tem mais mercado. A última edição do Grande Sertão foi nos anos 1980. ●

Curt Meyer-Clason

Um dândi com os pés na terra

Antonio Gonçalves Filho

Entre as preciosidades da biblioteca do empresário José Mindlin, a maior entre as particulares do País, figura a primeira edição de Os Lusíadas (1572) e a primeira edição ilustrada dos Sonetos de Petrarca (1488), mas seus olhos preferem repousar sobre outra raridade: os originais do livro Grande Sertão: Veredas, publicado em 1956. Mindlin é dono não só do original datilografado por Guimarães Rosa como ostenta uma primeira edição corrigida pelo próprio autor, de quem foi amigo. Conheceu-o em Paris dez anos antes da publicação de seu maior romance e admite que sua primeira impressão não permitiu perceber a estatura do autor. “Era um gênio, mas parecia um homem de dupla personalidade, um almofadinha com bom papo, que me passou, no primeiro encontro, uma sensação de futilidade”.

Mindlin e Rosa costumavam passear pelas ruas parisienses xeretando livrarias e trocando ideias. “Mas ele, elegante, nunca disse que era escritor”, diz. “Só fui descobrir isso quando voltei ao Brasil”, conta Mindlin. O livro Sagarana, que também figura em sua biblioteca numa edição corrigida pela caneta do próprio Rosa, acabara de ser publicado aqui (em abril de 1946). Em setembro, o empresário começou a ler a obra e ficou surpreso. Tentava, de algum modo, ligar a figura do dândi à prosa inventiva e profunda dos nove contos desse livro que começou a ser escrito em 1937 e prenuncia, em sua epígrafe, o tema de Grande Sertão: Veredas: a luta entre duas forças antagônicas num território ainda a ser nomeado. “Por mais que tentasse, não conseguia pensar no autor como aquele diplomata vaidoso, que havia conhecido em Paris”, conta Mindlin.

Das sagas morais de Sagarana, Mindlin destaca A Hora e a Vez de Augusto Matraga, lembrando que seu amigo Antonio Candido, grande crítico e professor de literatura, foi o primeiro a reconhecer Rosa como um futuro clássico.

REFLEXÕES VII

Mindlin, desde então, ficou tão fascinado pela obra que não sossegou enquanto não conseguiu comprar os raros originais de *Grande Sertão: Veredas*. No século que passou, afirma, convicto, “não há nada comparável em literatura a Guimarães Rosa, a não ser Proust”.

A invenção linguística de Rosa revela uma musicalidade que, segundo o bibliófilo, fica ainda mais rica quando o livro é lido em voz alta. Para provar sua tese, gravou há quase dez anos o primeiro audiolivro brasileiro ao lado dos professores Antonio Candido e Davi Arrigucci Jr. com sete episódios do romance. Queria provar que é possível a qualquer leitor assimilar a prosa inventada de Rosa e derrubar o mito de ser um autor intransponível. Como seria árido gravar todo o livro, foi feita uma seleção de episódios.

Muitas dúvidas levantadas pelos tradutores de Guimarães Rosa dão razão a leitores que se perdem por seu *Grande Sertão*. Mindlin conserva as cartas trocadas entre o autor e o tradutor italiano Edoardo Bizzarri. Parte da correspondência entre os dois foi publicada num livro editado pela Nova Fronteira, que reúne as cartas trocadas durante o processo de tradução de *Corpo de Baile*, em que Rosa revela a origem dos neologismos e esclarece dúvidas sobre expressões regionais a Bizzarri (como se sabe, Rosa misturava palavras de outros idiomas e adaptava outras a seu sertão léxico). Essas cartas foram compradas da atriz Olga Navarro, que foi amiga do ex-partisan⁴² italiano Bizzarri (1910-1975), quando o mesmo dirigia o Instituto Italiano de Cultura em São Paulo.

Já os originais de *Corpo de Baile*, *Ave Palavra* e *Tutameia*, segundo Mindlin, foram comprados da própria editora José Olympio, que vendeu seu acervo ao enfrentar sua derradeira crise financeira antes

⁴² **Partisan**: é um membro de uma tropa irregular formada para se opor à ocupação e ao controle estrangeiro de uma determinada área. Os partisans operavam atrás das linhas inimigas. Tinham por objetivo atrapalhar a comunicação, roubar cargas e executar tarefas de sabotagem. O termo ficou conhecido durante a Segunda Guerra Mundial para se referir a determinados movimentos de resistência à dominação alemã, principalmente no Leste Europeu.

REFLEXÕES VII

de ser vendida. “Tudo isso vai para a Universidade de São Paulo”, diz com orgulho cívico o colecionador, que passou toda a sua vida atrás dessas raridades. Elas já ajudaram muitos mestres e alunos a esclarecer dúvidas sobre Rosa e outros grandes autores.

Foram 79 anos dos 92 já vividos por Mindlin viajando atrás de exemplares únicos, muitas vezes sob condições adversas.

De todos os livros que leu e reuniu em sua biblioteca com mais de 30 mil títulos, Mindlin não trocaria *Grande Sertão: Veredas* por nada. “Guimarães Rosa é um gigante”, define. “Os outros são apenas gente normal com grande talento”, conclui, incluindo nesse bloco Graciliano Ramos e Erico Verissimo. Só um autor é capaz de rivalizar com ele no Brasil, diz. “Machado de Assis, claro”. ●

Antonio Gonçalves Filho

As gentes

O Estado de S. Paulo

Zé Bebelo

Nasceu na bondosa vila mateira do Carmo da Confusão, com o nome de José Rebelo Adro Antunes. Seu tataravô foi o capitão-de-cavalos Francisco Vizeu Antunes. Sua mãe, seu pai: Maria Delonida Rebelo, José Ribamar Pacheco Antunes. De apelido, Zé Bebelo.



Zé Bebelo é mole: Zé Bebelo é Zé Dirceu.

Compadre Malã quem descobriu a afinidade dos Zés, Birceu e Dedelo. Senão, veja, Zé Bebelo – Zé Dirceu – quis ser político, mas teve e não teve sorte. Foi uma raposa que demorou. Com ele, o rumo das coisas nascia inconstante, diferente conforme cada vez. Queria saber tudo, poder tudo, tudo alterar. Não esbarrava quieto, era seguro, zureta, criatura de confusão. Queria ser o mais honesto de todos, ou o mais danado. Choveu, louvava a chuva; trapo de minuto depois, prezava o sol. Gostava, com despropósito, de dar conselhos. E falava, falava horas. De si, parte de fraco não dava, nenhão, nunca. Acabando um combate, saía engalopado, revólver ainda em mão, a perseguir quem achasse, aos brados: Viva a Lei! Viva a Lei!”

Nos desvãos da vida, Zé Dirceu – Zé Bebelo – se viu só. Só, mas com cinco jagunços, gente do alto Urucuia, pobres, mas atravessados de armas, e com cheias de cartucheiras. Era deles, dos cabras, o chefe. De chapéu desabado, avantes passos, veio vindo, encontrar outro chefe, Marcelino Pampa, que lhe disse: “Amigo, por que não combinamos nosso destino? Juntos estamos, juntos vamos”.

Zé respondeu: “Amizade e combinação, aceito, mano velho. Já ajuntar, não. Só obro o que muito mando. Nasci assim. Só sei ser chefe.” É da têmpera dos Bebelo e dos Dirceu ser chefe. E chefe foi. Chefe, mas a serviço do governo. Era cangaceiro do governo, que queria-porque-queria acabar com a jagunçagem – dos outros. Para

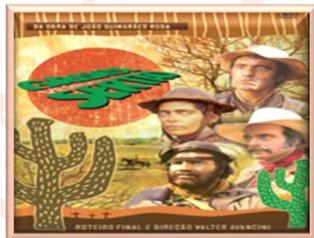
REFLEXÕES VII

de todos ser chefe. E tinha outro objetivo: ser deputado. Deputado não foi, mas por detrás dele vingou a alcunha: “O Deputado”.

Zé Bebelo, Zé Dirceu, foi julgado pelos outros chefes. Por ser cabra do governo. Topou ser exilado em Goiás. Disse: “Topo, topo, topo”. Mas não foi. Voltou para se vingar. Assim é o mundo. O sertão é onde manda quem é forte com as astúcias. Deus mesmo quando vier, que venha armado!

Medeiro Vaz

Calado, ele sempre aceitava todo bom e justo conselho, mas não louvava cantoria. Estavam falando todos juntos? Então Medeiro Vaz não estava lá. Teve antepassados de posses, um fazendão que havia sido do pai, do avô e do bisavô. Mas vieram as guerras e desmandos dos jagunços. Tudo era morte e roubo, e desrespeito carnal das mulheres e donzelas. Ficou impossível qualquer sossego quando o imundo da loucura subiu as serras e se espalhou pelas Gerais. Então Medeiros Vaz pensou, pensou forte. Reconheceu o seu dever. Largou tudo: terras, gado, botou fogo na casa da fazenda até que ela virasse cinzas. Foi ao cemiteriozinho onde estava enterrada sua mãe e espalhou todas as pedras.



Medeiro Vaz reuniu uma chusma de gente corajosa, se cobriu de armas, subiu no cavalo e largou-se pelo mundo sem rumo. Para quê? Para impor justiça. É por isso que, nos rincões, gente muito douda diz que Medeiro Vaz é o verdadeiro herói do longo caso que Riobaldo caudaloso conta. Épico da época. Herói que, sem ter sido prejudicado na carne, se desfaz de tudo quanto tem – reses, rasos, residência, restos de ossos de antepassados – para impor a lei. A Lei. O herói que deixa de ser ele-mesmo e se torna todos. Dele se diz que seria Carlos Magno, o D. Quixote, ou São Francisco às avessas, ou os gregos todos, trágico: sobre o sertão espesso, o herói que edifica obra humana.

Medeiro Vaz vazou poucas palavras: que ele e o bando iam cruzar o Liso do Suçuarão, e cutucar de guerrear nos fundões da Bahia. Mas

REFLEXÕES VII

alguém pode atravessar o Liso do Suçuarão? Ali onde é o inferno? O Liso do Suçuarão é o miolo mal do sertão. Medeiro Vaz não pôde. Não pôde com o fogo azul do fim do sertão do Liso do Suçuarão. Ao contrário de tudo, em prova que o mundo é ao contrário, Medeiro Vaz, o Rei dos Gerais, morreu sob a chuva. Cheio de dores, doente, amarelo cor de palha, o peito aberto de cabelos grisalhos, jazente numa manta de pele de bode branco, arquejando, rodeado pelos jagunços – grandes momentos. Remando contra a agonia, travando o ronco que puxava gosma em sua goela, ele gaguejou: “Quem vai ficar em meu lugar?” Mas a chuva foi mais forte que seus pedacinhos de palavras. Medeiro Vaz foi dormir em rede branca. Aqueles foram seus dias.

Joca Ramiro

Grande homem, príncipe. Joca Ramiro tinha porte luzido, passo ligeiro, botas russianas, risada, bigode, olhar bom e mandante, muita testa, topete de cabelos anelados, pretos, brilhando. Brilhava ele todo. Tinha luz, rei da natureza. Lá está ele: de braços cruzados, chapéu largo e desabado até a sua sombra, que a lamparina arriava na parede, tinha imponência, pojava (**pojar**: tornar(-se) intumescido; inchar(-se) volume. Era Deus no Céu e Joca Ramiro na outra banda do Rio. Era o único homem, o par-de-França, capaz de tomar conta deste nosso sertão, mandando segundo a lei, estando acima dos governos. Joca Ramiro era um homem gentil. Guiava-se pela justiça, era político, mas só em favor de amigos perseguidos; e sempre conservava seus bons haveres.



Joca Ramiro era chefe dos Chefes. Nessa condição, preside o julgamento de Zé Bebelo, a assembleia dos maiores, dos fortes. É cordato, capitão, vero, no real. Escuta atento. Ele impõe a lei: o jagunço do governo deve ser recolher para as bandas de Goiás, lá sentar praça, de lá nunca mais sair, com os seus homens. Julgamento assente, tudo nos conformes, todos nos concordes. Mas Joca Ramiro foi traído. E o grito do Gavião-Cujo ecoou: “Mataram

REFLEXÕES VII

Joca Ramiro!” Podia morrer? Como podiam ter matado? A desgraça se deu em terras de Xanxerê, lá onde o córrego da Jarara desce do morro do Voo e cai na barra do Riachão da Lapa. A sua morte acendeu o sertão.

Contra o fracasso da lei, a vingança. Para as coisas que há de pior, a gente não alcança fechar as portas.

Hermógenes

O Que-não-Fala, o Que-não-Ri, o Muito-Sério. O cão extremo. A natureza de Hermógenes não demudava, não favorecia que ele tivesse pena de ninguém, nem respeitasse honestidade nesse mundo. Para matar, ele sempre foi muito pontual. Hermógenes não muda, sempre igual a ele mesmo. Nasceu tigre e assassino. E após fez pacto com o Coisa-Ruim, virou pactário. É por isso que ele se confunde com o Arrenegado, o Cão, o Cramulhão, o Indivíduo, o Galhardo, o Pé-de-Paro, o Sujo, o Homem, o Tisnado, o Coxo, o Temba, o Azarape, o Mafarro, o Pé-Preto, o Canho, o Duba-Dubá, o Rapaz, o Tristonho, o Não-sei-que-diga, o Sem-Gracejo.

Daí que Hermógenes Saranhó Rodrigue Felipes, que era como ele se chamava, era um, era dois, era três. Era o Outro. Era o Inimigo. Era o Mal. Assim: tinha umas costas desconformes, a cacunda amontoava, com o chapéu raso em cima, mas chapéu redondo de couro, como uma cabaça na cabeça. A sombra do chapéu dava até em quase na boca, enegrecendo. Não tinha pescoço. As pernas, muito abertas. As calças dele se enrugavam demais da conta. Se arrastava, nem levantava os pés do chão.

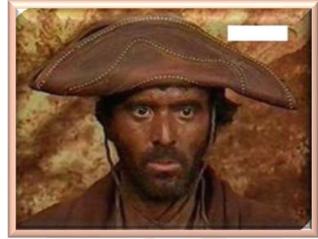
De profissão, era jagunço, cabra da peste, chefe de bando, judas, traidor. E por ter traído morreu de morte morrida e matada nas mãos de Diadorim. Hermógenes fez mesmo pacto com o Diabo? Ninguém nunca sabe, parece. Mulher ele tinha, Maria Mutema. Mas Maria Mutema disse, quando o Hermógenes morreu: “Eu tinha ódio dele”.

Riobaldo

Indaga, Riobaldo indaga? Filho de Brigi, Riobaldo menino esmola, pramódi pagar uma promessa. Brigi morre e o menino é criado

REFLEXÕES VII

pelo padrinho, Selorico Mendes, na fazenda São Gregório. Vai também a Currealinho, onde aprende as letras. Conhece os chefes jagunços: Joca Ramiro, Medeiro Vaz, Hermógenes. Até professor de Zé Bebelo foi. Dá-se que Riobaldo fica por demais parecido com o padrinho. Seria ele filho de Selorico Mendes? A possível verdade, incerta, o afasta do padrinho. Não se dava com ele como se pai fora. Mas com ele se reconcilia, quando Selorico já era morto, e lhe legou duas de suas três fazendas. Seria mesmo seu pai?



Em dúvida, Riobaldo sai pelo sertão. Troca as letras pelas armas. Vira jagunço. Vira Tatarana, de tiro certeiro, Cerzidor. Troca Zé Bebelo por Joca Ramiro, liderado. Vira cobra, Urutu-Branco, chefe jagunço. Vira o mundo do sertão. Conhece mulheres. Conhece Nhoirinhá. Conhece Otacília. Desconhece Diadorim. Com ciúme de Otacília, Diadorim lhe brande uma faca. Olerê, olará – quero ver você me pegar.

Atravessa o Liso do Suçuarão. Vai às Veredas Mortas fazer pacto com o Coisa-Ruim. Veredas Tortas, pacto algum. Até que Diadorim morre e tudo acaba. E tudo recomeça, com Riobaldo casado com Otacília. Longe dela, conta a sua história: de que viver é muito perigoso, de que o sertão é o mundo, de que o sertão é dentro da gente, de que o sertão é sem lugar. Sertão? Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.

Diadorim

Devia estar com uns 14 anos. Ali estava, com um chapéu de couro, menino. Ele era muito diferente, finas feições, voz muito leve, muito aprazível. Aqueles esmerados olhos, botados verdes. Até que apareceu o mulato e, mão num fechado da outra, bateu um figurado indecente: “Também quero!” E o



REFLEXÕES VII

menino disse: “Está certo, chega aqui...” A fala, o jeito dele, imitavam mulher. O mulato, satisfeito, caminhou para se sentar juntinho dele. O menino, faquinha nua na mão, nem se ria. Tinha embebido ferro na coxa do mulato. A lâmina estava escorrida de sangue ruim.

O menino que imitara mulher mas esfaqueara o mulato, corajoso, reapareceu anos depois, era então Reinaldo. Do bando de Joca Ramiro. Pelo seu ser, pelo seu modo de ser, pela sua amizade, pela sua proximidade, encantava-enfeitiçava-atraía-repelia Riobaldo. Reinaldo queria, mas queria o quê, de Riobaldo?

Um dia lhe disse: não era Reinaldo, era Diadorim. Mas Diadorim só ele, Riobaldo. Guarda esse meu segredo, digo e peço. Num outro dia lhe disse: que ele, Reinaldo, Diadorim, era filho de Joca Ramiro. Num dia outro, Joca Ramiro morreu, traído pelos judas, de tocaia. Diadorim, meio que se desfaleceu, extravagante, exagerado.

Diadorim partiu, em vingança. Perseguiu o Hermógenes. Matou, morreu, morreram-se. Diadorim não era. Ao ser lavado o corpo, na preparação, se revelou. Que era o corpo de uma mulher, moça perfeita. Diadorim. A Deus dada. Pobrezinha.

Povo

Esse povo se diverte demais com a baboseira, dum traque de jumento formam tufão de ventania. Por gosto de rebuliço para inventar maravilhas glorionhas, depois eles mesmos acabam temendo e crendo. Parece que todo mundo carece disto. A gente, criatura, ainda é tão ruim. No Ribeirão Entre-Ribeiros, na fazenda velha, onde tinha por debaixo dela um cômodo quase do tamanho da casa – lá judiaram com escravos e pessoas, até aos pouquinhos matar.



Quem oficiou foi um padre dos baianos. A população de um arraial, inteira, marchava de mudada. Homens, mulheres, as crias, e a imagem da igreja, tendo até bandinha de música, parecendo nação

REFLEXÕES VII

de maracatu. Rezavam, indo da miséria para a riqueza. O cortejo dos baianos dava aparência com uma festa. No sertão, até enterro simples é festa.

Uma moça, no Barreiro-Novo, desistiu um dia de comer e, só bebendo por dia três gotas de água de pia benta, em redor dela começaram milagres. Num estalo de tempo, já tinham surgido milhares, para pedir cura. Os doentes condenados: lázaros de lepra, aleijados por horríveis formas, ferimentos, os cegos mais sem gestos, loucos acorrentados, idiotas, hécticos⁴³ e hidrópicos, de tudo. Criaturas que fediam.

Senhor enxergasse aquilo, o senhor desanimava. Se tinha um grande nojo. E aquela gente gritava, exigiam saúde expedita, rezavam alto, discutiam uns com os outros, desesperavam de fé. Requeriam era sarar, não desejavam Céu nenhum.

Órfão de conhecença e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nestes sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado. Quem é pobre, pouco se apega.

Mire e veja. O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior.●

Suplemento do jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 27 de maio de 2006

⁴³ **Héctica:** tuberculose pulmonar.

Política e violência no grande sertão de Guimarães Rosa

Maria Célia Leonel e José Antonio Segatto



O sertão como objeto de representação literária adquiriu, ao longo do tempo – em especial, desde a segunda metade do século XIX –, tratamento constante e privilegiado na literatura brasileira. São muitos os romances, contos e novelas que configuram as relações sociais que nele se estabeleceram historicamente. De José de Alencar (*O Sertanejo* de 1875) a Raquel de Queiroz (*Memorial de Maria Moura* de 1982); de Afonso Arinos (*Os Jagunços* de 1898) a Mário Palmério (*Vila dos Confins* de 1956); de Hugo de Carvalho Ramos (*Tropas e Boiadas* de 1917) a Bernardo Elis (*O Tronco* de 1956); de Graciliano Ramos (*Vidas Secas* de 1938) a João Cabral de Melo Neto (*Morte e Vida Severina* de 1956), é grande a lista de obras com essa temática. Mas é com Euclides da Cunha (*Os Sertões* de 1902) e Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas* de 1956) que a realidade sertaneja encontra a grande síntese épico-dramática.

Sendo assim, propomos um estudo sobre as relações entre o sertão representado no romance de Guimarães Rosa – cuja história recobre, aproximadamente, o período que vai de finais do século XIX à década de 1930 do século XX – e a historiografia e pesquisas sociológicas sobre esse espaço territorial, político e social do País.

Esse vínculo é estabelecido, em especial, pela articulação de três noções – o grande sertão, o “sistema jagunço” e as dimensões do sertão – que configuram o predomínio da violência no espaço em pauta. A primeira noção diz respeito à conformação geográfica,

histórica e política que o sertão assume tanto na visão sócio-histórica quanto na narrativa de Guimarães Rosa e também na de Euclides da Cunha. A segunda refere-se ao braço armado a mando dos proprietários rurais, que se estabelece em função das características sociais e políticas vigentes no grande sertão em que vigoram a coação, a violência, o arbítrio.

A terceira assinala o fato de que as dimensões sociopolíticas e culturais do sertão extrapolam seus limites espaciais, podendo também indicar que, embora o romance rosiano abarque um período delimitado da história do Brasil, ele aponta para tendências históricas posteriores a esse momento.

Grande sertão

A caracterização corrente de sertão é a de uma área despovoada ou escassamente habitada, interior ermo, “sem viva alma”, nos confins, “onde se pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador” (Rosa, 1978: 9). Ou, como diz Walnice N. Galvão (1972: 25): Dá-se o nome de sertão a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do País.

Sua continuidade é dada mais pela forma econômica predominante, que é a pecuária extensiva, do que pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação. Espaço de difícil delimitação, sem contornos e fronteiras nítidas, o “sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga” (Rosa, 1978: 370). Ao longo dos séculos, ele vai se deslocando – desde as entradas e bandeiras em busca de ouro e pedras preciosas e/ou visando ao apresamento de indígenas, passando pela ocupação pecuária, até as sucessivas “expedições” e “marchas” para o oeste, o traçado do sertão foi mudando de lugar, sendo empurrado para dentro. “A boca do sertão” foi afastada e deslocada para o oeste e para o norte pela fronteira agrícola, pela urbanização e pelas relações mercantis. De fato, o sertão “está movimentante todo-tempo” (Rosa, 1978: 391).

Qualquer tentativa de definição ou delimitação do sertão ou dos

REFLEXÕES VII

sertões implica não só uma explicação físico-geográfica, mas, sobretudo, uma compreensão histórico-social. Para alguns, como Euclides da Cunha (1979), o sertão (ou os sertões, como denominou em 1902) é o mundo da barbárie e do atraso, espaço incivilizado, local insólito e misterioso, terra longínqua, isolada e abandonada, habitada por uma “raça mestiça” ou “sub-raça” com predomínio de tradições e costumes antigos; da força e da violência, sem ordem e progresso, onde as leis e instituições do Estado nacional não conseguem penetrar e se afirmar.

Caio Prado Júnior (1973: 12) observa nele a forte presença de “reminiscências anacrônicas” que teimam em se manter, tanto nas relações sociais como na estrutura econômica e na cultura política: Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes [...] uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas de seu passado. Ou seja, nesse espaço, há uma nítida “mistura de tempos e níveis de realidade histórica”, com “temporalidades igualmente distintas, mas coexistindo mescladas no sertão que é o mundo misturado” (Arrigucci Júnior, 1994: 17; grifo do autor). Assim sendo, “não é à toa que esse é o lugar do atraso e do progresso imbricados, do arcaico e do moderno enredados, onde o movimento do tempo e das mudanças históricas compõem as mais peculiares combinações.” (Id., ib.).

A persistência de elementos extemporâneos ou mesmo que parecem antediluvianos expressa uma realidade em que relações sociais não capitalistas ainda continuam a vigorar, onde os produtos, as “coisas”, a mão de obra não se transformaram por completo em mercadoria, ou seja, as relações não foram plenamente mercantilizadas. Quando Guimarães Rosa (1978: 9), por meio de seu narrador-personagem, diz que o sertão “é onde os pastos carecem de fecho”, está não só lhe dando o atributo de amplitude, mas também o significado de inexistência da cerca, do arame farpado, da delimitação da propriedade privada. Todavia, a convivência de relações não capitalistas e capitalistas não pode ser vista por meio da tese dualista.

Mais do que região determinada e delimitada, o sertão se configura como uma ideia e a sua diferença em relação ao litoral se define antes pelo contraste entre fases históricas diversas do que por diferenças geográficas significativas.

Lido nessa chave, importaria mais a contraposição ou superposição, em um mesmo território, de diferentes temporalidades, camadas distintas mas coetâneas do que a distância a separar interior e litoral, vistos como imagens espaciais e simbólicas de dois tipos de organização social e cultural. (Vasconcelos, 2002: 70-71).

Assim, diversa da tese dualista que procura explicar o Brasil por meio da dicotomia arcaico/moderno, barbárie/civilização, sertão/litoral, a compreensão do País como uma formação social de desenvolvimento desigual e combinado em consequência da conjugação de diferentes ritmos de expansão das relações mercantis e capitalistas – na qual se mesclam o velho e o novo, conformando o que se denomina de “contemporaneidade do não-coetâneo” (Sodré, 1973: 9) – é mais adequada para o estudo do processo histórico de que se ocupa o presente texto.

“Sistema jagunço”

O universo do grande sertão de Guimarães Rosa expressa um complexo de elementos fundamentais que vivem nas relações humanas e sociais do País e as perpassam historicamente. Embora seu objeto de representação seja um espaço/ambiente determinado, o do sertão, o autor (re)cria ou inventa uma realidade mais ampla, rica em significados sociais, políticos, culturais, que ele nomeia “sistema-jagunço” (Rosa, 1978: 391).

Esse sistema envolve um conjunto de relações de dominação regidas pela violência ou pela coação, pelo clientelismo e pelo favor, pela preponderância do poder privado sobre o público, pela supremacia da tradição sobre a instituição. Consequentemente, é tradição brasileira secular a presença de uma força armada a serviço de um proprietário rural, grupo de função defensiva e ofensiva, presente dentro da propriedade, para garantir os limites, mas igualmente importante por seu desempenho em eleições, seja pelo número de votos que representa, seja pelos votos que pode conseguir por

REFLEXÕES VII

intimidação ou mediante fraude. O braço armado serve para prevenir conflitos e para resolvê-los; a violência é uma prática rotineira, orientando o comportamento dos seres humanos em todos os níveis (Galvão, 1972: 21).

Tal regime, recriado no grande sertão de Guimarães Rosa, constituiu-se ao longo dos séculos que se seguiram à colonização, baseado no conjunto de micropoderes de potentados locais, fundados na propriedade latifundiária, nas oligarquias rurais e regionais, no patriarcalismo, no clientelismo, no patrimonialismo, na ausência do poder estatal, no mandonismo e na violência. Assim Riobaldo explicita o “sistema jagunço”:

– Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! Domingos Touro, no Alambiques, Major Urbano na Macacá, os Silva Salles na Crondeúba, no Vau-Vau dona Próspera Blaziana. Dona Adelaide no Campo-Redondo, Simão Avelino na Barrada-Vaca, Mozar Vieira no São João do Canastrão, o Coronel Camucim nos Arcanjos, comarca de Rio Pardo; e tantos, tantos. Nisto que na extrema de cada fazenda some e surge um camarada, de sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros: ver São Francisco da Arrelia, Januária, Carinhanha, Urubu, Pilão Arcade, Chique-Chique e Sento-Sé. (Rosa, 1978: 87-88).

Euclides da Cunha (1979: 163), analisando o jaguncismo no vale do São Francisco, comenta que ele é fruto dos “desmandos impunes de uma política intolerável de potentados locais” e acrescenta que, em alguns lugares, o jaguncismo forma mesmo “a pátria original dos homens mais bravos e mais inúteis de nossa terra”, de onde avançam para aventuras, “alugando a bravura aos potentados”, muitas vezes culminando em “incêndio e o saque de vilas e cidades”. Na mesma direção, Caio Prado Júnior (1973: 283) observa que,

desde a colônia, parte da população da cidade, mas sobretudo do campo, é composta por “desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente para o crime”. Entre eles é que se recrutam “os bandos turbulentos” que infestam os sertões e que, na ausência de autoridade pública ou diante de sua fragilidade, “hostilizam e depredam as populações sedentárias e pacatas”; ou que, “pondo-se a serviço dos poderosos e mandões locais, servem a seus caprichos e ambições nas lutas de campanário que eles entre si sustentam” (Id.: 284). Não por acaso, em uma de suas definições de sertão, o narrador-personagem do romance de Guimarães Rosa (1978: 9) afirma que é “onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”.

Januária, Carinhanha, Xiquexique, Bom Jesus da Lapa, Pilão Arcado, Macaúbas, Monte Alegre, lembra Euclides da Cunha (1979: 164), “lugares em que se normalizou a desordem esteada no banditismo disciplinado”, denunciam esse “velho regime de desmandos”. O banditismo coletivo, composto por exércitos ou milícias de capangas, cabras ou jagunços em ação, é exposto com toda a crueza na narrativa rosiana: A gente viemos do inferno [...] Duns lugares inferiores, tão monstro-medonhos, que Cristo mesmo lá só conseguiu aprofundar por um relance a graça de sua sustância alumiável, em as trevas de véspera para o Terceiro Dia. Senhor quer crer? Que lá o prazer trivial de cada um é judiar dos outros, bom atormentar [...] Repenso no acampo da Macaúba da Jaíba, soante que mesmo vi e assaz me contaram; e outros – as ruindades de regra que executavam em tantos pobrezinhos arraiais: baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas, não economizando as crianças pequenas, atirando na inocência do gado, queimando pessoas ainda meio vivas, na beira de estragos de sangues... Esses não vieram do inferno? (Rosa, 1978: 40). [...] usos de bando em armas invadir cidades, arrasas o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada dando morras e aí soltando os foguetes! Até não arrombavam pipas de cachaça diante de igreja,

ou isso de se expor padre sacerdote nu no olho da rua, e ofender as donzelas e as famílias, gozar senhoras casadas, por muitos homens, o marido obrigado a ver? (Id.: 102).

O crime e a violência no sertão, executados por grupos de capangas a mando dos potentados e/ou dos coronéis locais, têm origem comumente no poder privado com a conivência do poder público. A atuação da força pública, em situações de conflito, é, como afirma Euclides da Cunha (1979: 165), regularmente feita por “interventores neutros ante facções combatentes”, o que, como observa o mesmo escritor, configura-se como “ação diplomática entre potências” que procuram não interferir no espaço do poder local ou regional, negociando e legitimando o mando das “potentes chefias:

A justiça armada parlamenta com os criminosos; balanceia as condições de um e outro partido; discute; evita os ultimatus; e acaba ratificando verdadeiros tratados de paz, sancionando a soberania da capangagem impune”. (Id., ib. 1979: 165).

Por sua vez, Antonio Candido (1970: 141), ao discutir a denominação de jagunço, adverte: “Embora haja flutuação de termo, a ideia de jaguncismo está ligada à ideia de prestação de serviço, de mandante e mandatário, sendo típica nas situações de luta política, disputa de famílias ou grupos”. O jagunço é utilizado, geralmente, para transgressões, para impor a ordem privada que atua como se fosse a ordem pública. O mesmo crítico lembra que, “naquele sertão, o jaguncismo pode ser uma forma de estabelecer e fazer observar normas, o que torna o jagunço um tipo especial de homem violento e, por um lado, o afasta do bandido” (Id.: 148) e acrescenta que o jagunço apresenta comportamento de guerra e aventura compatível com o meio, tendo também características contrárias a tudo isso. A análise de Antonio Candido é consentânea com a de Euclides da Cunha (1979:164): Há, de fato uma ordem notável entre os jagunços.

Vaidosos de seu papel de bravos condutícios e batendo-se lealmente pelo mandão que os chefia, restringem as desordens às minúsculas batalhas em que entram, militarmente arregimentados. O saque das

REFLEXÕES VII

povoações que conquistam, tem-no como direito de guerra, e neste ponto os absolve a história inteira. (Id., ib.).

Segundo Antonio Candido (1970: 149), em *Grande Sertão: Veredas*, deparamo-nos com condutas relativas a um universo permeado de reversibilidades: o soldado de hoje é o jagunço de amanhã e vice-versa. Zé Bebelo é o caso típico: queria sanear o norte por meio da política, implantando a lei, o governo e os princípios republicanos; queria ser deputado, mas virou jagunço com o mesmo intuito patriótico; depois, fazendeiro, planejava ser homem da cidade, tudo em nome de uma modificação do sertão. Tudo indica, porém, que, nessa trajetória e nos desejos de Zé Bebelo, prevaleciam os interesses pessoais e não os propósitos patrióticos ou cívicos propriamente ditos.

Na narrativa rosiana, todavia, é também visível a idealização da jagunçagem, fixada, sobretudo, na ideia de uma vida de maior liberdade; mas esse aspecto não diminui o alto grau de violência – revelado em inúmeros momentos do romance – que o jagunço pratica em nome da justiça, da vingança contra os que desnorream o sertão, o que proclama a nobreza dessa atitude. Contudo, como observa Antonio Candido (1970: 148), a ação do jagunço não é pior que a de outros, cuja conduta é aparentemente legal. Por exemplo, a manipulação eleitoral por meio do voto de cabresto e da fraude. Já o “risco e a disciplina dão ao jagunço uma espécie de dignidade não encontrada em fazendeiros ‘estadonhos’, solertes aproveitadores da situação, que o empregam para seus fins ou o exploram...” (Id., ib.). Desse modo, se “o jagunço é o sertão”, ele não passa de “homem muito provisório”, enquanto o “fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo” (Rosa, 1978: 236 e 312).

Assim é que, nesse “sistema jagunço”, os donos do poder local (os coronéis) concentram enorme domínio pessoal, absorvendo as funções do Estado, como, por exemplo, o caso da Justiça e da administração que passam a ser exercidas como instrumentos privados. O fenômeno do coronelismo envolve, de um lado, a violência e a opressão, o favor e a proteção e, de outro, a fidelidade e a obediência – “uma troca mútua, mas desigual”. Como já observado, nas fazendas e vilas, “imperava a lei do coronel, criada

REFLEXÕES VII

por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele” (Carvalho, 2001b: 56). “Dono de gado e gente”, como versou Geraldo Vandré, senhor de terras, promotor da vida e da morte, dispensador da justiça e da administração, regulador das normas e valores, o coronel não era funcionário do governo, mas tampouco senhor absoluto, independente, isolado em seus domínios. Era um intermediário.

Sua intermediação sustentava-se em dois pilares. Um deles era a incapacidade do governo de levar a administração, sobretudo a Justiça, à população. Constrangido ou de bom grado, o governo aliava-se ao poder privado, renunciando ao seu caráter público. A lei parava na porteira das fazendas. O outro era a dependência econômica e social da população. Até 1940, a população brasileira era predominantemente rural (60% nessa data), pobre e analfabeta. Um elementar senso de autodefesa lhe dizia que era mais vantajoso submeter-se ao poder e à proteção do coronel. Fora dessa proteção, restava a lei, isto é, o total desamparo. Não havia direitos civis, não havia direitos políticos autênticos, não havia cidadãos. Havia o poder do governo e o poder do coronel, em conluio (Carvalho, 2001a: 4).

Aquilo que Oliveira Vianna (1949: 77 e segs.) denominou de “instituições de direito público costumeiro” e que Guimarães Rosa (1978: 339) caracterizou como “a lei da acostumação” configura um tipo de regime em que a fronteira entre o legal e o ilegal é muito tênue e em que todo tipo de arbitrariedade é permitido, predominando a lei e o poder do mais forte e a tolerância a transgressões dos poderosos. Ou, como lembra com insistência o personagem rosiano, o “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias”, circunstância em que “viver é muito perigoso” (Rosa, 1978: 16 e 18).

Observe-se que, numa realidade em que as relações sociais de produção são condicionadas por vínculos de dependência ou subordinação pessoal, que implicam a extração do sobre-trabalho pela coação extraeconômica – formas não capitalistas de extorsão da renda da terra – dos trabalhadores pelos proprietários fundiários

REFLEXÕES VII

e não pela livre contratação no mercado, é compreensível que os donos do poder, além de grupos armados para defesa e agressão, tenham em seu círculo uma massa de agregados “sem nada de seu, à mercê do mando de patrões e de seu arbítrio” (Vasconcelos, 2002: 76). Aquele que não tem protetor depende do imponderável (ou do destino). Parafraseando o dito popular “quem não tem padrinho morre pagão”, Riobaldo percebe que “homem a pé, esses Gerais comem” (Rosa, 1978: 327). Tais seres degradados constituem a massa disforme de miseráveis com uma existência cruel e precária, despossuídos de quase tudo, tratados como se “fossem juntas-de-boi em canga, criaturas de toda proteção apartados”, cobiçados “como escravos” (Id.: 314), vivendo sob “o estatuto de misérias e enfermidades” (Id.: 48). Obscuros, sem identidade e paradeiro, sem eira nem beira: Órfão de conhecer e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nestes sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado. Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago das gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas (Rosa, 1978:35).

Com a República – período de ambientação do romance de Guimarães Rosa – há um revigoramento do poder local – embora dependente dos governos estaduais – que passa a exercer papel fundamental nas localidades do interior, tanto no que se refere ao domínio político-eleitoral quanto ao do controle social. Consolidase, também, um complexo sistema de troca de lealdade entre os poderes federal, estaduais e locais, com os coronéis monopolizando, no nível local, o poder político em que impera o voto de cabresto, o curral eleitoral, a corrupção, a violência. A “política dos governadores” – como é denominada – tem por base as oligarquias estaduais e o coronelismo que compõem uma engrenagem de dominação que funciona de modo recíproco, como observa Victor Nunes Leal (1975: 43) em estudo clássico: De um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.

REFLEXÕES VII

Essa relação interativa entre o poder local e os representantes políticos estaduais, tanto do executivo como do legislativo, é o que o personagem Riobaldo denomina de “sobregoverno” (Id.: 37), aquele que faz as vezes de governo. Ele também alude a chefões com “diploma de patente” da guarda nacional, como “seô Habão”, homem que “dava ordens”, e ordem “que dava havia de ser costumeira e surda, muito diferente da de jagunço. Cada pessoa, cada bicho, cada coisa obedecia” (Id.: 314-5).

Riobaldo alude ainda a “homem bom descendente, posseiro de sesmaria... com muitos passados por causa da política” de “linhagem de família [...] cidadão que se representava” e que vivia “abastado em suas propriedades” (Id.: 341 e 343), como “Seo Ornelas”. E refere-se a Ricardão, “amigo acorçoado de importantes políticos, e dono de muitas posses”. (Id.: 203).

Essas passagens da narrativa rosiana relacionam-se a investigações das ciências sociais que procuram mostrar como os donos do poder do sertão têm autoridade e interesses políticos, articulados e organizados, que excedem suas fronteiras e adquirem, muitas vezes, conotação nacional.

O sertão e suas dimensões

Quando Riobaldo afirma que o “sertão está em toda parte” (Rosa, 1978: 9), está dizendo que suas dimensões sociopolíticas e culturais extrapolam muito seus limites. As margens móveis e pouco nítidas que se estendem para muito além das fronteiras físicas possibilitam reiterar, com Guimarães Rosa, que o sertão está em todo lugar, numa dimensão ampliada.



Se, por um lado, os indícios contidos em várias passagens de *Grande Sertão: Veredas* indicam que a narrativa rosiana abarca, de maneira aproximada, o período da vida brasileira que vai de 1880 a 1930, por outro, é lícito afirmar que o autor, por meio da inventividade artística, aponta algumas tendências históricas que viriam a ganhar configuração mais nítida na realidade do País pós-1930. A partir

REFLEXÕES VII

daí, acentua-se o processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais e das relações capitalistas de produção; amplia-se o mercado interno e dissemina-se a mercantilização em todos os níveis; passa a haver a predominância da cidade sobre o campo, da indústria sobre a agricultura; a população urbana sobrepuja a rural, ocorrendo um deslocamento de amplos contingentes para as grandes metrópoles. Essas transformações criam condições propícias à ocupação e/ou anexação do sertão ao Estado nacional.

O sertão é progressivamente incorporado e, ao mesmo tempo, invadido pela modernidade – migra para as cidades, urbaniza-se; é integrado pelo capitalismo e pela nação.

Fato exemplar da ocupação do sertão é a construção de Brasília e a transferência da capital da República para o Planalto Central, “como marco da arquitetura moderna” ou, ainda, “como um gesto de conquista deste espaço indomado e inculto”, conferindo à “nossa modernidade feições de contraponto e contraste” (Vasconcelos, 2002: 78-79). Uma espécie de modernidade bizarra, poder-se-ia dizer.

Como reverso, o sertão incrusta-se no centro ou no âmago do poder central republicano – acontecimento emblemático disso, e para não recuar muito no tempo, é a eleição de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara Federal; ou o caso do deputado pelo Acre, Hildebrando Pascoal, acusado de esquartejar vivos seus inimigos com motosserra.

Encravada no meio do sertão, Brasília incorpora-o a seu mundo de tal forma que ele se entranha nas instituições (no Congresso, no Judiciário, no Executivo), permeando grande parte de sua cultura política. O clientelismo, o patrimonialismo, o nepotismo ganham sobrevida ou mesmo revigoram-se, como elementos reguladores e de mediação das relações de poder.

José de Souza Martins (2005: 3) observa com muita argúcia que “volta e meia o Brasil arcaico recrudescer e se deixa ver”. Simultaneamente, o sertão adentra as cidades. A migração maciça para a periferia dos grandes centros urbanos, em particular São

REFLEXÕES VII

Paulo e Rio de Janeiro, engrossando as fileiras do proletariado e o contingente do exército industrial de reserva, cria um vaivém contínuo, um trânsito em largas proporções de mercadorias (a mão de obra, em especial) e gentes, numa travessia quase sem fim entre o sertão e as cidades. Na periferia e nas cidades-dormitório, nas favelas, a ressocialização do sertanejo é extremamente difícil. Muito da cultura política do sertão conforma-se a esse novo ambiente e nele encontra campo propício para se enraizar: a violência e os desmandos, fenômenos subjacentes ao sertão, tornam-se endêmicos também nas bordas metropolitanas.

Crimes típicos do sertão e de seus potentados e régulos⁴⁴ disseminam-se e são vistos com frequência nas formas mais primitivas e elementares de justicamento, massacre, assassinato, vitimando, sobretudo, miseráveis e despossuídos. Nas grandes cidades também manda quem é forte, de forma que “a justiça privada e sanguinária está em toda parte, não só nos sertões. São expressões do poder pessoal de potentados que vivem à margem da lei: eles são a lei.” (Martins, 2005: 13).

É possível, portanto, afirmar com Riobaldo (Rosa, 1978: 218): “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando o menos se espera.” Em vista disso, alguns analistas, utilizando-se da concepção alegórica, têm feito uma leitura de *Grande Sertão: Veredas* como representação histórico-política do Brasil. Há, todavia, nesses estudos, certa elasticidade exagerada nas interpretações.

Heloísa Starling (1999: 20), por exemplo, usando a alegoria junto com conceitos da teoria política clássica (Maquiavel, Tocqueville e Hanna Arendt), interpreta o romance rosiano como uma narrativa de “cenas de fundação” que revelariam a preocupação, embutida no projeto de Guimarães Rosa, de evidenciar a raiz autoritária, violenta ou paternalista, e o caráter fortemente manipulatório que vem sustentando o processo de incorporação dos indivíduos ao sistema político brasileiro – sobretudo nos contextos históricos particulares

⁴⁴ **Régulo**: chefe de pouca importância, mas de temperamento tirânico.

do nacional-desenvolvimentismo e da democracia populista. Com viés diverso, Luiz Roncari (2004: 20) faz, do mesmo modo, uma leitura alegórica da obra rosiana. Afirma que ela é “também a de um intérprete do Brasil, embora muito peculiar”. Aponta as afinidades do romancista com as explicações e formulações de intelectuais como Alberto Torres, Oliveira Vianna e, principalmente, Alceu Amoroso Lima: muitas das representações do escritor estariam calcadas nas análises e concepções desses estudiosos, aproximação que confere à narrativa de Guimarães Rosa um caráter conservador. O romance em questão, para o crítico, alegoriza, a sua maneira, a história político-institucional da primeira fase da República (1889-1930). Ao analisar o episódio de Grande Sertão: Veredas da instalação do tribunal no sertão para julgar Zé Bebelo, Roncari (2004: 274) afirma que ele representa “a incorporação das instituições modernas pelos costumes arcaicos”, significando “o embate entre civilização e barbárie, ordem e desordem, instituição e costume, urbanidade e violência, moderno e arcaico” (Id.: 263). De certa forma, poder-se-ia dizer que “o Brasil era ali também alegorizado, como um enorme espaço periférico, dominado por relações ásperas e arcaicas, experimentando as possibilidades de civilização.” (Id.: 265).

Outro crítico a utilizar-se da concepção de alegoria (no caso, de Walter Benjamin) na análise da obra rosiana é Willi Bolle. Ele defende a tese segundo a qual Grande Sertão: Veredas é uma representação alegórica da história brasileira que revela “o funcionamento do sistema real de poder no Brasil”. O romance, por meio da biografia de Riobaldo, contaria a história social do Brasil: “Ao narrar a sua vida, ele convida o leitor a organizar os fragmentos da história despedaçada e criptografada do Brasil” (Id.: 378). Esse autor resgata do Wilhelm Meister de Goethe a noção de romance de formação para aplicá-la à leitura de Grande Sertão: Veredas, um “retrato do Brasil” como “nação dilacerada” (Bolle, 2004: 379). Como tal, a narrativa rosiana seria uma “reescrita crítica” do “livro precursor”, Os sertões de Euclides da Cunha. Um “retrato do Brasil” comparável a outros ensaios de formação do País elaborados pelo próprio Euclides da Cunha e também por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Celso

Furtado, Darcy Ribeiro, Antonio Candido e Florestan Fernandes (Bolle, 2004: 9 e segs.). Em síntese, para W. Bolle (2004: 116-7), em Guimarães Rosa, a localização do sistema jagunço numa região limítrofe com os centros do poder, incluindo o território do Distrito Federal, confere ao texto o caráter de um retrato do Brasil. O que significa essa encenação de bandos organizando o crime e exercendo o poder no planalto central? O sistema jagunço, enquanto instituição situada ao mesmo tempo na esfera da Lei e do Crime, deixa de ser um fenômeno regional e datado, para tornar-se uma representação do funcionamento atual das estruturas do País.

A revelação das dimensões sociopolíticas da obra de Guimarães Rosa, como há décadas vem sendo feita por Antonio Candido, Walnice Nogueira Galvão e outros, é, não somente válida, como fundamental para sua compreensão. No entanto, cremos ser necessária certa prudência, para não se fazerem determinadas ilações, quando se trata de procurar entender o romance numa concepção alegórica; ilações que, por vezes, parecem a ilustração e/ou a comprovação de teses elaboradas *a priori*. Os resultados podem ser explicações que constroem realidades possíveis, mas que, de certa forma, ultrapassam o significado do texto. Entretanto, vale lembrar o outro lado da moeda. A despeito da recepção positiva da obra rosiana desde seu lançamento, não são poucos os que a viram e veem como uma literatura alienada em relação à dimensão histórico-social do País e do ser social. Embora essa não seja a tônica da avaliação da produção do escritor, ela fez escola, baseando-se na ideia de que a obra se fixa na orientação metafísica e mítica ou alquímica a que se juntam deturpações formais excessivas.

Essa visão está presente, entre outras, em vertentes dogmáticas de certo marxismo, às vezes resultante de leitura problemática da obra de G. Lukács. Exemplar dessa interpretação é o texto de Gilvan P. Ribeiro (1974: 104): Em Grande Sertão: Veredas o homem se vê reduzido à mera figuração abstrata, campo para o debate entre dados ontológicos e metafísicos... Elimina-se o homem real, seus problemas reais, seu mundo real. Aceita-se como definitiva a fetichização, a alienação. Afinal, não é isto que deve preocupar o

REFLEXÕES VII

homem, mas sim a sua caminhada em direção ao infinito. Infinito que transcende em muito a miséria do homem no mundo concreto e que é, ao final das contas, a solução definitiva para esta mesma miséria.

A evidente disparidade entre a miticização rosiana e o real que se propunha como base torna **Grande Sertão: Veredas** um imenso palco para a exibição do virtuosismo do autor: um palco povoado de sombras que os arabescos linguísticos se esforçam por prender e reter.

Essa é outra face, também problemática, de algumas interpretações. Tal tipo de leitura do romance rosiano, que ressalta apenas o lado mítico e/ou a exploração dos recursos da linguagem para comprovar uma determinada concepção, é tão questionável quanto aquele da vertente que o considera como um texto ensaístico ou próximo disso, cuja intenção fundamental é retratar as relações sociais e políticas do País.

Dada a complexidade da discussão sobre os modos como a obra de Guimarães Rosa vem sendo criticamente apreendida, estamos desenvolvendo uma reflexão mais aprofundada sobre esse assunto em outro estudo. De qualquer modo, consideramos que a grandeza e a genialidade de **Grande Sertão: Veredas** devem-se, justamente, no fato de a obra apresentar todas as faces mencionadas – dimensão metafísica e mítica, enfoque histórico-político, linguagem poética – sem que uma se sobreponha à outra, pois são temas e instâncias complementares, com os quais Rosa cria artisticamente uma realidade peculiar.

Resumo

O presente texto procura mostrar que, em Guimarães Rosa, o universo do grande sertão contém um complexo de elementos fundamentais que perpassa historicamente as relações humanas e sociais do País. Embora seu objeto de representação seja um espaço determinado, o do sertão, o narrador de **Grande Sertão: Veredas** cria/reinventa uma realidade rica em significados sociais, políticos e culturais que denomina “sistema jagunço”. Este envolve um conjunto de relações de dominação regidas pela violência ou pela

REFLEXÕES VII

coação, pela preponderância do poder privado sobre o público, pela supremacia da tradição sobre a instituição. ●

María Célia Leonel e José Antonio Segatto

LUIZ BIANCHI

Gestão é o novo hit no showbiz

Vanessa Jungendorf



Artistas como Paula Fernandes, Claudia Leitte, Luan Santana, Ivete Sangalo e Gaby Amarantos se transformam em corporações que trabalham com metas de receita e de lucratividade, controle rígido de logística e pesquisas de mercado para avaliar pontos fortes e fracos de produtos e oportunidades: tudo para proporcionar maior longevidade

Em uma propaganda da Suvinil, Luan Santana entrega uma palheta enquanto canta a música O Amor Coloriu. Inspirada em parte na história real de como ele conheceu sua namorada, Jade, o comercial mostra que uma parede inteira do camarim é pintada pela moça com a mesma cor da palheta, cor “Luan Santana”. A música, composta pelo artista neosertanejo especialmente para a campanha, ficou disponível para *download* no *site* da marca e não entrou em nenhum de seus discos, mas é sempre tocada nos *shows* e lhe rende direitos autorais. Além da Suvinil, Santana é garoto-propaganda da Água de Cheiro e da Tele Sena e negocia mais um contrato.

A relação fraternal entre marcas e artistas da música tem raízes profundas (em 1935, Orlando Silva gravou um *jingle* para a Brahma), mas hoje, nomes como Luan Santana, Claudia Leitte, Paula Fernandes, Gaby Amarantos e Ivete Sangalo são, mais do que garotos(as)-propagandas, artistas-empresas, verdadeiras corporações que trabalham sob rígido controle de logística, planilhas de metas e lucros, pesquisas de mercado, etc., sempre de olho também em longo prazo. E, principalmente, não há nenhum pudor por parte desses artistas em se assumir como um produto. Faz parte do pacote.

Chega a soar ingênuo, mas profético, o texto que o produtor musical

REFLEXÕES VII

Nelson Motta escreveu em 1969 na contracapa do segundo disco, homônimo, dos Mutantes, que inclui Algo Mais, *jingle* que a banda gravou para a Shell. Havia certa patrulha ideológica e era necessário justificar: “Quem vive numa sociedade de consumo tem duas alternativas: ou participa ou é devorado por ela. Não há saída fora desta opção (...)”.

Com a reviravolta na indústria fonográfica no começo deste século XXI, outras fontes de receitas, além da vendas de discos, são o que realmente sustentam os artistas. Claudia Leite, por exemplo, aparece como uma das mais fortes no ramo da publicidade: 50% de sua receita vem desses contratos e 50% de *shows*. Já Paula Fernandes recebe 60% de *shows* e 40% de publicidade.

Esse modelo de atuação dos artistas brasileiros que estouraram nos últimos anos segue os passos do mercado da música *pop* americana, de nomes como Madonna, Beyoncé e Lady Gaga. “[O artista] é um produto, sim, mas, diferentemente de uma xícara, expressa emoção – o que já é bom porque posso construir a imagem desse produto com o próprio produto; posso interagir com ele”, afirma Fábio Neves, presidente das 2T’s Entretenimento, de Claudia Leite. A sala de reuniões da empresa onde ocorreu esta entrevista tem um nome simbólico e revelador: “Fábrica de Sonhos”.

Mais do que vender música, esses cantores e cantoras precisam “mobilizar afeto” e produzir uma “experiência completa”. “O artista não vende só mais um disco, mas uma marca. Ele se associa a um festival e a uma série de produtos que o fã pode levar para casa, nem sempre ligados à música”, diz Simone Sá, pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Um sinal da mudança dos tempos é a readequação dos patamares de certificação da indústria fonográfica. Com a queda de vendas de CDs e DVDs, em 2010 a indústria passou a conceder disco de diamante a quem vendesse 300 mil cópias, em vez de 1 milhão. “O Artista ganha mesmo é com os *shows* e com a venda e produtos. Aliás, de todos os produtos, talvez os que ele mais venda sejam os produtos que não os dele mesmo”, diz Marilda Santanna, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), autora do livro *As Donas do Canto*, que analisa aspectos artísticos, técnicos e profissionais na construção da

carreira de intérpretes da axé-music da Bahia. No livro, Marilda retrata a criação do que ela chama de “artistas-executivos” e a constituição de um “mercado da cultura”, na interação entre mídia, patrocinadores, público e artista.

Inicialmente acanhadas, montadas de forma improvisada com os pais à frente, essas empresas ganham corpo quando a demanda por *shows* e publicidade explode e o faturamento vai às alturas. “Há um período na carreira de todo artista em que ele tem que virar pessoa jurídica. Nossa empresa começou em 2010 muito por causa dos valores de faturamento”, diz Nilmar Fernandes, irmão da cantora sertaneja Paula Fernandes e diretor da Jeito de Mato. Os familiares não foram afastados completamente da gestão, mas estão hoje em companhia de pessoas trazidas do mercado, que ocupa cargos estratégicos nessas empresas. A 2T’s, de Claudia Leite, surgiu há pouco mais de um ano como substituta da Ciel, que era administrada exclusivamente pela família. “A gente não tinha estrutura para administrar aquele produto tão grande”, diz Claudio Jr., irmão de Claudia, que hoje é diretor de novos negócios na 2Ts. “Não era uma empresa mais que a gente conseguia segurar com as próprias mãos. E era preciso encontrar uma pessoa capaz de administrar uma multinacional”.

A aproximação entre essas celebridades e a publicidade segue de forma similar à diversificação de outras empresas do ramo, como a Audiomix, que administra a carreira de Jorge & Mateus e Gustavo Lima; a Sunshine, conhecida por gerir Zezé di Camargo e Luciano, Latino e Belo; a Talismã, empresa de Leonardo, que também gerencia a carreira de artistas como Cristina Araújo; a Caco de Telha, de Ivete Sangalo, que já tem quatro áreas de atuação; e a F.S. da dupla Fernando & Sorocaba.

Nesse novo cenário, funções que eram responsabilidades das gravadoras passaram para os escritórios dos artistas, como gravação do disco, produção dos trabalhos, divulgação nas rádios e assessoria de imprensa. Segundo Priscila Brasil, sócia da “musa do tecnobrega” Gaby Amarantos na empresa *Aparelhagem*, em Belém do Pará (PA), a gravadora praticamente só distribui o material pronto. “Somos as novas gravadoras. Temos aqui dentro uma pessoa de rádio,

REFLEXÕES VII

uma pessoa de TV, uma pessoa de impresso, diretor artístico, etc. Temos até uma equipe de figurino. Imagina a complexidade do figurino da Baby? É basicamente um carnavalesco aqui dentro!”, diz Priscila.

As relações de poder entre artista e gravadora respondem a outra lógica. No passado, segundo o musicólogo Zuza Homem de Mello, a gravadora chegava a impor padrões de comportamento. “O artista fazia o que não queria para continua contratado. A maioria engolia sapos”, diz. “Hoje, há a possibilidade de o artista dizer que não vai mais gravar o que a gravadora sugere e gravar só o que ele quer”. Na maioria dos casos, cabe à gravadora o papel de distribuidora.

Até em pontos como a identidade visual dos artistas, os escritórios próprios são os novos “patrões”. A dupla sertaneja Breno e Caio Cesar, que faz *show* em bailes de debutantes, teve que emagrecer para agradar ao público-alvo. “Eles poderiam ser gordinhos até porque tem várias duplas de gordinhos fazendo sucesso, mas como a gente tinha um perfil para eles, de *pop star*, de namoradinhos das meninas, esse perfil pedia para que não fossem gordinhos”, diz Anderson Ricardo de Souza, da A.R. Live.

O aumento de departamentos e funções ocorre em um momento em que essas empresas chegam hoje a atingir até R\$ 100 milhões em receita por ano. Essa conta leva em consideração os valores pagos por prefeituras paulistas para *shows*, divulgados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e sua participação relativa no faturamento. Os escritórios não revelam cachês nem faturamento. Por esse cálculo, só de *shows*, a Jeito de Mato, de Paula Fernandes, chega a ter uma receita em torno de R\$ 60 milhões/ano. Esse valor pode atingir R\$ 100 milhões/ano, considerando recursos com publicidade (levando em conta que 40% de seu faturamento vem desse ramo). Já a receita de Claudia Leitte com *shows* gira em torno de R\$ 35 milhões/ano, considerando valores de cachês segundo o Diário, e R\$ 70 milhões, se considerada a receita também com publicidade, enquanto Luan Santana consegue um faturamento em torno de R\$ 50 milhões por ano só com *shows*. Ele não revelou a importância da publicidade para sua receita.

REFLEXÕES VII

Por enquanto, ainda não se tornaram grandes escritórios. Como comparação, a Time for Fun, maior empresa de entretenimento do País, responsável por musicais no Brasil como O Rei Leão, faturou R\$ 694,2 milhões em 2012. Mas as empresas de artistas já chegam próximo ao faturamento de agências de publicidade como a Neogama BBH, cuja receita atingiu R\$ 96,7 milhões no Brasil, em 2012. E traçam planos para crescer ainda mais, com oferta de novos “produtos” e novas áreas de atuação, como promoção de eventos e administração de espaços ligados à música, como indica a 2T’s. A empresa de Claudia Leitte também avalia oito nomes, dos quais vai selecionar três para administrar – como Mira Callado, que participou do “reality show” The Voice Brasil (Rede Globo). “Estamos discutindo qual será o posicionamento do produto Mira. Isso passa por definir estilo musical, imagem e público-alvo”, explica Fábio Neves, presidente da 2T’s, trazido da multinacional de tecnologia Pitney Bowes Semco. Luan Santana também quer administrar carreiras de novos artistas e a Aparelhagem, de Gaby, avalia nomes do Norte.

Em vez de um modelo puramente familiar, alguns artistas, antes de assumir inteiramente a gestão de sua carreira, chegaram a fazer sociedades ou parcerias em que um porcentual da sua carreira é cedido a terceiros. Algumas dessas associações resultaram em conflitos na Justiça. Quando começou a se destacar na mídia, em 2009, Luan Santana abriu a L.S. Ltda., para administrar sua carreira com dois outros sócios: Sorocaba (da dupla sertaneja Fernando & Sorocaba) e Anderson Ricardo de Souza (da A.R. Live, atualmente com a dupla Breno e Caio Cesar). Há poucos meses, os três passaram a discutir a saída de Souza da L.S. “Comecei muito jovem, quando ainda não tinha a menor noção de negócios ou do funcionamento de uma empresa. Com o passar do tempo, fui percebendo a importância de ter uma empresa bem administrada para melhorar os resultados da minha carreira, seja do ponto de vista artístico, seja do ponto de vista financeiro”, diz Santana. Adolescente de Londrina (PR) “descoberto” há sete anos, ele já chegou a ter contratos com grandes empresas, como Riachuelo, Lacta, Pernambucanas, JBS (Friboi) e Caderbrás, Hoje, aos 22 anos,

REFLEXÕES VII

além de novos contratos vultosos, é um dos *shows* mais bem pagos do mercado sertanejo.

Paula Fernandes passa por situação parecida. Em 2010, criou, em Belo Horizonte, a *Jeito de Mato*. Dois anos depois, quando rompeu com a *Talismã*, empresa do cantor Leonardo – com quem negocia na Justiça até hoje o fim do contrato –, é que começou a administrar inteiramente sua carreira. Nascida em Sete Lagoas (MG), Paula estourou na mídia depois que Roberto Carlos a convidou para o seu tradicional especial de fim de ano na Rede Globo, em 2010. “Roberto Carlos assinou em cima do produto Paula”, diz Nilmar Fernandes, diretor da empresa que é presidida por Paula. Ela hoje é um dos mais altos cachês entre as cantoras brasileiras. Sua receita é complementada com publicidade, sobretudo as que falam com o público do campo – ela é garota-propaganda do crédito rural da Caixa Econômica Federal, em comerciais ao lado do cantor Almir Sater. Um contrato com a empresa Wella e um licenciamento de uso de seu nome para as sandálias Grendha, da Grendene, também estão no seu portfólio. Segundo o diretor, houve até negociações para a criação de uma boneca da cantora.

Mais do que vender um álbum, o artista agora tenta “mobilizar afeto” e promover uma experiência completa, que vai além da sua música

A exposição excessiva, no entanto, nem sempre é bem-vinda. “Temos preocupação em não cansar a imagem de Gaby vendendo coisas. Vi vários artistas terem suas imagens destruídas pelo volume de empresas para as quais faziam propaganda. Isso desgasta a imagem de uma maneira que depois não tem como voltar atrás”, diz Priscila Brasil, diretora da *Aparelhagem*, de Gaby Amarantos, empresa criada em 2011. A cantora é garota-propaganda da Coca-Cola e da rede varejista *Novo Mundo*, que atua no Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Hoje, 70% do faturamento da *Aparelhagem* vem de *shows* e 30%, de publicidade. Há planos para a publicidade passar a 35% em médio prazo, mas não mais do que isso.

Claudia Leitte e Ivete Sangalo têm menos pudor. Claudia é garota-propaganda de oito marcas (Guaraná, Riachuelo, Gol, Sky, O Dia,

REFLEXÕES VII

Denuncia Jeans, Garoto, papinhas Nestlé) e há produtos licenciados para três empresas (Ballasox, Beauty Color e Jequiti) das quais recebe porcentagem por uso de imagem, além de suas empresas de patrocínio de seus *shows* (Gol e a Sky).

“Essas empresas não bateram à porta. A maioria nós fomos atrás” afirma Fábio Neves. E vem mais: em outubro, a cantora sairá como “Claudinha”, personagem de gibi de Mauricio de Souza.

Ivete é hoje garota-propaganda de cinco: Schin, Grendha, Avon, Insinuante e Supermercado Guanabara. Além desses contratos, há cinco de produtos licenciados: Triumph, Hiroshima (marca de roupas), Le Postiche, Malwee e Seculus. Se alguns artistas querem a publicidade e passam a trabalhar uma certa imagem a ser mais facilmente associada a produtos, a publicidade tem corrido atrás da popularidade. Algumas amostras: Paula Fernandes e Luan Santana estão entre os dez autores que mais receberam por direitos autorais em 2012 no Escritório Central de Arrecadação (Ecad), de tanto que suas músicas são tocadas. Sográo Caprichou, de Luan, foi a quarta mais tocada no Centro-Oeste e no Sudeste mês passado. Paula bateu há pouco tempo a marca de 7 milhões de curtidas na sua página no Facebook.

Na parceria Luan Santana e Suvinil, a visitação ao *site* da marca cresceu 60% e a música O Amor Coloriu teve 300 mil *downloads*. “É como um disco de diamante”, diz a diretora de *marketing* da Suvinil, Daniela Tavares. O desempenho da marca nas redes sociais cresceu de maneira inédita: o *vídeo-clipe* da música teve 1,4 milhão de visualizações. “Nunca houve uma campanha que tenha atingido esse volume”.

A campanha começou em janeiro, com a música Te Esperando. A canção já existia no *pipeline* do Luan, mas junto com a empresa houve modificação de partes da letra para que ela inevitavelmente ficasse mais melancólica e passasse a mensagem de que o amor não é correspondido. “A gente a deixou mais preta e branca”, explica Daniela. Depois, Luan fez a letra O Amor Coloriu, que teria que ter outro ritmo, por exigência da marca. Nesta canção, o amor do Fernando, da música Te Esperando, teria que ser correspondido. Na

REFLEXÕES VII

propaganda, quando isso ocorre, as imagens, antes em branco e preto, ganham cor.

“É evidente que o Luan Santana mostrou um lado óbvio da carreira dele. Ou seja, ele faz qualquer negócio”, critica Zuza.

Para alguns pesquisadores, é perigosa a visão de “artista-produto” porque pode existir uma *comoditização* da cultura: um formato padrão seria adotado na oferta e cada vez mais haveria demanda pela mesma coisa.

Luan Santana, por exemplo, é mais *pop* e cultiva um visual “moderno”, com cabelo com topete e roupas justas. Apresenta-se como artista solo, em vez de fazer parte de uma dupla, e para muitas pessoas, ele ajudou a criar um modelo de “produto ofertado” no mercado, que depois foi seguido por nomes como Gustavo Lima, cujo cachê já é próximo ao de Santana.

“O produto que mais conseguir comunicar os sonhos que se quer vender é que será eleito para ser vendido. Isso é de uma responsabilidade enorme quando falamos em ‘produtos’ que falam, cantam, têm sentimentos e produzem sentimentos”, diz Vanessa Rocha da Silva, que defendeu no ano passado a dissertação de mestrado *Cultura S/A: Um Novo Sentido para Novos Tempos*, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As críticas ao culto à celebridade podem sugerir equivocadamente que se trata de um fenômeno novo. Pesquisadores como Simone Sá, da UFF, lembram que isso já ocorria no século XX, com as divas do cinema americano ou mesmo antes da música gravada. Mas ressaltam que há, hoje, um peso maior da autopromoção como ferramenta estratégica em contexto de avanço das redes sociais. “Quando a gente olha para artistas de Hollywood do século XX, esse tipo de associação, que ultrapassa a função de artista, já estava construída. Mas essa relação se intensifica quando passo a ter acesso a toda vida do meu ídolo”, diz.

Para Simone, a exigência de os artistas “vestirem o personagem” o tempo todo não é só exigência do mercado. “É toda uma cultura que

estamos construindo para o bem e para o mal de estarmos sempre acessíveis e performatizando as nossas identidades nas redes”.

Claudia Leitte, por exemplo, compartilha fotos como a depilação de suas pernas (via Instagram), além de declarações ao filho: “Uma babá quase perfeita e um filho anjo. Amo esses 2” (via Twitter). Essa sensação de intimidade entre fã e artista, proporcionada pelas redes, pode incentivar que eles sejam vistos como modelos de conduta pelos seus seguidores. Porém, ao se unir a algumas empresas, estudiosos advertem que os artistas podem limitar suas atitudes, como não abraçar causas polêmicas ou que não peguem bem para uma determinada marca.

Zuza é tachatativo em sua crítica. “As pessoas compram uma roupa não em função de uma análise detalhada da qualidade, mas sim da etiqueta que está nela. Na música, acontece a mesma relação. Hoje se consome uma etiqueta. E você pode até não gostar, mas finge que gosta”, diz. Outros pesquisadores, no entanto, ressaltam aspectos positivos na existência dessas empresas que administram carreira de cantores. O fato de um artista criar um modelo de negócio, entender o seu público e criar produtos estratégicos para serem vendidos “consolida uma linguagem cultural” e ajuda a amadurecer o mercado cultural brasileiro, segundo Leandro Valiati, professor de economia da cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No plano pessoal, os “artistas-empresa” também têm mostrado eficiência. Assim como os jogadores de futebol dos dias de hoje, que pensam na vida após a aposentadoria e também fazem planos de carreira, esses cantores e cantoras buscam evitar erros que colegas de profissão cometeram no passado. Embora possam ser criticadas, uma das mais importantes metas das empresas de artistas é dar longevidade à carreira e, sobretudo, ao patrimônio.

Na A.R. Live, de Anderson Ricardo, a gestão de patrimônio pessoal se tornou uma área específica da empresa. “Esses artistas que ganharam muito e no fim da vida estão sem dinheiro não tiveram uma consultoria sobre como investir”, diz. “Em vez de comprar uma Lamborghini ou uma Ferrari, como se vê os artistas fazendo por aí, a gente vai apontar investimentos para o futuro”.

REFLEXÕES VII

Vários artistas têm investido o patrimônio pessoal no aquecido mercado imobiliário brasileiro, como Claudia Leitte e Paula Fernandes. Priscila Brasil, da Aparelhagem, diz que Gaby Amarantos aplica em lançamentos imobiliários com previsão de mais de 60% de retorno em dois anos. “São investimentos um pouco conservadores, mas ao mesmo tempo rentáveis”, diz Priscila.

Numa era de celebridades instantâneas, a nova forma de gestão tenta dar permanência. “Não estou nem pensando só na Claudia Leitte quando ela estiver com idade mais avançada. Eu penso em como os netos da Claudia poderão usufruir daquilo que ela conquistou”, diz Neves, da 2T's. ●

Vanessa Jurgfeld

Artigo publicado no jornal Valor Econômico em agosto de 2013